

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Elza da Silva Carlos

**FALA PRETA!: “MULHERES NEGRAS NO ESPAÇO URBANO:
ORIGEM E MEMÓRIA – 1997 a 2007.”**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

PUC-SP

2009

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Elza da Silva Carlos

**FALA PRETA!: “MULHERES NEGRAS NO ESPAÇO URBANO:
ORIGEM E MEMÓRIA – 1997 a 2007”**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História: Programa de História Social sob a orientação da prof^a Dr^a Maria Odila Leite da Silva Dias.

PUC-SP

2009

ERRATA

Página	Linha/Nota	Onde se lê	Deve se ler
06	19	CAPS	CAPES
06	19	CNPQ	CNPq
07	04	1197	1997
22	01	Florestam	Florestan
45	27	Blato	Beato
104	18	Fado	Fardo

Banca Examinadora

Aos meus pais Anna e José Carlos
À Maria Emilia e Lourdes irmãos e mães
À Angelina a branca mais preta do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não acredito, acabouuuuuuuuuuuuu! Finalmente estou nos agradecimentos, que para minha satisfação, são vários. Foi um trabalho arduo, cansativo e prazeroso. Começo agradecendo todas as mulheres negras, em particular as envolvidas nos projetos da Fala Preta! que gentilmente se propuseram a colaborar com esse trabalho: São elas a razão e preocupação central desta pesquisa.

Agradeço aos meus sobrinhos Ney, Zanzu, Marcos, Robinho, João Ricardo e Carlinhos e minha irmã Ritinha pelas horas que dedicaram ao trabalho, seja me levando para as entrevistas, traduzindo textos, montando gráficos, transcrevendo entrevistas, ditando citações. Um agradecimento especial a minha sobrinha Tetê, que me deu confiança, amparo, ficando ao meu lado no período mais doloroso da pesquisa.

Meu muito obrigado a Jacque, menina negra valiosa, que fez de tudo um pouco; transcreveu entrevistas, comprou livros, buscou materiais. Valeu Jacão!

Agradeço minhas irmãs Ercília e Conceição por estarem sempre comigo haja o que houver.

Muitíssimo obrigada Carlos Sapiensa que no início do curso me acompanhava até a PUC, no banco de passageiro para me ensinar o caminho; e, como se não bastasse, esperava o término das aulas.

Ao Ramatis, que se dispôs a ir à PUC como leitor de meu projeto na disciplina “Pesquisa Histórica.”

Jamais deixaria de agradecer o apoio do Ivan e da Marisa; ele, lendo meus textos e pegando no meu pé, fazendo com que entendesse a dimensão de uma pesquisa acadêmica, ela como sempre uma irmã investindo na minha autoestima. Obrigada por estarem comigo.

Meus agradecimentos ao Sinvaldo, pessoa especial, que apesar do estresse sempre incentivou e apoiou essa pesquisa. Foi responsável também por buscar materiais e bibliografia nas entidades do movimento negro e, fundamentalmente, me acompanhando em momentos difíceis que percorri no decorrer do curso.

Ao Mané o primeiro a ler meu primeiro capítulo e dar as primeiras sugestões.

À Deise Benedito, presidenta da Fala Preta! por abrir as portas e colaborar com a pesquisa a qualquer hora.

As amigas Neusinha, Geni que até se deslocaram em dia chuvoso em busca de materiais.

Aos amigos Robertinha, Lú Galante, Léo e Gilson Negão, que mesmo de longe ajudaram como puderam.

À amiga Maicira, por me ajudar num dos momentos mais difíceis.

À mãe Noemia por me socorrer nos momentos difíceis.

Ao Nathan e Nathalia que sempre perguntavam sobre o andamento do trabalho.

A todos os professores e a Betinha do departamento de Pós Graduação em História pelos dois anos em que estivemos juntos.

As professoras Terezinha Bernardo por aceitar integrar a banca e pela contribuição na qualificação.

A Professora Maria Aparecida Bento pela contribuição na qualificação.

A professora Rosangela Malachias por aceitar integrar a banca.

Um agradecimento especial a professora Maria Odila por aceitar ser minha orientadora. Obrigada por despertar em mim o sentimento de autoestima e desculpe minhas “trapalhadas”.

Finalmente agradeço ao CAPS e a CNPQ por tornar possível a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Na década de 1980 iniciam-se um forte movimento de mulheres negras. Não se sentido contempladas no movimento feminista passaram a organizar-se a partir de suas especificidades. Varias entidades de Mulheres Negras foram criadas, entre elas, em 1977, a ONG Fala Preta! Organização de Mulheres Negras.

O presente trabalho pretende levantar elementos para compreender como a equipe da Fala Preta! Organizou e desenvolveu projetos voltados às mulheres negras entre 1997 a 2007.

Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas qualitativas tanto com mulheres dirigentes como com as que participaram dos projetos selecionados. Foi utilizada também ampla bibliografia de assuntos relativizados ao livro.

Espero com isso, poder contribuir para com a história das mulheres negras do Brasil que sofrem a tripla discriminação de gênero, raça e classe.

Palavras chave: mulheres negras, gênero, raça e classe social.

ABSTRACT

In the 1980's, there developed a feminist movement of black women that were drawn and organized from various backgrounds and communities. These organizations developed into the creation of new political organizations of working-class Black Women, leading in 1997 to the Fala Preta! NGO Black Women Organization.

This is a study about the militant group "Fala Preta!" and how it has organized black women between the period of 1997 to 2007.

During this study I have undertaken interviews with managers, who formed part of the selected projects – and I have researched the historical documents and writings the organization. It contributes to the history of black women, and emphasizes how they suffered from discrimination of gender, race and social class within Brazilian society.

Keywords: black women, gender, race and social class.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do chefe	34
Gráfico 2 - Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça	68
Gráfico 3 - Distribuição do domicílios que recebem bolsa família, segundo sexo e cor/raça do chefe.....	68
Gráfico 4 - Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada, segundo raça/cor	96
Gráfico 5 - Imigração o Brasil, por nacionalidade (1884 - 1893 a 1924 - 1933)	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Capa de Revista Fala Preta! publicada pelo Geledés	19
Figura 2 Capa da Cartinha Anemia Falcifome.....	110
Figura 3 Foto que ilustra o dossiê "A Realidade do Aborto Inseguro na Bahia: a Ilegalidade da Prática e os seus Efeitos na Saúde das Mulheres em Salvador e Feira de Santana"	118
Figura 4 Capa do livro "Ventres Livres" publicação Fala Preta!	123
Figura 5 Ilustração alusiva à abolição (Revista América Yllustrada, 1888). Acervo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano	127
Figura 6 Material de Divulgação da Fala Preta!	128

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS Síndrome da imunodeficiência adquirida

AMNB Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras

APNS Agentes de Pastoral Negros do Brasil

CEBRAP Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEJIL Centro Pela Justiça e o Direito Internacional

CENARAB (Centro Nacional dos Religiosos Afro-Brasileiros

CEU Centro de Educação Unificada

CGT Confederação Geral dos Trabalhadores

CIDA Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

CIDAN CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO
ARTISTA NEGRO

CMP Central de Movimentos Populares

CONAM Confederação Nacional das Associações de Moradores

CRUCON Grupo de União e Consciência Negra

CUT Central Única dos Trabalhadores

DEAM Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

DST- Doenças sexualmente transmissíveis

FECONEZU Festival Comunitário Negro Zumbi

GRULAC Grupo de Países Latino Americanos e Caribenhos

HIV vírus da imunodeficiência humana

IPEA Instituto de Pesquisas Aplicadas

MNU Movimento Negro Unificado

MNUCDR Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

MPR Movimento Pelas Reparações

MUCDR Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

OEA Organização dos Estados Americanos

ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PIMDHESC (Potencializar a Intervenção de Mulheres Negras em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais)

PROSARE Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e saúde Reprodutiva

PUC Pontifícia Universidade Católica

SEPPIR Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SMACON – Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra,

SPM Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUS Sistema único de Saúde

UNEGRO União de Negros Pela Igualdade

UNIFEM Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – DO FEMINISMO NEGRO NASCE A FALA PRETA!	24
CAPÍTULO II - CONSTRUINDO CUMPLICIDADE, MONTANDO REDES E POTENCIALIZANDO MULHERES NEGRAS	62
CAPÍTULO III - MULHER NEGRA: DIREITO DE DECIDIR	101
CAPÍTULO IV - FALA PRETA! DEZ ANOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO DO COTIDIANO	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
BIBLIOGRAFIA	143
ANEXOS	150

INTRODUÇÃO

“Sapo não pula por buniteza, mas, porém por percisão”.

Provérbio capiau

A Fala Preta! Organização de Mulheres Negras foi fundada como uma organização não governamental sem fins lucrativos em 15 de abril de 1997 no bairro da Liberdade, na capital paulista. Assim como possivelmente outras entidades do movimento negro feminista, propõe-se a desconstruir a ideia universalista de mundo a partir das experiências cotidianas de mulheres negras; desta forma, A Fala Preta! entende que a discriminação, o racismo e o sexismo serão banidos no dia em que os negros se apresentarem como elemento central, nos diferentes espaços de organização social, contribuindo para fomentar políticas públicas de promoção à igualdade racial, em particular às mulheres negras. Sem receitas mirabolantes para eliminação dos padrões patriarcais e eurocêtricos, essa organização avaliou a necessidade de implementar projetos nas periferias de São Paulo.

O Projeto Construindo Nossa Cumplicidade, através do programa de auto-ajuda, por exemplo, foi descentralizado para os bairros de Rudge Ramos e Jardim Silvina em São Bernardo do Campo, Jardim Novo Oratório em Utinga, no município de Santo André, Jardim Saveiro e Jardim Iva no município de São Paulo, além de um núcleo na sede da Fala Preta!, totalizando nove grupos com cerca de 123 mulheres, em sua maioria negra. A preocupação da entidade em expandir sua atuação nas regiões periféricas foi no intuito de proporcionar às mulheres negras condições de participação nos projetos.

Muitas são as dificuldades que se apresentam para as que ousam se enveredar pelos estudos das mulheres em sociedade (Dias, 1992, p. 39). Quando se trata de mulheres negras essas dificuldades tendem a serem maiores. E como, historicamente, ousar foi um atributo das mulheres, espero com esse trabalho poder colaborar com a história-memória, por meio de uma pesquisa que tem como objetivo central historicizar possíveis contribuições que a *Fala Preta!* construiu no cotidiano de mulheres dirigentes e participantes dos projetos desenvolvidos no decorrer da

década compreendida entre os anos de 1997-2007. E, de certa forma, também contribuir para que os estudos referentes às teorias feministas levem em consideração as especificidades das mulheres dos diferentes grupos sociais.

A Fala Preta! fruto do movimento das mulheres negras avaliou que, era necessário criar um movimento feminista específico das mulheres negras. Fica evidente por que as mulheres negras engajadas no movimento feminista e negro, sentiram a necessidade de ação coletiva para pautar as questões de gênero e raça¹ nesses espaços de poder.

Simone de Beauvoir² apregoou que não se nasce mulher, torna-se. Dessa mesma forma, é possível afirmar que no Brasil não se nasce negro/negra, torna-se, na medida em que se conscientiza de que o sistema colonial brasileiro, seu modo de produção escravista, apropriou-se da mão de obra compulsória negra que, embora não mobilizada politicamente, utilizava meios de contestação, fugindo, suicidando-se e rebelando-se grupalmente³. Nesse contexto a abolição foi resultado da organização e resistência dos povos escravizados. A conjuntura da revolução industrial fez do escravismo e do escravizado um mal desnecessário, devendo, portanto, ser extirpado. A nova ordem mundial requeria um outro perfil de trabalhador, o imigrante. Aos ex-escravizados restava lugar garantido no exército excedente, subempregado e mal remunerado. É imprescindível compreender a política do branqueamento como instrumento nocivo ao longo do processo de inserção do negro na sociedade.

A conscientização política racial é indispensável na construção de uma possível sociedade justa e igualitária com respeito às diferenças de toda ordem e para todos os homens e mulheres do país. A propósito, Neusa Santos assevera: “Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade,

¹Para os objetivos desta pesquisa, o conceito de raça é o que foi ressignificado politicamente pelo movimento negro nas décadas de 80 e 90 do século passado, e definido por Fátima Oliveira (2008). O conceito de raça equivale a identidade racial e étnica. É o sentimento de pertencimento a um grupo de ancestralidade africana com posicionamento político que assume sua identidade e luta por direitos para a população negra. Declarar-se negro ou negra é essencialmente um posicionamento político. Fátima Oliveira. Ser Negro no Brasil: alcances e limites. 2008. in [HTTP://mariafro.wordpress.com/2008/11/11ser-negro-brasil-alcanes](http://mariafro.wordpress.com/2008/11/11ser-negro-brasil-alcanes-e-limites) -e- limites

² Simone de Beauvoir escritora e feminista francesa.

³ Para maiores detalhes, ver C.F Octavio Ianni em *Escravidão e racismo*- Editora Hucitec, 1988.

confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades”. (Santos, 1983, p. 17, 18).

O conceito de empoderamento⁴ defendido pela entidade Fala Preta! propiciou condições objetivas para que as mulheres negras se organizassem tendo como finalidade a interferência nos espaços de decisão, a conscientização das suas potencialidades, da auto-estima, como protagonistas capazes de transformar, a partir de sua realidade específica, os interesses dos que não têm poder em desafiar as estruturas existentes. Segundo a atual Presidenta da entidade:

(...) empoderamento a gente tem de entender que não é um empoderamento apenas financeiro. É um empoderamento a partir do momento que você se olha e se vê: eu não estou na Globo, mas eu também sou bonita! Eu acho que isso também é poder; se observar para além da televisão, para além do mito da mulata, da mulata exportação, da mulata é a tal. Quando a gente quer empoderar as mulheres é pra dizer pra elas: “Olha vocês têm outras alternativas na vida”. É essa questão. Quando você parte do momento, que você capacita essas pessoas, que você fala dos direitos dessa pessoa, faz as pessoas pensarem a partir da história das mulheres negras no Brasil, das africanas e negras do Brasil, você passa a fazer os outros entenderem que tem outros valores que podem ser conquistados e não necessariamente esses que são impostos. (Deise Benedito, Presidenta da Fala Preta! entrevista cedida em janeiro de 2009)

Na maioria das vezes, o significado de empoderamento está associado a privilégios ou à garantia de todos os direitos sociais. O termo subentende uma redefinição da política no sentido de abranger tanto o espaço do cotidiano como o espaço público. Esse conceito não é estanque, podendo significar organização social e conscientização no sentido de garantir direitos inalienáveis como moradia, trabalho, educação. Essa conscientização consiste no despertar tanto individual quanto coletivo, diferente do que é imposto por uma sociedade pensada na individualização, onde as desigualdades são entendidas como resultado das capacidades individuais e têm como intuito responsabilizar pessoas, desobrigando o

⁴ O conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, nos anos 1970, através da bandeira do poder negro, como forma de auto-valorização e conquista de uma cidadania plena. O termo começou a ser usado pelo movimento de mulheres ainda nos anos setenta. Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres, enquanto gênero. As mulheres tornam-se empoderadas por meio da tomada de decisões coletivas e individuais.

Estado de sua real função, atribuindo-lhe uma política paliativa que não corresponde às reais necessidades de uma sociedade que se quer democrática. Enquanto os movimentos sociais, nesse caso específico das mulheres negras, reivindicam políticas de reparação, o Estado implementa políticas assistencialistas, como o Bolsa Família, políticas que não resolvem as demandas da população pobre, que na sua maioria é negra: alijada de direitos, a mulher negra sente necessidade de se organizar. Todavia, para que o Estado se responsabilize pelas suas funções, é necessário que a sociedade (nesse caso particularmente as mulheres negras) adquira poder de denunciar e de impulsionar ações que levem o Estado a cumprir com seu papel de órgão promotor de igualdade de oportunidades.

No dia 25 de abril de 1997, em Assembléia Geral, convocada para a sua fundação, aprovação do Estatuto e eleição de seu Conselho Diretor, definiu-se que a missão da Fala Preta! seria:

“(...) a de promover o desenvolvimento humano sustentável, buscando a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, especialmente a discriminação étnico-racial e de gênero, com base nos princípios éticos da igualdade, equidade e justiça, na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos humanos e reprodutivos”.

Como objetivos específicos, a entidade pretende:

- Promover e defender os direitos humanos da população negra;
- Promover o desenvolvimento humano sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações negras;
- Contribuir para a construção de um conhecimento crítico acerca das mulheres negras e da população negra nas áreas de sexualidade e saúde produtiva;
- Formar mulheres e jovens em torno de questões de saúde reprodutiva, direitos humanos e educação ambiental;
- Contribuir para o desenho e implementação de políticas públicas que promovam a igualdade étnica e de gênero, especialmente no campo de saúde reprodutiva;
- Capacitar mulheres e jovens para a inserção no mercado de trabalho;

- Colaborar para o fortalecimento e articulação das mulheres negras no nível local, nacional e internacional;
- Combater todas as formas de violência contra as mulheres, população negra e outros grupos discriminados;
- Disseminar informações acerca das mulheres negras, relações de gênero e raça.

O nome da entidade também merece menção, já que se inspirou no nome de uma revista chamada Fala Preta publicada pelo Geledés, destinada aos jovens negros integrantes do Projeto Salva Vidas. As jovens insistiram no nome Fala Preta, por uma questão de simbolismo, portanto se auto-declarando pretas e não negras. As adultas aceitaram a sugestão, indicativamente, para mais tarde decidir e ratificar o nome da nova organização. No entanto, como o nome da revista já havia se consolidado nacionalmente, acabou ganhando força e, para contemplar todas as idades, foi batizada como “Fala Preta! Organização de Mulheres Negras”. Nas palavras de Edna Roland:

A gente tinha que decidir o nome. Então ficou: Fala Preta! Organização de Mulheres Negras. (...) Mas falamos pra todo mundo que isso não era o fundamental, denominar (...) quem se considera preto é preto e negro é negro, é uma questão que varia geograficamente e historicamente. A minha geração se auto definiu como negra e a geração das meninas mais jovens se denominaram pretas, então a entidade ganhou esse nome. (Edna Roland, Presidenta de Honra da Fala Preta! entrevista cedida em junho de 2008).

Figura 1



(Revista Geledés, Projeto “Salva Vidas”).

Como mulher negra, considero que minha primeira experiência com a violência de gênero, raça e classe se deu ainda nos primeiros anos escolares, quando mesmo inconscientemente senti na pele as agruras de ser negra em um espaço de concepção branca. Todavia, de ascendência africana e como filha de Iemanjá Ogunté, fui aprendendo a me defender e a buscar alternativas que colaborassem na construção de uma outra sociedade que respeitasse as diversidades e promovesse a igualdade de oportunidades.

É como militante política e pesquisadora que pretendo colaborar para que seja resgatada nossa memória, a partir de um grupo de mulheres negras, que se propõe a problematizar a discussão de gênero, em uma perspectiva de raça e classe. A pesquisa busca analisar temas como violência, saúde reprodutiva, afetividade e aborto, a partir das especificidades de mulheres negras e pobres. Acredito com isso poder colaborar no sentido de descortinar as riquíssimas histórias em diferentes linguagens de mulheres negras, resgatando categorias, conceitos que,

se não forem registrados, não poderão remeter a novas pesquisas ou continuarão a reboque de uma visão eurocêntrica.

O presente estudo, portanto, tem como objetivo geral, conhecer e compreender a atuação da entidade Fala Preta! junto às mulheres negras nesses dez últimos anos de existência.

São objetivos específicos nesta pesquisa:

- a) Identificar como a Fala Preta! elaborou sua organização, e assentada em quais princípios e fins;
- b) Caracterizar, a partir do exame de documentos pertinentes e de entrevistas realizadas por esta pesquisadora, o trabalho da entidade com mulheres vítimas de violência;
- c) Compreender como a equipe da entidade se organizou diante das pautas do movimento feminista, especificamente, saúde reprodutiva e aborto;
- d) Identificar os avanços e dificuldades da Fala Preta! nos dez anos pesquisados.

Norteadas por esses objetivos, levanto os seguintes problemas:

- 1) Embora o trabalho da organização FALA PRETA! busque o empoderamento das mulheres negras e o seu engajamento na luta contra o racismo e a discriminação, a atuação militante ainda é desafiada pelo patriarcalismo, sexismo e racismo que enfrentam cotidianamente nos diferentes espaços sociais
- 2) Se por um lado, a questão da origem de recursos da entidade se constituiu em um conflito, por outro, poucas eram de início as alternativas para subsidiá-la e garantir sua sobrevivência e atuação.
- 3) Embora árduo o caminho, a Fala Preta! resiste e expande seu leque de atuação, fazendo diferença no espaço urbano em que ocupa e atua.
- 4) Que avaliação tem a entidade sobre sua contribuição para o empoderamento das mulheres que passaram pelos seus projetos?

- 5) Que avaliação fazem as mulheres que participaram dos projetos da contribuição dos mesmos em seu cotidiano e nas relações sociais, tendo em vista seu empoderamento na vida privada assim como de toda a categoria de mulheres negras.

Metodologicamente, procedeu-se a uma leitura atenta de parte da literatura produzida pelas teóricas feministas brancas e negras, brasileiras e estrangeiras, entre elas, Sandra Harding, Patrícia Hill Collins, Bell Hooks, Heleieth Saffioti, Neusa Santos, Maria José de Oliveira e Luiza Bairos, que partem do pressuposto de que as categorias feministas são instáveis, derrubando o paradigma de mulher universal e considerando as clivagens de gênero, raça e classe instáveis e sempre em processo de mudança. O livro *Quotidiano e Poder* (1995), da historiadora Maria Odila da Silva Leite Dias, emerge como principal referência já que sua temática e métodos, os modos de apreensão e compreensão críticas da vida das mulheres historicamente situadas, fundamentam as questões desta dissertação.

Buscou-se, inspirada na teoria da hermenêutica do cotidiano escapar de categorias racionalistas e totalizantes às quais se pretende abandonar. Dito de forma emblemática:

A hermenêutica do cotidiano, que consiste na teoria possível dos estudos feministas, remete por sua vez à hermenêutica das Ciências Sociais. Os estudos feministas abrem-se para um campo essencialmente multidisciplinar onde a perspectiva de uma pluralidade de métodos é interessante e mesmo imprescindível para a reconstituição crítica da experiência social das mulheres, de modo a documentar toda a sua diversidade e a explorar, *ad infinitum* as diferenças. Não necessariamente no sentido de encadear fragmentos de um relativismo cultural sem fronteiras, mas na busca de novas totalidades parciais, com as quais podemos sonhar, na medida em que acumulam novos conhecimentos e se expandem as fronteiras do espírito crítico. (...). (Dias, 1992)

Essa abordagem mostra-se também fecunda, ao tratar a linguagem e o trabalho do pensamento como expressão histórica; admite que o observador ou observadora não são imparciais nem estão fora do seu tempo. Essa conduta metodológica favorece a compreensão de documentos escritos, assim como da fala e de eventuais depoimentos, como resultantes de um processo social de conhecimento, no qual as particularidades são importantes e adquirem sentido quando se desvenda o modo como estão articuladas. Debrucei-me ainda sobre

alguns cientistas sociais como Octavio Ianni, Florestam Fernandes, Lilia Schwarcz e Kabengele Munanga, que tratam do escravismo no Brasil, de forma crítica e dialética.

Quando da elaboração de meu projeto de pesquisa, pensei ser possível dar conta de parte da problemática com um universo menor de entrevistas; no entanto, no percurso do trabalho e em contato mais aproximado com as fontes, percebi ser necessário abrir mão de algumas para manter diálogo com um número maior de mulheres, para abranger tanto as dirigentes da entidade como as que participaram dos projetos acima referidos. Foram realizadas 13 entrevistas com mulheres, sendo 06 da direção e 07 de mulheres em algum momento estiveram envolvidas em projetos da Fala Preta!. Em anexo encontram-se as entrevistas na íntegra. Todavia, para não expor publicamente as mulheres vítimas de violência, envolvidas nos projetos, utilizei nomes fictícios, preservando assim suas identidades.

Foram entrevistados também o atual Secretário do Meio Ambiente da cidade de São Paulo, que em 1989, como secretário de Saúde implantou o serviço de aborto legal na cidade de São Paulo, e uma mestrandia norte-americana, que veio ao Brasil conhecer a realidade das mulheres negras brasileiras para sua dissertação na Universidade de Chicago. O que nos aproximou foi a semelhança de nossos trabalhos, principalmente em relação às categorias gênero, raça e classe. Além das entrevistas, trabalhei fontes documentais produzidas pela entidade como atas, relatórios e projetos da organização.

Como recorte de observação e análise, selecionei os projetos: Construindo Nossa Cumplicidade; Articulando Redes Integradas de Atendimento e Controle Social para o enfrentamento à Violência Contra as Mulheres nos Municípios Paulistas, e o “PIMDHESC” – Potencializar a Intervenção de Mulheres Negras em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais; além disso, interessei-me pela pesquisa: O Aborto numa Perspectiva Étnica e de Gênero, desenvolvido pela Fala Preta! Esses projetos trouxeram respostas às perguntas dessa pesquisadora e acabou por delinear os capítulos desta dissertação.

No Primeiro Capítulo, problematizo a emergência da entidade Fala Preta! como uma resposta às novas demandas e desafios postos às mulheres negras na zona urbana de São Paulo, diante das profundas mudanças da sociedade brasileira contemporânea e cronicamente excludente. Apresento a origem da Fala Preta! no período delimitado.

No Segundo Capítulo, trato das questões de violência que perpassam os projetos priorizados: Construindo Nossa Cumplicidade – Grupos de Auto – Ajuda, Articulando Redes Integradas de Atendimento e Controle Social, PIMDHESC - Potencializar a Intervenção de Mulheres Negras em Direitos Humanos, Econômicos Sociais e Culturais.

No Terceiro Capítulo, são discutidas as questões de saúde reprodutiva e aborto, a partir dos projetos implementados, assim como a posição da entidade frente às polêmicas suscitadas e sua participação nas mobilizações feministas em relação à descriminalização do aborto.

No Quarto Capítulo trato da atuação da Fala Preta!, da sua conjuntura atual e da experiência desenvolvida junto às mulheres negras que mantiveram vínculo com a entidade. Em suma, nele trato dos problemas anteriormente apontados, seu alcance e limites e a repercussão na sociedade, bem como das novas lideranças e instituições que surgiram a partir dela.

Por fim, nas considerações finais apresento a experiência histórica, de que trato nesta dissertação, entendida como *constructo* social inacabado, em permanente tensão.

Retomando a epígrafe que abre esse trabalho, conviria sublinhar que a luta da mulher negra não é por uma necessidade estética, mas por sobrevivência; afinal pulamos miúdo para nos safarmos dos golpes da vida.

CAPÍTULO I

Sou negra
ponto final
 Devolvo-me a identidade
 Rasgo a minha certidão
 Sou negra sem reticências
 Sem vírgulas
 Sem ausências
 Sou negra balacobaco
 Sou negra noite cansaço
 Sou negra ponto final.
 (Poema Resgate – Alzira Rufino).

DO FEMINISMO NEGRO NASCE A FALA PRETA!

No Brasil as diferenças de gênero, raça e classe são os eixos estruturantes de uma sociedade patriarcal e elitista, tornando alguns mais cidadãos que outros; a democracia traz a liberdade para vender sua força de trabalho, para uma “mais valia”, que vale mais a depender da cor da pele e do gênero.

Eu fui a uma favela e foi muito duro para eu ver a pobreza, ver crianças pelas ruas, as pessoas sem espaço para nada. Vi na Avenida Paulista muita riqueza, com muitas pessoas com dinheiro para comprar o que quiser, e fiz uma comparação das vidas das pessoas que vivem na mesma cidade e pude perceber a relação entre raça e classe, que é muito clara aqui em São Paulo. Na Avenida Paulista pude ver negros e negras limpando ruas, tirando lixos, mas as pessoas que trabalham dentro das lojas não são negros. É uma pena dentro de um país que tem grandes recursos, então eu acho que as mulheres negras têm muito trabalho no futuro, mas as jovens têm uma perspectiva mais favorável, elas também lutam para melhorar a situação para as mulheres negras aqui no Brasil. Eu acho que elas vão mudar o futuro. (Jaira J. Harrington, 23 anos, mestranda pela Universidade de Chicago - entrevista cedida em 18/07/2009)

Se tomarmos alguns dos vários níveis dos quais se pode estar excluído, ou excluída, as mulheres negras nesses quesitos, ganham de todas as demais categorias: na exclusão crônica do mercado de trabalho, do trabalho regular, (parcial e precário), na exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários, na primazia que lhe é atribuída para serviços pesados e precários e que não são retribuídos por renda suficiente para garantir um padrão mínimo de subsistência. As mulheres negras sofrem a exclusão em relação à segurança física, à segurança, quanto ao atendimento de saúde e, entre outros, também da exclusão da fruição de

bens culturais e dos direitos humanos. Nesse sentido, se por um lado, o quadro apresentado, demonstra que as situações de exclusão derivam de uma mesma fonte – a dinâmica que move o capitalismo global - por outro lado, sublinha a importância de se levar em consideração as especificidades locais, considerando as relações de gênero, raça e etnia.

Uma discussão acerca da problemática de gênero/raça passa necessariamente pela análise das ideologias discriminatórias e sexistas que perpetuam teorias e práticas androcêntricas. As desigualdades de gênero foram estruturadas para manter as relações de domínio inalteradas, excluindo as mulheres dos espaços de decisão e por consequência do poder. Pode-se perceber essas desigualdades no âmbito da família, do trabalho, da escola, dos sindicatos, dos movimentos sociais, das esferas políticas.

Embora o Brasil seja considerado uma democracia – eleições diretas, sistema de sufrágio mais eficiente contra possíveis fraudes – ainda assim, mantém altos índices de desigualdades sociais que se acentuam à medida que padrões e valores androcêntricos privilegiam o universo masculino em detrimento do feminino. Infiltrados na cultura popular e nas interações cotidianas, esses valores precisam ser desconstruídos e reconstruídos a partir das diferentes representações, identidades e diferenças. Para que o movimento feminista possa vir reparar um dia as injustiças de gênero faz-se necessário que os grupos feministas utilizem as experiências e as vivências cotidianas das mulheres. A descoberta do feminismo está exatamente em incluir na história das mulheres o histórico de suas famílias, de politizar seu trabalho, seu corpo, sua sexualidade, ate mesmo nos pequenos gestos do seu cotidiano.

Um importante passo dado pelas feministas foi o de levar as demandas específicas de gênero para um projeto político mais amplo, que buscasse uma mudança na estrutura econômica sem desconsiderar as questões culturais enraizadas historicamente, entendendo as relações de gênero como relações de poder.

A história das mulheres só pode ser transformada a partir da politização dos valores e papéis femininos naturalizados no seu cotidiano, ampliando a luta para questões mais complexas defendidas pelo movimento de mulheres.

Para Sandra Harding (1993), as dualidades, natureza e cultura, gênero e sexo são construções culturais e como tal devem ser levadas em conta enquanto categorias analíticas. De acordo com esta estudiosa,

O feminismo tem tido um importante papel na demonstração de que não há e nunca houve “homens” genéricos - existindo apenas homens e mulheres classificados em gêneros. Uma vez dissolvida a idéia de um homem essencial e universal, também desaparece a idéia de sua companheira oculta, a mulher. Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura. (Harding, 1993, p. 9).

Nesse sentido, as categorias analíticas feministas são instáveis como o mundo é instável e estando em constante transformação, assim como nós, deve-se levar em conta as diferenças, as polifonias advindas da realidade. O conhecimento moderno têm se apresentado como neutro, racional, validado pelos métodos científicos, geralmente quantitativos, quando na verdade, o conhecimento é androcêntrico, sexista, ocidental e branco.

Estudiosas do tema, como Saffioti e Almeida (1995), afirmam na obra *Violência de Gênero Poder e Impotência*:

O gênero assim como a classe social e a raça /etnia, condiciona a percepção de mundo circundante e o pensamento funciona, assim como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. A postura aqui empossada não consiste em reduzir tudo a gênero, mas em afirmar que ele, como também a raça/etnia e a classe social, são fundantes das relações sociais, pois regula as relações homem-mulher e as relações mulher-mulher”. (Saffioti, Almeida, 1995, p. 23).

As autoras entendem que as clivagens entre classe, gênero e raça/etnia, são as três entidades sociais fundamentais na estruturação da sociedade sendo que, esses sujeitos são determinados pelas relações sociais, mas, dialeticamente, também agem sobre elas.

Portanto, nascer mulher e negra no Brasil significa ter grande possibilidade de exclusão, considerando as desvantagens a que geralmente está submetida a

mulher, negra e pobre. No entanto essas desvantagens devem servir para repensar as teorias analíticas de gênero e para desconstruir paradigmas totalizantes, que não respondem às demandas das negras.

No Brasil a criação do mito de uma pretensa harmonia racial, tende a acentuar uma concepção de mulher universal o que acaba dificultando ainda mais o trabalho das mulheres negras, no sentido de aprofundar o diálogo efetivo em torno de suas singularidades e das reivindicações gerais das mulheres brasileiras:

O feminismo traz uma contribuição importantíssima, do ponto de vista de uma visão de mundo. Mas as feministas também são formadas para desconhecer as desigualdades raciais. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução de desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva de recriação constante dos mecanismos de discriminação racial, dos quais as feministas também têm sido instrumentos (Bairros, 1998, p. 4).

Neusa Santos argumenta:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (Santos, 1983, p. 17-18).

A propósito, Patrícia Hill Collins corrobora com Bairros e Santos ao defender que o conhecimento estimula a mulher a embarcar em uma trajetória de liberdade, mesmo que isso exista apenas em sua mente. E se ela tiver a sorte ou a oportunidade de encontrar outras que estão na mesma trajetória, poderão mudar o mundo em sua volta. Ela questiona: se o conhecimento e a consciência têm impacto importante em uma única mulher negra, que tipo de efeito isso pode ter em um grupo de mulheres? Collins examina como o conhecimento pode fomentar o empoderamento, no entanto acredita que o empoderamento da mulher afro-americana enquanto categoria, não pode acontecer em uma sociedade caracterizada pela opressão e pela injustiça social. Para a autora, um grupo pode alcançar o poder, dominar outros, mas esse não é o tipo de empoderamento, que segundo ela, se observa no feminismo negro.

Para Collins, a especificidade do feminismo negro consiste em desafiar a ideologia androcêntrica, na medida em que adquire consciência da relação raça, classe e gênero. A contribuição dessa teórica é essencial na sistematização do pensamento intelectual feminista negro. Defende como elementos indispensáveis para o avanço das causas raciais e de gênero um aprofundamento de conteúdo temático e o enfoque epistemológico, partindo de experiências concretas de mulheres negras que fazem de seu cotidiano uma militância contínua e incansável.

O pensamento feminista negro consiste em teorias ou pensamentos especializados produzidos por intelectuais afro-americanas, desenhados para expressar o ponto de vista das mulheres negras. As dimensões deste ponto de vista incluem a presença dos temas centrais característicos, a diversidade das experiências das mulheres negras em encontrar estes temas centrais, a variedade da consciência feminista afrocêntrica das mulheres negras em relação a estes temas centrais e suas experiências com eles, e a interdependência das experiências, consciências e ações das mulheres negras. Este pensamento especializado deve buscar infundir nas experiências e pensamentos cotidianos das mulheres negras, novos significados ao rearticular a interdependência das experiências das mulheres negras e (sua) consciência (política). (COLLINS, 1991, p. 32).

Maria José de Barros de Oliveira Araújo, médica, militante e fundadora do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde de São Paulo, sem pretender esgotar o tema, traz uma síntese significativa do movimento de mulheres no país, em particular em São Paulo. Ao abordar a trajetória do movimento feminista, faz referência a alguns conflitos em sua origem. O paradigma de que ‘todos éramos iguais’, durante os primeiros tempos, foi na verdade, um obstáculo para se trabalhar as diferenças existentes entre as mulheres, em particular em relação às lésbicas e às mulheres negras. Segundo Araújo, 1994 nesse primeiro momento teriam sido privilegiados os problemas comuns e subestimadas as diferenças.

Reduzimos, daquela forma, qualquer diferença à diferença entre os sexos e nos irmanamos, de certa maneira artificialmente. (...) As mulheres não tinham outras especificidades a não ser enquanto mulheres. (...) A ignorância das diferenças e das divergências na sororidade⁵ criou períodos de sociabilidade, mas se revelou incapaz e impotente para resolver os conflitos (...). Pelo menos era essa realidade do movimento de mulheres aqui em São Paulo, onde eu vivi, desde o início da minha militância. A especificidade da saúde das mulheres negras começa a ser discutida a partir da reivindicação das próprias mulheres negras (...). No entanto, essa interlocução [mulheres brancas e mulheres negras] não tem se dado sem rancores e incompreensões de ambos os lados. Expressões como ‘as feministas não incorporam os problemas das mulheres negras’ ou ‘as

⁵ Sororidade vem da palavra sóror, empregada por uma feminista francesa no tom irônico de “irmãzinha”.

mulheres negras nos acusam de racismo', são frequentemente ouvidas nos espaços coletivos de reflexão.

Ainda segundo Araújo⁶, apesar da existência de conflitos, o feminismo contribuiu para as mulheres negras tomarem consciência de problemas de saúde específicos do seu grupo. Ainda faltava maiores conhecimentos para discutir as especificidades da população negra, em particular, das próprias mulheres negras, mas também, repensar a ciência enquanto produtora e detentora do conhecimento, que também pode apresentar um caráter racista, elitista e sexista.

Não é possível, nesse espaço tratar dos diferentes aspectos da literatura produzida acerca dos movimentos sociais e do feminismo no Brasil nas últimas décadas do século XX, mas nunca é demais lembrar que o processo de redemocratização favoreceu em mais de um aspecto a reorganização da sociedade civil. Essas mulheres que trazem na pele a cor da luta pela liberdade, assim como suas ancestrais, continuam nas ruas combatendo o racismo, o sexismo e toda forma de opressão, reafirmando o compromisso por uma sociedade pluri-racial com igualdade. Segundo Silva, 2005:

Nascer mulher negra no Brasil já traduz uma história de enfrentamento, que pode ser agravada, com intensidades diferentes, se pertencer a classe trabalhadora, não comparáveis nem com as dificuldades dos homens negros, também vitimizados pela discriminação em nossa sociedade.

A luta anti-racista foi desde os tempos coloniais, marcada pela presença de mulheres negras ocupando papel de destaque, como as negras forras Ana Romana e Domingas Maria do Nascimento em 1789 na Confederação Baiana, Luiza Mahin na Revolta dos Malês em 1835, entre tantas outras desconhecidas como as negras da Barroquinha em Salvador que em 1820, organizaram um movimento, exigindo um cemitério para enterrar os negros, já que eles não eram aceitos nos cemitérios dos brancos. Outros exemplos de resistência vieram de mulheres negras ialorixas e seus terreiros de Candomblé, enfrentando o controle e as perseguições da polícia e de órgãos governamentais. Mãe Aninha quitandeira que em 1910 fundou o Terreiro de Afojá na Bahia, sendo substituída, em 1938, por Mãe Senhora, que, nos versos

⁶ Reflexões Sobre a Saúde da Mulher Negra. Artigo publicado no Jornal da Rede Feminista de Saúde – n.º 23, Março 2001.

do poeta Vinicius de Moraes, tornou-se a zeladora mais famosa do Brasil. Tia Ciata, cozinheira e Mãe de Santo reconhecida na cidade do Rio de Janeiro como eminência da cultura negra, nas primeiras favelas cariocas, inclusive por ser uma das maiores incentivadoras no samba, no início do século XX. Outra grande mulher, que deixou um legado de luta e resistência, foi Mãe Olga de Alaketu. Nascida em 1925, foi determinante na preservação dos costumes e tradições das religiões de matrizes africanas tornando-se a Zeladora mais antiga dos terreiros tradicionais da Bahia.

A propósito, como podemos aferir abaixo, a liderança de mulheres negras escravas do século XIX é explicitada em *Quotidiano e Poder*:

As mulheres escravas exerceram um papel de importância vital nesse processo, simultâneo, de aculturação e de resistência: a família de mulheres só facilitava a substituição e a renovação do culto dos ancestrais, que por sua vez, lançava as bases de um novo convívio social entre os escravos.(...) A preocupação de escravas e forras mais velhas em garantir um ritual fúnebre para si e seus familiares infiltrou-se na documentação escrita das classes senhoriais. O medo de “sobrar” como assombrações, presentes nos testamentos, perpetuou-se no costume de “missa das almas”. As próprias escravas ou forras lideravam as cerimônias fúnebres, intermediárias entre o mundo dos vivos e dos mortos; como tais lavavam os corpos de escravas defuntas, rezavam e intermediavam a sua passagem para o reino dos mortos, assegurando que não ficassem vagando, como “almas penadas”, por falta dos rituais adequados. (Dias, 1995, p.157-161)

Seguramente a rebeldia das mulheres negras ante a imposição de atitudes de dependência e submissão, remonta aos tempos da escravidão. Parte da historiografia enquanto uma criação social de um tempo e de um espaço dados como androcêntricos e racistas, apresenta dificuldades para demonstrar essa afirmação. As mulheres geralmente aparecem, ou são mencionadas de maneira individualizada. A luta por reconhecimento na sociedade nunca foi linear; os avanços e os tropeços em diferentes oportunidades apontam para uma constante ebulição e portanto, em incessante movimento.

Durante uma trajetória de quase 30 anos, o movimento feminista buscou reconhecer e ocupar os espaços privilegiados para tornar públicas as relações de gênero imbricadas nas relações sociais. A partir de suas reflexões, as feministas defenderam sua própria autonomia e independência, na medida em que o movimento não foi engendrado a partir de um discurso reivindicatório ao Estado.

Diferenciou-se, inclusive, de outras formas de organização social, como os sindicatos e os partidos políticos. Isso não equivale dizer que a experiência do movimento feminista brasileiro desconsiderasse os canais populares como espaços de poder e de resistência às desigualdades embutidas nas relações de gênero, apesar de compreenderem ser, no movimento feminista, o lócus privilegiado dessa explicitação. Ao apresentar as formas de inserção e construção de espaços de poder, Celi Regina Pinto (1992), apresenta alguns deles com seus limites e alcances para melhor se compreender a relação entre o movimento feminista, os sindicatos e os partidos políticos. Afirma que as mulheres ao participarem, quebram a sua situação de invisibilidade pública – saem do privado e estabelecem uma teia de relações, o que auferem um conjunto de novas relações, informações e idéias. Mas, em grupos liderados por homens, quando as mulheres são situadas em “departamentos femininos,” solitários, suas premissas e bandeiras tendem a ser discriminadas ou congeladas. Por outro lado, esse campo minado também é de luta e de visibilidade conquistado pelas mulheres.

Nos partidos políticos, especialmente no que diz respeito às questões de gênero, geralmente são tidas como irrelevantes, pouco significativas, ao mesmo tempo em que provocam temor, pois colocariam em xeque a própria estrutura do partido, quando destacadamente é masculina. Nesse sentido, sem favorecer que nele coexistam posições construídas fora de seu âmbito, os agrupamentos de mulheres acabam isolados e instrumentalizados quanto à execução de propostas encaminhadas e deliberadas sem sua aquiescência. Assim, os partidos são, por boa parte do movimento feminista colocados em segundo plano, buscando-se caminhos mais diretos de participação, o que não quer dizer, o abandono ou o afastamento das mulheres desse espaço de luta. Os sindicatos que abrem espaços no aparato estatal, têm suas bases corporativistas na divisão do trabalho e, é a partir das relações do trabalho com o capital que se baseia a organização sindical. Embora não prescindam a priori do corte de gênero, durante muito tempo foi um campo proeminentemente masculino e ainda hoje, não garante na pauta a luta contra as desigualdades entre homens e mulheres, no que diz respeito às relações de trabalho, mas no entanto, oferece um significativo espaço para essa luta. (Op. Cit., Pinto, 1992.)

Outra movimentação por espaços de poder, é ocupada por mulheres cujas reivindicações são próprias, construídas no mundo privado e passaram a re-significar suas identidades e espaços, como por exemplo, grupos de mães, entre outros, por implantação de políticas públicas.

Para o movimento feminista, “a condição feminina” deixa de ser uma questão “corporativa” e passa a ser um problema que perpassa todas as demais relações tanto públicas como do seu cotidiano.

Nas relações sociais ficou evidenciada a dominação estrutural e suas modalidades de poder expressas na vida cotidiana e que apontam para a inferiorização das mulheres. Assim, o movimento feminista politizou a família, a sexualidade, a divisão doméstica do trabalho, as subjetividades, no cotidiano o processo de identificação de homens, mulheres, filhos e filhas. Em encontros com outras mulheres, nas novas relações de vizinhança, de rua, de amizade, estes s novos saberes acabaram por re-significar as relações no espaço público.

A relação do movimento feminista com o Estado se dá de forma indireta, por meio dos demais movimentos sociais populares com demandas específicas, assim como com os sindicatos e até mesmo com alguns partidos políticos, sem encapsular-se e sempre reafirmando sua autonomia.

É notável a clareza das lideranças negras representantes das organizações a respeito do papel do Estado e de sua responsabilidade social. O feminismo, enquanto movimento para delimitar as obrigações para com as mulheres negras na sociedade brasileira, (não confundindo compromisso com reformismo), reforçou a cidadania destas com discurso e prática coerentes com a causa que se propuseram a defender.

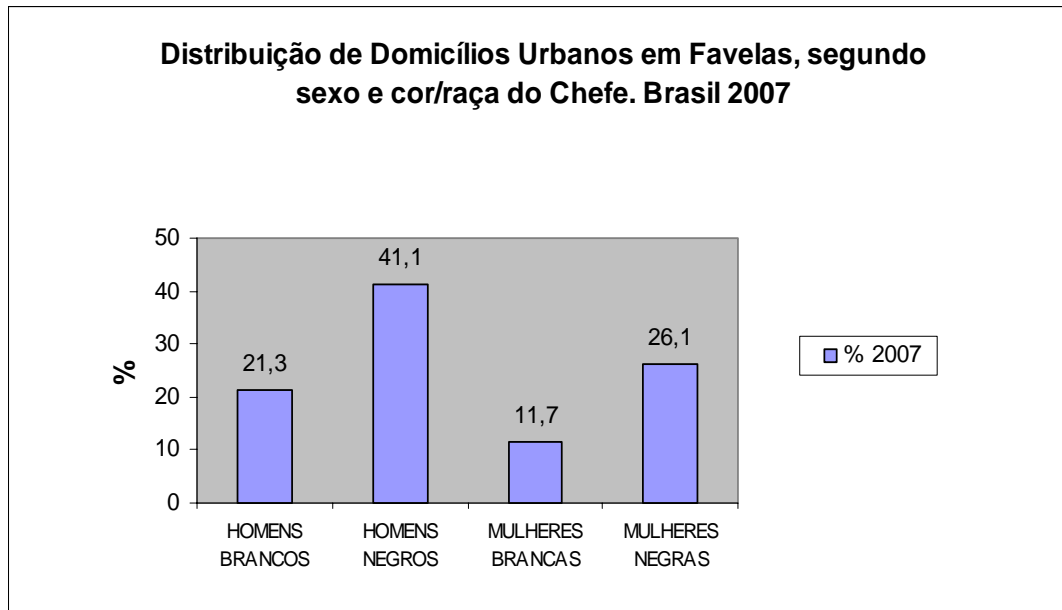
Um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão negra, adotando postura de igualdade racial, na verdade o Brasil continuou a expressar as marcas do racismo secular. Indicadores sociais apontam que a situação política, econômica, social e educacional ainda carrega um forte estigma das marcas do racismo, e que as negras ainda são as mais expostas à pobreza. As famílias chefiadas por elas

continuam mais vulneráveis, ocasionando maior exposição à pobreza e suas conseqüências.

Muitas vezes uma pessoa mora num quarto e cozinha com banheiro do lado de fora e não entende que ela ta morando num quarto e cozinha com banheiro do lado de fora na beira de um córrego e que ela está sendo vítima de uma violação dos Direitos Humanos; que ela tem todo o direito de morar com qualidade e vida digna. Mas como ela é uma mulher negra, sozinha, mãe de três, quatro filhos, com salário baixo, ela é vitimizada por um processo de discriminação. (...) O que justifica uma mulher negra morando com quatro filhos num quarto e cozinha, com banheiro do lado de fora. (...). Por que essa criança não está numa creche de qualidade? Por que essa mulher não está num programa de habitação digno? (...) Agora se por uma ironia do destino, o filho dessa mulher que é essa criança, que brinca no meio do esgoto, que não tem uma escola de qualidade, não teve uma creche pra ficar, que foi criado assistindo o show da Xuxa, foi vivendo naquele quarto e cozinha úmido que quando chove só é forrado com plástico por dentro, uma cama pra dormir quatro, um fogão de duas bocas, um gato em cima do telhado mais seco do que gordo. (...) Se amanhã, depois essa criança pura e simplesmente pegar na droga, for pro tráfico, pegar no revólver, o Estado não tem legitimidade nenhuma em condenar esse garoto a cinco anos e quatro meses. Por que onde esteve esse Estado quando ele era uma criança, quando ele tinha cinco, seis, sete anos de idade? Onde estava esse Estado quando a mãe dele morava num barraco e nunca teve renda suficiente pra entrar num programa da casa própria? Onde estava esse Estado que não garantiu a essa mulher condições de trabalho digno, não numa frente de trabalho com um salário indecente. (Deise Benedito, presidenta da Fala Preta- janeiro de 2009).

O gráfico a seguir, permite visualizar que as negras estão entre o maior contingente de pobreza do país, geralmente habitando os locais insalubres carentes de serviços públicos essenciais, conforme o relato da presidenta da Fala Preta!.

Gráfico 1



Fonte: Retrato das desigualdades no Brasil - UNIFEM/SPM/IPEA - 3ª EDIÇÃO Brasília. 2008

Tendo em vista que o mundo está em constante transformação de modo sutil, é possível afirmar que as mulheres negras no Brasil vêm ao longo dos séculos porfiando com primazia temas cruciais para o debate de gênero, raça e classe. Laboriosamente, buscaram tecer um enredo favorável na trama de opressão a que sempre estiveram submetidas, engendrando de certa maneira um modo feminino de resistência, driblando as agruras de uma legislação racista, sexista e classista.

As urdiduras dos contatos sociais dos escravos, seu pontos de encontro e de circulação de informações eram organizados em torno do pequeno comércio clandestino, e contra eles se voltavam posturas, decretos e leis nem sempre muito fáceis de serem devidamente implementados. Muitas dessas medidas repressivas focalizavam em especial os movimentos das mulheres escravas, vendedoras, em virtude do papel importante que desempenhavam na vida comunitária dos escravos (Dias, 1995, p. 155).

Mais adiante continua:

Posturas e leis repressivas contra as escravas de tabuleiros remontavam às primeiras décadas de exploração de ouro. Nas Minas, após 1728, eram vistas como elementos perigosos, dada a liberdade com que circulavam pelas lavras, entrando e saindo dos arraiais, possivelmente contrabandeando ouro e levando informações e alimentos para os negros

quilombolas. Já em 1719, referindo-se a uma ameaça generalizada de sublevação dos escravos, o Conde de Assumar apontava escravos e negras forras como eventuais elos na conspiração. Em São Paulo, as autoridades também tratavam de limitar a liberdade de movimento de negras vendedoras, tendo em vista o perigo de contatos entre escravos e principalmente escravos fugidos: medidas sucessivas proibiam-nas de sair da cidade “pontes à fora”, fechar as vendas depois das 6, das 7, ou das 9 horas. Infrutíferas ou impossíveis de serem postas em prática, as posturas concernentes aos horários associavam-se às disposições contra o ajustamento noturno de escravos, nas casinhas ou em vendas clandestinas. (Dias, 1995, p.164 -165).

O movimento de mulheres brasileiras desde o início de sua trajetória se posicionou enquanto articulador do combate contra a opressão e o autoritarismo. Embora apresentasse histórico diferenciado, tinha em comum o fato de representarem mulheres violadas em seus direitos.

Com o recrudescimento do regime militar instaurado em 1964, o movimento feminista apoiou ou lutou por demandas iminentes como as da redemocratização do Brasil, assim como as políticas sociais emergentes (contra a carestia, por creches, moradia, emprego e melhores salários), fez com que militantes das camadas médias, protagonistas da causa feminista se aproximassem das mulheres das classes populares.

Esses movimentos se organizam em torno da problemática feminina, mas não são necessariamente constituídos em torno da identidade e das demandas específicas referentes à exclusão ou subordinação. A maioria destes movimentos, em São Paulo, são constituídos por mulheres negras, mas não é a questão racial a razão dessa aglutinação, no entanto a partir de problemas específicos cresce o grau de conscientização e o envolvimento nas lutas emancipatórias. As mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria, a partir dos anos 70. Através dos seus papéis socialmente designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar. Lutaram contra o aumento do custo de vida, demandaram escolas adequadas, centros de saúde, água corrente, transportes, eletrificação, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infra-estrutura urbana. (Soares, 2000, p. 273).

Ainda que na informalidade, as mulheres brasileiras sempre foram auspiciosas na defesa do direito feminino. Entretanto foi na década de 1970, que o movimento feminista brasileiro organizou-se. Uma grande dificuldade se fazia presente naquele momento da história brasileira, tendo alcançado seu ápice com o Ato Institucional nº. 5, em 1968. Em meio ao despotismo exacerbado a década de

1970, atolada por crises econômicas, se tornou ainda mais violenta e arbitrária, impondo às mulheres posicionamento frente ao destino do país.

Com a chegada do General Médici ao poder, acirrou-se as perseguições aos movimentos sociais, entre eles, o dos negros. As lutas raciais foram tomadas como subversivas sofrendo forte repressão.

O movimento negro passou por uma fase de efervescência, numa força aglutinadora que deu vida a grupos como Palmares do Rio Grande do Sul, que em 1971 se reuniu para avaliar, compreender e diagnosticar a situação dos descendentes de africanos no Brasil. Desses encontros elaborou-se a primeira proposta reconhecendo o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra em contraposição ao 13 de Maio. Essa militância, numa ação plural, ao mesmo tempo em que se posicionava contra o regime, vociferou também, pela emergência de uma democratização plena que situasse os descendentes de africanos na liberdade pela qual lutavam há séculos.

Amparados pela semente lançada pelos gaúchos e gestada durante alguns anos, em 1978, em São Paulo, o Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), reuniu negros ansiosos por preservar a cultura ancestral negra e, ao mesmo tempo, reestruturar o Movimento Negro no sentido de fortalecer a luta anti-racista.

O ânimo que unia os diversos grupos de negras e negros proporcionou ao povo brasileiro a oportunidade de assistir em uma manifestação histórica nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, a fundação em 18 de junho 1978 do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Este, em 7 de julho do mesmo ano realizou um grande ato nas escadarias do referido Teatro, em protesto contra a morte do jovem negro Robson Silveira da Luz, que segundo o jornal Versus, morreu torturado pelo poder policial sendo, inclusive, achincalhado pela sua negritude. Outro fato repudiado naquela sexta feira foi contra o Clube de Regatas Tiete que numa ação racista impediu quatro jovens negros, jogadores de voleibol de treinarem no clube. Em 23 de julho do mesmo ano, a organização foi rebatizada como Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

(MNUCDR). Finalmente, em dezembro de 1979, com a realização do 1º Congresso realizado no Rio de Janeiro, consagrou-se como Movimento Negro Unificado (MNU). Propondo-se a alavancar novos rumos na questão racial brasileira, o MNU recusou-se a celebrar o 13 de maio como marco de libertação, apontando para a necessidade de reflexão sobre a data e posicionando-se contraditoriamente à história oficial que glorifica a Lei Áurea como redentora e emancipacionista. Assim, em 4 de novembro de 1978 em assembléia nacional em Salvador, Bahia, o MNU definiu o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, passando a exigir que essa data se transformasse em dia de reflexão e mobilização contra toda forma de racismo e opressão, reafirmando o compromisso com a causa racial, que tem como ícone o líder negro Zumbi dos Palmares, morto nessa data, no ano de 1695. O movimento negro denunciou, em seu discurso os interesses dos homens poderosos fundados na nova estrutura mundial e nos problemas advindos da necessidade de se adequar ao novo modo de produção e de acumulação do capital.

O Movimento Negro Unificado trazia um histórico machista e patriarcal acabando por reproduzir o mesmo conjunto de princípios colonialistas, sem se dar conta de que na tentativa de inibir a movimentação das mulheres poderia retroagir a história, reforçando o projeto político e ideológico dos que apostavam na cantilena da harmonia racial. Contudo as militantes não se comportaram como rogadas. Partiram para a defensiva, denunciando o sexismo dentro do MNU, exigindo igualdade nas decisões e se colocando como uma liderança capaz de também ocupar postos de direção. Daí por diante passaram de maneira arrojada a impor a inclusão de temas relacionados às mulheres negras nas reuniões do movimento.

Embora a participação das mulheres no interior do Movimento Negro Unificado ganhasse amplitude cada vez maior, o complexo universo de suas reivindicações e as limitações das teorias feministas no que diz respeito à questão racial fez com que emergissem grupos de discussão e reflexão acerca dos efeitos do racismo e do sexismo para a população feminina negra. Nesse momento, cabe destacar o importante papel desempenhado pela co-fundadora do MNU, a professora Lélia Gonzalez, uma das principais responsáveis pela introdução das discussões sobre gênero e raça em diferentes espaços públicos. (Schunaher, Brazil, 2007 p. 302).

Apesar dos equívocos e antagonismos de convicções, homens e mulheres que edificaram e consolidaram uma entidade da dimensão do MNU, acabaram por

credenciá-lo como um dos grandes responsáveis pelo fortalecimento de reivindicações por mudanças na educação, na legislação, no combate ao racismo e a todas suas formas de violência. Dentro desse espaço também foi sendo gestado o movimento de mulheres negras. Muitas delas foram se construindo a partir de sua história de vida, que se cruzava com a de outras mulheres, vítimas do racismo institucional e das múltiplas violências sofridas pelas mulheres negras. Entendiam que a situação de vida dos negros não interessava ao projeto político econômico estabelecido pela nova ordem mundial desde fins do século XIX.

Entre os negros desaparecidos e mortos pela repressão – cerca de 40 pessoas – destaca-se Luiz José da Cunha, conhecido como Comandante Criollo, dirigente da ALN – Aliança Libertadora Nacional, que recentemente teve seus restos mortais identificados e sepultados pela sua família. Pode-se perceber como os anos duros foram de veemente combate por parte dos homens e mulheres do movimento negro.

A participação das mulheres foi tão intensa, que no ano de 1975 espalhou-se pelo país. É nesse momento em que surgiu o movimento feminino pela Anistia liderado por Terezinha Zerbiní⁷. Em 1978 se deu a realização do primeiro congresso da mulher metalúrgica do sindicato de São Bernardo do Campo e em 1979 o primeiro congresso da Mulher Paulista contando com a participação de lideranças negras. Os dois congressos tiveram a preocupação de discutir as especificidades das mulheres trabalhadoras, como a questão das creches, melhores condições salariais e de trabalho. No Estado de São Paulo destacaram-se os jornais *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976), *O Mulherio* (1981), importantes canais de visibilidade e de informação da organização assim como de reivindicação do movimento feminista.

O ano de 1975 é frequentemente citado como o ano em que os grupos feministas reapareceram nos principais centros urbanos. A partir das comemorações públicas do Dia Internacional da Mulher e reforçadas pelo início da Década da Mulher, proposta pela ONU, várias organizações feministas tomaram forma e vários jornais feministas apareceram. (Soares, 2000, p. 269).

⁷ Advogada, em 1995, organizou o movimento feminino pela anistia, após a realização do Congresso Mundial da Mulher, no México, onde se decidiu que aquele seria o Ano Internacional da Luta pela Anistia.

É imprescindível destacar o destemido papel de mulheres como Tereza Santos e Lélia Gonzalez. A primeira, em seu intento de arrebatrar uma história de resistência, fundou em 1971, em Campinas - São Paulo o grupo Evolução, que se tornou um espaço de promoção e de criação de cultura e arte negra. Em 1983 foi a única negra a integrar o Conselho da Condição Feminina de São Paulo. A segunda, foi a responsável pela formação do grupo de mulheres negras no seio do MNU – Movimento Negro Unificado e, em 1983 fundou o coletivo de mulheres negras Nzinga do Rio de Janeiro.

No final da década de 1970 e no decorrer da de 1980, o movimento de mulheres negras tomou corpo. As negras passaram a defender que as temáticas de gênero, considerassem o recorte étnico, racial e classista. Apesar de todos os indícios apontarem para a necessidade de se ter um outro olhar específico para as questões de gênero e raça, as negras foram taxadas de corporativistas, à época.

Em 1983, quando da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina no Estado de São Paulo, um fato chamou a atenção para as desigualdades e as divergências entre negras e brancas. Ocorreu que o governador Franco Montoro nomeou trinta conselheiras, todas brancas, o que obviamente revoltou militantes negras, as quais, a partir daquele momento se mobilizaram e obtiveram duas grandes conquistas: a primeira foi a nomeação de duas mulheres negras, sendo uma efetiva e a outra suplente; a segunda foi em 1984, a fundação do Coletivo de Mulheres Negras Paulistas. A partir dessa movimentação, resultou no mesmo ano, a fundação do 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras, reunindo cerca de 450 pessoas. Entre as várias demandas priorizaram questões relativas ao corpo, à sexualidade e aos direitos reprodutivos. Foram abordados a urgência de iniciativas de formação e qualificação das mulheres negras para o mercado de trabalho. Também foram discutidos mecanismos de criação, apoio e fortalecimento de canais específicos de denúncia e de atendimento jurídico, psicológico e social às mulheres em situações de violência.

Embora sempre tenham se empenhado contra a ideologia machista e sexista, o movimento de mulheres negras adquiriu maior autoridade durante o III Encontro Feminista Latino Americano ocorrido em Bertioga no ano de 1985. Esse encontro

acabou incentivando a criação de coletivos de mulheres negras nacionalmente. Apesar de as negras estarem articuladas aos movimentos políticos e sociais, assistiu-se ao seu amadurecimento, enquanto categoria feminista negra em decorrência da tensão estabelecida no interior do movimento negro, que sendo machista outorgava às mulheres papel coadjuvante. Também souberam ganhar espaço no movimento feminista, que não levava em consideração suas demandas étnicas e raciais. Indubitavelmente a década de 1980 se configurou para as negras como época de fortalecimento e de criação de coletivos em vários estados brasileiros⁸ que de maneira sistemática passaram a exigir um compromisso com o recorte de gênero no conjunto da luta racial e a zelar para que suas inquietações se tornassem relevantes no corpo do movimento feminista. As feministas brancas, mesmo as progressistas, não compreendiam o impacto que a discriminação de gênero, associado ao de raça, causava às negras e pela necessidade de se embrenhar nesse campo, ativistas e intelectuais negras partiram para uma nova etapa, a de repensar as categorias de análises teóricas feministas negras. Segundo Ângela Davis,⁹

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

Um ônibus vindo do Rio de Janeiro, para o Encontro de Mulheres em Bertioga, trouxe uma parcela considerável de mulheres negras não credenciadas para participarem. Como estopim daquilo que já se anunciava, tal fato desencadeou uma discussão entre os diferentes grupos presentes sobre o direito de participação dessas mulheres. Como resultado, o encontro foi marcado pela participação efetiva

⁸ São Paulo, Minas Gerais Distrito Federal, Maranhão, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Piauí.

⁹ Professora e filósofa socialista, Ângela Davis é feminista afro americana.

das mulheres negras com relevância para os temas acerca do feminismo e do racismo. Das 850 mulheres participantes, 116 se declararam negras ou mestiças¹⁰.

Em 1987, após o encontro de Bertioga, realizou-se em Garanhuns, Pernambuco o IX Encontro Nacional Feminista, onde a participação de mulheres negras - cerca de 200 delegadas foi marcante, não só pelo número expressivo, mas, principalmente, pela postura que assumiram enquanto feministas negras, ao exigirem um posicionamento frente às demandas raciais. Desse encontro nasceu o desejo e a decisão de realização de um Encontro Nacional de Mulheres Negras que acabou ocorrendo em 1988 na cidade de Valença, no Rio de Janeiro. Além da discussão a respeito da estruturação de uma organização articulada em nível nacional, também foram pautadas questões relacionadas às temáticas referentes ao aborto, à sexualidade, à violência contra as mulheres, entre outras, especialmente contra as mulheres negras.

Foi nesse momento de efervescência que um grupo de mulheres negras feministas de São Paulo, vinculadas ao Conselho Estadual da Condição Feminina, por meio do coletivo de mulheres negras criado em 1984 no interior desse organismo, resolveram fundar uma ONG, que tratasse as questões de gênero priorizando o recorte racial. Nasceu dessa iniciativa o Geledés - Instituto da Mulher Negra, uma organização não governamental com a finalidade de corroborar com as políticas de gênero e de raça, incentivando a participação desse segmento nos espaços de formação e organização de políticas públicas.

Sueli Carneiro e Edna Roland¹¹ foram lideranças negras feministas inseridas nas discussões da inclusão racial na temática de gênero nos espaços institucionais. Como tal, resolveram dar um passo adiante e com as demais militantes negras optaram pela constituição de uma Organização Não Governamental, como aponta o depoimento a seguir:

¹⁰ Matilde Ribeiro. "Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing". 1995. Revista de Estudos Feministas. V. 3 n. 2. Rio de Janeiro.

¹¹ Sueli Carneiro é doutora em Filosofia pela USP. É uma das mais importantes feministas negra. Atua nas áreas de raça, gênero e direitos humanos, uma das fundadoras do Geledés. Atualmente está vinculada à USP. Edna Roland, é doutora em Psicologia pela PUC/SP. Feminista negra, atuante no combate ao racismo, foi uma das fundadoras do Geledés e da Fala Preta!. Atualmente, é Secretária de Gênero e Raça da Prefeitura da cidade de Guarulhos, SP e presidenta de honra da Fala Preta!.

Eu estava no Conselho Estadual da Condição Feminina e a Sueli estava no Conselho Nacional dos Direitos Humanos e a gente trabalhava em conjunto. Quando a gente percebe que o espaço institucional estava reduzindo, o que tornava importante a gente ter um espaço de atuação, um espaço não governamental. Ou a gente retomava com o coletivo, o que requeria uma disputa com outras lideranças, ou a gente criava uma nova organização. A gente acabou decidindo criar o Geledés. (Edna Roland, Presidenta de Honra da Fala Preta! entrevista 12/2008).

Criado em 30 de abril de 1988, o Geledés¹² se tornou referência no movimento de mulheres e em particular das negras, assim como para o movimento negro no geral, pois passou a contar com mais um organismo de intervenção contra toda forma de discriminação. Veio opor-se às visões ideológicas do Estado brasileiro de mascaramento da realidade com o mito da democracia racial. O movimento negro também apresentava contradições. Nesse sentido vale a pena atentar para o que nos aponta Lélia Gonzalez abaixo:

Na verdade, falar do movimento negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária. Afinal, nós negros não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis (...). Agora, se a gente junta tudo isso (e muito mais), uma pergunta se coloca: Será que dá pra falar de movimento negro? (...) No entanto, a gente fala. Exatamente porque está apontando para aquilo que os diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja especificidade é o significativo negro, existem divergências, mais ou menos fundas, quanto ao modo de articulação dessa especificidade. (Gonzalez, 1982, p. 18 – 19)

Com o propósito de trabalhar programas de ações afirmativas, sem no entanto, se transformar num gueto, o Geledés se constituiu a partir de uma plataforma ampla e plural, buscando agregar e dialogar com uma multiplicidade de forças, atendo-se à missão institucional de combater o racismo e o sexismo, valorizando e promovendo mulheres negras, em particular, e a comunidade negra em geral, por uma sociedade com maior equidade. Nas palavras de Edna Roland, uma das fundadoras em 1988, do Geledés:

Concebemos o movimento de mulheres negras como uma coisa ampla, que passava pelas mulheres negras que estivessem organizadas em qualquer setor da sociedade, em qualquer forma de organização social que fosse assumida pelas mulheres negras, que no fundo era um fator que contribuiu para a organização de mulheres negras. O essencial era que cada uma de nós tivéssemos essa consciência, nos posicionamentos, enquanto tal e

¹² Instituto da Mulher Negra fundado em 1988. Originalmente Geledés é uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais Yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade.

trabalhássemos para a construção do movimento de mulheres negras, onde quer que estivéssemos.

Com programas voltados para as áreas de Pesquisa, Direitos Humanos, Saúde Reprodutiva, entre outras, o Geledés se tornou uma das mais respeitadas e experientes entidades feministas brasileiras, o que lhe deu condições de organizar o *Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras em Itapequerica da Serra*, no Estado de São Paulo, com vistas à *3ª Conferência de População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas* ocorrida no Cairo, em 1994. Com 45 representantes de 16 Estados da Federação¹³, o seminário obteve como resultado a aprovação em consenso de um documento intitulado, *Declaração de Itapequerica da Serra Mulheres Negras*, com recomendações de estratégias e alianças a serem adotadas no sentido de municiar as intervenções e de animar os encaminhamentos da representação brasileira em relação ao tema Saúde e Direitos Reprodutivos a serem defendidos na capital egípcia. O documento fez sérias críticas ao Estado mínimo, exigindo políticas de distribuição de renda, reforma agrária, de saúde, emprego, educação, habitação, que levassem em consideração as desigualdades étnicas de gênero e de classe.

Foi nessa conjuntura de pauperização do Estado e conseqüentemente de crescimento das organizações não governamentais, que, com seu gabarito teórico e projetos bem delineados, o Geledés deu um salto de qualidade com propostas para efetivação de políticas afirmativas quebrando velhos paradigmas, inclusive dentro do movimento negro, onde a mulher também é oprimida pelo homem negro, que embora partilhe da mesma causa não deixou de ser influenciado pela ideologia patriarcal. Os militantes negros, na maioria das vezes, não têm a compreensão de que é preciso considerar a perspectiva de gênero para fortalecer a luta anti-racista. Foi nessa linha paradigmática que o Geledés acabou estimulando o surgimento de novas organizações feministas, em particular, as negras, como a Casa de Cultura da Mulher Negra na cidade de Santos (1990); a Criola (1992), no Rio de Janeiro e o Coletivo Esperança Garcia, (1991), no Piauí. Consolidaram uma frente política articulada e passaram a disputar espaço tanto no movimento feminista quanto com aos companheiros negros, engendrando um movimento plural, ao abordar as

¹³ Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul.

categorias de gênero, raça e classe enquanto pilar para construção de uma sociedade, onde as instituições não mais traduzissem os interesses, ações e mecanismos de exclusão dos grupos dominantes. Nesse aspecto, é sempre bom lembrar o que emblematicamente nos diz Lélia Gonzalez:

(...) Desnecessário é dizer que o movimento negro não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo, como já dissemos. Todavia, como nós, mulheres e homens negros, nos conhecemos muito bem, nossas relações, apesar de todos os “pegas”, desenvolvem-se num plano mais igualitário cujas raízes, (...) provêm de um mesmo solo: a experiência cultural comum (Gonzalez, 1991, p.179-180)

Em meio às divergências e às dificuldades econômicas estruturais, o movimento negro brasileiro sempre lutou pela unidade nos momentos cruciais conseguindo, de maneira impar, impor-se no cenário nacional. Em 1995, as organizações negras e do movimento social se uniram para celebrar os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares numa grandiosa manifestação no Palácio do Planalto intitulada *Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida*. Sua comissão executiva foi composta pelos representantes das seguintes organizações: Agentes de Pastorais Negros (APNS), Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB), Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Comunidades Negras Rurais, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento pelas Reparações (MPR), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Movimento de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Grupo de União e Consciência Negra (CRUCON). As diversas entidades envolvidas na organização traçaram um diagnóstico da situação do negro no Brasil, apontando o racismo vivenciado no dia a dia dos negros, seja na escola, na divisão racial do trabalho, na saúde, na violência, no desrespeito às religiões de origem africanas, no seu direito a terra. Ao fim da manifestação foi entregue um documento ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, assim concluindo:

Por fim, a adoção de políticas de promoção da igualdade só terá eficácia na medida de sua sincronia com um modelo de desenvolvimento comprometido

com a geração de emprego, a distribuição da terra e da renda, a justiça social, a preservação da vida e a construção de novos horizontes para as gerações futuras.

Mas constitui, por, a ampliação das possibilidades de novos consensos capazes de potencializar a ação política voltada para a superação das iniquidades sociais e a consolidação da democracia.

Por esse ângulo, o presente documento se inscreve na luta histórica do povo negro brasileiro, na esperança e na certeza de que da nossa ação nascerá a sociedade idealizada por Zumbi dos Palmares¹⁴.

A Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, incitou a formação de lideranças masculinas e femininas as quais, passaram a conduzir rumos da luta anti-racista elevando a questão racial para o topo dos problemas emergentes a serem solucionados. Um instrumento importante para tal, foi o *Jornal Írohín*¹⁵. Em suma, o tema racismo passou a ser um requisito necessário na pauta da política brasileira.

Nesse ensejo de luta dinâmica encontramos as mulheres negras protagonizando, nos locais onde atuavam, a indispensável necessidade de priorizar as discussões raciais com recorte de gênero.

Em todas as iniciativas em que estavam inseridas, as militantes negras, atuaram mobilizando, problematizando e debatendo as questões de raça e gênero. Como exemplo: Diva Moreira, integrante do movimento de mulheres negras de Minas Gerais, assumiu a *SMACON – Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra*, primeira secretaria de governo no Brasil voltada para assuntos étnico-raciais; em 2001, Luiza Bairros, assumiu a coordenação do grupo interagencial para questão racial PNUD – *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* – cuja tarefa era incorporar a dimensão racial aos programas de cooperação internacional; Lucila Blato, passou em 2002 a fazer parte do grupo de relatores nacionais da Plataforma DHESC – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais; em maio de 2003, a médica Fátima Oliveira, foi eleita secretária executiva de direitos sexuais e reprodutivos da rede nacional feminista.

¹⁴ Conclusão do documento, apresentado ao senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso em 20 de novembro de 1995, durante a *Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, Cidadania e Vida*.

¹⁵ Fundado em 1996, como resultado da *Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida*, veículo de comunicação voltado para causas raciais.

Também ganharam forças as reivindicações por políticas públicas deliberadas pelos conselhos em diferentes âmbitos, e implementadas pelos respectivos executivos por meio de assessorias ou de Coordenadorias de Promoção da Igualdade Racial.

A maioria política adquirida pelas mulheres negras no decorrer dessas décadas propiciou o reconhecimento de sua capacidade de pensar e de desenvolver gradualmente propostas para o conjunto de mulheres negras, que embora apresentem um referencial comum, não apresentavam unanimidade em suas histórias de vida.

Hábéis e vivazes, as mulheres negras engajadas nos diversos movimentos sociais, em particular os de mulheres negras, acabaram gradualmente tornando-se lideranças, extrapolando limites impostos, impondo-se e galgando espaços importantes no movimento feminista e negro.

Nas últimas décadas, as afro-brasileiras vem colhendo o resultado de seus esforços. Assim, além de construírem seus próprios espaços têm conquistado os legítimos lugares no movimento feminista nacional e internacional. (Schunaher & Brazil, 2007, p. 329)

O Geledés reuniu em seu corpo de militantes um celeiro de mulheres capazes de articular metodologicamente o enfrentamento cotidiano na defesa de seus direitos enquanto negras. No ano de 1997, o Programa de Saúde através de decisão coletiva desvinculou-se do Geledés optando por alçar voo solo e fundando uma nova organização não governamental: a *Fala Preta! Organização de Mulheres Negras*. Desde sua fundação em 1997, esteve a frente da luta feminista, sendo mais uma entidade a entremear as políticas de gênero e raça. Sempre atuou em ações educativas, desenvolvendo uma proposta pedagógica para o fortalecimento de mulheres e jovens negros (as) integrando saúde reprodutiva ao desenvolvimento de habilidades técnicas profissionalizantes, capacidades de comunicação e expressão, conhecimentos de direitos humanos e educação ambiental, estimulando a participação e organização das mulheres negras em suas comunidades. Desenvolvendo projetos e ações voltadas para o crescimento e elevação da auto-estima, priorizando nas suas estratégias de ação a capacitação de mulheres e a

formulação e implementação de políticas públicas que promovessem a igualdade étnica e de gênero. Do mesmo modo sempre esteve presente em atividades dos movimentos sociais, em particular o feminista negro tanto no Brasil como no exterior¹⁶.

1.1 Mulheres Negras Brasileiras Além das Fronteiras.

O ano de 2000 foi entusiástico e de grande visibilidade para as mulheres negras brasileiras. A *III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas* que se realizou em Durban, na África do Sul em 2001 mobilizou importantes lideranças do movimento negro brasileiro e mundial bem como outros segmentos, também vitimados por preconceito e intolerância. A conferência tinha como norte a construção de propostas e de um plano de ação capazes de auxiliar os países no seu dever de garantir uma sociedade com igualdade de oportunidades.

A Fala Preta! envolta nesse processo de agitação foi uma das responsáveis pela articulação e mobilização das organizações negras brasileiras, dialogando e fomentando o processo de participação positiva das mulheres negras no percurso das atividades propostas.

Vale ressaltar que no primeiro momento, a Fala Preta! não tinha como prioridade a Conferência. Isso porque, segundo seu relatório de atividades¹⁷, não dispunha de financiamento e também estava comprometida como outros projetos da organização. Em 2000, participou do processo de preparação da Conferência. Todavia um acontecimento veio mudar a posição da organização frente a sua participação na III Conferência de Durban. Com a chegada ao Brasil de Mary Robinson, Alta Comissária dos Direitos Humanos, foi se consolidando a participação da Fala Preta! no processo pró Durban.

¹⁶ Reuniões em âmbito nacional de Mulheres Negras, nos Encontros Nacionais de Mulheres Negras; em Seminários Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras, das marchas Zumbi contra o racismo pela cidadania e a vida e Zumbi + 10 no Distrito Federal e conferências, palestras em países como Chile, Uruguai, Argentina, Colômbia, Venezuela, Suíça, África do Sul, Estados Unidos, Alemanha. Estas são algumas das inúmeras atividades com participação da Fala Preta!

¹⁷ Relatório de atividades do ano de 2000 para a Fundação Macarthur.

De participante nas reuniões, a Fala Preta! passou a integrar a comissão responsável por redigir um documento a ser entregue pelas ONGs para Mary Robinson. A partir de então, a Fala Preta! já estava totalmente inserida na *Conferencia de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, organizando reuniões no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, participando do Seminário Nacional de Mulheres Negras e da Reunião da Coordenação Nacional de Entidades Negras.

A organização de mulheres negras Fala Preta! sagrou-se vitoriosa ao conseguir indicar duas representantes da Articulação Nacional de Mulheres Negras (que era responsável pela organização do terceiro encontro de mulheres negras), para integrar a Executiva do *Fórum Nacional de Mulheres Negras* para o processo de preparação da *Conferência Mundial Contra o Racismo*. Como resultado dessas intervenções a Fala Preta! legitimou-se como uma das mais importantes ONGs brasileiras. Teve inclusive a satisfação de presenciar um convite do Alto Comissário das Nações Unidas à Edna Roland que era presidente da entidade na época, para escrever sobre os afro-brasileiros. O trabalho foi apresentado em Santiago do Chile, numa reunião preparatória para Conferência no final de setembro 2000.

No relatório de atividades da Fala Preta! para a Fundação Macarthur, constava a seguinte afirmação correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2000:

(...) Consideramos que fizemos um avanço extraordinário, tendo em vista que no princípio do ano não tínhamos clareza como poderíamos intervir no processo da Conferência Mundial, em função da ausência de recursos específicos e questões políticas que, apesar dos nossos esforços e declarações públicas de busca de ação unitária, permanecem ainda não superadas. Contando com as mulheres que de uma forma ou de outra conseguiram financiamento - direta ou indiretamente - fomos capazes de levar 10 mulheres à Santiago, número que havíamos estabelecido em nossa meta. Cabe agora buscar novos recursos para a 2ª Precon em Genebra (junho) e para Conferência Mundial em Durban (agosto-setembro), bem como buscar melhorar a qualidade da nossa intervenção.

A *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*, ainda reservava uma inigualável tarefa às mulheres negras brasileiras. Edna Roland foi escolhida em reunião da mesa diretora

do encontro para ser relatora da Conferência, sendo indicada pelo governo brasileiro ao GRULAC (Grupo de Países Latino Americanos e Caribenhos). A ratificação do seu nome pela Comissão Mundial de Conferência colocou o Brasil e as mulheres negras brasileiras em destaque mundial.

O Brasil com cerca de 500 (quinhentos) representantes, contribuiu de forma expressiva no processo da Conferência, granjeando e fomentando no mundo negro representado em Durban, unidade em torno daquilo que une os negros nos mais diversos espaços do planeta: o racismo.

O protagonismo das mulheres negras no conjunto de ações pré e pós Durban, propiciou a criação da AMNB - *Articulação de Mulheres Negras Brasileiras*. Segundo Schumaker e Brazil (2007):

Surgiram com o alvorecer do século XXI duas grandes redes nacionais voltadas para o fortalecimento de grupos e lideranças do movimento de mulheres negras. Com a missão institucional de promover o protagonismo das mulheres nos processos da Conferência de Durban, realizada na África do Sul, foi fundada em setembro de 2002 a AMNB - Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Após a Conferência, os grupos integrantes decidiram por sua continuidade, cuja missão institucional é a de promover a ação política das mulheres negras, construindo marcos referenciais na luta contra o racismo, o sexismo, a lesbofobia, a opressão de classe e todas as formas de preconceito e discriminação. A secretaria executiva ficou sob a responsabilidade da ONG CRIOULA, do Rio de Janeiro.

Ao rever as teorias feministas, sobre a relação estratégica entre gênero, raça e classe, as militantes negras passaram a se aprofundar num exercício de desconstruir mitos, tabus, preconceitos. Entretanto, o maior esforço das militantes negras consistia em alavancar uma mudança significativa na vida das mulheres do seu meio. Nesse contexto, ao mesmo tempo conflituoso e dialético, que o feminismo negro vem ao longo dos tempos re-significando sua história, resgatando memórias e renovando forças para engenhosamente ir quebrando barreiras e criando mecanismos de superação e de mudança. Nesse sentido a contribuição teórica do feminismo negro, foi a de trabalhar a diversidade dos feminismos, colaborando para desconstruir o conceito de mulher universal.

Teorizar analiticamente o feminismo não é tarefa fácil, ao contrário, estudos dessa questão, ainda são incipientes. No entanto, percebe-se um avanço à medida que o movimento de mulheres negras apresenta novas e complexas demandas. As teóricas feministas negras entrelaçam sua militância política com seu trabalho acadêmico, o que muitas vezes é entendido como iniciativas descontínuas e individuais com viés mais político que teórico. Todavia, as teorias feministas negras são as ressonâncias de propostas formuladas, defendidas e articuladas pelas feministas negras cotidianamente. As demandas advindas do movimento de mulheres negras têm sua gênese nas condições sociais, econômicas, políticas e culturais que entrelaçadas sintetizam as agruras de seu cotidiano.

As teóricas negras sempre divididas entre elaboração, problematização e militância, tem papel importante nesta dissertação. Luiza Bairos, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Fátima Araujo, Neusa Santos, Edna Roland e Tereza Santos, vêm ao longo das últimas décadas, aprofundando a teorização acerca do feminismo negro no Brasil, ancoradas no cotidiano das mulheres negras brasileiras, respeitando suas diferenças. Tiveram a firme intenção de abrir um diálogo com diversos movimentos e de elaborar estudos contra a idéia de hegemonia e de centralização, passando a vislumbrar caminhos pensados nas diferenças culturais e nas especificidades das populações do mundo:

O cunho renovador da história social das mulheres, ao concentrar-se nos papéis informais e nas mediações sociais, abre espaço para a relativização das normas e das temporalidades prefixadas. Mais do que isto acumula conhecimentos extremamente diversificados sobre papéis femininos nas mais diferentes culturas, no sentido de documentar *ad infinitum* a diferença, pois, evidentemente, não se trata de estudos históricos comparativos em busca de padrões universais. Destaca-se, ainda, no trabalho da corrente neomarxista da história social, uma meticulosa elaboração das mediações sociais, sem as quais seria impossível para o historiador trabalhar a especificidade histórica de cada sociedade. De onde as abordagens sutis da especificidade histórica do cotidiano na formação das classes sociais, que na década de 60, por sua vez, redundaram em trabalhos inovadores como o de E.P.Thompson (1996). (Dias, 1992, p. 50)

Traçar um debate acerca das categorias gênero, raça e classe no interior do movimento feminista negro, certamente gerou propostas as mais avançadas. No entanto, quando se trata de aglutinar mulheres negras das camadas populares, que vivem as agruras do cotidiano da periferia, vivenciando na pele a tripla discriminação

negra, pobre, mulher, é necessário penetrar no seu universo, no seu histórico de vida, além de considerar os aspectos políticos, econômicos e sociais em que estão inseridas. Geralmente seu cotidiano é marcado pela violência que domina as periferias. Quantas dessas mulheres já não tiveram seus filhos, netos, sobrinhos, vizinhos, irmãos, amigos assassinados! Alguns estudos confirmam que o racismo não só exclui como também mata. Dados estimam que no ano de 2000, cerca de 16 crianças e adolescentes foram assassinados por dia. Entre 14, 15 e 18 anos, a maioria da população negra, ou seja, 70% eram negros pobres residentes em favelas e bairros periféricos.¹⁸

(...) Pela minha história de vida, então eu sabia que se eu não tivesse tido a oportunidade de ter sido adotada, eu poderia ter sido um número no recolhimento provisório de menores numa FEBEM; de uma FEBEM com certeza, eu iria pras ruas; das ruas pras drogas; das drogas pra prostituição; prostituição-roubo, roubo-prisão, então, eu seria um prontuário, eu poderia ser uma mulher presa, entendeu? A gente sabe como são as famílias negras, eu tenho irmãos que eu não conheço, então, daqueles jovens da década de 80 eu não sei se algum não poderia ser meu irmão, meu primo, meu sobrinho que tava morrendo! Então a minha preocupação com a morte dos jovens hoje. Hoje eu me preocupo... poderiam ser meus sobrinhos ou meus primos ou não sei. E a preocupação com as mulheres pretas, porque se eu tive a oportunidade de não ser um prontuário, uma mulher presa ou estar naquela situação, então, caberia a mim o compromisso de na medida do possível falar e defender as reivindicações delas, eu poderia ser uma delas, reunia todas as condições pra ter sido uma dessas mulheres (...). (Deise Benedito, presidenta da Fala Preta! – entrevista cedida em janeiro de 2009).

A Fala Preta! no desafio de manter em pé um feminismo negro, procurou elaborar e executar projetos que estimulassem e empoderassem o maior número de mulheres negras para enfrentar a dura realidade do racismo, do sexismo e da pobreza. Era importante para a organização que o trabalho proposto fosse capaz de envolver o maior número de negras na exigência por ações reparatórias. Os projetos não deveriam servir como válvula de escape, ao contrário disso seriam o motor de transformação sendo a militância mola mestra na disputa e defesa de suas propostas.

Eu sempre tive vontade de fazer alguma coisa pra mudar o meu meio social, pra mudar a situação, não só a minha, mas a situação da minha comunidade; e eu não sabia por onde começar, porque eu tinha uma organização de bairro que era Amigo dos Direitos Sociais. Não era, não era específica de mulheres

¹⁸ Fonte: Relatório "Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças"

nem da comunidade negra. Era de Direitos Sociais (Rita, 45 anos, negra, arte educadora – entrevista cedida em fevereiro de 2009).

É possível dizer que a Fala Preta! tinha como propósito aglutinar mulheres para que se apoderassem de sua origem africana e com determinação resignificassem suas experiências e conhecimentos disseminando-os em todos os espaços de poder - na família, na vizinhança, na rua, no trabalho, nos sindicatos, nos partidos políticos, nos movimentos sociais, no movimento feminista, em particular, o de mulheres negras.

Entendendo que as mulheres deveriam conhecer por outro ângulo a história dos negros e da escravidão, preocuparem-se em mostrar a riqueza da sua cultura, costumes, religião, iguarias e principalmente, tornar patente que os negros nunca foram passivos à escravidão; lutaram durante séculos, fugiram, constituíram quilombos, provocaram revoltas e rebeliões por todo o canto do país, sendo que muitos preferiam lançar mão da vida cometendo o suicídio, a se submeter ao regime escravocrata.

Entidades como a Fala Preta! fazem parte em conjunto com o movimento negro da resistência e luta por uma sociedade autenticamente democrática e pluriétnica. São responsáveis por continuar a trilhar a estrada daquelas que, dos mercados para as senzalas, servindo na lavoura, como ama de leite, ou negra de dentro, jamais deixaram de entoar o canto da liberdade. Amparadas pela fé nos seus ancestrais, no culto aos orixás, contraditoriamente potencializavam sua dor física e moral na luta pela liberdade. As senzalas eram locais, de troca, onde coletivamente solidarizavam-se, reuniam forças e planejavam possíveis fugas. Mesmo com todas as atrocidades, ainda encontravam ânimo para festejar a vida. Festas regadas de muito canto aos sons do batuque energizavam e revigoravam a rijeza para prosseguirem no esforço por sobrevivência e dignidade.

Na última década do século XVI, as mulheres africanas começaram a chegar no chamado Novo Mundo, ou seja, após serem apresadas pelos europeus em suas terras, foram trazidas brutalmente para as Américas, onde em diferentes territórios recém “descobertos” foram cruelmente exploradas. Obrigatoriamente tiveram que servir com exaustão como mão e corpo para toda e qualquer obra. Roubaram delas parte da liberdade e muitas vidas, mas não a memória e os tacos de identidade. Desde os

primeiros momentos resistiram, lutaram e geraram soluções. Ao longo dos tempos reinventaram um Mundo Novo, no qual plantaram as sementes e valores brotaram. Floresceram e deram os mais variados, belos e vigorosos frutos. Agregaram fé, saberes e sabores as maneiras de ser de toda gente, que de geração em geração continua a chegar e ajudar na recriação de novos rumos (Schumacher, Brazil: 2007 p.23).

A Fala Preta! faz parte dessa tradição de luta pela liberdade do povo negro. Aprendeu com seus ancestrais do quilombo a história de mulheres como Aqualtune, princesa africana, vendida como escrava, fugiu e fundou com outros negros, aquele que viria a ser a maior fortaleza de refugiados, o Quilombo de Palmares. Foi nesse esconderijo que segundo fontes orais também reinou Dandara, avó de Zumbi, que com a destruição de Palmares preferiu o suicídio a se tornar escravizada. Desde as senzalas, as mulheres negras vem obtendo e construindo conquistas importantes. Entretanto, muitas outras mulheres tiveram destaque à frente de quilombos. Nesse sentido é fundamental explicitar que Palmares, embora sendo o mais reconhecido, não foi o único a robustecer o projeto de libertação. Como colaboração para uma reflexão apurada o texto a seguir é bem elucidativo:

(...) Em alguns grandes quilombos aparecem indícios de lideranças femininas, assim como das estratégias utilizadas pelos habitantes de manterem suas famílias protegidas. (...) Encontram-se ainda alguns escritos sobre uma rainha, não se sabe se africana ou brasileira, de nome Tereza, que teria sido a líder do Quilombo de Quariterê, no Mato Grosso. Disse que após chefiar a fuga de um grupo de negros e índios, instalou-se próximo a Cuiabá, não muito longe da fronteira com a Bolívia. Durante duas décadas, Tereza impôs tal organização a Quariterê, que o quilombo sobreviveu por duas décadas, até 1770. (...) Outro relato que chegou até os dias atuais diz respeito às irmãs Francisca e Mendeche Ferreira, que com mais quatro mulheres, numa atitude de resistência, fugiram da senzala em busca de um lugar com liberdade e segurança. A história oral aponta o início do século XIX, mais precisamente 1802, como ano em que as seis mulheres chegaram à região de Salgueiro, em Pernambuco, onde fundaram a comunidade hoje conhecida como Conceição das Criolas. Outra liderança mocambeira teria sido Zacimba Gambá da capitania do Espírito Santo. A ainda o nome de Amaria Crioula do quilombo de Manuel Congo, que em 1838, após uma grande rebelião, se instalava no interior de então província do Rio de Janeiro. Outra foi Zeferina, que na década de 1820, comandava os combatentes do quilombo de Urubu em uma revolta ocorrida nos subúrbios de Salvador, Bahia. Fala-se de Felipa Maria Aranha, que teria chefiado um grande mocambo entre Grão-Pará e Tocantins em meados do século XIX e ainda há anotações sobre Mãe Domingas, responsável pelo surgimento da comunidade quilombola de Tapagem, à margem direita do Rio Trombetas, no Pará. (Schumacher, Brazil: 2007, p.82)

Das inúmeras batalhas para aniquilar a escravidão, as mulheres negras vem ao logo dos séculos consolidando um feminismo negro, dando continuidade a labuta de tantas mulheres negras contra a escravidão, atuando em levantes, formando quilombos, estando sempre presentes nas trincheiras e campos de combate. Se espelhando em mulheres como Zeferina, Acotirene, Aqualtune, Francisca e Mendeche e de tantas mulheres negras anônimas, as mulheres negras da atualidade, protagonistas do enegrecimento do feminismo, inauguraram uma nova etapa de resistência, persistindo inclusive no resgate da memória dessas mulheres exigindo demarcação, devolução e titulação das terras remanescentes de quilombos.

A Fala Preta! representa o movimento das senzalas, dos quilombos, das revoltosas urbanas, escravas de ganho, forras e seus tabuleiros. O significado dessa organização de mulheres negras legitima a cada projeto ou ação a luta pelos direitos da mulher negra e pela libertação do povo negro, levando à frente o destemor das mulheres negras em sua luta contra o racismo.

Nesse panorama, além da desconstrução de uma história parcial feita sob a ótica do dominador, era importante também valorizar o histórico de vida dessas mulheres; suas angustias, medos, frustrações, histórico familiar, violência e as relações com seus parceiros. Enfim, era necessário que se sentissem acolhidas.

Chegando lá, mulheres maravilhosas que te levam pra cima que te orientam que te dá força, que te mostra que você é gente que falam que você tem um valor que você pode, que está viva, que é bonita, têm a sua beleza, é capaz, é inteligente. Então mostra o que está escondido. E aquelas mulheres alegres altas pretonas lindas e aquela coisa maravilhosa e você cara, olha, eu posso mesmo, eu tenho o meu valor, eu só tinha esquecido, estava escondido, não sei. A Marlene era medrosa, um bichinho dentro de... um caramujo uma coisa fechada e hoje com muito esforço eu já sou bem diferente, hoje eu já falo, tenho algumas atitudes, eu trabalho, eu consigo mais ver as coisas. (Marlene, 48 anos, negra, auxiliar de enfermagem, entrevista cedida em janeiro de 2009)

Em virtude disso, os projetos pensavam também no corpo como forma de expressão, de identidade, trabalhava-se relaxamento, pintura, poesia, música entre outras, que contribuía para atenuar as tensões de uma vida social sofrida e

perseguida por discriminação, deixando-as mais preparadas e confiantes para interagir nos projetos e posteriormente no próprio meio social onde viviam.

Se para as mulheres no geral, é difícil se libertar das amarras do androcentrismo, para as negras as dificuldades foram sempre ainda mais penosas. A cor de sua pele, seus traços físicos, seu cabelo carapinha não combinam com o modelo eurocêntrico estampado em todos os setores da sociedade. Basta atentar para a propaganda midiática e perceber o conjunto de idéias e opiniões preconceituosas que veiculam. A mulher negra não se vê representada nos meios de comunicação, raramente aparece na mídia televisiva, e quando lá estão, geralmente representam papéis que reforçam sua condição na vida cotidiana; ou seja, os de empregadas domésticas, garçonetes, simples chefes de família. Portanto, quando os meios de comunicação impõem um perfil de mulher com características européias é preciso trabalhar a auto-estima de um povo estigmatizado por sua etnia. A propósito, observa Fernando Conceição que:

As ações políticas, exigindo mais participação positiva de afrodescendentes na mídia, partem de entidades do movimento negro espalhadas por todo o país e deságuam nos poderes Legislativo e Executivo (...). A pressão para que a mídia brasileira incorpore o afrodescendente como elemento compositivo de vida e cotidiano, sem estereótipos, ocorre como fruto de ações combinadas entre intelectuais, artistas, acadêmicos e militantes. Essas ações remontam à criação do Teatro Experimental do Negro, em 1944, passando pelo Cinema Novo e o tropicalismo, e chegando, nos anos 90, a iniciativas como a da atriz Zezé Mota, que fundou uma organização não governamental - o CIDAN - Centro de Documentação e Informação do Artista Negro, que cadastrou e disponibilizou atores afrobrasileiros para o cinema, teatro, televisão e agências publicitárias. (2005, p. 130-131)

Percebe-se que uma sociedade de padrões eurocêntricos, terá como belo o branco de preferência, o rico. No entanto, a figura da mulher, seja negra ou branca é utilizada como produto de exportação.

(...) A gente passa por alguns fenômenos...na década de 1970 eu era adolescente, tinha o mito da mulatalização. Nos anos 80 você vive a Xuxalização, que é a década da loirisse plena e absoluta, onde todas as mulheres bonitas são loiras, a sexualidade é loira, mas as relações ainda de uso de corpo com as mulheres negras... são as meninas negras do Vale do Jequitinhonha que estão na prostituição, lá do Ceará que estão na prostituição, de Salvador que estão na prostituição, então você ainda tem essas relações do uso do corpo. Quando a gente quer empoderar as mulheres é para dizer à elas: olha, vocês tem outras alternativas na vida. Quando você parte do momento que você capacita essas pessoas, que você fala dos direitos delas, faz com que essas mulheres [pensem] a partir da história, de como a história das mulheres negras no Brasil, das africanas

negras no Brasil. Você passa a fazer os outros entenderem que têm outros valores que podem ser conquistados e não necessariamente os impostos. O conceito de empoderamento tem que ser entendido não apenas financeiramente. É um empoderamento a partir do momento que você se olha e se vê, eu não estou na Globo, mas eu também sou bonita. Eu acho que isso também é poder, se observar para além da televisão, para além do mito da mulata, da mulata exportação, da mulata é a tal. (Deise Benedito, presidenta da Fala Preta! – entrevista cedida em janeiro de 2009).

A consequência disso associada à falta de trabalho, má remuneração, moradia precária, e a insistente reiteração de que sua forma física não corresponde aos padrões de beleza, estigmatiza a mulher negra que vive comumente, uma pressão psicológica sistemática que artificialmente tenta convencê-la de que seu lugar na sociedade é o de subordinação. A Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, tinha que acomodar suas atividades, respeitando os níveis de conscientização em que as mulheres se encontravam, elaborando nas discussões de grupo o conceito de gênero, raça e classe, utilizando seus depoimentos para construir seu planejamento, sem deixar de lado seu objetivo de formar mulheres para o exercício do poder. Um poder que faça com que elas se olhem e se reconheçam bonitas. A firmeza da Fala Preta! em permear suas ações para um conjunto de mulheres negras saídas da mesma cumbuca, inclusive as dirigentes, foi de reiteradamente lembrar as sequelas da escravidão que inibiram negros e negras de se reconhecerem como seres humanos capazes de amar e serem amados. Nesse sentido, podemos destacar a seguinte afirmação de uma negra feminista norte americana:

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor.

Imagino que, após o término da escravidão, muitos negros estivessem ansiosos para experimentar relações de intimidade, compromisso e paixão, fora dos limites antes estabelecidos. Mais é também possível que muitos estivessem despreparados para praticar a arte de amar. Essa talvez seja a razão pela qual muitos negros estabeleceram relações familiares espelhadas na brutalidade que conheceram na época da escravidão. (Hooks, 2007, p. 189)

É de se esperar que num contexto regado há séculos por escravidão, injustiças, abandono e desprezo que o Feminismo negro tenha preocupação com a saúde mental dessas mulheres. A Fala Preta! seguindo essa conduta preocupou-se com a reconstituição das histórias de vida dessas mulheres. Mesmo deixando de existir legalmente, na prática a sociedade manteve a memória da escravidão. Continuou a menosprezar uma etnia, utilizando seu poder econômico, político e social para excluir e aviltá-la, fazendo com que as vítimas do sistema se sentissem réis e obviamente culpadas pela sua condição de vida. Muitas mulheres negras enfrentaram problemas psicológicos.

(...) A gente acabava descobrindo mulheres com problemas seriíssimos de alcoolismo, mulheres que sofreram abuso sexual na infância com o pai, com o amigo do pai, com irmão, e depois na idade adulta essa mulher vivia dramas, como tentativa de suicídio, foi quando eu falei a gente vai ter de fazer alguma coisa aí eu tive que formar um grupo e a Mabel me ajudava e me auxiliava no grupo como integrante da Fala Preta!. (Celina, 48 anos, negra, desempregada - entrevista cedida em janeiro de 2009)

(...) Todas tinham um traço em comum que era essa da alma, física é a última, quando é identificada a física é que a alma está doendo faz tempo, seja por assédio moral, desvalorização dentro de casa, agressões e desafeto das pessoas também, não só do marido e do companheiro que falamos, mas também da família que não acolhe, que maltrata, que fica falando que você não é capaz. (Marisa, 38 anos, negra, socióloga – entrevista cedida em janeiro de 2009).

Com o discernimento de que as mulheres negras inseridas nos projetos só poderiam participar do processo de transformação, a partir do momento em que estivessem conscientizadas, A Fala Preta! criou um alicerce consistente para a atuação das mulheres negras, investindo em aprendizado, criando condições para defenderem as categorias gênero, raça e classe em qualquer espaço e situação. Todavia, a recompensa maior estava na troca de experiências cotidianas que possivelmente tornava viável a valorização e o resgate da auto-estima das negras. Mulheres com histórico de violência e subordinação total ao esposo conseguiram trilhar caminhos nunca pensados antes de juntar as Falas Pretas! como podemos perceber no depoimento de uma das mulheres :

Falta muito ainda pra mim, mais eu já consegui bastante coisa. Hoje a Mônica é bonita gostozona (risos), põe cabelo, tira cabelo e sou assim graças a Deus. Fiz cirurgia tirei a barriga, tinha uma barriga enorme, fui lá

tirei a barriga agora fiz cirurgia das varizes ainda vou usar mini-saia, ainda com 50 e fiz tatuagem na barriga. Eu me vejo hoje, como que eu posso dizer linda, eu me acho linda sabe o meu nariz é bonito eu tinha um trauma do meu nariz muito grande, todo mundo falava, que eu não morria afogada não, porque meu nariz era chato demais, entendeu. Eu sou eu, uma mulher feliz que luta que pode, que consegue, depende de mim. Isso não existe, da sua cor, do seu cabelo, você é o que Deus te fez. (Marlene, 48 anos, negra, auxiliar de enfermagem, entrevista cedida em janeiro de 2009)

Mesmo com toda adversidade para conduzir uma organização feminista negra, a Fala Preta! sempre atuou sob a ótica da perseverança. Tinha claro que o discurso baseado na lamentação e na derrota, não servia para fortalecer o movimento, ao contrário disso enfraquecia o movimento feminista negro. Era preciso trabalhar no convencimento de que a raça determina as potencialidades do homem. Compreendendo e respeitando os limites das mulheres que não percebiam que os problemas enfrentados não eram por conta de sua incapacidade, ao mesmo tempo buscavam esclarecer que as dificuldades, os alcances e os limites das mulheres negras só poderiam ser solucionados coletivamente.

Eu descobri que a tragédia na minha vida não era só minha. Antigamente eu lamentava, eu falava: - Nossa por que eu sofro? Eu ficava me vitimizandando. Porque isso acontece comigo? Porque eu apanho? Porque eu tenho tantas marcas no corpo? Porque eu sofro? Aí eu descobri que não era só eu. Eu olhei pra vizinha, a vizinha também apanhava, também tinha marcas no corpo, a filha dela também tava presa, o filho da vizinha foi morto e aquela situação não era só minha, era de uma comunidade, e de repente eu vi que não era só de uma comunidade. Quando eu me deparei, que eu vi que a minha tragédia não era pessoal e sim era uma tragédia étnica e de gênero, aí eu vi que se eu despertei pra isso, eu tinha que despertar outras mulheres. Eu teria que fazer mudanças, nem que isso talvez despendesse de tempo. Porque o que eu tinha a perder em ajudar? Eu achei que teria a ganhar em ver uma sociedade mais justa. (Rita, 45 anos, negra, arte educadora, entrevista cedida em fevereiro de 2009).

A Fala Preta! assim como outras entidades do movimento feminista negro sempre animaram as negras para investir em direção a outros mundos, aproximando mulheres negras entre si para combater preconceitos sociais. É possível comprovar o avanço da Fala Preta!, de como conseguiu trazer para a militância mulheres corajosas, que enfrentando as adversidades da vida, perceberam as suas próprias especificidades enquanto mulheres negras. O depoimento a seguir evidencia esse avanço:

Eu achava que os Direitos Sociais iam resolver os problemas dos cidadãos. Mas aí, eu entendi que não era só mexer nos Direitos Sociais, porque a questão racial e a questão de gênero, elas permeavam todos os Direitos Sociais e ainda outros direitos e que muitas coisas não aconteciam porque o Estado era racista, porque o Estado era homofóbico, porque o Estado era machista. Tinha outros vários problemas no Estado que não deixavam as leis funcionarem. Foi onde através desse encontro em específico que eu modifiquei minha associação. Ela deixou de ser amigos dos Direitos Sociais pra se transformar na Organização Cultural Negra Cidadã. Foi onde eu passei a lutar por Direitos Humanos, racial e de gênero. (Rita, 45 anos, negra, arte educadora, entrevista cedida em fevereiro de 2009).

Com essa concepção, a Fala Preta! se esmerou em recuperar a memória de mulheres negras africanas e suas descendentes, como exemplos a serem seguidos, pois marcaram diferença no tempo e no espaço em que atuaram, contradizendo a história contada às avessas e reconstruindo dialeticamente a verdadeira historiografia da população negra.

Para o crescimento do feminismo negro foi imprescindível recuperar feitos de mulheres determinadas como Tia Ana, que mobilizou escravos para um levante no Ceará, Adelina no Maranhão que com sua ocupação de vendedora conseguia manter contato com o movimento abolicionista, auxiliando na fuga dos escravizados, Procópio dos Santos Rosa líder Kalunga representando o quilombo perante o poder público, tia Maria, fazia parte das vivandeiras, acompanhou a Coluna Prestes sendo capturada e degolada. As Sacerdotisas das religiões afro também impuseram suas marcas, enfrentando perseguições, foram capazes de resistir e preservar viva a religião de seus ancestrais.¹⁹

Para o fortalecimento e a autonomia das mulheres negras em instâncias de decisão e de poder, a Fala Preta! dava ênfase, sobretudo, à auto valorização das negras, acreditando que as armas para derrotar o racismo, o sexismo e a pobreza predominante entre as negras deveriam ser feitas a partir de exemplos de seus ancestrais, que guerrearam, rebelaram-se, mas também dançaram, cantaram, festejaram, cultuaram seus Orixás. Portanto, era essencial que as mulheres negras aprendessem a lidar com a sua realidade cruel e traiçoeira com alegria, perseverança, orgulho e altivez à altura das preciosas heranças deixadas pelos ancestrais negros durante todos esses séculos.

¹⁹ Para maiores detalhes a respeito dessas e outras mulheres ver: Mulheres Negras No Brasil.

(...) Outra palestra foi no CEU da Zona Leste e outra que foi maravilhosa no bairro Jabaquara, lá tinha uma galinhada muita comida e a história das pessoas que ia! Aquela entidade ali no Jabaquara, nossa, nós fazíamos a palestra, aquilo enchia de gente. Lam pessoas de outros lugares, de outras entidades que queriam que a nós falássemos com eles. (Marisa, 38 anos, negra, socióloga – entrevista cedida em janeiro de 2009).

(...) Tipo assim, [tinha] felicidade, atitude, o progresso, frases, assim, palavras firmes. E depois momento de relaxar, que você se sente completamente leve, com aquela música suave, aquele ambiente bem gostozinho fora os lanchinhos...tudo delicado no cantinho preparado. (Marlene, 48 anos, negra, auxiliar de enfermagem–entrevista cedida em janeiro de 2009).

Através de ações afirmativas, a Fala Preta! introduziu a dinâmica de inserir em seus cursos, palestras, seminários e também nos materiais gráficos da organização, um formato vistoso de apresentação. Sem minimizar a realidade vivida pelas mulheres negras, sendo firme na defesa de uma sociedade plurirracial com igualdade de oportunidades, com sutileza, encanto e olhar firme características que entendiam necessárias para se enfrentar o patriarcalismo.

A Fala Preta! atuou em diversos bairros da cidade de São Paulo, onde inclusive teve o maior número de grupos formados, e também em cidades da Grande São Paulo, algumas cidades do interior e até mesmo em outros estados²⁰.

(...) A Fala Preta! inicialmente se fortaleceu a partir do programa de saúde da população negra e depois se ampliou para os direitos das mulheres, juventude negra, questão da sexualidade mais diretamente, das reivindicações das políticas públicas. Começamos a elaborar as proposições das políticas públicas, como se dava e nunca deixamos a base, e isso foi muito bom porque a Fala Preta! toda a elaboração partiu em conjunto com as mulheres da periferia, e nós tivemos assim, ao mesmo tempo em que estávamos aqui dentro de uma coordenação nacional ou internacional, estávamos aqui, na zona leste, na zona sul, na zona norte trabalhando, então essa dinamicidade e nas outras cidades também, porque eu penso que a Fala Preta! superou o conceito de organização, ela passou a ser um movimento, uma ação, um movimento em ação pela e para as mulheres negras. Então as pessoas se sentiam Fala Preta! (...) nós nos multiplicamos porque não era só a equipe. (...) Nós até conseguimos formalizar o ponto preto da Fala Preta!. (Gláucia Matos, Vice-presidenta da Fala Preta - entrevista cedida em novembro de 2008).

Para fomentar o feminismo negro entre as mulheres além da formação de grupos de participação em debates, palestras, seminários, também houve a

²⁰ Rude Ramos São Bernardo do Campo. /SP, Novo Oratório Utinga/SP, Jardim Silvina São Bernardo do Campo/SP, São Paulo (Fala Preta), Jardim São Savério/ SP, Jardim Iva /SP, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Pará, Mato Grosso, entre outros.

preocupação em potencializar toda a criatividade possível tanto para a execução de cada projeto quanto entre as suas participantes. Porém, para Celina, preocupada em conscientizar e politizar um número maior de mulheres, ainda era pouco. Essas atividades deveriam estar disseminadas por toda a periferia.

(...) olha, eu acho que a Fala Preta! está muito centrada aqui no centro da cidade e as mulheres que a gente quer atingir, quer trabalhar, elas estão aonde? Periferia, e pra você tirar as mulheres da periferia pra você trazer pra o centro é complicado, pra você tirar a mulher de dentro da casa dela pra ir até a ONG que é ali perto já é complicado, então eu dizia assim: eu acho que a Fala Preta! tinha que ter núcleos em toda Zona Leste, Zona Norte, Zona Sul, cada lugar tem que ter um grupo da Fala Preta! implantado porque isso trás benefício à Fala Preta! e aos grupos (...) cada um tem sua sobrevivência, tem que sobreviver, tem que trabalhar e eu vejo isso como um ponto negativo,(...) porque aí ela aprendeu de verdade no grupo que dali pra frente ela tem que caminhar sozinha. (Celina, 48 anos, negra, desempregada – entrevista cedida em janeiro de 2009).

Mas, de acordo com Mabel Assis, coordenadora dos grupos de auto-ajuda a organização encontrava dificuldades para manter os seus cursos por toda a periferia da cidade de São Paulo como acima sugeriu Celina. E justifica:

(...) a ausência de financiamento dificultava a contratação de outras profissionais que pudéssemos reproduzir a proposta nas comunidades. Assim como não possibilitava criar outros grupos no espaço físico da própria Fala Preta. Um fator importante que demandava muito atenção refere-se a necessidade permanente reformulação da metodologia dos grupos cujas atividades extrapolavam as paredes da Instituição. (Mabel Assis, coordenadora do grupo de auto-ajuda).

As próximas páginas, sem perder de vista o que abaixo nos aponta Maria Odila Dias (1992), tratam das questões que atingem a todas as mulheres e com maior intensidade as negras: a violência em suas mais diversas manifestações.

(...) O cotidiano, visto pelo prisma de nossa contemporaneidade enquanto espaço de mudança, de resistência ao processo de dominação, define um campo social de múltiplas interseções de fatores que contribuem decisivamente para transcender categorias e polaridades ideológicas. Interseções que aproximam e diluem um no outro, conceitos ideológicos estratégicos como público e o privado, o biológico e o mental, a natureza e a cultura, a razão e as paixões, o sujeito e o objeto – e que envolve, todas, a dualidade das relações de gênero, tanto na medida em que estão determinadas, como no processo em que estão se transformando e sendo transformadas.

CAPÍTULO II

Se a margarida flor
É branca de fato
Qual a cor da Margarida
Que varre o asfalto?
(Dúvida – Esmeralda Ribeiro)

CONSTRUINDO CUMPLICIDADE, MONTANDO REDES E POTENCIALIZANDO MULHERES NEGRAS

No dia 2 de março de 1997, Simone André Diniz, que procurava emprego, leu nos classificados do jornal *Folha de S. Paulo* anúncio de vaga para empregada doméstica, de preferência da cor branca. Não satisfeita, apesar de não preencher os ‘requisitos’, telefonou, candidatando-se. Perguntada sobre sua cor, disse ser negra, sendo então informada que não preenchia os tais ‘requisitos’: “Eu disse que me interessava pela vaga e ao saber que sou negra ela me dispensou, alegando que a cor da pele era critério importante na seleção das candidatas ao emprego”. (Simone Diniz - Boletim do Instituto do Negro Padre Batista. Ano II – nº. 04 - Março de 2003).

Inconformada com a resposta, e munida do anúncio do jornal, Simone prestou queixa na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo, onde foi instaurado Inquérito Policial para apuração dos fatos. Encaminhado para o Ministério Público, no dia 2 de abril de 1997, o promotor encarregado do caso pediu arquivamento do inquérito, decisão esta, corroborada pelo juiz, em 7 de abril do mesmo ano. O fato acabou sendo denunciado pelo Departamento Jurídico do Instituto do Negro Padre Batista, entidade do movimento negro que trata especificamente de crimes raciais e pelo CEJIL (Centro Pela Justiça e o Direito Internacional) à OEA.²¹ Ocorrências como

²¹ A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em uma decisão inédita, condenou o Brasil em um caso de discriminação racial. Segundo OEA, o Estado brasileiro violou artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Convenção Racial, ao permitir que um caso de racismo fosse arquivado sem a abertura sequer de uma ação penal. Para os órgãos da Justiça, a empregada doméstica Simone André Diniz, não foi vítima de discriminação, mesmo sem haver

essas demonstram como, no cotidiano, é comum o assédio moral e/ou sexual aos negros e negras, de maneiras dissimuladas ou mesmo explícitas.

Ser mulher negra hoje é dar continuidade à resistência de muitas outras mulheres escravizadas ou 'libertas' em outros tempos históricos; é fundamentar a tese de que a teorização das mulheres deve levar em conta suas especificidades e os vínculos existentes entre os mecanismos mais amplos de dominação e exploração do capitalismo. Em suma, embora todas as mulheres tenham, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, a marca da violência, as mulheres pobres, e principalmente as negras, estão particularmente mais vulneráveis a uma gama maior de violência, como bem exemplifica o caso de Simone. É importante esclarecer que não é intenção desta pesquisa proceder a uma análise maniqueísta entre o bem e o mal, mesmo porque, ambas são fruto de uma sociedade patriarcal, sexista, machista e violentamente racista que atribui ao natural o que é uma criação cultural; ou seja as negras continuam carregando o peso do escravismo que reproduz violência, a partir do referencial de raça.

Mas qual a relação entre o caso Simone Diniz e a Fala Preta? Em primeiro lugar, o fato de nascerem praticamente juntas: a primeira, em março e a segunda, em abril de 1997. Uma cheia de indignação e provocada por uma necessidade individual de se fazer justiça diante da violência sofrida; a outra já nasceu madura, com lideranças reconhecidas do movimento feminista negro, protagonista do enegrecimento das discussões de gênero, buscando conscientização e mobilização de mulheres negras na luta contra o racismo institucional, como prática de violência e na sua erradicação. Em segundo lugar, ambas se relacionam porque, embora Simone Diniz nunca tenha sido parte integrante da Fala Preta!, sua história se mistura à de outras tantas mulheres anônimas ou líderes que, vítimas de violência, encontraram nos projetos da entidade uma forma de combater o racismo e o sexismo. Reafirmaram, assim, a história de luta de suas ancestrais, renovando forças para atuarem tanto na sua vida cotidiana, como em articulações e participações políticas em diferentes espaços de organizações de mulheres, na

qualquer dúvida de que ela foi preterida em uma vaga de emprego por ser negra. Na época, o Ministério Público pediu o arquivamento do caso; argumentou que não havia "qualquer ato de racismo" ou "base para oferecimento de denúncia". O Instituto do Negro Padre Batista e o Cejil (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) foram os responsáveis pela denúncia. (Folha Online)

realização de projetos sociais para combater toda e qualquer manifestação de poder, submetendo as mulheres às mais variadas formas de violação dos Direitos Humanos.

Em vista desse paralelo entre Simone Diniz e a Fala Preta! , conviria salientar que várias mulheres negras iniciaram sua militância no movimento, movidas pelo sentimento de injustiça a que foram submetidas. Se por um lado a revolta individual talvez possa parecer um ato isolado de indignação frente à injustiça sofrida, por outro, pode desembocar num processo dialético, portanto transformador, incentivando ações conjuntas e intensificando a organização de mulheres negras que, juntas, terão maiores condições de combater o racismo 'cordial' e de adquirir maior consciência a partir da a politização de seu cotidiano.

(...) Eu estava desempregada, fazendo bicos, porque um dos resultados do assédio moral foi não conseguir me inserir no mercado de trabalho, mas eu tinha que sobreviver, com filho, com dor, com um monte de coisas para entender. (...) Eu não tinha idéia, não tinha fundamentado que a questão racial estava vinculada a valor mesmo, e, só depois que eu passei por um processo muito difícil de racismo e assédio moral e que eu fui sentir o que era. Mesmo assim, eu não tinha dimensão do que estava acontecendo (...), eu sentia uma dor que eu precisava entender porque doía, porque eu levava porrada profissionalmente, socialmente, sendo mulher, negra e criando filho. (...) Comecei a busca, a me envolver, entrei na lista do movimento negro, de mulheres negras. (...) Na ocasião eu estava em todo o que era curso, evento, palestra, seminário que tinha sobre a questão racial. Eu me desdobrava e ia fazer. (...) Rolou um e-mail que a Fala Preta! ia promover um curso sobre direitos humanos, botei meu nome na lista. Eu comecei a fazer o curso, achei maravilhoso. (...) Comparando a dor que eu sentia na alma, não era tão grande. (Marisa, 38 anos, negra, socióloga – entrevista cedida em janeiro de 2009).

Bell Hooks²² acentua que as necessidades individuais são tão importantes quanto a luta de resistência coletiva contra o racismo e o sexismo. Unindo pautas com o conjunto do movimento feminista e social, incorporando as especificidades dos diferentes movimentos, buscando um poder que iguale e não divida, haverá possibilidade de se construir algo concreto que mude a correlação de forças e possa intervir decisivamente nas políticas de Estado. Nesse sentido, é importante que as organizações de mulheres negras ocupem cada vez mais espaços nos organismos

²² Feminista norte-americana, ativista social é autora de diversas obras, entre elas: *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism* (1981), *Feminist Theory: From Margin to Center* (1984), *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black* (1989), *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics* (1990).

feministas comprometidos com outra sociedade não mais sexista, racista e patriarcal.

Muitas mulheres se tornaram militantes a partir de sua experiência individual, por sofrer pessoalmente discriminação racial e de gênero. Uma experiência vivida em comum foi a necessidade de começar por trabalhar o sentimento de inferioridade adicionado à revolta. Somente quando essas duas vertentes se coadunaram é que foi possível reverter esses sentimentos em ativismo.

Rememoramos abaixo, o relato de Deise Benedito, atual presidenta da Fala Preta! acerca da experiência de seu primeiro contato com as questões raciais.

A minha participação no movimento negro começa em 1983, nessa época eu estava procurando emprego, e um dia eu achei um emprego. Fui, fiz um teste e passei pra ser auxiliar administrativo numa empresa. Depois quando eu fui lá saber se eu tinha ido bem no teste de datilografia, a senhora que era uma japonesa falou que eu tinha ido muito bem no teste, mas não podia me admitir porque eu era negra e o escritório não recebia pessoas de cor. Eu fiquei enlouquecida e enfurecida, porque eu vi aquilo como uma discriminação racial muito forte. (...) Eu fui a uma reunião e o que eu queria mais naquela reunião era denunciar o que tinha acontecido comigo, que eu estava possessa da vida. (...) Eu estava ali pra dizer que naquele dia eu tinha sofrido uma discriminação racial e eu queria saber o que eu faria pra processar aquela empresa. (...) O que eu queria era que aquela empresa fosse punida. (...) Eu ia, mas sempre observava muito as reuniões do movimento negro, sempre as pessoas me convidavam pra reunião e ao mesmo tempo eu preocupada em arrumar trabalho. Eu também comecei a me interessar por essa questão da discussão racial. (Deise Benedito, presidenta da Fala Preta! - janeiro 2008).

O racismo sutilmente coloca seus tentáculos através de uma violência simbólica exigindo, por isso, um olhar atento. A chamada boa aparência, por exemplo, está relacionada à raça. É um dos artifícios utilizados para reforçar as desigualdades e a discriminação. Um outro bom exemplo vem dos bancos escolares, mais especificamente dos livros didáticos que, na sua grande maioria, apresenta o europeu como desbravador, omitindo e desconsiderando a contribuição dos negros. O negro é representado como incapaz e de má aparência. Afirma Ana Célia da Silva (1992: 32): O livro evidencia como representante do povo brasileiro, o branco com padrão econômico e costumes europeus e norte-americanos. O branco também é associado ao belo, puro, bom, inteligente, em oposição ao negro,

associado ao feio, malvado, incapaz, com atributos desumanos e constituindo-se em minoria social.

Nunca é demais lembrar que essas e outras manifestações são construções históricas seculares, regadas diuturnamente, ainda hoje, por gestos e violências cotidianas que continuam a ser disseminadas na família, na escola, no local de trabalho, nas relações de gênero. Dito de outra forma, com a abolição da escravatura, a cidadania negra nasceu órfã; sem nenhuma proposta para os novos trabalhadores. Às mulheres, agora livres, restava a sua criatividade e determinação para garantir as provisões em casa. Nos trabalhos domésticos ou nas ruas como vendedoras ambulantes, essas mulheres passaram a ser violentadas pelo racismo e por sua situação de classe que agora, em nova roupagem, também continuava a servir ao capitalismo. Afinal, elas enfrentaram violências no âmbito moral, sexual e no mercado de trabalho. Para Gonzalez:

É a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque, com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite as suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas, sobretudo porque, como era dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (1982, p. 104)

Com a proeminência cada vez maior de organizações negras, o movimento começou a ganhar visibilidade e com isso aglutinou negros e negras na tarefa de combater o racismo com ações articuladas. No entanto, isso não se deu de forma automática. É importante levar em consideração que as transformações históricas se deram de forma lenta e gradual. Por isso a luta pela conscientização das questões raciais exigiu um trabalho árduo e corajoso, já que para o movimento negro faltaram os necessários recursos financeiros para fazer frente a este estado de coisas.

A historiadora Maria Odila Silva Dias, em *Quotidiano e Poder*, nos indica como em São Paulo, local de atuação da entidade Fala Preta! à época da Abolição, mulheres pobres, portanto, em sua maioria negras, se entranhavam na cidade por meio do trabalho informal, resistindo ao fisco e sofrendo processos em que eram tipificadas como desordeiras, vagabundas, depravadas e de má fama. E acrescenta:

A crise final da abolição levou-as também, de roldão, para fora do espaço urbano que ocupavam, para emergirem, novamente, nos bairros de retaguarda da cidade, onde permaneciam, nas primeiras décadas do século XX, ainda nas fímbrias do sistema capitalista, compondo a massa de mulheres desempregadas, exercito de reserva de mão-de-obra, inaproveitada, vivendo precariamente dos mesmos expedientes de artesanato caseiro e de comercialização incipiente de gêneros alimentícios. (1995, p. 17)

Desde os primórdios da colonização, passando pelo abolicionismo até os dias atuais é comum nos depararmos com histórias de violência contra as mulheres. De alguma maneira, todas as mulheres passaram por essa brutal experiência, como vítimas diretas ou indiretas, seja na esfera pública ou privada. Além da violência física, psicológica e moral, enfrentaram também, em período mais recente, as pressões da mídia que as expõem como produto de consumo, sendo as negras as maiores prejudicadas por carregarem o estigma de libidinosas e eróticas, por isso, tratadas como objeto de prazer e de desejo.

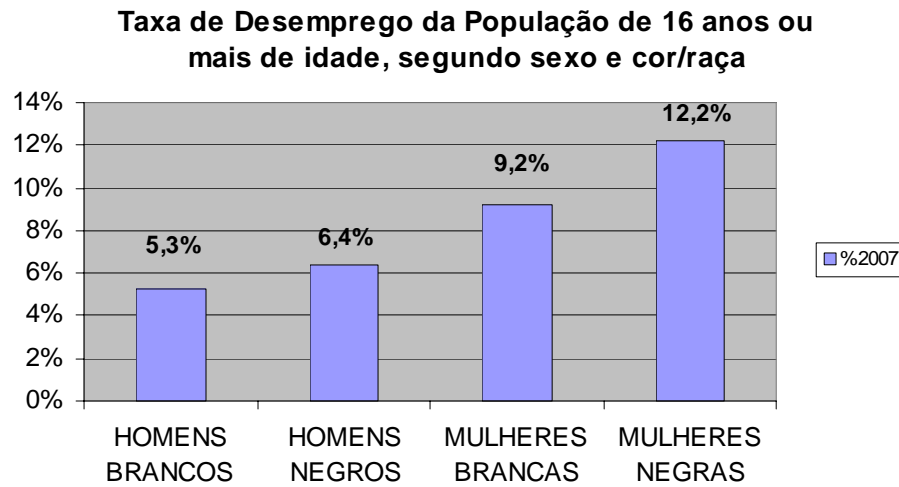
Existe uma violência psíquica que às vezes a gente não percebe, é entre linhas, aquela coisa de ser útil, você ser sempre gostosa, que é boa de cama, entendeu? E, essas coisas acabam virando mito e a gente vira objeto de desejo de consumo. (Regina, 44 anos, negra – entrevista em dezembro de 2008).

O reduzido número de mulheres no Brasil colonial acentuou a exploração do corpo das negras. A esse respeito, Munanga observa:

O desequilíbrio demográfico entre os sexos durante a escravidão, na proporção de uma mulher para cinco homens conjugado a relação assimétrica entre escravos e senhores, levou os últimos ao monopólio sexual das poucas mulheres existentes. Nesse contexto, as escravas negras, vítimas fáceis, vulneráveis a qualquer agressão sexual de senhor branco, foram em sua maioria transformadas em prostitutas como meio de renda e impedidas de estabelecer qualquer estrutura familiar estável. (1999, p. 91)

Como escravas, foram também responsáveis pela procriação da mão-de-obra escrava e pela satisfação sexual dos senhores. De mucamas a amas de leite ou vendedoras de ganho, forras de tabuleiros, essas mulheres, ainda no século XXI, continuam nos estratos mais baixos da sociedade.

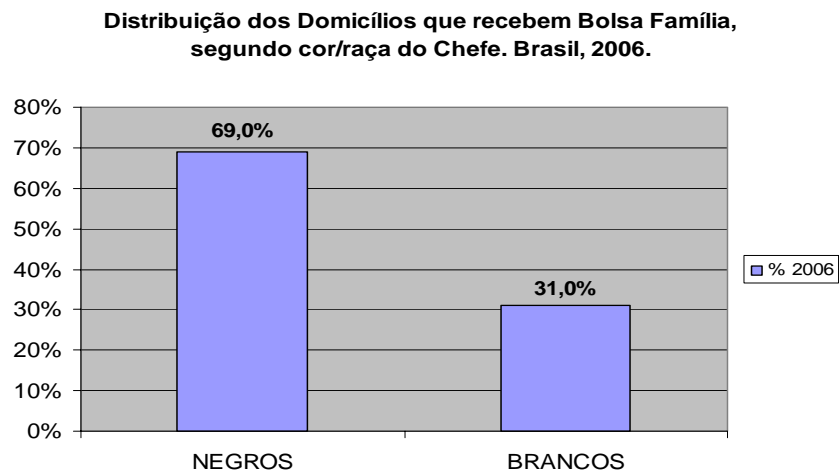
Gráfico 2



Fonte: Retrato das desigualdades no Brasil - UNIFEM/SPM/IPEA - 3ª EDIÇÃO Brasília 2008

No ano de 2007, a taxa de desemprego era maior entre as mulheres negras, ou seja, 12%, comparada com 9,2% das mulheres brancas.

Gráfico 3



Fonte: Retrato das desigualdades no Brasil - UNIFEM/SPM/IPEA - 3ª EDIÇÃO Brasília 2008

Na distribuição dos domicílios que recebiam bolsa-família, em 2006, as famílias negras somavam 69%, enquanto as brancas totalizavam 31%, como mostra o gráfico acima.

Agregando o maior contingente do exército de reserva, as negras encontram-se fora do mercado formal. Continuam até hoje em sua maioria excluídas dos direitos civis trabalhistas, como décimo terceiro salário, aposentadoria, férias, indenização por tempo de serviço, o que dificulta ainda mais seu acesso a condições de vida dignas.

(...) a exploração no trabalho, o salário menor, a boa aparência que não é voltado para a mulher negra, os trabalhos que a gente ganha menos até que o homem negro, dentro da pirâmide nós estamos lá no final. (...) isso também foi discutido na Fala Preta!. (Regina, 44 anos, negra, professora – entrevista em dezembro de 2008.)

Entendendo que o processo de desconstrução e construção de identidade é dinâmico, sempre em movimento, a Fala Preta! desenvolveu projetos e ações articulados aos movimentos sociais, lutando por políticas de Estado, no enfrentamento da violência contra as mulheres. Levando em conta a amplitude de seu significado e a importância de iniciativas sociais contra a violência de gênero associada à discriminação étnico-racial, que vem sempre se mantendo e nos remete a uma análise ainda mais profunda.

O terceiro milênio não realizou as aspirações dos negros e negras por igualdade de oportunidades, pelo contrário, o impetuoso mundo dos negócios, com seu indiferentismo às questões sociais, acabou reduzindo ou até mesmo eliminando intervenções nas diferentes demandas da sociedade. Com sua desistência da gestão pública, o Estado “minimizado” transferiu paulatinamente suas responsabilidades para o terceiro setor, que acabou cobrindo parte do vácuo criado pela abdicação do Poder Público. Com isso, algumas ONGs transformaram-se em locais de representação, conscientização, assim como de organização e de luta por suas propostas no âmbito das políticas públicas. Ao evidenciar que as desigualdades raciais e de gênero se agravaram com a política minimalista do Estado, o movimento de mulheres negras acabou automaticamente fazendo oposição ao Estado omissor.

Significa dizer que é impossível desvincular as variantes de gênero, raça e classe das condições socioeconômicas de vida das mulheres negras e pobres, já

que elas se encontram mais vulneráveis dentro dessa realidade nacional e mundial. A resistência global a este projeto tem encontrado coro no movimento feminista negro que vem dialogando e construindo parcerias e estratégias com mulheres, mundialmente, através de debates temáticos e conferências mundiais.

No dia 25 de julho 1992, um encontro de feministas afro-latino-americanas e afro-caribenhas, ocorrido na cidade de São Domingos, na República Dominicana, criou um novo marco internacional da luta e resistência das mulheres negras. Esse dia foi proposto como dia internacional de luta por um discurso que considere as especificidades étnico-raciais e que, ao mesmo tempo, evidencie as semelhanças históricas das negras, em âmbito mundial. Partindo do pressuposto de que as questões das mulheres negras, mundialmente, embora apresentem suas particularidades, se assemelham pelo racismo, surgiu a necessidade de estabelecer uma pauta que contemplasse as principais demandas das negras pobres espalhadas pelas diferentes regiões do planeta a demandar garantia de emprego, de educação, de saneamento, saúde, e de habitação. Como aponta Sueli Carneiro:

Cresce entre as mulheres negras a consciência de que os processos de globalização, determinados pela ordem neoliberal, que entre outras coisas agudiza o processo de feminização da pobreza, coloca a necessidade de articulação e intervenção da sociedade civil em nível mundial. Essa nova consciência tem nos levado ao desenvolvimento de ações regionais no âmbito da América Latina e do Caribe, com as mulheres negras dos países do primeiro mundo, assim como uma participação crescente nos fóruns internacionais, onde governos e sociedade civil se defrontam e definem a inserção dos povos terceiro-mundistas no terceiro milênio. (2002, p. 185-186).

Para desenhar o quadro do trabalho desenvolvido com as mulheres que participaram da Fala Preta! no período de 1997 a 2007, conviria neste estudo ressaltar três projetos: ***Construindo Nossa Cumplicidade - Grupos de Auto-Ajuda, Articulando Redes Integradas de Atendimento e Controle social e o PIMDHESC – Potencializar a Intervenção de Mulheres Negras em Direitos Humanos, Econômicos Sociais e Culturais*** os quais incorporaram a discussão da violência sofrida pelas mulheres negras.

Realizamos entrevistas com mulheres que elaboraram e/ou participaram desses projetos, com a finalidade de conhecer e compreender a atuação da

entidade Fala Preta! junto às mulheres negras que tiveram acesso aos mesmos nesses dez anos.

Os projetos *Construindo Nossa Cumplicidade, Articulando Redes Integradas de Atendimento e Controle social e o PIMDHESC – Potencializar a Intervenção de Mulheres Negras em Direitos Humanos, Econômicos Sociais e Culturais* foram pensados a partir da realidade de mulheres negras radicadas no Estado de São Paulo, vivendo de preferência nas periferias.

Trabalhando conscientização e sociabilidade, constituíam espaços coletivos de politização do cotidiano. Com metodologias simples, discutiam os problemas recorrentes das mulheres negras e pobres. A elevação da auto estima era o primeiro passo, avançando em torno de questões de identidade, saúde, gênero, etnia, racismo e violência. Os projetos tinham uma metodologia simples, onde se buscava trabalhar as questões de gênero, com o recorte de raça e classe. Por meio de vivências e experiências partilhadas, as mulheres re-significaram suas histórias de vida pessoal e coletiva. O papel das mediadoras, executoras das equipes técnicas de cada projeto era o de demonstrar empatia no tratamento com os grupos, sensibilizando e mobilizando novas lideranças para capacitação local e a articulação de serviços de atenção à violência contra as mulheres, em especial, às mulheres negras. Procuravam arregimentar pessoas que fossem acessíveis e tivessem sensibilidade de escuta.

A maioria das mulheres que se integraram aos grupos portavam um sentimento de inferioridade. Ao se sentirem parte de uma história comum a todas, viam-se acolhidas e incentivadas, em primeiro lugar, a mudar os rumos de sua vida e a incorporar-se na defesa das questões de gênero e raça.

O projeto *Construindo Nossa Cumplicidade – Grupos de Auto Ajuda* foi implantado em 1997, logo após a fundação da Fala Preta!.

Inspirado no projeto nacional de saúde das mulheres negras da cidade de Atlanta, nos Estados Unidos, no Brasil ganhou outro formato:

(...) A técnica utilizada pelo projeto nacional americano era o de dar apoio, lembrando que a base dos grupos de auto ajuda é de natureza mais intimista, e consciente politicamente, no sentido amplo do termo. Com isso, se pretendia recuperar algo que não estava despertado, ou seja, recuperar a solidariedade, aprender a ouvir sem críticas. Colocava-se como fundamental no projeto, ouvir a história da companheira, voltando-se para essa por inteiro, de forma a espelhar-se em sua história, construindo uma relação de solidariedade com o grupo em sua totalidade. (...) O que as brasileiras tinham e mente era um projeto diferente, ligado à identidade étnica, cultural e histórica além da constatação da diferença pela diferença. Era uma nova articulação considerando essas três dimensões, e o desenvolvimento histórico da questão das mulheres negras no Brasil a partir da crítica compartilhada das vivências individuais no contexto societário. No fundo, o movimento social procurado pelas brasileiras era um projeto mediado pelo político afirmando a identidade étnico-cultural na dupla afirmação da identidade individual e da identidade coletiva, entendendo ambas como uma construção histórica que conduz a uma tomada de consciência. (Silva, 1997, p. 80-82).

Nestes grupos, refletia-se sobre o lugar ocupado pela mulher negra na sociedade brasileira. Era um espaço onde a afetividade entre as mulheres era cultivada e valorizada, proporcionando um ambiente em que se sentiam à vontade para falarem de suas angústias, frustrações, do racismo vivido e da percepção que tinham de si mesmas, expressando sua baixa auto-estima; a partir daí, constituíam-se redes de cumplicidade, que deram novo rumo a suas histórias de vida. Desses encontros foi gestado um projeto que iria se consolidar no ano de 2006, o PIMDHESC. A prioridade desse curso era potencializar mulheres negras em direitos humanos, econômicos, sociais e culturais para que pudessem intervir nos processos de elaboração, organização, discussão e decisão das demandas específicas em suas cidades ou em seus bairros.

Os cursos eram organizados em oficinas multidisciplinares, não se restringindo a um único espaço. Além das facilitadoras, a depender do tema, foram convidados especialistas nos diferentes assuntos.

Um dos aspectos comuns dos projetos diz respeito à sua metodologia:

(...) A ação capacitadora foi norteadas pelas seguintes diretrizes:

Ênfase no caráter formativo participativo; fortalecimento das organizações locais e dos diferentes papéis dos agentes desse processo; respeito às especificidades e características de cada município; incorporação do enfoque raça-etnia na análise da realidade e na ação das organizações.

Os temas, objeto do curso e das oficinas abrangeram: conceitos-chave: violência, gênero, raça-etnia, rede; diversidade de papéis dos agentes de atendimento e controle social; (...) A mulher vítima de violência como foco de ação empreendida; reconhecimento das características próprias da mulher negra – preconceitos, estereótipos, desigualdade social; (...) encaminhamento e acolhimento (...);

(...) utiliza[va] o conhecimento e a experiência das participantes sobre o tema em questão, buscando elevar seu interesse, comprometimento e envolvimento para construir – individual e coletivamente – um conhecimento mais aprofundado e sistematizado do assunto, favorecendo a unidade conceitual, as trocas interpessoais, a integração das participantes e uma ação política, por meio de técnicas ativas, problematizadoras, mobilizadoras e não convencionais.

A metodologia de oficina, adotada na execução do projeto, como uma ferramenta da psicologia social do trabalho em grupo, configura-se num método vivencial – reflexivo que articula a teoria com a experiência concreta dos sujeitos – o pensar, sentir, agir – possibilitando a elaboração, coletiva e articulada, de novos conhecimentos. O processo de conhecimento é apropriado por suas integrantes e a aprendizagem uma consequência de algo que foi internalizado, apreendido.

As dinâmicas de socialização foram cuidadosamente preparadas de modo a facilitar a integração do grupo, a introdução ao conteúdo programático, a sua apreensão, a obtenção dos objetivos propostos, além de explorar o potencial criativo de forma lúdica, possibilitando distensionar o corpo. Foram utilizadas como estratégias importantes na abordagem das questões relativas à raça – etnia, possibilitando a reflexão sobre elementos que tinham como foco, além de resgatar os conceitos trabalhados, disseminar os valores da cultura negra, reconhecer e valorizar as diferenças como forma de evidenciar os processos discriminatórios, os estereótipos, preconceitos e de propagar a idéia da não - discriminação.(...).Relatório técnico narrativo final. Agosto/2004, p. 6-7, Fala Preta! Organização de Mulheres Negras.

A respeito de como eram encaminhados os trabalhos nos grupos, assim se manifestam algumas de suas participantes:

(...) Olha, eu achei o trabalho do pessoal excelente, senti falta porque eu acho que deveria ter mais, certo, a dinâmica delas é fora de sério me enquadrei muito na dinâmica delas, eu achei assim a espontaneidade, então eu achei super bacana, quando a gente via a gente já tava no meio da roda e já tava lá falando, então eu achei aquilo excelente. A questão da auto estima foi trabalhada, o bem querer que deve existir entre a mulher, trabalhou bastante, o querer bem nossa. (Ivone, s/i, negra, professora – entrevista cedida em janeiro de 2009).

(...) pra mim, foi uma grande escola, eu aprendi como trabalhar as questões de gênero, as questões da violência doméstica, eu tive vários seminários e cada seminário com material didático, com palestrantes muito informadas na área (...) (Rita, 45 anos, negra, arte educadora, entrevista cedida em fevereiro de 2009)

Edna Roland, uma das fundadoras de Fala Preta! enfatiza:

Normalmente o que acontecia nesses grupos era experiência que a gente poderia dizer experiência de catarse, muito forte, muito importante com temas recorrentes, como o tema da violência contra a mulher, como o tema do racismo, problemas específicos das mulheres negras, a questão da desvalorização estética das mulheres negras. Os problemas afetivos, amorosos, emocionais eram sempre temas muito recorrentes nesses grupos de auto-ajuda e o que acontecia então era que se criava no grupo uma relação de muita cumplicidade como o próprio nome do projeto já indica, porque as pessoas estabeleciam uma relação muito íntima de falar de coisas que às vezes nunca tinham falado na sua vida pra ninguém e de repente as pessoas, num espaço protegido, tinham um compromisso de sigilo, no sentido de que o que se falava no grupo não podia sair, era uma coisa que ficava somente entre as próprias integrantes do grupo e isso então promovia um desenvolvimento pessoal muito forte, muito intenso das mulheres.. (...) Eu acho que esse projeto era um projeto que tinha essa especificidade: oferecer um espaço de crescimento pessoal e, portanto, um espaço em que qualquer mulher poderia participar, todas tinham direito à palavra, todas tinham direito à palavra igualmente. (Edna Roland Presidenta de Honra da Fala Preta! entrevista cedida em janeiro de 2009).

O exposto, acima, é corroborado pelas afirmações das articuladoras dos projetos, como podemos observar das considerações a seguir:

Os temas mais focados eram identidade, auto-estima e auto-imagem das mulheres, violência, discriminação e preconceito étnico e de gênero, racismo, sexualidade, mercado de trabalho, família, saúde... Contudo, a maior recorrência estava focada nas violências sofridas ao longo da vida, que na verdade acabam se constituindo como pano de fundo de todas as reflexões. É importante ressaltar que as violências confidenciais ao grupo jamais haviam sido relatadas em outro espaço (...) A acolhida proporcionada não era aquela do tipo que a mulher busca no momento da agressão. O que se chama de “atendimento”, é um processo desenvolvido nos grupos de auto-ajuda. (Mabel Assis, articuladora dos grupos de auto ajuda - entrevista cedida em janeiro de 2009).

O grupo era voltado pra auto-estima mesmo, assim era um espaço só de mulheres negras pra poder falar das suas angústias, falar do dia a dia, falar de preconceito. Tinha depoimentos muito angustiantes mesmo dessa questão de preconceito diário, do dia a dia no trabalho, em casa, com a vizinha, na rua, com relação às outras pessoas, então (...) a gente passava a tarde toda lá. (...) O grupo era quinzenal, começava por volta das 14h00 e não tinha muito, hora pra encerrar, às vezes a gente ficava até 8h00, 9h00 da noite, era no sábado. Então, a Fala Preta! preparava uma mesa assim com pães, frios, bolos, frutas; então, era um encontro assim bem descontraído. (Viviane – facilitadora de grupo entrevista cedida em janeiro de 2009).

A Fala Preta! tinha a preocupação de criar um ambiente propício para que as mulheres se sentissem à vontade e pudessem expressar suas inquietações, angústias, frustrações e percebessem naquele espaço a possibilidade de resgate

de uma memória positiva e não se verem mais como vítimas de um processo de escravização.

Como é possível depreender desses depoimentos, nos grupos, as mulheres apresentavam inicialmente uma grande fragilidade emocional. Muitas traziam um histórico de frustração no relacionamento conjugal. Educadas para casar, para serem boas esposas e mães dedicadas, tinham como subterfúgio o isolamento e o silêncio.

(...) Você perde o fio da meada. Pró onde você vai se safar? Como? Não tem como sair, porque você não tem estrutura, você não tem amigos que te mostrem, que te levantem, que te falem, porque você acaba se afastando das pessoas que podem te ajudar, fica presa naquele mundinho ali, só ouvindo menção...(Marlene, 44 anos, negra, auxiliar de enfermagem – entrevista cedida em janeiro de 2009).

A violência doméstica e familiar é uma das manifestações mais perversas do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres. A propósito, escreve Saffioti:

O estereótipo funciona como uma máscara. Os homens devem vestir a máscara do macho, da mesma forma que as mulheres devem vestir a máscara das submissas. O uso das máscaras significa repressão de todos os desejos que caminharem na outra direção. Não obstante, a sociedade atinge alto grau de êxito neste processo repressivo, que modela homens e mulheres para as relações assimétricas, desiguais de dominador e dominada. (Saffioti, 1987, p. 40).

Se o poder do machista se impõe em situações do cotidiano das mulheres, quando essas se encontram em regime prisional, geralmente acentua-se o descaso e o abandono dos homens em relação as elas, como podemos aferir no depoimento de Deise Benedito abaixo:

(...) Você vê o número de mulheres negras por conta do tráfico abandonadas pelos seus maridos e filhos. Tiram cadeia sozinhas, sofrem uma série de privações lá dentro da cadeia. Ficam preocupadíssimas com seus maridos e filhos aqui fora; se comeu, se bebeu, se tá trabalhando, se foi à escola ou não.(...) Uma vez que o SOS Racismo veio ao Brasil (...) tive a oportunidade de conhecer o Padre Chico da Pastoral Carcerária e o Padre Chico [falou] que tinha muitos negros nas prisões e que o movimento negro tinha que fazer alguma coisa (...) aí eu juntava a questão racial em Geledés com as questões dos Direitos Humanos, fui uma das primeiras mulheres negras em São Paulo a começar a discutir a questão das mulheres presas e com recorte nas negras nas prisões (...) (Deise Benedito, presidenta da Fala Preta – entrevista cedida em janeiro de 2009)

Os grupos contribuíam para que essas mulheres trocassem experiências e percebessem que sua realidade não se diferenciava de tantas outras e que coletivamente seria possível mudar esse quadro. Se, por um lado, as mulheres sentiam-se desvalorizadas no espaço familiar, por outro, era nos grupos que encontravam apoio para reagirem contra essas agressões. É perceptível no relato abaixo que, a partir do momento em que a mulher se liberta das exigências a que está submetida, exigindo o direito de decidir sobre seu corpo, não aceitando mais ser apenas receptáculo do sêmen masculino, acabava por se transformar em uma agente central do seu próprio processo de mudança.

É uma das coisas que eu sentia muito forte era casamento enquanto obrigação e não como cumplicidade, com parceria, mas a obrigação de ser casada, de ser mãe, de ser mulher e isso era muito forte. (...) Antes de eu participar do grupo uma coisa que eu nunca vou esquecer, porque eu fui educada pra casar, ter filhos e nunca dizer não ao marido, então quando eu não queria manter relação com ele, eu inventava que eu estava com dor, inventava que eu estava menstruada, porque não podia dizer não pra ele, eu não quero, eu não estou com vontade e isso não podia dizer nunca, então era muito melhor que eu inventasse uma dor de cabeça, uma dor na unha, uma cólica, pra não dizer para ele que não queria e quando eu comecei a participar, o tema que foi abordado foi “aprender a dizer não”, que quando você não tá a fim de transar, você fala que não quer. E eu, nossa, eu vou poder fazer isso? (Celina, 48 anos - negra desempregada, entrevista cedida em janeiro de 2009).

De modo geral, as mulheres dos grupos de auto-ajuda vinham de um histórico de vida conjugal conturbado, dependendo financeiramente dos maridos, e, como possivelmente se sentiam incapacitadas de tocar suas vidas longe dos seus cônjuges, passavam por privações e humilhações de toda ordem; vitimizadas psicologicamente, várias mulheres chegaram ao grupo num estágio próximo ao suicídio. Segundo uma das participantes, “(...) nossa amiga Celina me encontrou sentada no meio-fio sem saber o que fazer. E agora eu não sou nada? Como vou conseguir alguma coisa? Porque, preta, feia, nariz chato, gorda e o cabelo duro...” (Marlene, 48 anos, negra, auxiliar de enfermagem, entrevista cedida em janeiro de 2009).

Agressão física e psicológica dos maridos, esse foi o caso mais frequente, assim tanto que houve até uma polêmica, que quando a mulher vai em busca de socorro, ela não está pedindo socorro só pra ela, ela está pedindo socorro para aquele homem que a violentou, porque a maioria faz a denúncia e depois de um certo tempo acaba voltando com o cara (...). (Regina – entrevista em dezembro de 2008).

Eram consideradas como pesos nos ombros de seus cônjuges, sempre vistas como desocupadas; e o trabalho doméstico realizado era desvalorizado, ou seja, o trabalho realizado em casa não era visto como suporte para manter o bem estar da família, muito pelo contrário, era tratado como supérfluo, sem qualquer valor.

(...) Você já arrumou a casa? (...) podem entrar meus colegas, nós tava lá fazendo massa, mas ela não está fazendo nada mesmo, ela limpa de novo a casa (...) ai o rapaz quis tirar a bota suja de massa a ai ele falou assim: “não precisa tirar, pode entrar assim mesmo, porque a mulher não faz nada mesmo, ela limpa depois.” (Marlene, 48 anos, negra, auxiliar de enfermagem, entrevista cedida em janeiro de 2009).

Outro aspecto relevante observado pelos depoimentos ficou por conta dos casamentos inter-raciais: foi possível analisar que as negras vítimas de violência doméstica, quando casadas com homens brancos, sofriam agressão racial explícita. Sem estrutura emocional, tornavam-se presas fáceis do ódio racial, culpabilizando-se por sua negritude e tornando-se uma pessoa complexada por não ter o padrão de beleza estabelecido pelo poder dos brancos:

(...) O que eu vi nesse grupo foi algo profundo, algo assim especial. (...) É auto-ajuda, mesmo, que eu senti, levanta teu astral, faz você ver que você é gente, que você pode, que (...) não é feia como eu me sentia feia, gorda, seu cabelo é duro, (...) não vai pro céu porque seu cabelo vai espetar Jesus Cristo (...) Isso te adocece ao longo do tempo, entendeu? (...) o homem é lindo... Ele é lindo. (...) Ele só é moreno queimado do sol, mas é branco, ele tem o cabelo bom e ama várias mulheres, ele arruma várias mulheres, então isso acaba com a auto-estima, acaba com a mulher. Só que às vezes é tanta coisa, é tão embaraçoso (...) Tô cansado, viu, de sustentá essa muié e esses mininos. Então, essa palavra essa muié - nem mulher ele falava, essa muié e esses mininos, é coisas que aconteceu que eu fiquei muito mal, muito mal mesmo, e isso me levou a ir nessa reunião da Fala Preta. (Marlene, 48 anos, negra, auxiliar de enfermagem, entrevista cedida em janeiro de 2009).

Observa-se pelo depoimento que, embora casado com mulher negra, esse homem não se intimida em ofendê-la, utilizando como uma de suas ferramentas seu preconceito transformado em discriminação. Seguindo esse raciocínio, damos de frente com o mito da democracia racial enraizado culturalmente. Quantas mulheres negras já não ouviram de um homem a seguinte frase: “Eu não gosto de pretos, só das pretas”. A verdade é que só as negras estão submetidas a esse tipo de “brincadeira” que no fundo é séria. Nunca se ouve deles coisa semelhante em

relação às mulheres brancas. O que ocorre é que, no imaginário popular, é natural homens gostarem de mulheres brancas, ao contrário das negras que supostamente deveriam sentir-se lisonjeadas quando ouvissem tal sandice. É possível, por meio dessa análise, constatar que as negras continuam sendo representadas como libidinosas e sensuais responsáveis por aguçar os desejos e as fantasias eróticas dos machos.

As condições de opressão e intimidação a que se viam sujeitas no ambiente familiar, local supostamente de proteção, aprofundava sua vulnerabilidade, arrastando-as a possíveis alternativas suicidas. O depoimento acima demonstra, entre outras facetas do poder do macho, o quanto, num casamento inter-racial, as diferenças étnicas podiam agravar o grau da opressão que passava a ser externada pelo sexo e pela cor da pele. Para Saffioti,

(...) Não há como estabelecer igualdade entre mulheres negras e homens brancos, pois estes são 'superiores' pela cor de sua pele e pela textura de seus cabelos, sendo 'superiores' também em razão do sexo. Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. (Saffioti, 2004, p. 31)

Incautas, às vezes as mulheres negras se deixavam seduzir pelos atributos de alguns dos homens brancos, vislumbrando no casamento inter-racial a possibilidade de ascensão social. Contudo, isso não necessariamente acontecia. Os homens brancos também traziam no seu histórico uma cultura machista que no momento oportuno utilizava para desqualificar e reforçar seu poder sobre a mulher.

Somente quando as mulheres negras tivessem suas características físicas reconhecidas de modo positivo, quando passassem a valorizar seus traços negros, seus cabelos crespos, seus lábios carnudos é que vislumbrariam um sinal de novos tempos e grandes conquistas:

Em uma cultura de dominação e anti-intimidade, devemos lutar diariamente por permanecer em contato com nós mesmos e com os nossos corpos, uns com os outros. Especialmente as mulheres negras e os homens negros, já que são nossos corpos os que frequentemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena. Celebrando os nossos corpos, participamos de uma luta libertadora que liberta a mente e o coração. (Hooks, 2005, p. 6)

É importante dizer que a conscientização, na maioria das vezes, atravessa caminhos dolorosos já que o sexismo elaborou uma concepção de mundo em que o homem é dono e senhor. A doutrina judaico-cristã fortaleceu esse conceito, sacralizando as mulheres e imputando-lhes a idéia de que está em suas mãos a responsabilidade de prover uma sociedade que corresponda aos valores morais determinados pelo patriarcalismo. Quando as mulheres passaram a questionar e a recusar esse modelo de família, acabaram estigmatizadas e culpabilizadas pela ordem social vigente, a qual, na intenção de esquivar-se dos problemas sociais, atribuiu à família a responsabilidade por tais mazelas.

Segundo Terezinha Bernardo,

Não há dúvida de que somos herdeiros do pensamento desenvolvido na Grécia antiga, além de termos sido moldados pelo cristianismo. Essa herança marcou com ferro em brasa a memória feminina do Ocidente. A memória coletiva se apóia no grupo que vive situações em comum. A mulher, no mundo ocidental, vive uma situação de submissão, portanto, suas lembranças correspondem ao lugar que ela ocupa nessa realidade. (2003, p. 3)

O grau de conscientização e de cumplicidade que algumas mulheres adquiriam nos grupos, tornava-as referências comunitárias, importantes elos entre os interesses das mulheres e os órgãos de poder constituídos, como destacaremos mais adiante.

(...) Hoje eu me afastei do grupo eu já não estou mais nos grupos e sou cobrada, quer dizer fui muito cobrada, quando encontro com elas, porque é questão de sobrevivência, arrimo de família, eu sou mulher preta tenho que trabalhar, tenho que participar das despesas de dentro de casa, eu tive que buscar outros meios de sobrevivência e acabei saindo, me afastando dos grupos e isso é ruim muitas vezes porque quando você têm várias mulheres que vêm em você um referencial do ser mulher, do eu sou mais eu, e quando você sai, essas mulheres também a tendência [de] voltar, aquele processo, regride, de voltar à estaca zero, porque muitas vezes é isso, você acaba sendo meio que a bengala do outro, é pra que aquele outro aprenda a caminhar e quando você no meio do caminho você para, (...) a tendência é voltar....(Celina, 48 anos, negra, desempregada – entrevista cedida em janeiro de 2009).

As mulheres negras em sua maioria se sentiam desacreditadas; mesmo aquelas que estavam na vanguarda do movimento. Sentiam que o local delimitado para elas dentro do espaço social que ocupavam era restrito e repleto de discriminação, preconceito e racismo. A esse respeito, assim se manifesta Davis:

Algumas de nós que conseguiram chegar a determinado ponto ainda nos sentimos muito mal com a gente mesmo, nos sentimos inferiores. E as mulheres que se sentem assim terão muita dificuldade para ajudar as mais empobrecidas, sobre cujos ombros elas se apoiam para poder ascender, nesse projeto nós temos grupos de mulheres que conversam muito sobre os problemas que as estão incomodando. (2004, s/p.)

Todavia, as negras politizadas e militantes, embora vítimas de violência, encontravam maior facilidade no enfrentamento dessas questões. Outras, até por falta de referência, acabavam desrespeitando a si próprias, não conseguiam vislumbrar outro mundo que não fosse o destinado a elas. Todavia, quando iam para os grupos, passavam a re-significar sua existência e com isso fortaleciam-se. Mesmo aquelas que não se tornaram feministas atuantes, se apropriaram de um discurso emancipacionista. Passaram de mulheres passivas a ativas, buscando novas alternativas, no ambiente familiar, no mercado de trabalho, na educação, enfim em todos os espaços possíveis.

(...) A Rita uma mulher negra, vítima de violência doméstica, ex-moradora de rua, ex-presidiária. Quando eu me deparei, que eu vi que a minha tragédia não era pessoal e sim era uma tragédia étnica e de gênero, aí eu vi que se eu despertei pra isso, eu tinha que despertar outras mulheres. Eu teria que fazer mudanças. (Rita, 45 anos, negra, arte-educadora – entrevista cedida em fevereiro de 2009).

(...) Eu estava passando um sentimento muito forte, a ausência de auto estima muito grande e, comecei a participar do grupo eu e algumas amigas e foi um período pra mim ótimo, foi quando eu comecei a entender o que é auto ajuda, o que é grupo de mulheres negras o que era auto estima. E daí eu participei de várias, várias reuniões e tal e depois eu passei a trabalhar com grupo de auto ajuda na região onde eu trabalhava e onde eu morava também, a gente fazia também reuniões, com mulheres. (Celina, 48 anos, negra, desempregada – entrevista cedida em janeiro de 2009).

(...) Vários enfrentamentos...eu acho que chegou num ponto de tanto enfrentamento que ficou limítrofe. A dor era muito grande e eu tentava continuar, não consegui resposta. (...) Comecei a pesquisar mais, participar de curso, de tudo quanto é descobrir-se negro, a gente corre e começa a fuçar e pesquisa um bocado de coisas. (...) Fui entendendo a violência, o tipo de comportamento, a forte rejeição que existe no seio da minha família, de pessoas em relação a mim. (...) Em algumas palestras eu falava de comunicação, mídia, tráfico de seres humanos tinham varias palestra, a gente tinha um respaldo muito grande, principalmente da juventude, tinham muitos que iam nessas palestras querendo informações. (...) Me coloco à disposição para estar mudando essa realidade (Marisa, 38 anos, negra, socióloga – entrevista cedida em janeiro de 2009)

(...) Eu acredito que a partir dessa reunião a gente cresceu muito em relação a isso. Esse trabalho que nós fizemos que eu estou te falando foi após essa reunião da Fala Preta. Então a gente dentro do trabalho de mulheres negras desenvolveu bastante coisa (...) agora elas estão com uma sede aqui perto da rodoviária de Sorocaba é facinho de encontrar e estão tocando. E eu acho legal assim, as líderes elas se afastaram, mas não se afastaram a gente se afasta, mas não se afasta a gente fica sabendo das coisas, tem momento que a gente está juntas, tem momento que a gente não está, mas criou-se outras lideranças, eu acho que isso é importante. O trabalho não pode ficar assim amarrado as pessoas ele tem que vir pra servir a comunidade e quando você vê que está acontecendo isso então você já fez a sua parte, você já pode está longe do trabalho e isso é importante. (Regina, 44 anos, negra, professora – entrevista cedida em dezembro de 2008).

Por meio da análise das entrevistas realizadas com mulheres negras participantes dos projetos desenvolvidos pela Fala Preta! foi possível apreender que a conscientização e politização, apesar de gradual, afloraram. Mulheres que portavam sentimento de inferioridade e nunca tinham se envolvido em movimentos sociais, em particular, o feminista, passaram a acreditar e investir em seu potencial, alterando significativamente suas relações cotidianas. Algumas das entrevistas apontaram que essas mulheres, expostas aos mesmos perigos dividiram momentos de solidariedade e companheirismo, acabando por apontar a existência de novos caminhos a serem trilhado por elas. Aprenderam a desconstruir atitudes esperadas e naturalizadas como sendo próprio delas, rompendo e revitalizando suas vidas. Na emaranhada teia de relações entrecruzadas por suas condições de gênero, raça e classe, passaram a reencontrar suas identidades tanto no que as uniam uma a outra, quanto no que as diferenciavam, conforme pode ser observado nos relatos a seguir:

(...) Eu achei que eu fiquei muito ousada, eu ousei muito, eu me separei, acabei fazendo tudo que eu tinha vontade de fazer e queria fazer, aprendi a dizer não quando eu realmente não queria, aprendi a me respeitar, me valorizar, a me amar mais, não permitir desrespeito, não permitir que as pessoas, que os outros me desrespeitassem enquanto mulher, enquanto mulher negra. (...) eu tenho uma pessoa que entrou pro grupo completamente perdida, completamente machucada e aí foi muito lindo, ela foi dando passos e passos e passos e passos, e hoje ela tá uma mulher, tem uma mente extremamente ousada, que fez ate tatuagem, ela me tem como exemplo, a pessoa que abriu o caminho pra ela no grupo e como amiga, como mulher, assim de tudo que ela nunca tinha feito na vida ela passou a fazer e ela é muito legal, muito legal, então ela foi uma pessoa que, não só ela, teve outras também, mas eu digo ela porque, foi uma pessoa que em casa ninguém acreditava no potencial dela. Consegui encaixar ela no serviço, começou a trabalhar fez curso de enfermagem, começou a trabalhar na área, fez lipoaspiração, ficou loura, passou a fazer

na cama o que nunca ela tinha feito antes, o que era pecado anterior passou não a ser, agora ela esta fazendo técnico de enfermagem, largou a marido, foi embora de casa, entendeu e foi um avanço assim, apesar de que ela tem algumas regressões aí, porque sempre foi apaixonada pelo cara, mas fazer o quê. (Celina, 48 anos, negra, desempregada – entrevista cedida em janeiro de 2009).

(...) Depois nós fomos assistir Olga entendeu, e isso foi um presente de ver que você pode transferir cultura de uma forma humana pras pessoas, que você pode acolher e às vezes a acolhida não está em você fazer um carinho é escutar a história dessas mulheres que nós tivemos a oportunidade de fazer um encontro de mulheres, eu escolhi mulheres, só mulheres negras e cada mulher contou um pouco da sua história. Eu escolhi uma mulher do nosso grupo que tinha um filho que usava drogas, eu escolhi uma que de empregada doméstica chegou a bióloga, escolhi uma outra de mãe solteira e professora, independente contando a experiência dela, uma outra que era solteira por opção entendeu, negras e que contaram as suas histórias assim de uma forma tão rica. Então eu acredito que a partir dessa reunião a gente cresceu muito em relação a isso. Esse trabalho que nós fizemos que eu estou te falando foi após essa reunião da Fala Preta!. Outro movimento que ficou muito legal foi o que a gente fez o encontro dos políticos negros, candidatos políticos negros da cidade que estavam lá para contar quais eram as políticas públicas que eles tinham. Foi em 2004 pra gente avaliar, pra comunidade avaliar, foi muito rico também esse trabalho. Então a gente dentro do trabalho de mulheres negras desenvolveu bastante coisa. (Regina, 44 anos, negra, professora – entrevista cedida em dezembro de 2008).

Aí eu fui fazer o curso de auxiliar de enfermagem, eu não podia ver sangue mais eu [fui]. A Celina, você vai mesmo, aí eu fui fazer. Fiz e consegui graças a Deus e hoje sou auxiliar de enfermagem e consegui, fiz tudo e trabalho no posto de saúde, lá no Itaim como auxiliar de enfermagem. Uma conquista maravilhosa, mas que foi muito difícil mesmo porque, eu tava realmente muito pra baixo quando tudo começou, e a Fala Preta! me ajudou, me levantou, me mostrou que eu não sou burra, que pra mim, eu era burra, como que eu vou aprender, eu não consigo aprender. Às vezes eu não conseguia nem falar por telefone com alguém, falava uma palavra um pouco diferente e pensava, e agora desenrolava a conversa, então a auto ajuda foi muito grande. (Marlene, 48 anos, negra, auxiliar de enfermagem – entrevista cedida em janeiro de 2009).

(...) E hoje, a Rita é uma liderança comunitária e reconhecida no seu município, estudante de pedagogia, mãe de família. É atuante e tem deixado assim, como é que eu posso dizer, tem feito diferença na comunidade. Mas é uma diferença muito grande do momento que eu deixei de ser vitimizada e agora ser uma mulher atuante na sociedade. (Rita, 45 anos, negra, arte educadora – entrevista cedida em fevereiro de 2009).

De uma violência nasciam outras, e, na maioria das vezes, elas se manifestavam diante da mudança de comportamento e da tomada de decisão das

mulheres. Segundo os relatos abaixo, foi exatamente o que aconteceu com várias quando passaram a participar dos projetos da Fala Preta!:

Foi um terremoto, ele não me agredia, passou a agredir fisicamente, aliás, ele me ameaçava só com palavras, depois disso ele passou a me agredir fisicamente, falar que eu era dona da favela, que eu era bam-bam-bam, só porque eu tava trabalhando, achava que ia mandar! Que eu não ia mandar, não. Então ele ficou...qualquer coisinha agredia, maltratava minhas colegas dentro de casa, entendeu? Depois, eu coloquei cabelo, ele me pegou pelo cabelo, graças a Deus ele já tinha crescido um pouco, não tava doendo tanto. Me pegou pelo cabelo e me jogou no chão. A gente ia fazer um trabalho, lá em casa com as agentes comunitárias, e foi um terremoto dentro de casa. Eu com aquele aventalzinho azul, andando, ele achava que eu era bam-bam-bam, que eu queria ser mais que todo mundo, só porque eu tinha um salário e isso não era nada, que eu não valia nada, que pra ele isso não era nada. (Marlene, 48 anos, negra, auxiliar de enfermagem. Entrevista cedida em janeiro de 2009).

Porque que não tá a fim né! E ele tinha essa pergunta: por que? Porque eu não tô a fim, (...) “ah, mas isso vem depois”, mas eu não to com vontade que você toque em mim, agora não quero, eu não to com desejo, quando eu tiver, se eu quiser eu te procuro, aí eu vou atrás, aí eu passei a ousar, eu ia nos grupos e comecei a passar isso pra mulherada, era legal que vinha no outro grupo e falava, “oh fulano, veio querendo e eu falei, ah! não quero, quase me bateu, mas eu falei não quero”. Isso é mudança, isso é respeito, isso é tudo mesmo. (...) Claro, não é tudo ótimo, não é ‘maravilhas’ mas um avanço que você tem, que já vale. (Celina, 48 anos, negra, desempregada – entrevista cedida em janeiro de 2009).

(...) Aquilo que começou com um processo de assédio moral e racismo resultou na minha habilidade para defender, me coloco à disposição para estar mudando essa realidade, não no âmbito assistencialista, nem aquela coisa de socorrer, nem ser ‘santa Marisa’. (Marisa, 38 anos, negra, socióloga, entrevista cedida em janeiro de 2009).

Portanto, os processos de conscientização pelos quais passaram são exemplos ricos em informações sobre o cotidiano dessas mulheres. Os relatos acima, expressam as relações de gênero, quando os embates se deram num universo pensado como sendo de controle e de domínio dos homens e os papéis passivos reservados às mulheres. Quando conscientizadas, passaram a politizar o seu cotidiano, o que acabou gerando diferentes manifestações de violência.

Outra forma de agressão sofrida pelas mulheres, especialmente pelas negras, refere-se ao padrão de beleza de mulher contemporâneo na mídia - cinema, televisão, publicidade – exige olhos azuis, cabelos loiros pele alva e corpo escultural. Já as mulheres negras vivem num mundo de segregação, em que a cor da pele, o

cabelo e a aparência física são fatores determinantes: é uma sociedade mergulhada no paradigma do branqueamento, de mentalidade eugenista.

Um dos objetivos da Fala Preta! era o de desvelar como a violência simbólica embora aparentemente invisível, provocava sequelas na vida das mulheres. As responsáveis pelos projetos, procuravam fazer com que mulheres refletissem sobre esse modelo a partir de suas vivências. Era importante que elas se achassem bonitas, se valorizassem enquanto mulheres negras, escampando das fimbrias do poder macho, como exemplificado no depoimento abaixo:

Todas as mulheres bonitas são loiras, a sexualidade é loira, mas as relações de uso do corpo com as mulheres negras..., são as meninas negras jovens do vale do Jequitinhonha que estão na prostituição, são as meninas negras lá no Ceará que estão na prostituição, de Salvador, que estão na prostituição, então você ainda tem essas relações do uso do corpo. Então, quando a gente quer empoderar as mulheres, é pra dizer pra elas: - olha vocês têm outras alternativas na vida. Essa questão, quando você é parte do momento, que você capacita às pessoas, que você fala dos direitos dessa pessoa, faz as pessoas pensarem a partir da história das mulheres no Brasil, das africanas e negras no Brasil, você passa a fazer os outros entenderem que têm outros valores, que podem ser conquistados e não necessariamente impostos. (Deise Benedito Presidenta da Fala Preta! entrevista cedida em janeiro de 2009)

Em 1994, graças aos esforços das organizações de mulheres, foi realizada a Convenção Interamericana em Belém do Pará, da qual o Brasil foi signatário, para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. Adotada pela Organização dos Estados Americanos, definiu como violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero que causasse morte, dano ou qualquer sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada. Além disso, por meio da edição do Decreto Legislativo de 1º de setembro de 1995, o Brasil, finalmente aprovou o texto da Convenção Interamericana.

Para que as reivindicações do movimento feminista se traduzissem em leis de combate à violência, em 2002 foi formado um consórcio de ONGs para elaborar um anteprojeto de Lei sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Uma primeira versão foi apresentada, em novembro de 2003, à bancada feminina no Congresso Nacional e à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em

2004, a proposta se transformou no Projeto de Lei 4559/04 e culminou, em 2006, com a aprovação da Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha, de autoria do Executivo Federal, sancionada em 7 de agosto, com vigência em 22 de setembro do mesmo ano, para dar cumprimento à Convenção do Pará. Todavia, é indispensável que as leis saiam do papel e penetrem a sociedade. A verdade é que uma norma, ou mesmo uma lei, por si só não dá conta de solucionar mazelas históricas. Foi preciso que as mulheres se apropriassem desses mecanismos, reivindicando, denunciando e propondo caminhos que levassem à erradicação das mais diferentes formas de violência. O pleno exercício da cidadania só poderá ser garantido se os sujeitos de direito estiverem participando ativamente do processo de construção de uma sociedade justa e democrática. Uma vez conscientizadas, poderão exigir seus direitos.

Especificamente eu estudei a Lei Maria da Penha, inclusive quando eu estava no PIMDHESC, foi nessa época que a Lei foi aprovada (sic) e houve um seminário específico sobre a questão de violência doméstica e estudando a Lei Maria da Penha eu me preparei pra tratar desta questão, que também me é de interesse não só pelas questões sociais e culturais, mas também porque eu sou uma vítima de violência doméstica, então eu sinto assim, o que a outra senti (...) sempre tive vontade de ajudar. (Rita, 45 anos, negra, arte-educadora – entrevista cedida em fevereiro de 2009).

Concomitantemente às articulações nacionais, a Fala Preta! deu início, no ano de 2003, ao projeto “Articulando Redes Integradas de Atendimento e de Controle Social Sobre a Violência Contra Mulheres nos Municípios Paulistas”, voltado às organizações governamentais e não governamentais, visando ao desenvolvimento de estratégias de integração e complementaridade entre os serviços de violência e de gênero, para a criação de redes municipais e/ou regionais de atenção às vítimas de violência sexual e doméstica.

De acordo com o relatório final do projeto,

Chamamos de rede de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher, a atuação articulada entre as instituições e serviços governamentais e não governamentais e organizações e grupos da sociedade civil visando potencializar a qualidade e o alcance do atendimento e da prevenção.²³

²³ Projeto Articulando Redes, p. 12.

Assim, partindo da política pública de atenção à violência de gênero, raça e classe, o projeto se propôs a impulsionar os agentes locais e facilitar as relações entre os órgãos governamentais e os não governamentais; foi realizado em dois módulos, entre agosto de 2003 e julho de 2004. Num primeiro momento, voltou-se para a formação de articuladoras regionais, com o objetivo de que essas se tornassem multiplicadoras em âmbito local; num segundo momento, contou com atividades descentralizadas, agregando profissionais de instituições que atendiam mulheres em situação de violência como as ONGs, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Movimentos Sociais entre outros, e os temas abordados abrangeram as questões de violência, gênero e raça. O projeto foi implementado nos municípios de Marília, Sorocaba, Ribeirão Preto, Osasco, São José dos Campos e São Paulo. Parece-nos nesta presente pesquisa desnecessário trabalhar com os seis municípios, optamos pela cidade de Sorocaba, cujas mulheres preenchem os requisitos necessários para a análise e entendimento do objeto da investigação.

O projeto contou com mulheres vinculadas ao poder público e às entidades da sociedade civil como Coordenadorias ou Secretarias de Direitos da Mulher, Delegacias Especiais da Mulher, Conselhos das Mulheres, Movimento feminista e ONGs que, juntas puderam socializar experiências, sintonizar idéias e iniciar um trabalho conjunto pelo combate, controle e punição da violência contra as mulheres. Com recorte de gênero e raça, o curso ministrado pela Fala Preta! buscou a integração dessas mulheres para um trabalho de interface, onde as especificidades das mulheres negras fossem levadas em consideração na elaboração e nos atendimentos pelos órgãos responsáveis. Para isso contou com atividades lúdicas de caráter aglutinador e reflexivo em torno das demandas históricas das negras e da necessidade de um olhar mais atento para as propostas de gênero e raça.

Para que o enfrentamento da violência doméstica e sexual tivesse resultado satisfatório, foi necessário, portanto, que os diversos setores da sociedade organizados estivessem em conexão e trabalhassem harmonicamente. É de fundamental importância que as Delegacias da Mulher, organizações sociais, serviços de saúde, conselhos tutelares, entre outros, estejam interligados e em plena consonância. Quando esses órgãos estão conectados entre si, o atendimento se torna mais rápido e preciso; isso porque, em primeiro lugar, a vítima terá mais

segurança em denunciar o agressor e, em segundo, porque provavelmente contará com profissionais gabaritados e prontos para acolher e acionar os órgãos competentes para a resolução do caso. Segundo uma dessas entrevistadas:

O que eu achei super interessante foi a visão de Redes e que a gente tem que trabalhar buscando parcerias que sozinha você não consegue desenvolver um trabalho. Quando você está falando de mulheres, você está falando de violência, você tem que estar ligado às delegacias, você tem que estar ligado às empresas, você tem que estar ligado aos hospitais, às clínicas, aos postos de saúde, porque se você não tiver esse trabalho de Redes, você acaba perdendo tempo e não sabendo como encaminhar essa mulher. Ela chega lá pra você com uma denúncia, você já tem que ter um trabalho em que você saiba pra onde encaminhar tal assunto, às vezes, não é nem caso de você encaminhar para uma delegacia, mas para uma assistência social, um hospital. Esse tipo de visão dentro deste trabalho que foi realizado foi perfeito, porque a criação de Redes é o caminho, a Rede é o caminho para que você possa estar inserida dentro do contexto em que você está trabalhando. Se você está trabalhando com mulheres, então você tem que estar ligado a tudo que pertença ao assunto. (Regina, 44 anos, negra, professora, entrevista cedida em dezembro 2008).

Ainda que os agentes sociais se comprometam com o desenvolvimento das redes, é papel do Estado a responsabilidade social de garantir por meio de políticas efetivas a erradicação da violência contra a mulher. Assevera Castells: "(...) Todas estas transformações requerem a difusão da interatividade, multiplicando as redes em função da forma organizacional do setor público. Isso é equivalente a uma reforma do Estado." (2005, p. 27)

Os projetos da Fala Preta! destacados neste Capítulo voltaram-se diretamente para o enfrentamento da violência sexual e doméstica, a violência simbólica, do corpo, da estética das negras, enquanto objeto de consumo, como já dissemos anteriormente. Também foi foco de discussão a discriminação específica das mulheres negras, como é possível depreender dos relatos abaixo:

Existe uma violência psíquica que às vezes a gente não percebe, é, entrelinhas, aquela coisa de ser sutil, você ser sempre a gostosa que é boa de cama, entendeu, e essas coisas acabam virando mito e a gente vira objeto de desejo de consumo mesmo e, fora a exploração no trabalho, o salário menor, a boa aparência que não é voltada para a mulher negra, os trabalhos que a gente ganha menos até que o homem negro; dentro da pirâmide nós estamos lá no final. Então isso também foi discutido. (Regina, 44 anos, negra, professora, entrevista cedida em dezembro 2008).

Para mim, a Fala Preta! serviu para que eu visse as coisas de uma maneira mais real, mas principalmente saber o que eu sentia não era caso de psicopata, não era caso de loucura, não era caso de desequilíbrio emocional. Era muito real, só não estava escrito nos anais da história, nem da psicologia, nem da saúde. Foi importante entender que não está escrito porque as pessoas que detêm o poder sobre as coisas que envolvem 49% da população não têm interesse que elas comecem a falar das suas coisas, ficou claríssimo isso. (...) A diferença é que hoje eu não sou uma mulher negra, eu sou uma mulher negra poderosa, faço jus ao meu nome. Não tenho mais receio, eu sou boa e vou estar onde tenho que estar. (Marisa, 38 anos, negra, socióloga, entrevista cedida em janeiro de 2009).

As mulheres negras que provêm de tradição de corpo escravizado, trazem para o debate feminista racial a discussão do direito ao corpo e também da importância das negras africanas que, embora escravizadas e dispersadas nesse país de dimensões continentais, conseguiram resistir preservando suas histórias, raízes e tradições.

A violência contra a mulher historicamente é definida como espancamentos, estupro, assassinatos (violência doméstica e sexual). No caso das mulheres negras a violência racial soma-se às outras faces, o que aprofunda as suas vivências em meio à violência, aqui iniciada com o tráfico de escravos negros. Este implicava a violência sexual perpetrada pelos senhores de escravos, seus familiares e agregados contra as mulheres negras, os estupros – considerados naturais, já que escravas não eram donas de seus corpos, além das lesões corporais do tronco e do pelourinho²⁴.

Nesse contexto, é possível afirmar que a Diáspora Atlântica que escravizou corpos negros em vários países do mundo, não conseguiu dismantlar a consciência africana já que ela é, no sentido positivo, erva daninha, ou seja, em qualquer local e em qualquer tempo, resiste. No entanto, as negras ainda carregam as sequelas profundas do processo escravocrata: uma delas esteve sempre no próprio ato de amar, como bem explicita Bell Hooks,

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor. (1994, p. 189)

²⁴ Sociedade, Mulher Negra e Pobre – A Tripla Discriminação - Revista Teoria e Debate, nº36, outubro, novembro e dezembro de 1997.

Outro aspecto importante a ser destacado no projeto de articulação de redes, está relacionado ao compromisso em trabalhar com o rompimento de concepções genéricas e estereotipadas. Ao considerar as diversidades entre as mulheres, trabalharam-se as questões de gênero, raça e classe utilizando-se de recursos audiovisuais, dinâmicas grupais, dados estatísticos, na intenção de aprofundar o debate.

Embora várias análises das categorias feministas²⁵ tenham desde o início do movimento feminista apontado para a inexistência da mulher universal, o Estado, e no caso analisado, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), ainda não reuniram condições para trabalhar com as especificidades das mulheres, em particular as negras, que sofreram uma dupla violência de gênero e raça. Podemos perceber, pelo relato abaixo, o quanto o conceito de mulher universal é forte, apesar de toda crítica, mesmo entre as mulheres compromissadas com as políticas de gênero e que participaram do curso promovido pela Fala Preta!

Pra gente, a gente enxerga a mulher no geral, a gente não faz a diferença, você é negra, você é branca, a gente vê a vítima como no geral a gente atende todas as vítimas no geral. A gente atende da mesma maneira, **se você é branca, se você é negra, você é mulher do mesmo jeito.**²⁶ Chega uma mulher aqui, ela é atendida independente da cor. (Sonia, 39 anos, branca, investigadora, entrevista cedida em dezembro de 2008).

A maioria dos casos, principalmente os de violência racial contra as negras, eram encaminhados para outros departamentos encarregados da apuração e da investigação de violência racial e de gênero, como às delegacias de crimes raciais. Com relação a isso, afirma Saffioti:

A idéia de criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à mulher apresenta, inegavelmente, originalidade e intenção de propiciar às vítimas de violência de gênero em geral e, em especial, da modalidade sob enfoque, um tratamento diferenciado, exigindo, por esta razão, que as policiais conhecessem a área das relações de gênero. Sem isto, é impossível compreender a ambigüidade feminina. Todavia, os poderes públicos não implementaram a idéia original. Em São Paulo só em 1998, houve um curso sobre violência de gênero, com duração de 40 horas, ministrado às então 126 delegacias de DDMS do Estado. (...) Não se trata de afirmar que as delegadas são incompetentes. Como policiais, devem ser todas muito capazes. O problema reside no conhecimento das relações de gênero que não é detido por nenhuma categoria ocupacional. Profissionais

²⁵ Pesquisadoras como Sandra Harding, Luiza Lobo, Gayatri Spivak, entre outras, muito têm contribuído nas análises de categorias como clivagens de gênero, raça e classe.

²⁶ Grifo meu.

da Saúde, da Educação, da Magistratura, do Ministério Público etc. necessitam igualmente, e com urgência, desta qualificação. (2004, p. 89-90)

É provável que, quando a organização de mulheres negras Fala Preta!, em parceria com o Conselho Estadual da Condição Feminina, se propôs a discutir uma possível articulação entre órgãos e entidades voltadas à discussão de gênero, com um olhar para a questão racial, sabia que tamanha responsabilidade não seria possível simplesmente através de um curso de capacitação. Envolvendo mulheres de diferentes etnias e com visões ideológicas distintas, carecia de uma formação permanente.

As executoras do projeto *Articulando Redes Integradas de Atendimento e Controle Social Para o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher nos Municípios Paulistas* avaliaram o projeto positivamente, na medida em que, a partir do curso, surgiram ricas discussões, a aproximação das organizações da sociedade civil com as instituições, a possibilidade de novos serviços, dinamizar os existentes e humanizá-los.

Conviria sublinhar de que o trabalho em redes possivelmente, terá êxito quando os responsáveis por políticas macro respaldarem as entidades e fóruns de discussão feministas de combate à violência contra a mulher e garantirem que as diversas áreas de governo como educação, saúde, segurança, trabalhem unificadas no projeto de construção de redes, mantendo interface com o movimento social organizado, facilitando o processo, ampliando o atendimento, criando novas alternativas no combate a violência.

Ao término do curso, foi criado um grupo para troca de informações eletrônicas, com o objetivo de integrar e manter motivadas as mulheres envolvidas no projeto. É possível concluir que, embora embrionário, exista uma disposição das mulheres envolvidas no projeto em desenvolver estratégias de integração entre os equipamentos governamentais e não governamentais, no sentido de construir conjuntamente os mecanismos para o controle social referentes à política de gênero, como aponta o depoimento abaixo:

O trabalho tem que ser feito sempre, sempre divulgado, inclusive semana passada teve uma reunião na II Cia da Polícia Militar com a nossa delegada, com a Ong “Sim Mulher” do Centro de Integração da Mulher, o Coronel da PM, sempre visando o aperfeiçoamento. O que pode ser melhorado para o atendimento da vítima de violência doméstica. Sempre eu tenho curso pra ser feito, inclusive no mês passado ou atrasado, teve um curso, eu não pude participar, que foi de violência doméstica também voltada para violência sexual da mulher e da criança, duas colegas aqui participaram desse curso (...), mas todo ano sempre tem um curso, sempre tem uma reunião específica, reuniões que englobam as autoridades voltadas ao atendimento da mulher às nossas delegadas da Ong de Proteção a Mulher sempre, isso continuamente, sempre tem esse tipo de reunião voltado à defesa da mulher. (Sonia, 39 anos, branca, investigadora, entrevista cedida em dezembro de 2008).

Em suma, os embriões gerados pelo curso *“Articulando Redes Integradas de Atendimento e Controle Social para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*, possivelmente resultou na cumplicidade de atrizes sociais com iniciativas que acabaram por reagrupar pessoas em torno de necessidades específicas.

Na cidade de Sorocaba ainda existe uma articulação entre as entidades da sociedade civil e os setores do poder público, que atualmente se reúnem no sentido de estimular um trabalho integrado. No entanto, verificou-se que não houve um trabalho consolidado entre poder público e sociedade civil organizada, o que acabou inviabilizando uma ação mais articulada e capaz de dar respostas às demandas de violência de gênero e raça sofrida pelas mulheres. Todavia percebeu-se que, essa continuidade, se deve pelo compromisso e o esforço das mulheres envolvidas com as questões de gênero. É possível entender que o curso procurou estreitar as relações entre as lideranças no sentido de respaldá-las para os projetos desenvolvidos em suas bases. Parte do resultado do trabalho pode ser resumido com o seguinte relato;

Quando nós começamos a fazer o curso nós nos identificamos demais com muitas mulheres de dentro do nosso movimento, porque algumas passaram por situações que a gente estava escutando lá umas denunciaram outras não denunciaram então essas mulheres elas chegavam pra nós machucadas também e o que salvava muito era o nosso coral, porque o coral levantava a auto-estima, elas tinham que se arrumar, elas tinham que fazer maquiagem, tinham que se produzir e isso foi muito rico pra essas mulheres, era o momento que elas pensavam nelas. Então isso não vai sair da minha cabeça nunca que quando as encontro é uma família, uma coisa muito gostosa de sentir, porque elas não são as mesmas mulheres elas progrediram, tem mulheres que estão fazendo feira de artesanato, tem mulheres que realmente se tornaram empreendedoras e empreendedoras de suas próprias vidas isso que é o mais importante entendeu. (Regina, 44 anos, negra, professora, entrevista cedida em dezembro 2008).

Se a violência de gênero e raça é constituída histórica e socialmente, sua desconstrução só será possível num processo de transformação das pessoas, a partir de suas experiências e das experiências das outras, de modo que possam reconstruir suas histórias e atuarem como sujeitos para a transformação da sociedade.

A mudança de uma sociedade estruturalmente machista, hétero, branca e rica não se dará de forma simplista, mas será fruto dos seus próprios conflitos e de uma ação de resistência de outros promotores do movimento. As mulheres negras se transformam a partir de seus movimentos contra o racismo e a opressão do seu cotidiano. Das contradições nascem as necessidades de mudanças e a elas não estão alheias as mulheres negras. Consoante essas observações, Sueli Carneiro sublinhou que:

(...) ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero, se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras. (2003, p. 119)

Em vista disso, o projeto PIMDHESC foi pensado a partir da Plataforma DHESC - Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais-, inspirada nas relatorias da ONU, que atuam no Brasil desde 2002, sendo a Fala Preta! uma de suas associadas. Com o objetivo de potencializar a intervenção em direitos humanos, econômicos, sociais e culturais consistiu esse projeto na realização de pequenos cursos de Direitos Humanos para um público feminino, levando em consideração aspectos específicos das vidas das mulheres negras. Participaram desses cursos, ex-presidiárias, ex-moradoras de rua, moradoras de casa-abrigo, graduandas, graduadas, mestres, economistas, assistentes sociais, sociólogas, pedagogas, advogadas, jornalistas e escritoras. A conclusão do projeto

se deu em março de 2007, com a realização do seminário “Bem-Me-Quer Mulheres Negras”, ocasião em que as participantes apresentaram propostas de inserção social para as áreas de saúde, educação, violência contra a mulher no mercado de trabalho, contra o tráfico de seres humanos, os preconceitos da mídia e o racismo. Desse projeto, surgiu a criação da rede de mulheres negras com o propósito de monitorar ações em favor dos direitos humanos na capital e em outras cidades do interior paulista. Decidiu-se também, a partir do curso, pela criação do plano municipal de mulheres negras, para aplicação de ações junto a essas mulheres, na cidade de São Paulo.

Não há dúvidas de que a cor da pobreza é negra e a da riqueza ainda é, na sua maioria, branca. As mulheres pobres e negras, acabaram ficando nos mais baixos estratos sociais, vivenciando desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, nos serviços de saúde, educação, moradia e saneamento básico, tudo isso sem levar em conta a sua exclusão do direito ao lazer.

A discriminação racial no Brasil se apresenta de forma camuflada, sendo que as desigualdades não são de responsabilidade de um sistema racista e discriminatório e sim do individual, ou seja, as pessoas são culpabilizadas por não terem ‘sucesso’. Segundo Matilde Ribeiro,

Quando deparamos com a realidade das mulheres negras, intensifica-se o quadro de desigualdades e opressões, sendo entrecruzadas as questões de gênero e raça. Com isso questiona-se um paradigma da sociologia clássica que afirma que por meio da socialização o ser humano torna-se um verdadeiro indivíduo. Este modelo clássico pode, sim, construir indivíduos semelhantes, porém desiguais; ele está, portanto, em frontal oposição à proposta que associa igualdade de direitos à garantia das diferenças. É nessa perspectiva que queremos tratar as relações de gênero e raça e as desigualdades sociais. (2004, p. 88-89).

O PIMDHESC veio proporcionar às mulheres negras um outro olhar sobre as discussões de gênero e raça, com discussões concretas sobre como intervir no sentido de fazer valer seus direitos. São assuntos referentes à legislação, como a Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição Federal, nas Convenções Nacionais e Internacionais de Direitos Humanos entre outros, além das discussões sobre as contribuições legais. Tais estudos visam à orientação sobre legislação pertinente às questões das mulheres negras, no sentido de

preveni-las e orientá-las e, com isso, empoderar outras mulheres vítimas de violência; desta forma, ampliou-se o leque de participação, possibilitando a obtenção de resultados efetivos na eliminação de todas as formas de violência.

Observa-se que no bojo das discussões, encontravam-se mulheres vítimas de assédio moral, de violência doméstica e psicológica, entre tantas outras formas de violência, antes de se integrarem ao movimento negro e de conhecerem a organização de mulheres negras Fala Preta!. Essas mulheres não se davam conta de que a violência que sofriam era agravada pela sua cor. A auto-desvalorização e o sentimento de incapacidade foram relatados por mulheres que confirmaram que sua aproximação do movimento negro e de mulheres negras acabou por inseri-las no projeto PHIMDESC, como é o caso narrado por Marisa, 38 anos, negra e mãe solteira, vítima de assédio moral, desempregada e em grave processo depressivo que, num primeiro momento, atribuiu a si a responsabilidade por seu suposto fracasso e sua incapacidade intelectual. Entretanto, quando integrada no processo de discussão, adquiriu um novo modo de ver, de ser e de estar na sociedade. Sobre a descoberta da Fala Preta! e sua redescoberta, ressalta:

(...) Aí eu lembro que eu cheguei, todas aquelas mulheres eram mais de 70, naquela sala e todas tinham uma característica muito comum, que eram todas vestidas de marrom, com roupas escuras e muito, muito curvadas, tudo muito pesado (...) o jeito do cabelo, a forma de conversar. Muita dor, gente, foi muita dor. Aquele dia as pessoas tiveram espaço, foi intenso demais porque todo mundo começou a falar o que sentia porque estava ali. Então, o que seria uma coisa de 15 minutos durou dois dias (...) Começou a ser um encontro de descobertas e era muito prazeroso estar com todas aquelas mulheres imbuídas de muito histórico. A gente descobria muitas coisas, das dores, das vivências, das histórias, das histórias destorcidas também (...). Tudo aquilo que a gente estava discutindo sobre a lei Maria da Penha. (...) a violência e que o campo físico é a última instância, e como ela ocorre no âmbito do dia a dia, qual o caminho, por quê? Tudo isso aí... assim todas chorávamos, ou porque tinha passado, ou porque algum parente passou, aquilo estava registrado então a gente teve que pegar na mão uma da outra para conseguir terminar aquela aula. Então todo curso do PIMDHESC foi emotivo. (Marisa, 38 anos, negra, socióloga, entrevista cedida em janeiro de 2009).

Embora as estatísticas mostrem quão perversa é a situação das mulheres negras brasileiras, pouco se tem de concreto para sua eliminação. As organizações feministas negras têm se empenhado para que políticas públicas de combate à violência sejam implementadas; mas, para que isso se torne realidade é preciso que

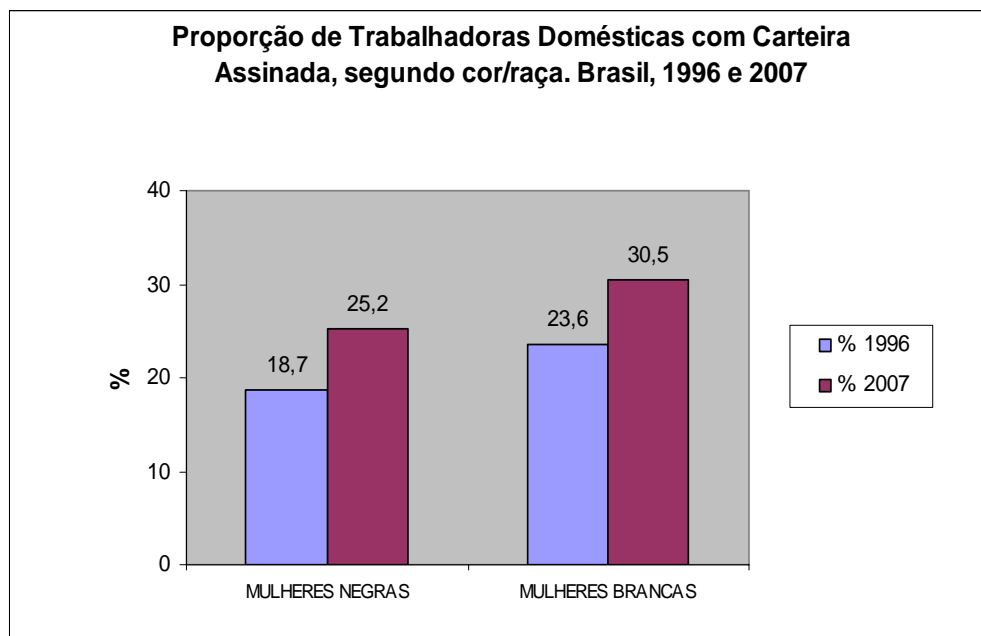
essas mulheres negras resistam, se organizem e façam a diferença nos espaços que ocupam. Uma das reivindicações do movimento negro e de feministas negras é o cumprimento efetivo da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de história afro-brasileira, nos currículos escolares. Com uma educação baseada nos valores europeus, nos livros didáticos, com raríssimas exceções, o negro aparece quando se estuda a cana-de-açúcar e a sociedade escravista, para logo desaparecer e retornar, como por encanto, à época da Abolição; agora, com homens ociosos e preguiçosos, ao invés de trabalhadores. A propósito, Ana Célia da Silva observa que:

A criança negra raramente é retratada na escola. Ela aparece brincando ou trabalhando nas ruas, quase nunca tem nome, é chamada por apelidos ou por sua cor (negrinho etc.) (...) O livro evidencia como representante do povo brasileiro o branco socializado com padrão econômico e costumes europeus e norte-americanos. O branco também é associado a belo, puro, bom e inteligente. (1995, p. 31-32)

A despeito da clareza do excerto acima em que a autora demonstra a inadequação do livro didático a uma escola multirracial, os profissionais de educação não foram preparados para trabalhar essa problemática e, muito menos, a fazer a crítica aos materiais didáticos disponíveis no mercado; em vez disso, reproduzem inadvertidamente os valores da sociedade racista. Ora, a evidência dessa descompostura profissional aponta para uma ação formativa que possa reeducar os professores para uma prática pedagógica pautada na diversidade racial, como valor indispensável à constituição de uma sociedade democrática.

Não muito diferente do que ocorre na escola, essa visão distorcida se reproduziu de forma ainda mais brutal nas relações sociais. É possível constatar que os negros têm ocupado posições de pouco destaque no mercado de trabalho; no entanto, ainda, são as mulheres negras as mais sacrificadas. Como exemplo, ao tomarmos a condição trabalhista das empregadas domésticas, observamos que, em sua maioria, as negras não possuem carteira assinada, como demonstra o gráfico:

Gráfico 4



Fonte: Retrato das desigualdades no Brasil - UNIFEM/SPM/IPEA - 3ª EDIÇÃO Brasília 2008

Como é possível depreender desse Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça apresentado em 2008, pelo Instituto de Pesquisa Aplicada em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas e a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, as mulheres negras somam o maior índice de trabalhadoras domésticas sem carteira assinada, portanto, sem direitos trabalhistas, como: aposentadoria, férias, décimo terceiro salário e, em caso de demissão, os direitos regidos por lei.

Ocupando a maioria dos trabalhos domésticos sem carteira assinada, a maioria das negras vive com um salário cada vez mais irrisório, na medida em que é obrigada a repassar parte de seu ganho a outra mulher, em igual ou pior situação econômica, para cuidar de seus filhos. Segundo o depoimento:

(...) essa mulher negra sai às 6h00 ou 5h00 da manhã, pra trabalhar lá na casa do chapéu; ela tem que estar às 7h00 pra botar o café da manhã da família do patrão dela, mas o dela, ela não sabe se tem. (Marisa, 38 anos, negra, socióloga, entrevista cedida em janeiro de 2009).

No PIMDHESC, discutia-se, desde a violência educacional e profissional, até a física. Muitas vezes, a violência física era comum nos relatos da maioria das mulheres; um fato que chamou a atenção foi de como as agruras do período escravocrata continuaram a fazer parte do cotidiano dessas mulheres. Entre as mulheres negras, dado o triplo caráter da violência a que estão submetidas, tal descalabro é maior, ou seja, além de manter, os privilégios de uma minoria branca, continuam a ser chefes de fogo, quitadeiras, arrumadeiras, lavadeiras, cozinheiras, quituteiras, tendo que se submeter ao trabalho informal com a menor renda salarial entre todos os trabalhadores. Como reforço desse argumento, Marisa observa que:

Falamos da violência da porrada. Era comum mulheres falarem 'meu ex-marido batia' ou, 'meu marido me bate', da violência do dia a dia, no trabalho, como a mulher negra se mantém no trabalho seja nesse trabalho de era, que a gente apelidou de era lavadeira, cozinheira, quitadeira, arrumadeira. Então "era" tem bastante trabalho, agora logos e logas fica difícil, mesmo que seja, não consegue se inserir no loga (...) socióloga, fonoaudióloga, psicóloga. Pode ser ora, professora, mas ainda fica relegada. (...) todo mundo chorou mesmo; ou chorou porque apanhou, ou chorou porque viveu, ou chorou porque viu a mãe apanhando ou lembrou da avó que passou por essa situação. Várias coisas culminaram ali, acho que foi um choro geral. E primeiramente a violência do dia a dia de você andar, se tá bem vestida, é gostosa, quero trepar com você. O homem negro e branco não necessariamente se dirige a uma mulher negra e bonita com a questão de que quer se relacionar; é um produto pra lhe dar prazer. Então essa questão, nós conversamos muito também. (Marisa, 38 anos, negra, socióloga, entrevista cedida em janeiro de 2009).

Não é difícil perceber que tais problemas sociais atingiam as mulheres negras e impediam-nas de ter uma vida digna e de serem respeitadas como cidadãs. A sua representação na sociedade não é vista por suas qualidades e valores, competência e sabedoria de que são portadoras; mesmo assim, ela continua numa luta insana para sobreviver, sustentar a família e manter a consciência, seja de sua negritude, seja a de negra cidadã.

Violentadas nos seus direitos humanos básicos, como o acesso ao trabalho remunerado, à educação de qualidade, à moradia, à saúde, ao respeito de seus valores éticos, sociais, culturais e morais, conviria reafirmar que o direito das mulheres negras e o respeito às suas necessidades são direitos humanos ainda pouco respeitados. Em razão disso, o pleno exercício da cidadania só poderá ser garantido se os sujeitos do direito estiverem participando ativamente do processo de construção de uma sociedade justa e democrática. Embora o movimento negro e de

mulheres negras tenha avançado, e muito²⁷ mostra o referido estudo realizado pelo *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, em parceria com a *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres* e *Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas Para as Mulheres* com relação às desigualdades de gênero e raça. Indica que, embora a proporção de negros tenha crescido de 45% para 49,8%, entre 1993 e 2007, continuam sendo significativas as desigualdades entre negros e brancos. As mulheres negras, como sempre, continuam em desvantagem, em consequência da discriminação de gênero e raça. Ainda segundo dados da pesquisa, a renda média da população brasileira em 2007 estava assim escalonada: R\$ 1.270,00 homens brancos; R\$ 780,00 mulheres brancas; R\$ 640,00 homens negros e R\$ 430,00 mulheres negras. Esses dados comprovam, mais uma vez, a condição de vulnerabilidade da população negra, em especial das mulheres negras que, em consequência da tripla discriminação de gênero, raça e classe, revelam que a sociedade brasileira está longe de ser uma democracia racial e de gênero; ao contrário, o que se percebe é que a tão decantada harmonia racial acaba desmantelada frente às condições de vida dessa população e pela falta de políticas de raça e gênero capazes de, minimamente, diminuir o fosso existente entre brancos e negros.

O PIMDHESC, trabalhando prioritariamente com legislação, abarcou experiências de mulheres advindas de diferentes níveis de conscientização e de escolaridade: ex-presidiárias, profissionais liberais, professoras, jornalistas entre outras. Algumas traziam na bagagem certo acúmulo de experiências sobre as questões de gênero e raça, inclusive de participações em encontros e conferências de mulheres e de mulheres negras; outras que se descobriram no processo de aprendizagem, porém, essas mulheres tinham em comum um histórico de violência de gênero e raça. Acompanhando a trajetória dessas mulheres, o projeto teve como tônica a necessidade de divulgar o conhecimento das leis e delas se apropriarem; mais do que isso, a necessidade de reivindicarem seus direitos com o amparo

²⁷ Projeto de criação do Estatuto da Igualdade Racial, em tramitação no Congresso Nacional, a SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Cotas Raciais em inúmeras Universidades, Cursos Pré-Vestibulares para afro-descendentes, Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacional, Lei 10639/03, aumento das entidades ou fortalecimento das existentes preocupados com a problemática, aumento dos processos contra o racismo praticado, entre outros.

dessas leis. Com a postura de que a violência de gênero e raça deva ser também discutida sob a ótica dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os encontros se traduziam em verdadeiros laboratórios de experiências e de aprendizado; o intuito era o de que tais conquistas se multiplicassem e se efetivassem em outros espaços de organização. Assim, para Mireya Suárez e Lourdes Bandeira:

O novo modo de agir político, num país tão diferenciado e desigual como o Brasil, pressupõe a criação de múltiplos espaços públicos, capazes de politizar as experiências privadas e diferenciadas, com o objetivo de, por um lado, ampliar a consciência dos cidadãos e, por outro, participar na implementação de políticas sociais a serem administradas pelos órgãos governamentais. (2002, p. 316).

Uma das grandes inovações trazidas pelo PIMDHESC foi a discussão das mulheres negras em regime prisional. Se levarmos em consideração os aspectos econômicos, sociais e culturais da população negra, particularmente das mulheres negras, essas se encontram mais vulneráveis diante das violências sociais, que podem levá-las a vulnerabilidade penal. Com isso, esse projeto inovou ao trazer para o debate feminista negro uma demanda pouco explorada pelo movimento. Estruturado em vários seminários com material didático e palestrantes bem informadas, procurou preparar as mulheres para compreenderem os direitos sociais, culturais e econômicos. Segundo Rita:

O meu primeiro contato com a Fala Preta foi no III Encontro Nacional de Mulheres Negras, eu cheguei lá, eu estava começando a minha militância no movimento negro e eu dei o meu depoimento no encontro, que eu sou ex-presidiária, eu falei o que era ser uma mulher negra no presídio. (...) O PIMDHESC para mim foi uma grande escola. Eu aprendi como trabalhar as questões de gênero, as questões de violência doméstica. (...) Se as pessoas não forem preparadas nessas questões, não tem como se organizar, organizar a apresentação dos seus projetos, porque tudo passa pelo crivo das leis. Se você tem a informação, informação é poder, você passa a agir e atuar em torno das informações que você possui. (...) Especificamente, eu estudei a Lei Maria da Penha. (Rita, 45 anos, negra, arte educadora, entrevista cedida em fevereiro de 2009).

Acreditando na possibilidade de que a transformação se dará a partir das mudanças individuais e do conhecimento de si própria, atrelado a um conjunto de outros conhecimentos, as mulheres negras estarão preparadas para mudar o mundo, auxiliando na construção de uma nova ótica, a dos Direitos Humanos. É o que se pode depreender do depoimento da Rita, principalmente quando ela se refere

à questão da importância da apropriação de conhecimentos gerais e específicos, inclusive o das mulheres presidiárias e negras que acabam na prisão, sofrendo uma quádrupla discriminação; a de ser negra, pobre, mulher e presidiária. Todavia, o depoimento aponta para uma reflexão realizada no PIMDHESC, provavelmente desconsiderada no universo feminista negro, como sublinha o depoimento abaixo:

O que me motivou para o PIMDHESC foi a minha experiência na área de Direitos Humanos. De ver sempre que os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais eram muito discutidos no universo das organizações de Direitos Humanos brancos, em outros organismos. E o movimento negro não discute os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, não se apropria deles e de repente me preocupava. Foi o que a gente discutiu que o mercado de trabalho pode discutir: Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais. A gente discute saúde, está discutindo esses direitos em saúde, em educação. Por que não sistematizar isso do ponto de vista do que isso representa pra gente? (Deise Benedito, presidenta da Fala Preta! entrevista cedida em janeiro de 2009).

Tendo em vista o acúmulo de experiências obtido em uma ação militante, percebe-se e valoriza-se o esforço e a disposição da Organização de Mulheres da Fala Preta!, no fortalecimento das lideranças de mulheres negras da periferia, referentes à questão de gênero, raça, classe e violência.

CAPÍTULO III

Ser negro é não ser somente negro.
É se sentir milhões de negros.
Todos filhos de Oxalá.
(Ser Negro, Lumumba)

MULHER NEGRA: DIREITO DE DECIDIR

O intento desse capítulo é problematizar as articulações e os projetos implementados pela Fala Preta! sob a ótica de gênero, raça e classe a respeito da saúde das mulheres negras, particularmente sobre os direitos reprodutivos, além de atentar como foram conduzidas as questões suscitadas pela violência e pelo aborto clandestino na vida dessas mulheres.

É possível apreender que o sexismo e o racismo vividos pelas mulheres negras desde o período escravocrata, passando pelo pós-abolição vêm influenciando decisivamente na saúde das mulheres seja nos aspectos físicos, psíquicos e biológicos. Essas mulheres antes de trazer referências de um outro mundo, de outras culturas que fortaleciam sua incansável resistência, tiveram que passar por muitos martírios:

Mal-alimentadas e cansadas de percorrer a pé muitas milhas, as africanas aprisionadas chegavam aos pontos de partida em péssimas condições. Nas embarcações eram submetidas a toda sorte de maus tratos. (...) a sujeira, os ratos, os piolhos, a cegueira e a sarna iam corroendo seus corpos. A morte vinha pelo escorbuto, sarampo, bexiga e diarreias que dizimavam boa parte dos embarcados, a começar pelas crianças. Às mulheres, por vezes, era dispensado um tratamento diferenciado. A elas permitia-se permanecer no convés, onde o ar puro e a retirada dos ferros do tornozelo aliviavam as duras condições da viagem. Porém, a permanência no convés também as deixava à mercê dos marinheiros que “se serviam” sexualmente delas a qualquer hora do dia. (...)

Após estas torturas de dimensões atlânticas, as africanas chegavam “magras, como sombras cambaleantes”, nas palavras de um cronista do século XIX. Tinham as “feições contraídas, os grandes olhos pareciam querer saltar das órbitas a qualquer momento, e, pior que tudo, as barrigas franzidas formando um perfeito buraco, como se elas tivessem se desenvolvido no sentido das coisas”. Dos portos, eram levadas para os armazéns ou mercados de rua onde eram expostas à apreciação. Até os anos de 1830, quando o tráfico tornou-se ilegal, a população cativa normalmente aportava em cidades brasileiras como Belém, São Luiz do Maranhão, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá

e nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (Schumacher, Brazil, 2007, p. 21-22).

Levadas aos portos ou aos mercados onde eram negociadas, tiveram seus nomes adulterados pelo batismo. Como coisa, já não decidiam mais sobre suas vidas, seus corpos e o de sua prole. Impedidas de exercer sua feminilidade e a maternidade, desmamavam suas crianças para amamentar os filhos legítimos dos senhores. Vistas e tratadas de forma animalésca e tidas como despudoradas, eram infamadas e como mercadorias que eram, desempenhavam também todas as demais tarefas que davam suporte à economia mercantil. Diante disso, muitas mulheres, realizavam práticas contraceptivas e de aborto. Essas práticas eram disseminadas pelas escravas, provavelmente, para evitar que o filho nascesse escravo.

Indubitavelmente, a relação escravocrata com os corpos das mulheres negras não se restringiu ao trabalho compulsório, mas existiu no cerne da sociedade patriarcal judaico-cristã constituída no Brasil, sob os auspícios da imoralidade, do abuso sexual, no desrespeito às crenças e tradições de índios e negros, arraigados a valores escravagistas que mesmo com seus tabus, não conseguiram impedir que mulheres negras escravizadas utilizassem de subterfúgios, no sentido de preservar o mundo africano, tendo a religiosidade como suporte para se manter em pé.

Ao buscar um tratamento positivo das coisas do corpo em fragmentos da história das mulheres negras no Brasil, ressalta-se a influência das religiões negras, pois elas não querem nos arrancar do corpo ou das relações com os seres vivos. Não proibem o corpo. Ao contrário, vivem nele a relação transcendente que valoriza o lúdico, a cumplicidade do encontro furtivo, o entrelaçamento. O corpo é aberto para o mundo e, por isso, vulnerável a ele. O sagrado não é algo exterior ao corpo imprimindo-lhe uma negatividade, não se reduz a objetos e não é alcançado pela renúncia ao corpo e as coisas do mundo. O corpo transa e entra em transe. Relaciona-se e luta. (Carneiro, 2000, p. 28)

É inegável que no caso dos escravos brasileiros foram as religiões de matrizes africanas que lhes deram força e coragem para enfrentar o sofrimento do corpo, da alma e, por mais contraditório que possa parecer, era a religiosidade que mantinha e possivelmente mantém a sobrevivência da cultura afro-brasileira. Um dos fatores que provavelmente, fez do feminismo negro uma força viva e atuante é essa ancestralidade que sustenta o movimento, convertendo-se em sustentáculo no

duelo contra forças machistas e sexistas que insistem em decidir sobre um direito inalienável da mulher: seu corpo.

A partir de uma abordagem da saúde da mulher negra, em particular a saúde reprodutiva, vemos como é impossível desvincular a saúde da mulher negra das categorias de gênero, raça e classe.

No pós abolição, o Brasil passou por um período agitado pelas mudanças no mundo do trabalho, um problema se tornou crucial: como metamorfosear uma mercadoria em cidadão. Ainda que a Revolução Industrial trouxesse uma nova concepção de trabalho e trabalhador, a mentalidade escravista continuava intacta, desvinculando negros e mestiços da noção de trabalhador. Nesse entrecho, surgiram teorias racistas, bem representadas por Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha entre outros. Esses teóricos eugenistas defendiam a idéia de branqueamento como única solução para extinguir negros e híbridos, tidos como degenerados e inaptos para consumarem o processo de construção do seu projeto de nacionalidade. Tarefa difícil já que a população total no Brasil em 1874, era de 11.108.000 (onze milhões cento e oito mil habitantes), sendo que desses, 3.802.000 (três milhões oitocentos e dois mil) eram negros e 3.275.000 (três milhões duzentos e setenta e cinco mil) índios²⁸.

Já em maio de 1888, saía em vários jornais brasileiros um artigo polêmico assinado por Nina Rodrigues, em que o famoso médico da escola baiana concluía que: “os homens não nascem iguais. Supõem-se uma igualdade jurídica entre raças, sem a qual não existiria Direito.” Dessa maneira, e solapando o discurso da lei, esse “homem de ciência”, logo após a abolição formal da escravidão, passava a desconhecer a igualdade e o próprio livre arbítrio, em nome de um determinismo científico e racial. A posição não se limitava aos jornais, Nina Rodrigues publicava em 1894 **As raças humanas** e a responsabilidade penal no Brasil, em que defendia não só a proeminência do médico na atuação penal, como advogava a existência de dois códigos no país - um para negros, outro para brancos - correspondentes aos diferentes graus de evolução apresentados por esses dois grupos (Schwarcz, 2001, p. 22).

A verdade é que um país multirracial, com uma população negra estimada em aproximadamente 34% como apontam os dados do Censo de 1874, não seria tarefa fácil para as elites republicanas embranquecer o Brasil.

²⁸ Censo de 1874, retirado do site <http://www.roteiroromanceado.com/cruzadas/historia/ancestrais/publicacoes/brasil/brasil.html>.

Segregados, os homens e mulheres que antes eram necessidade básica do capital, se tornaram obstáculos para uma sociedade que se projetava, cristã e homogênea, livre de todos os resquícios de uma cultura africana, considerada atrasada e degenerada. Desse modo, era essencial que os projetos voltados à arianização fossem bem sucedidos. Com isso leis despóticas, como a da Vadiagem implementada no Código Penal de 1890, ganharam força. Esta lei estabelecia a contravenção da vadiagem utilizando métodos de repressão como prisão e tortura ao negro, que fosse encontrado nas ruas após as 22h00, a quem atribuíam o crime da ociosidade. Com as mulheres não era diferente, na maioria das vezes foram sentenciadas como prostitutas, ou por vezes processadas e autuadas por vadiagem²⁹.

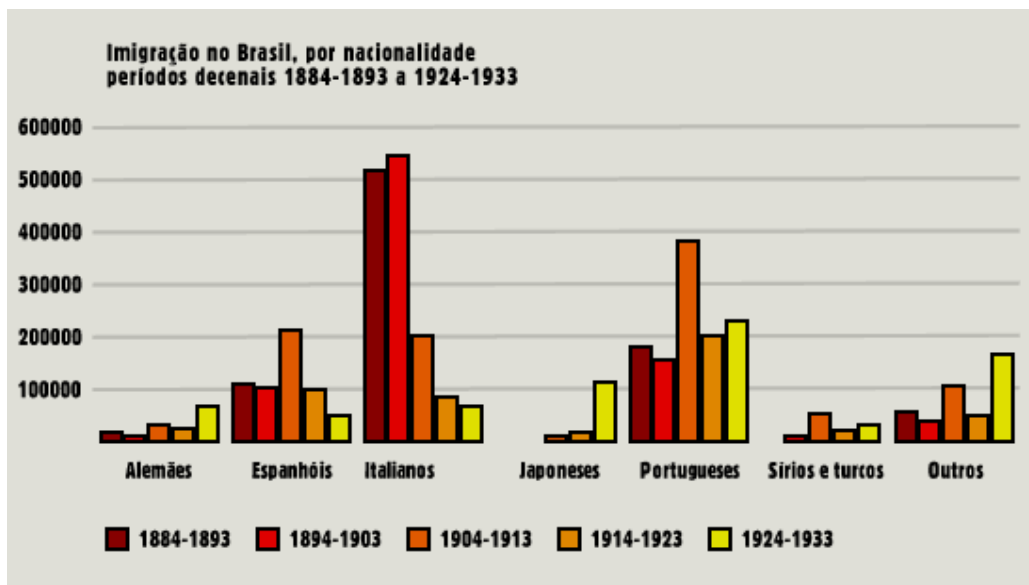
Os processos judiciais, em que apareciam, em vez de dados concretos como nomes, ocupação, idade, estão sobrecarregados de juízos de valor e de referências genéricas: “mulher vagabunda”, “desordeira”, “turbulenta”, “depravada”, “de má fama”, “cometeu ruindades”, “foi falsa”, “prendeuse por acusação de andar amancebada”. (Dias, 1995, p. 35)

Outro modo utilizado para a perseguição dos negros ficou por conta do próprio fado destinado a eles. Sem ter para onde ir, nem ganhar seu próprio sustento, acabaram nas ruas ou mesmo nas mãos de seus antigos senhores, aventurando-se pelo país sendo levados à fome, à marginalização e conseqüentemente à morte. Tentativas foram realizadas no sentido de acelerar a miscigenação, de tal modo que, o governo brasileiro passou a incentivar a vinda de colonos europeus com promessas de vantagens econômicas como, por exemplo, a de concessão de terras, na verdade um engodo para a grande maioria desses imigrantes.

Em finais do século XIX e início do XX, entre os anos de 1846 e 1875 imigrantes de diversas nacionalidades partiram da Europa e cruzaram o Atlântico. O quadro abaixo ilustra as ondas imigratórias no país.

²⁹ Dissertação de mestrado: Tal Conceição, Conceição de Tal. Silvana Santiago- 2006

Gráfico 5



Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226

Uma das expectativas em torno da vinda de europeus para o Brasil era a de constituir uma nação branca, logo, civilizada e moderna. A verdade é que não houve uma política de cidadania para os estrangeiros, sua branquitude não lhes credenciava a ter os mesmos direitos de brancos brasileiros.

Ainda em meados do século XIX, na década anterior à da proibição do tráfico, estabelecida pela lei Euzébio de Queiroz, desembarcaram clandestinamente no Brasil cerca de 1,3 mil africanos³⁰. Fica evidente que as marcas profundas de negação de direitos tanto civis quando os subjetivos desencadearam práticas generalizadas de discriminação, de racismo, de preconceito, de gênero e de classe - nas mais diferentes formas, mais ou menos “modernas”, porém não menos cruéis, fossem elas oficiais ou não.

O pensamento científico, a serviço do poder e do *status quo*, por inúmeros exemplos na trajetória ocidental se prestou a fundamentar e a mascarar os conflitos advindos das camadas exploradas impingindo-lhes a responsabilidade pelas suas mazelas, como próprias de indivíduos desqualificados, social e culturalmente. Tal contradição emerge quando um olhar mais atento demonstra que os movimentos reivindicatórios e o controle do corpo das mulheres, especialmente das negras, que

³⁰ Mauricio Goulart, *Escravidão africana no Brasil*. São Paulo, Martins, 1949

serpenteavam por ruas, becos e vilas, relacionando-se com a vizinhança em suas fainas cotidianas, foram reprimidos por diversas formas.

Mais recentemente, uma prática velada de extermínio da população pobre do Brasil se deu durante a ditadura militar pós 1964. Tão logo se instauraram no poder, os militares iniciaram uma política de controle demográfico. Tensionada pelos Estados Unidos, esta política visava implementar programas e estratégias, que reduzissem o crescimento da população. Os movimentos sociais, partidos políticos, mesmo cassados, reagiram contra tais iniciativas. Acredita-se que os Estados Unidos, sentindo o acirramento das relações entre civis e militares na América Latina e ao mesmo tempo percebendo a repercussão da Revolução Cubana de 1959, preocuparam-se com o possível aumento de “subversivos”, que poderiam ameaçar sua soberania mundial. Esse debate persistiu nas décadas de 1960 e 1970. Assim, é emblemática a citação destacada a seguir:

Em meados dos anos 1970, o Ministério da Saúde implementou o Programa de Saúde Materno - Infantil, onde o planejamento familiar figurava discretamente sob o nome de paternidade responsável. Nessa mesma década, exatamente no ano de 1977, foi elaborado o Programa de Prevenção da Gravidez de Auto-Risco (PPGAR), o qual recebeu uma reação contrária dos movimentos sociais que entendiam ser este programa de cunho controlista (sic). Os chamados critérios de identificação de risco adotados pelo programa encaminhavam um controle de nascimentos entre pobres, negros e outras populações descartáveis. (Costa, 2000, s/p).

A saúde das mulheres passou a ser polemizada a partir da esterilização cirúrgica incorporando essa demanda a outras mais específicas. A partir da sistematização de propostas no sentido de tratar as diferenças com igualdade, as negras também passaram a discutir e lutar por políticas de saúde com recorte de gênero e raça.

No Brasil destacaram-se, a partir da década de 1990, as discussões e publicações de setores do Movimento Negro sobre a esterilização cirúrgica de mulheres, entre elas esterilização: do ... (1990) (sic), cadernos Geledés 1 e 2 (1991) e Oliveira (1991), que resultaram na Campanha contra a Esterilização em massa de mulheres, na Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras e na consolidação de trabalhos práticos e teóricos mais cotidianos com saúde, em particular das ONGs feministas negras, e em atividades pontuais de outros setores do Movimento Negro sobre saúde.(Oliveira, 2001, p. 162).

A Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, desde sua fundação, tem participado da elaboração de propostas destinadas à saúde reprodutiva das mulheres negras, entendendo que essas devem ser decididas pelas próprias interessadas. Portanto questões como esterilização, DST/AIDS, miomas uterinos, anemia falciforme, hipertensão, se tornaram prioridades da entidade, tanto nos projetos desenvolvidos quanto nas articulações e atividades das quais participou. Como a esterilização passou a ser praticada com frequência, apesar do dissenso entre os profissionais e a sociedade civil organizada, tornou-se pauta obrigatória dos movimentos de mulheres e da Fala Preta! nos fóruns, conferências, palestras, oficinas às quais esta entidade organizou ou participou.

Especificamente em relação à esterilização, a entidade Fala Preta! sublinhou que o tema, por ser polêmico, deveria ser discutido no âmbito do planejamento familiar, levando em conta as necessidades e os desejos das mulheres de ter ou não filhos. Considerava imprescindível que a matéria infecundidade fosse tratada através de políticas públicas no sentido de regulamentá-la, opondo-se a outras formas de abusos e promovendo outras alternativas. Segundo, Immaculada Lopez, em artigo publicado na revista *Problemas Brasileiros*, setembro/outubro de 1997 v. 323,

Para Edna Roland, presidente da Fala Preta - Organização de Mulheres Negras, "a esterilização é vendida como método perfeito, definitivo, seguro e inofensivo". Um total engano. Esse é o segundo grande motivo de preocupação: as brasileiras estão se esterilizando sem critérios e sem informação completa. "Feita sem técnica precisa, a laqueadura pode afetar a circulação ovariana, causar alterações na vida sexual e antecipar a menopausa", informa Pinotti. O principal efeito colateral também quase nunca é discutido. "É o arrependimento", diz Rosa, da Escola de Enfermagem da USP. Na prática, a ligação das trompas é irreversível. A mulher perde para sempre sua capacidade reprodutiva. "A mulher só deveria se ver diante desse tipo de decisão em último caso, e quando se sentisse totalmente esclarecida e segura", diz Rosa. Afinal, ela pode desejar engravidar outra vez - especialmente quando um filho morre ou um novo relacionamento começa. Se tem condições, a mulher tenta reverter a laqueadura e recorre aos serviços de inseminação artificial. Raras vezes os riscos desses procedimentos são discutidos na escolha do método contraceptivo.

(...) Os médicos, de acordo com Pinotti, estão sendo movidos por interesses econômicos, mas também por falta de reflexão e em virtude de um problema de formação. Edna concorda: "Grande parte dos médicos vêem as pacientes como mulheres pobres, ignorantes, com pouca autonomia sobre seu corpo e sua vida", diz a presidente da Fala Preta. Segundo ela, o médico "detém o poder central no processo de saúde. Muitas vezes, ele prefere recomendar um procedimento que dependa dele e não da mulher". Restam também vestígios de uma mentalidade controlista (sic): para

diminuir a pobreza, é necessário reduzir o número de pobres. O médico pensa estar fazendo um bem. Uma grande mentira, segundo Edna. "As brasileiras têm cada vez menos filhos, e continuam pobres. A solução da pobreza não é a redução do número de filhos, mas a redistribuição dos recursos do país."

Mas certamente muitas mulheres e homens desejam planejar e evitar a gravidez e ter famílias menores - uma mudança cultural recente impulsionada pela entrada da mulher no mercado de trabalho e acentuada pela dificuldade de gerar e criar filhos (há falta de assistência pré-natal, número insuficiente de creches e escolas, ausência de apoio do parceiro). "A decisão deve ser da mulher ou do casal", diz Regina Coeli Viola, da Coordenação Materno-Infantil do Ministério da Saúde, fazendo coro com os outros especialistas. O Estado não deve intervir para estimular ou controlar a fecundidade. Entretanto, deve garantir um programa de saúde integral da mulher, no qual a concepção e anticoncepção façam parte de um acompanhamento constante da paciente. E deve assegurar ampla informação e acesso a todos os meios existentes. Nesse tipo de programa, o objetivo não é reduzir o crescimento populacional (por mais que esse possa ser um dos resultados), e sim as doenças e a mortalidade da mulher e da criança.

Para a Fala Preta! a saúde reprodutiva da mulher negra era muito mais complexa, se emaranhava com outras doenças graves e esse assunto ainda era pouco discutido entre a população negra e os profissionais da saúde. Em vista disso, a organização persistiu em propor programas de âmbito holístico, que consideravam as especificidades das doenças ligadas a ancestralidade, eminentemente enraizadas ao corpo negro, em particular ao das mulheres negras. A formulação e execução desses projetos se davam sincronicamente com as demais atividades realizadas, na militância dos movimentos feminista e negro e nos espaços governamentais.

Na década de 1990, época em que germinou a Fala Preta! houve um recrudescimento do movimento negro, concentrando maiores esforços em torno da doença Anemia Falciforme. Detectaram que os problemas mais graves eram a desinformação sobre esta doença pouco conhecida pela população e até mesmo pelos profissionais da saúde, mesmo porque nem mesmo constituía uma prioridade para a rede pública de saúde. Insistiram para que os trabalhadores da saúde fossem devidamente capacitados para proverem tratamentos, que considerassem as especificidades genéticas da doença. A inabilidade dos profissionais da saúde no tratamento de uma doença possivelmente de origem étnico- racial era o resultado de uma história secular de negligência, contribuindo para programas de saúde distantes

das necessidades da população negra. Com referência à procedência da moléstia, lembramos a seguinte citação:

A doença originou-se na África, estendeu-se para a Península Arábica, sul da Itália e Índia e foi trazida às Américas pela imigração forçada de cerca de 3-4 milhões de africanos trazidos ao país como escravos. No Brasil, distribuiu-se heterogeneamente, sendo mais freqüente onde a proporção de antepassados negros é maior (Nordeste). (...) No Brasil, a doença é predominantemente entre negros e pardos, porém também ocorre em brancos. (...) A origem racial entre negros e mulatos é um aspecto de significativa importância quando se considera a doença do ponto de vista de saúde coletiva e se pretende estabelecer estratégias para seu controle. A reconhecida heterogeneidade dos diferentes estratos sociais e econômicos no país, com predomínio de negros nos grupos mais pobres e menos educados, em especial na periferia dos grandes centros urbanos, tornam estas doenças mais comuns nesses grupos sociais. Portanto, estratégias que visem ao controle das doenças falciformes, para serem eficientes, devem estar associadas a melhorias das condições de higiene, saúde pública e educação desses focos de miséria. (Oliveira, 2001, p. 127 - 128)

Inquietados pela desinformação da população negra a respeito da doença, e compreendendo ser necessário municiá-la os movimentos sociais, sobretudo o negro, deram preponderância a iniciativas que promovessem mudanças de conduta em relação ao tratamento e à prevenção da doença, estimulando os cidadãos falcêmicos a constituírem espaços próprios de organização, onde pudessem apresentar seus dilemas e angústias, apropriando-se da matéria em voga, e a partir de um consenso, garantir a incorporação de suas demandas, quando das deliberações para a implementação de medidas necessárias nas políticas públicas de saúde.

Com base nessas reflexões, Fala Preta! se destacou nas iniciativas de prevenção e de tratamento da anemia falciforme no âmbito da saúde coletiva.

Em 25 de junho de 1997, em parceria com o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) a Fala Preta! lançou a cartilha: *Anemia Falciforme: Anime-se, informe-se*, sendo este um dos primeiros trabalhos realizados pela recém fundada organização.

Figura 2



A publicação da cartilha foi bem sucedida. Escrita em linguagem popular, tornou-se um excelente instrumento de orientação e divulgação da importância de um diagnóstico preciso, de suas causas, dos sintomas, suas complicações e o seu impacto na saúde reprodutiva.

A iniciativa da entidade, entusiasmou e inspirou os mais diversos setores da sociedade para a necessidade de associar a doença ao fator étnico/racial possibilitando assim, um maior acesso às formas de tratamento adequado por parte dos negros e pobres. Essa cartilha notabilizou a Fala Preta! despertando a atenção tanto dos meios de comunicação quanto dos diversos setores sociais.

Nesse mesmo período também foi iniciada a capacitação de técnicos para atender as necessidades emergentes das mulheres dos grupos de auto ajuda, nas questões relacionadas à prevenção de DST's/AIDS. Um fator determinante no interesse da Fala Preta! em relação às doenças sexualmente transmissíveis foi a falta de acesso aos recursos preventivos. Este fator aumentava a vulnerabilidade da população negra. Dados do Ministério da Saúde contabilizaram que em 2004, os

casos de AIDS tinham aumentado entre a população negra, passando de 34% para 37,2% entre os homens negros e de 36% para 42,4 entre as mulheres negras³¹.

A Fala Preta! colaborou na discussão da descriminalização do aborto como um caso de saúde da mulher. Trabalhando e investigando as relações entre raça e saúde reprodutiva feminina, argumentou que as mulheres, através das organizações e movimentos sociais de que fizessem parte, deveriam constituir-se em formas de pressão para que pudessem exercer livremente sua sexualidade e seus direitos reprodutivos. Apesar de o aborto ser um assunto polêmico e a Fala Preta! ter se posicionado a favor de sua descriminalização, tinha a convicção de que o aborto inseguro e clandestino, trazia muitos malefícios, a todas as mulheres, e em especial às negras, por uma gama de razões já bastante discutidas no decorrer desta pesquisa.

Outro saldo positivo provocado por esse coletivo de mulheres negras foi com o projeto *Construindo Nossa Cumplicidade*, já que dele resultou uma ação comunitária, combinando diversas atividades de apoio à saúde das mulheres como hipertensão arterial, miomas uterinos, diabetes. Desse processo de partilha e troca, resultou a elevação da auto estima das mulheres nas comunidades e a reafirmação de sua identidade, assim como numa possível elaboração de projetos de ordem privativa e profissional, alicerçado na cooperação, como agentes multiplicadoras da importância da saúde reprodutiva das mulheres negras.

(...) Geralmente a mulher negra ela procura muito pouco o médico, pouquíssimo, ela vai em último caso, porque ela vai então se baseando em curandeirismo, ela vai se baseando em coisas práticas da vida e deixando o médico em último lugar. Quando ela procura o médico, geralmente não existe mais como o médico curá-la, sendo que ela é uma peça tão importante na família. Por exemplo, uma mulher tem um mioma ela começa no curandeirismo e vai que vai, não encontra a melhora aí ela vai e passa pro médico, quando o médico vai ver aquilo já caminhou barbaridade, daí já não tem mais remédio. Então há necessidade de preparar a cabeça dela que as coisas, no início é mais fácil e há necessidade da presença da mulher, porque a maioria das mulheres elas são chefes de família, então tem que alertá-las nesse sentido. (Ivone, negra, professora – entrevista cedida em janeiro de 2009).

³¹ Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras – Preparado pela Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) julho de 2007.

REALIZAR ABORTO É LEGAL?

Impossível desassociar as mulheres negras escravizadas, das negras do século XXI, ainda que cronologicamente se situassem em épocas, modos de vida e tempos diferentes, suas vidas estão entrelaçadas por marcas históricas, onde seus corpos continuam de certa forma aprisionados por um modelo econômico, social e político, gerado sob um dos paradigmas do cristianismo, apropriando-se e reprimindo os desejos, as utopias das mulheres e engendrando nelas a culpa. É preciso um diálogo responsável e laico diante da realidade do aborto, para que as mulheres possam exprimir seus sentimentos sem a repressão de seus corpos e com o sentimento de terem praticado crime de assassinato.

Educadas numa sociedade conservadora, patriarcal, racista, sexista, com princípios morais e religiosos preconceituosos, a maioria das mulheres negras, principalmente as da periferia, amarradas pelas cordas da escravidão simbólica, absorvidas pela ideia do pecado, teriam que ser preparadas para enfrentar a realidade de que seus corpos lhes pertence. A pressão moral vivida por essas mulheres tem dificultado e muito uma discussão mais objetiva sobre o aborto e o direito de tomar decisões sobre questões relativas a seus próprios corpos. A ideologia machista atribui a culpa no ato de abortar somente às mulheres, como se elas pudessem engravidar por conta própria. O filho afinal é gerado por ela, ao homem não é atribuída nenhuma culpa e muito menos penalidade. “A menina tem um namorado tudo, tem que segurar não tem jeito, de um jeito ou outro. Você procura aquilo! Então você procurou tem que assumir”³².

O depoimento abaixo de uma mulher colaboradora da pesquisa, e que consta no livro **Ventres Livres** (2002), evidencia o grau de culpa a que chegavam:

Ah! Mas o sentimento é o mesmo. Você tem a consciência de que era uma criança indefesa que estava gerando, e que ia ter que tirar a vida. Isso eu sempre tive consciência. Aí, então, acho que isso é que me deprime. Até hoje, são coisas que me deixam deprimida, mexem comigo. Eu não trabalho em maternidade depois disso, não consigo. Já fui demitida do hospital do CEPACO, porque eles queriam que eu

³² Depoimento de um dos entrevistado na pesquisa : O Aborto Numa Perspectiva Étnica e de Gênero da Fala Preta. Retirado do Livro Ventres Livres de Elisabete Pinto p. 95, 2002.

fosse ao berçário patológico – Não vou a berçário em maternidade. Depois disso, depois do aborto, eu começo a ficar perturbada. E até hoje, eu sonho com criança que chora, quando minhas irmãs ganham nenê que estão novinhos, eu não vou ver por causa disso. É um negócio que fica dentro de você. Puxa! Eu dei fim a duas vidas indefesas.

A partir da década de 1980, a medida em que os movimentos feministas no país foram ganhando força política e social, diversas campanhas foram realizadas contra abusos e violência contra as mulheres. A discussão do aborto ganhou espaços consideráveis nos meios de comunicação. Assunto proibido, visto apenas na esfera privada, foi trazido à esfera pública. O movimento feminista negro participou ativamente de toda mobilização.

As feministas brasileiras são precursoras da defesa da vida pela descriminalização do aborto. As mulheres negras que convivem a mais de 500 (quinhentos) anos com a prática do aborto, vitimadas pelo abuso sexual, pela violência, pela discriminação, pela pobreza e pelo racismo nunca estiveram indiferentes a essa luta, lutando para que o Brasil se inclua na lista dos países que avançaram e legalizaram o aborto.

De acordo com o Center for the Reproduction Rights, 40% da população mundial vivem em países onde o aborto é descriminalizado ³³ “(...) Como se pode perceber, a “interrupção” de uma gravidez indesejada é uma prática que perdura no tempo. Quinhentos anos de nação e investimentos na constituição de uma civilização dos trópicos não fizeram desaparecer essas práticas”. (Pedro, 2003, p.57)

O dia 28 de setembro de 1990 foi instituído como Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe. Essa data não foi escolhida por acaso, foi fruto do protagonismo do movimento feminista negro brasileiro, que conseguiu recuperar e articular com o conjunto do movimento feminista a simbologia da Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, a qual

³³ África do Sul, Albânia, Alemanha, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Belarus, Bélgica, Bósnia, Bulgária, Camboja, Canadá, Cazaquistão, China, Coreia do Norte, Croácia, Cuba, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, EUA, França, Geórgia, Grécia, Guiana, Guiana Francesa, Hungria, Itália, Laos, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Moldávia, Mongália, Montenegro, Nepal, Noruega, Porto Rico, Portugal, Quirguistão, República Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia, Suíça, Tadjiquistão, Tunísia, Turcomenistão, Turquia, Ucrânia, Uzbequistão, Vietnã. <http://www.oragoo.net/em-quais-paises-o-aborto-e-totalmente-permitido/>

declarava livres os filhos das negras nascidos a partir daquela data e assim pretendiam estender os efeitos da lei de 1871 para a descriminalização do aborto. Foi possível resgatar a história de muitas negras escravizadas que praticavam o aborto para não terem filhos escravizados. Embora a lei tenha representado um passo tímido para o fim da escravidão, acabou na década de noventa do século XX, tornando-se marco de luta em defesa da vida pela legalização do aborto.

Uma mulher pode ser veemente em dizer que nunca escolhera por fazer um aborto, ao mesmo tempo em que afirma seu apoio ao direito que as mulheres têm de escolher abortar e ainda ser uma ativista das políticas feministas. Ela não pode ser anti-aborto e ser uma ativista feminista. Da mesma forma, não pode haver algo como “feminismo no poder” se a visão de poder evocado é poder conseguido graças a exploração e opressão de outras pessoas³⁴.

O movimento feminista entende que a realização do aborto não é um ato prazeroso, muito pelo contrário, é uma decisão difícil que traz sequelas para as mulheres. Por esse motivo as feministas negras e brancas acreditam que a descriminalização do aborto ajudará um debate sério e responsável, pautado na ciência. A sociedade deve entender o que leva uma mulher à prática do aborto, para que aquelas que se utilizam da prática do aborto clandestino, possam contar com o apoio do Estado, que este promova ações políticas públicas em interface com os vários setores da saúde, sempre em sintonia com os movimentos feministas.

(...) Uma questão que eu acho importante frisar é que desse período todo de debate, eu nunca vi ninguém ser a favor do aborto, apesar de algumas pessoas acusarem os movimentos feministas de serem a favor do aborto. Eu nunca vi. O que existe é um problema de violência social. (...) (Eduardo Jorge, Secretário do Meio Ambiente da cidade de São Paulo – entrevista cedida em agosto de 2009).

Descriminalizar o aborto significa para as feministas, em especial as negras, contar com um tratamento humanitário nos serviços de saúde, em que as mulheres se sintam acolhidas, o que geralmente não ocorre, como podemos aferir no relato abaixo:

Eu tava na ante-sala de fazer curetagem, botavam ali como se fosse um castigo, eu achava que fosse um castigo. E fiquei o dia inteiro, dia inteiro, dia das mães. Veio um médico, fez a o toque, não falou nada, nada, e fiquei lá,

³⁴ Políticas Feminista, <http://confabulando.naxanta.org/index.php?n=Main.Pol%EDticasFeministas-BellHoos>

com uma roupinha do hospital. E vinham os estagiários, levantavam a roupa e enfiavam o dedo, sem dizer nada, vinha um, vinha outro, me sentia uma coisa³⁵.

Examinando com atenção a pesquisa acima citada, é possível inferir a contradição entre a opinião da doutrina religiosa e a realidade social.

Logo no quinto mês de existência, da Fala Preta! sua primeira presidenta, Edna Roland, foi convidada pela revista **Veja**, para dar uma entrevista sobre o tema do aborto. Como maior autoridade da entidade, Edna defendeu a descriminalização do aborto e a implementação de políticas públicas para saúde das mulheres.

As líderes da Fala Preta! conquistaram representação na *Rede Nacional Feminista e Direitos Reprodutivos*; integraram dois comitês de mortalidade materna, um da *Administração Regional de Saúde* e outro do *Comitê Central da Secretaria de Saúde*, além disso retomaram sua participação no Conselho Estadual de Saúde, representando enquanto suplentes o movimento de mulheres. Participaram ainda da reunião da *Comissão Intersectorial da Saúde da Mulher e do Conselho Nacional de Saúde*, que tinha como objetivo discutir uma recomendação para que o Ministério da Saúde tomasse iniciativas no âmbito de políticas de saúde reprodutiva, mental e a sexualidade. Também no ano de sua fundação, participaram ativamente da campanha pelo aborto legal, estando presentes no Congresso Nacional, quando a Comissão Geral debateu o Projeto de Lei 20/1991³⁶.

Mesmo estando inserida no processo de luta pela decisão da mulher em relação ao seu corpo, a Fala Preta! teve dificuldades em implementar a temática do aborto com as mulheres que passaram pelos projetos. Tema polêmico, recebia forte pressão psicológica de forças contrárias à descriminalização, que por meio de um discurso moralizante, fazia com que a maioria das mulheres que passaram por uma situação de aborto, se sentissem culpadas. Quando questionadas sobre a temática

³⁵ O depoimento faz parte do dossiê "A Realidade do Aborto Inseguro na Bahia: a Ilegalidade da Prática e os seus Efeitos na Saúde das Mulheres em Salvador e Feira de Santana" - 06 de dezembro de 2008.

³⁶ Projeto de Lei, de autoria do Deputado, hoje Secretário de Meio Ambiente da Cidade de São Paulo, Eduardo Jorge com objetivo de obrigar o SUS a praticar o aborto em nível nacional.

do aborto, mulheres negras entrevistadas por esta pesquisadora, enfatizaram a dificuldade de um diálogo direto sobre essa temática, como podemos aferir:

Pouquíssimas vezes, mas chegamos a discutir sim, só que é complicado falar de aborto. (...) Porque tinha toda a questão religiosa, do pecado, da maldade enquanto a prática e é bem complicado falar.” (Celina, 48 anos, negra, desempregada, entrevista cedida em janeiro de 2009).

Como as dificuldades para tratar do aborto eram substanciais, o tema acabou sendo incorporado dentro das questões de saúde reprodutiva. O sentimento de culpa naturalizado era tão forte que até entre as lideranças da Fala Preta! houve resistência ao tema. Segundo Edna Roland:

(...) O aborto sempre foi objeto do trabalho político da Fala Preta!, nem todas as integrantes da Fala Preta! tinham, digamos, o mesmo comprometimento e tranqüilidade com o tema. Isso precisa ser reconhecido porque como eu disse, a nossa postura em política nunca foi uma postura de características como por exemplo dos partidos ou das organizações, que exigisse assim um tipo de centralismo democrático em relação as posições políticas, então a gente eventualmente podia ver situações, questões que algumas pessoas da Fala Preta! não se sentissem tão confortáveis e eu sei de pessoas que não se sentiam confortáveis com o tema do aborto, mas quando a organização se pronunciava publicamente, participa[va] de atividades, de apoiar as lutas do movimento feminista, nessa questão, sempre foi uma organização que esteve junto com os grupos dos movimentos feministas na defesa da descriminalização do aborto.

No entanto um projeto inédito sobre o aborto foi realizado pelo núcleo de pesquisa da Fala Preta!. A pesquisa *O aborto numa perspectiva étnica e de gênero* teve como objetivo introduzir a discussão do aborto a partir de um método comparativo de opiniões de mulheres negras e brancas pobres da periferia de São Paulo. Também colheu depoimentos de homens para analisar o comprometimento desses em relação ao tema e suas posições frente ao possível aborto de suas parceiras.

(...) Um projeto, portanto que na sua concepção é bastante original, porque acredito que tenha sido talvez um dos primeiros projetos de pesquisa no Brasil que buscou focalizar a questão da opinião dos homens acerca de um tema sempre considerado como sendo um tema das mulheres a questão do aborto e além do mais, quer dizer as mulheres que foram estudadas nessa pesquisa eram todas mulheres de baixa renda então o universo que foi pesquisado é um universo bastante específico mulheres de baixa renda e dentro dessa mostra se comparando mulheres negras e brancas e ai também a participação dos homens negros e brancos. (Edna Roland, presidenta de honra da Fala Preta!).

Foi um processo trabalhoso, uma pesquisa com grupos focais de caráter qualitativo. A pesquisa foi realizada nas zonas Leste e Sul de São Paulo, com mulheres e homens, negros e brancos acerca do aborto, dos preconceitos e da pressão de origem religiosa, cultural e social impostos às mulheres, forçando-as a tomar a decisão radical de interromper a gravidez. Foi detectado que as mulheres pobres, majoritariamente negras, geralmente utilizavam medicamentos como Cytotec e o emprego de sondas abortivas, de modo que acabavam internadas em hospitais para curetagem, sendo na grande maioria das vezes maltratadas e humilhadas pela sua situação de risco. Ainda de acordo com esta pesquisa, segundo a interpretação masculina, as mulheres têm total responsabilidade pelo controle da gravidez e pela decisão do aborto, sendo que a maioria dos homens se declarou contrário ao aborto, chegando mesmo a condenar a sua prática.

Outra constatação da pesquisa foi o impacto da ideologia do branqueamento sobre as mulheres negras, que preferiam ter filhos brancos.

A equipe da Fala Preta! tinha como meta desdobrar esta pesquisa de caráter avaliativo em propostas viáveis para implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento do aborto e pós-aborto, considerando principalmente, os valores étnicos e raciais. Entretanto, a senhora Sarah Costa, representante da Fundação Ford, profissional responsável por avaliar, selecionar e monitorar os projetos desenvolvidos na área de saúde sexual e reprodutiva, sugeriu que a discussão do aborto ficasse circunscrita à pesquisa e que fosse pensado um outro projeto agora com o foco na sexualidade. De acordo com a coordenadora da pesquisa,

Eu achava que a gente tinha que seguir mais nessa linha de políticas públicas, mas quando se tem um financiador... Existe uma proposta pedagógica imposta pela organização de fomento e isso a gente percebe quando a Ford estimula a fazer um projeto sobre sexualidade e não continuar com as intervenções com a questão do aborto. (Elizabeth Pinto, Presidente da Fala Preta! no período de 06 de abril de 2006 à 19 de maio de 2006).

Sem o financiamento da Fundação Ford, para dar prosseguimento ao projeto pensado pela organização, as Falas Pretas! optaram por publicar a pesquisa, transformando-a no livro: *Ventres Livres: O Aborto Numa Perspectiva Étnica e de Gênero*.

Figura 3



Com a sistematização do trabalho e a necessidade de sua publicação, um problema pareceu relevante. Naquele momento, final do século XX e início do XXI, houve um avanço das forças reacionárias em torno da aprovação de leis, que restringissem a realização do aborto, inclusive retrocedendo nos direitos já garantidos pelo Código Penal de 1940. O deputado federal, Severino Cavalcanti na contramão do movimento feminista, apresentou a Proposta de Emenda da Constituição que pretendia mudar a redação do artigo 5º da Constituição Federal, acrescentando ao direito à vida a expressão *desde a concepção*.

No ano de 1996, a participação do movimento feminista foi ainda mais importante; nesse ano foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional, (PEC 25/95), de Severino Cavalcanti, que visava tornar o aborto ilegal sem exceções previstas no Código Penal (Silva, Oliveira, Klanovicz, Carvalho, 2003, p. 217).

(...) O movimento feminista derrotou a PEC que propunha excluir todas as possibilidades de aborto legal no Brasil, eu era dirigente da Rede Feminista e fui membro do Conselho Diretor da Rede Feminista por dois mandatos e justamente quando houve essa luta para derrotar a PEC do Severino Cavalcante eu era a Coordenadora pelo Estado de São Paulo e nós conduzimos a Campanha que o Movimento Feminista fez em nível nacional, pelo Estado de São Paulo, então foi uma luta vitoriosa naquele momento, num momento em que ainda não existia e-mail, acho que nem computador as organizações tinham, tinha pouca coisa sei que a gente se comunicava

através de fax que era aquela loucura de ficar mandando as informações na campanha nacional e a dificuldade de passar fax para as organizações dos outros Estados foi uma luta muito legal e vitoriosa em que a gente acabou derrotando a PEC no Congresso Nacional, mas assim a posição política da organização sempre foi pela descriminalização do aborto. (Edna Roland, Presidenta de honra da Fala Preta! entrevista cedida em janeiro de 2009).

Nesse sentido, a Fala Preta! receosa, com a repercussão negativa que os resultados da pesquisa poderiam provocar, o que poderia reforçar o discurso dos grupos denominados pró-vida, que provavelmente, utilizariam os relatos dessas mulheres de forma sensacionalista. Para não correr o risco de realizar um desserviço à luta pela descriminalização do aborto, a entidade optou por dialogar com as companheiras do movimento feminista, que avaliaram ser positiva a publicação da pesquisa, a qual se transformou no livro **Ventres Livres: aborto numa perspectiva étnica e de gênero**, publicado em 2002.

Infelizmente a disputa ideológica das mulheres negras pela descriminalização do aborto faz parte de uma longa jornada, já que a luta se dá no campo simbólico, do bem contra o mal, da ciência e a espiritualidade. Em vista disso é indispensável a conscientização para que trabalhadores da saúde realizem um bom atendimento, programa que os movimentos feministas, particularmente o das mulheres negras, vem defendendo. As negras que sofrem a discriminação de gênero, raça e classe, consideram a importância da fiscalização e exigem um tratamento adequado nos hospitais, com profissionais conscientizados e gabaritados para salvar as vidas dessas mulheres, ao invés de atuarem como agentes de repressão. Em vez disso as mulheres, contam com um funesto Código Penal, cujos artigos 124, 125, 126 qualificam o aborto enquanto crime e o 128, que especifica as situações nas quais não há punição do aborto³⁷.

³⁷ Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos. Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos. Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto Necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no Caso de Gravidez Resultante de Estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

A proposta de descriminalização do aborto não trata apenas de mudanças no Código Penal, mas de problematizar as questões sociais e de saúde pública. A ideia é fazer um amplo debate, inclusive apontando o negócio rentável de clínicas clandestinas que realizam o aborto. Estima-se que em 1992, essas clínicas ganharam 100 milhões de dólares ao ano, somente na cidade do Rio de Janeiro, sendo a terceira atividade ilícita do Estado, perdendo apenas para o tráfico de drogas e do jogo do bicho³⁸.

É possível perceber que o aborto ilegal em nada contribui na vida e na saúde das mulheres, ao invés disso aumenta a risco de morte das mulheres pobres, de maioria negra, obrigadas a recorrer ao aborto inseguro. Enquanto mulheres morrem, vítimas do aborto mal realizado, clínicas clandestinas fazem disso um negócio milionário, movimentando milhões.

Ainda que houvesse um obstáculo a ser superado, as lideranças da Fala Preta! responsáveis por dar direção à organização, contavam com a experiência que já traziam na bagagem - um rol de conhecimentos adquiridos em anos de militância no movimento feminista negro. A propósito a que se segue, revela como as negras enfrentaram a controvérsia do aborto, durante o *Seminário Nacional de Mulheres Negras* em Itapecerica da Serra, com o tema *Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras*, se propuseram a trabalhar pela legitimação do direito das mulheres de controlarem sua fecundidade.

Foi muito interessante esse seminário, estava eu, Matilde, estavam os grandes quadros hoje do movimento neste seminário; as meninas da Bahia, Pernambuco. Nós começamos a discutir primeiro o que a mulher negra pensava sobre a questão da laqueadura porque é assim, o debate feminista vem do direito ao corpo, o direito ao corpo e a autonomia das mulheres; como nós mulheres negras viemos de um processo de um corpo escravizado, onde não tivemos direito de ter o nosso corpo; o nosso corpo era um corpo vendido. Como nós víamos essa questão do aborto, porque nós tivemos sempre que abortar, porque boa parte era do senhor. Numa situação de autonomia será que nós gostaríamos de ter que decidir esse momento da interrupção da gravidez, então como que nós víamos esse processo de exercer a maternidade livremente também. (Gláucia Matos, vice-presidenta da Fala Preta! entrevista cedida em dezembro de 2008.)

³⁸ Revista Atenção, fevereiro de 1996, ano 2 nº 3

Outro fator relevante, que deu base teórica e prática à Fala Preta! foi a contribuição prestada por Edna Roland no processo de implementação de programas de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual e a realização de abortos previstos em lei desde 1989.

Durante o governo da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, o Secretário de Saúde Eduardo Jorge propôs para Edna e Maria José a criação de um serviço de aborto legal. Foram feitos os estudos e preparativos necessários para a criação desse serviço. A equipe responsável por sua implantação sofreu resistência por parte de profissionais da rede de saúde. Foi difícil conquistar médicos, enfermeiros, assistentes sociais que aceitassem lidar com essa problemática. Por fim, o projeto foi implantado no Hospital Jabaquara, localizado na zona sul da cidade. De caráter audacioso e contando com uma equipe disposta a enfrentar preconceitos, o projeto foi pioneiro no Brasil, e contou com a coordenação da médica Maria José de Araújo do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, que dirigiu todo o sistema de organização e de expansão do atendimento à saúde da mulher. Eduardo Jorge foi reconhecido pelas mulheres como homem corajoso e surpreendente, pois assumiu o projeto e assinou a portaria criando o serviço. Todavia, os entraves não se concentravam somente no âmbito da prefeitura, estavam espalhados por toda a sociedade. Para a tomada de uma decisão final, secretário e prefeita ratificaram a importância do projeto, no entanto ponderaram acerca de reações contrárias, advindas prioritariamente de setores religiosos. Como lembra o secretário:

A Luiza disse, é uma lei. Uma lei pode organizar o atendimento, mas antes converse com Dom Paulo Evaristo Arns, que é uma pessoa amiga do nosso governo, é uma autoridade moral no país. (...) Eu fui conversar com Dom Paulo e ele disse: bom, você sabe que a posição da Igreja Católica é contrária, é uma posição filosófica. Mas agora se você tem uma lei. Foi só isso que ele falou, na verdade não houve uma posição da Igreja Católica naquela ocasião contrária a implementação dessa disposição, aqui em São Paulo. (Eduardo Jorge, Secretário, da Saúde da cidade de São Paulo durante a gestão 1989-1992 - entrevista cedida em 12/08/2009).

Aqueles que pensavam que os atendimentos seriam rotineiros, logo perceberam que a opção era mais difícil do que de início pareceria. Observou-se que as mulheres tinham medo e vergonha de procurar os serviços de aborto legal. Embora respaldadas por lei, mulheres que poderiam realizar o aborto não estavam preparadas psicologicamente para essa exposição pública. As mulheres vítimas de

estupro, para ter direito ao aborto legal, tinham que prestar queixa por meio de boletim de ocorrência, da violência sofrida, o que as inibiam e constrangiam a procurar ajuda clínica, a ponto da demanda não corresponder à realidade das gestações interrompidas clandestinamente. Como podemos aferir: No período de 1989 a 2007, foram efetuadas 337 interrupções de gestações, sendo: 230 (68%) de gravidez resultante de estupro; 74 (22%) por mal formação fetal grave incompatível com a vida; 27 (8%) por risco grave de morte materna; 6 (2%) grávidas que optaram pela manutenção da gravidez³⁹.

Como resultado do investimento efetuado, outros governos passaram a implementar o serviço de aborto legal em suas cidades. De acordo com o texto abaixo o benefício foi se ampliando:

Hoje dispomos de alguns serviços de atendimento ao aborto legal, principalmente no Hospital Jabaquara, no Hospital Pérola Byngton e no Hospital da Unifesp em São Paulo; no Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher em Campinas; no Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães, na Maternidade Herculano Pinheiro e na Maternidade da Praça XV no Rio de Janeiro; no Hospital Agamenon Magalhães e na Maternidade da Encruzilhada, em Recife; no Hospital Materno Infantil de Brasília; na Fundação Santa Casa de Misericórdia, em Belém; no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e no Hospital Conceição, em Porto Alegre. (Reis, 2000, p. 141)

Apesar da dificuldade financeira, que vem enfrentando, a Fala Preta! está inserida em todos os embates pela descriminalização do aborto, sendo o mais urgente o combate à CPI do aborto. O autor do requerimento solicitando a criação da comissão é o Deputado Federal Luiz Bussama do PT da Bahia que com o apoio da frente parlamentar intitulada: *Em Defesa da Vida e Contra o Aborto*, teve autorizada sua instalação pelo deputado Arlindo Chinaglia, no final de 2008.

A Fala Preta! foi diligente na luta pela descriminalização do aborto tendo realizado vários projetos neste sentido.

³⁹ Casuística de Abortos Legais Realizados no Hospital do Jabaquara entre 1989 e 2007-
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000100034&lng=en&nrm=iso

Figura 4



Fonte: Dossiê retrata realidade do aborto na Bahia

A Fala Preta! optou por estimular a resistência das mulheres negras em sua luta pelo direito de decidir sobre seus corpos. A sua luta teve início bem antes do nascedouro dessa instituição, já que suas fundadoras eram ativistas do movimento feminista negro e com o surgimento da Fala Preta! Puderam, enquanto entidade feminista, engrossar o esforço das negras dando-lhes condições de empoderamento, no sentido de fazer com que elas entendessem que o corpo da mulher sempre foi propriedade no Brasil.

Enfrentando dificuldades, a Fala Preta! conseguiu arditamente implantar em seus projetos o tema do aborto, através de palestras, trabalhos em grupos, seminários, entre outras atividades.

Em suma, a Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, assim como o conjunto do movimento feminista negro vem dando mostras de que continua firme na disposição de lutar pelos direitos da mulher em relação a seu próprio corpo. Ser feminista é ultrapassar as correntes do preconceito tomando posição contrária a criminalização do aborto. As que assim agem são verdadeiramente feministas.

CAPÍTULO IV

Vamos exaltar a heroína Zeferina
Acotirene experiência e saber.
Aqaltune guerreira princesa negra
Negra Dandara rainha da beleza
(Edson Carvalho)

FALA PRETA! DEZ ANOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO DO COTIDIANO

No final do século XIX e início do XX, a cidade de São Paulo cresceu desordenadamente. Impulsionada pelo desenvolvimento econômico, que embora insipiente, deslocou várias pessoas de outras regiões do Estado e do país, que viam a oportunidade de melhorar suas condições de vida.

A situação demográfica no último quartel do século XIX alterou-se consideravelmente em relação ao início desse século:

Os dados demográficos pertinentes ao começo do século XIX revelam que o elemento negro e mulato, escravo ou livre, constituía aproximadamente 54% da população local. (...) A situação demográfica se alterou de tal modo, no último quartel desse século, que o elemento negro e o mulato entrava com 37% (Censo de 1872) e 21,5% (Censo de 1886) da população global da cidade, enquanto os 'estrangeiros' passavam de 922 indivíduos (3%), em 1854, para 12.085 indivíduos (25%) em 1886. (Fernandes, 1965, p.6)

Com a constituição da ordem competitiva o negro ficou excluído do mercado de trabalho, acabou sendo considerado inferior e desqualificado, portanto incapaz para se enquadrar no novo modo de produção. O imigrante europeu ao contrario disso, foi tido como qualificado apresentando perfil adequado para o modelo de civilização, desenvolvimento e produtividade que supostamente faria do Brasil uma nação moderna. O Brasil foi dividido em dois pólos, um negro vinculado aos horrores da escravidão com valores culturais, sociais e étnicos considerados bárbaros e que se pretendia esquecer, e outro branco que representava um novo modelo de

sociedade que se tentava implantar⁴⁰. Restou à população negra encontrar outras formas de sobrevivência

Diante do negro e do mulato abriam-se duas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente, procurando o ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de homem livre. (...) A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e idéias de homem, pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (Idem, p. 12)

Os costumes populares passaram a ser reprimidos com violência constante coagindo, sobretudo, as mulheres pobres que ocupavam as ruas na busca do sustento familiar com uma multiplicidade de atividades. Escravas de ganho, forras que viviam do trabalho informal, como quituteiras, lavadeiras, vendedoras ambulantes, de certa forma, altercavam por espaço gerando uma forma de resistência, sem se dar conta de sua ação política. Nas ruas aprenderam a dominar seu espaço driblando barreiras, demarcando o território de seu pequeno comércio urbano. Com habilidade conseguiram diversificar vários tipos de serviço conseguindo, inclusive, comprar a liberdade de muitos negros.

A insegurança e a insatisfação do negro e do mulato não provinham, apenas, das condições materiais de existência e da crise provocada pela quebra de sua integração ao mundo social e moral dos brancos. O trabalho ocasional e o ganho esporádico conduziram os homens a um estado de tal penúria, que as mulheres se converteram no seu principal expediente na 'luta pela vida'. As informações são controversas, mas parece que não havia, no início, nenhum intuito de exploração sistemática das mulheres pelos homens. Essa condição acabou se transformando em rotina na medida em que se perpetuavam as dificuldades dos homens em "arrumar emprego permanente" (Ibidem, p. 54)

A presença maciça das mulheres negras nas ruas, causava choques com as autoridades. Eram acusadas de arruaceiras, desordeiras, devassas já que a rua – para as mulheres – era apresentada como um campo viciado face ao modelo familiar burguês, que deveria prevalecer em nome dos bons costumes e do progresso. Em São Paulo, assim como em outras capitais, “toda a sua maneira de sobreviver

⁴⁰ Carlos José Ferreira dos Santos Nem tudo era italiano São Paulo e pobreza (1890-1915)

implicava a liberdade de circulação pela cidade, pois dependiam de um circuito ativo de informação, bate-papos, leva-e-traz, contatos verbais”⁴¹

A coerção sentida por essas mulheres advinha não apenas da violência estrutural, mas também das derivadas de sua condição de gênero. A classe dominante tentava aniquilar seu modo de vida, considerados como danosos e retrógrados. Eram alvo de sanções que fatalmente terminavam em abusos de poder:

Em São Paulo, as autoridades também tratavam de limitar a liberdade de movimento das negras vendedoras, tendo em vista o perigo de contatos entre escravos e principalmente escravos fugidos: medidas sucessivas proibiam-nas de sair da cidade “pontes a fora”, fechar as vendas depois das 6, das 7, ou das 9 horas. Infrutíferas ou impossíveis de serem postas em prática, às posturas concernentes aos horários associavam-se às disposições contra o ajuntamento noturno dos escravos, nas casinhas ou vendas clandestinas. (...) Mulheres forras figuravam frequentemente nas ocorrências policíacas contra pontos de encontro noturno de escravos libertos (Dias: 1995 p.164, 165, 167).

Era no cotidiano que as mulheres negras, trabalhadoras, escravas, forras do final do século XIX re-significavam suas histórias de vida, perpetuavam sua trajetória, não consentindo que sua memória fosse ignorada.

⁴¹ Maria Odila da Silva Dias. Op.Cit.,p.47.

Figura 5



Fonte: Mulheres Negras no Brasil⁴²

O turbulento caminho percorrido pelas mulheres negras no Brasil, é dificultado pelas teorias de etnocídio⁴³ do final do século XIX e início do século XX, tanto quanto pelo mito da harmonia racial da década de 1930.

A Fala Preta! Organização de Mulheres Negras fundada em São Paulo, tem sua memória intimamente ligada ao histórico do movimento de mulheres negras feministas, que a partir da década de 1970 iniciou seu programa oficial multiplicando projetos, no decorrer dos anos e mantendo parceria com os movimentos sociais, empenhados em transformar as desigualdades de gênero e raça em igualdade - entre negros e brancos, homens e mulheres.

A Fala Preta! inverteu a dinâmica da lamentação pelo da perseverança e conquistou mulheres negras que, além de refazerem suas vidas, muitas também, se

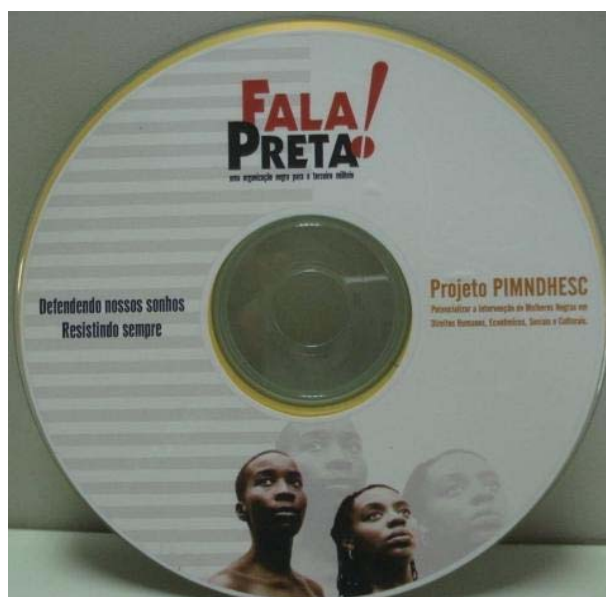
⁴² Schuma Schumacher & Érico Vital Brazil. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional. 2007

⁴³ Kabengele Munanga. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil, 1999.

tornaram feministas negras como o demonstrado nos capítulos anteriores desta pesquisa.

Com estrutura material e humana, a Fala Preta! construiu em uma década, na cidade de São Paulo, uma entidade forte, com objetivos concretos e o empenho de trazer milhares de vozes negras silenciadas para entoar o canto da resistência, da ousadia e principalmente o de se querer mulher negra. Nesse sentido sempre primou por apresentar a organização de forma ativa, como demonstrado no material abaixo:

Figura 6



“Minha mãe era uma mulher de rosto sempre erguido bem no alto do pescoço esguio. Um exame atento mostrava a sua determinação de permanecer serena sob a violência até dos ventos e de considerar tudo de cima desse rosto altivo.”⁴⁴

Ao longo de dez anos -1997/2007, recorte temporal dessa pesquisa, a Fala Preta! desenvolveu outros projetos, além dos abordados nos capítulos anteriores. Apesar de fazê-lo de forma sucinta, merecem ser mencionados pelos resultados positivos que alcançaram junto à população-alvo em cada um deles.

⁴⁴ Adaptação de letra de música de Gilberto Gil - retirado do Livro da Saúde das Mulheres Negras, Nossos Passos Vem de Longe – texto de Fernanda Carneiro-2007.

A Fala Preta! por meio de seus projetos foi se tornando um espaço de convivência coletiva, de receptividade hospitaleira, de socialização, de aprendizado, de conscientização e de politização. Alguns deles incluíram a juventude negra e os remanescentes de quilombos. Sempre com recorte étnico-racial, trabalhou a capacitação de jovens como agentes multiplicadores, para fornecer informações sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, como HIV/AIDS. Esse projeto nomeado de Bando, foi rebatizado pelos jovens participantes de **Salva Vidas**, onde frutificaram programas de educação e saúde nas terras dos quilombolas. Trabalhou a capacitação de jovens como agentes multiplicadores, para fornecer informações sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, de acordo com as necessidades específicas desses jovens e de seus pares. Tratou também de disponibilizar essas informações através da produção de material radiofônico, como campanhas, programas e entrevistas de rádio, levando em consideração as relações de gênero e a discriminação racial e social no site da Fala Preta!

O projeto **Barulho Bom**, que contemplava a juventude negra feminina e masculina entre 16 a 21 anos, atendeu trinta jovens de baixa renda da periferia de São Paulo. Com duração de cinco meses, o curso trabalhou a prevenção na área da saúde, com oficinas de expressão oral, interpretação, produção de textos com ênfase nas doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.

Em **Cronistas Urbanos**, desenvolveu uma proposta pedagógica de empoderamento de jovens e mulheres negras, que integra saúde reprodutiva ao desenvolvimento de habilidades técnicas profissionalizantes na área artística e cultural.

A preocupação com a preservação do meio ambiente fez com que a organização capacitasse jovens para atuarem profissionalmente, conscientizando-os sobre a importância da manutenção do bioma. A partir dos temas reciclagem e jardinagem, partiram para a construção de projetos que dessem base para a criação de cooperativas de coleta seletiva nas periferias, aliando sustentabilidade e geração de renda.

A Fala Preta! dedicou-se ainda à elaboração e execução de um projeto de prevenção DST/AIDS em comunidades de quilombos dos municípios de Oriximiná e Ivaiporanduva de São Paulo, e de Cajueiro no Maranhão.

Em 2003, desenvolveu oficinas com entidades do Norte e Nordeste do Brasil. Denominado de **Dissemina-Ação**, envolveu 150 lideranças dos estados do Pará, Amapá, Maranhão, Amazonas e Acre. Buscou formar lideranças e agentes comunitários.

A Fala Preta! atuou com o apoio e o financiamento de vários parceiros, entre eles:

- Fundação MacArthur
- Fundação Elton John
- International Women's Health Coalition
- Solidaried
- Fundação Ford
- CIDA – Agencia Canadense para o Desenvolvimento Internacional
- Ministério da Saúde
- Secretaria do Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça
- Programa de Qualificação Solidária
- Fundação Cultural Palmares Ministério da Cultura
- Rits – Rede de Informações para o Terceiro Setor
- Associação Saúde da Família
- PROSARE – Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e saúde Reprodutiva
- PUC São Paulo
- SEPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Após dez anos de vertiginosa atuação, a Fala Preta! enfrenta atualmente uma época de muitas dificuldades, sem financiamentos para manter a sua estrutura

física e humana. Conta com a solidariedade do Sindicato dos Psicólogos, que cedeu uma de suas salas para alojar os equipamentos e a documentação da instituição. O último projeto desenvolvido foi o PIMDHESC, pactuado em dezembro de 2005 e concluído em 2007, financiado com recursos da Fundação Cultural Palmares, desdobrando-se em um outro projeto, o **Bem Me Quer Mulheres Negras**. Desde a década de 1990, as ONGs tem se defrontado com sérios problemas de financiamento. Possivelmente o aumento das demandas sociais e o crescimento do número de organizações tenham causado a redução de investimento e o aumento da concorrência por recursos. Outro fator provável da crise atual que atravessa foi o de realocação dos recursos das agências para países africanos. Muitas empresas financiadoras passaram a investir em projetos próprios, assegurando seu compromisso com a responsabilidade social.

O Conselho Diretor da Fala Preta! embora reconhecendo que por vezes o projeto pensado pela entidade poderia sofrer algumas mudanças, a depender do que a empresa parceira estava disposta a patrocinar, entendia que os financiamentos eram indispensáveis para a sobrevivência da entidade. Estes mudavam frequentemente o seu alvo. Vejamos a declaração a seguir:

(...) Cada momento um determinado tema se transformava no tema das agências internacionais e ai passa um tempo e aquele deixa de ser o tema do momento e vem uma outra onda e um outro tema passa a ser o objeto principal do interesse das agências internacionais." (Edna Roland).

Para o agravamento da situação em 2007, ano em que a Fala Preta! completava 10 anos, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs⁴⁵ para apurar possíveis irregularidades nos repasses de recursos do Governo Federal à entidades não governamentais. Muito provavelmente esse fato comprometeu a imagem do Brasil, desestruturando muitas organizações não governamentais em relação a recursos tanto nacionais como internacionais.

Com os recursos cada vez mais limitados, tornava-se cada vez mais delicado implementar os projetos. No entanto é perceptível pelas vozes de mulheres que

⁴⁵ Criada em 14 de maio de 2007 a pedido do Senador Heráclito Fortes destinada a investigar o repasse de recursos do governo federal para organizações não-governamentais.

passaram pela Fala Preta! que os propósitos foram, dentro das limitações, praticamente alcançados. Quando raça e gênero se justapõem, a segregação se reforça, aumentam as dificuldades de se obter recursos para projetos, que caminham na contramão da sociedade patriarcal, machista, sexista. No entanto, conscientes da sua condição e destemidas na sua determinação de mudá-la, as mulheres negras caminham rápido, embora o caminho seja tortuoso com inúmeras dificuldades. A apreciação das narrativas a seguir, auxilia no entendimento de como a Fala Preta teve papel relevante na vida de várias mulheres negras:

É preciso frisar que a Fala Preta! não está inerte, o embrião lançado durante a década mais promissora, enraizou-se e continua contestando o mundo racista, sexista e patriarcal, que impossibilita as mulheres, em especial as negras e as indígenas de terem acesso a seus direitos. Apesar de ter seu último projeto executado em 2007, continua atuando de forma militante, exemplo disso foi a pronunciamento da atual presidenta da organização Deise Benedito, representando a sociedade civil na 11ª Conferência de Direitos Humanos, ocorrido em Brasília em 2008. Em seu discurso foi enfática em denunciar como o racismo e o sexismo atingem e afetam a situação das mulheres negras pobres, exigindo a não instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Aborto.

As mulheres envolvidas na organização da Fala Preta! tanto as de direção, quanto as que participaram em algum momento de seus projetos e seminários, tiveram um crescimento pessoal muito grande, pois dentre elas, muitas retomaram seus sonhos e suas vidas, voltando a estudar, a sair de situações de violência doméstica e sexual, outras fundaram organizações em suas comunidades. Pode-se concluir que a Fala Preta! conseguiu através de seus projetos e intervenções políticas, consolidar um processo de conscientização e de politização, a partir do qual muitas mulheres negras passaram a refletir sobre seu cotidiano, analisando, opinando, concordando ou discordando de projetos ou de políticas públicas adotadas, em particular as de gênero, raça e classe. Construíram seus próprios discursos e propostas de intervenção social, legitimaram-se enquanto construtoras de conhecimento e passaram a participar de debates públicos, formulando propostas políticas governamentais e de ações afirmativas. Em suma, as mulheres negras dirigentes ou as que participaram das ações da organização, entremeadas na

diligência de contribuir na contramão da tripla discriminação sofrida pelas mulheres negras empoderaram-se de valentia e destemor no compromisso da causa racial. A propósito, observemos o que diz uma das mulheres que foi participe em um dos projetos da Fala Preta!

A Rita antes era um dado estatístico. Uma mulher negra, vítima de violência doméstica, ex-moradora de rua, ex-presidiária. Era um dado estatístico, com tudo pra dar errado, pra ser mais uma talvez morta, porque a maioria das mulheres da minha época... só uma amiga que eu tenho viva. E hoje a Rita é uma liderança comunitária e reconhecida no seu município, estudante de pedagogia, mãe de família. É atuante e tem deixado, assim, como é que eu posso dizer, tem feito diferença na comunidade. (...) O PHIMDHESC foi uma grande escola eu aprendi como a trabalhar as questões de gênero, a questões de violência domestica eu tive vários seminários e cada seminário com material didático, com palestrantes muito informadas na área, então foi um preparo que eu tive, pra trabalhar as questões dos direitos sociais, culturais e econômicos também. Então assim me preparou a partir daquele momento eu vi a possibilidade de que criar um projeto específico que fosse atingir o máximo de mulheres negras, em situação de risco para trazer melhoria na qualidade de vida. (Rita, 45 anos, negra, arte educadora, entrevista cedida em fevereiro de 2009).

A perseverança em continuar atuando via projetos era tão forte, que se pensou na possibilidade de dar continuidade ao projeto **Bem Me Quer Mulheres Negras**. Este projeto se baseou na realização de seminários, palestras, debates priorizando os temas: Violência Contra a Mulher, Tráfico de Seres Humanos, Mulher e o Mercado de Trabalho, Lei 10639/03 – História e Cultura Afro-Brasileira, Discriminação Salarial, Saúde da Mulher Negra, Mulher Negra e Mídia e Identidade e Resistência. O primeiro seminário aconteceu no dia 31 de março de 2008, no Centro de Formação Sagrada Família no bairro do Ipiranga na cidade de São Paulo. Ocorreram outros, um na cidade de Diadema no ABC Paulista, em parceria com a coordenadoria de assuntos raciais, órgão do Poder Executivo. Segundo Marisa facilitadora do projeto, essa atividade reuniu um público considerável. Foram realizados, ainda, encontros no CEU⁴⁶ da Zona Leste e outro no bairro do Jabaquara.

Uma das coisas que chamou a atenção das organizadoras foi o número e o interesse dos jovens nas palestras, ansiosos por informações. O que era para ser

⁴⁶ Centro Educacional Unificado - Cidade de São Paulo.

um encontro reflexivo se tornou uma grande festa, muitas histórias de vida resultaram em aprendizado para todos os envolvidos. Segundo uma das articuladoras: “Nossa, nós fazíamos a palestra, aquilo enchia de gente. iam pessoas de outros lugares, de outras entidades que queriam que nós falássemos com eles.”

A falta de financiamento obrigou a Fala Preta! a encerrar o projeto Bem Querer Mulheres Negras e a cancelar a próxima turma do PIMDHESC.

Com sérios problemas financeiros foi obrigada a dispensar funcionários, cortar gastos com telefone, site e aluguel.

(...) mas infelizmente acabou o dinheiro, acabou o PIMDHESC. A idéia era fazer o PIMDHESC dois, o três e ir continuando, uma turma formando outra e criando uma grande rede, mas infelizmente não foi possível, não tem financiamento não tem recursos. (Deise Benedito, Presidenta da Fala Preta!)

Se a falta de recursos inviabilizou a continuidade dos projetos, não impediu sua presença e atuação em todos os espaços que conseguiu ocupar: em manifestações públicas, em instituições governamentais ou não, em seminários ou encontros no bairros, na mídia, no movimento de mulheres, nos presídios, no Congresso Nacional, em eventos culturais, mas sempre em defesa das questões de gênero, raça e classe.

Muitas das mulheres que passaram pela entidade encontram-se trabalhando em Coordenadorias de Igualdade Racial, nos municípios de Guarulhos, Salto, Tiete, Embu das Artes e Jundiaí. Outras se encontram nas cidades de Araras, Bauru e Araraquara, no que se refere à implementação da Lei 10.639/03. Além delas, muitas outras mulheres continuam a desenvolver trabalhos de conscientização e politização no seu cotidiano, como demonstra Celina, liderança da Zona Leste de São Paulo.

Quando eu me afastei da Fala Preta! passei a tocar o grupo sozinha, sem referencial nenhum, só que eu acreditava que eu tinha, eu tinha não, tenho potencial e sou influência para muitas mulheres ainda, tenho muita influência sobre muitas mulheres que vêm em mim, um referencial até de conquista de liberdade.

Declarações como essa trazem a necessidade de recuperar o pensamento de feministas negras. Segundo Patrícia Hill Collins (2000), as mulheres negras se

tornam empoderadas, quando se conscientizam e se preocupam com a sua maneira de viver, mudando seu modo de agir e diariamente tendo sua vida modificada. Um grupo pode ganhar o poder numa situação de injustiça, por meio da dominação. No entanto ressalta que este não é o tipo de empoderamento posicionado pelas mulheres negras. O pensamento feminista negro tem o compromisso de trabalhar como agente das mulheres negras, contudo é importante que atue também em conjunto com outros projetos de justiça social. Chris Weedon (1999), ressalta a importância do feminismo negro sair às ruas e trabalhar com as mulheres, que estão lutando contra crime, drogas e gravidez na adolescência.

Entre o discurso e a prática, parece que a Fala Preta! Tem bom diálogo com estudiosas americanas. As mulheres negras brasileiras vivem nas periferias e favelas desse país. Muitas vezes seus filhos e elas próprias estão reféns da marginalidade do banditismo, sendo alvo cotidianamente de prisões e assassinatos. Para a Fala Preta! a mudança dessa situação virulenta, que atinge a maioria da população negra no país, só será possível, quando entenderem que a causa de sua vida marginal não é culpa sua e sim dos fatores sociais que perpetuam o racismo, o sexismo e a pobreza. A propósito é interessante o exposto abaixo:

Você pode transformar a realidade a partir do momento que você se transforma. Quando você diz, eu posso morar num quarto e cozinha com banheiro do lado de fora, mas não vou ser cooptada pelo narco trafico, acabou eu vou vender cocada. Ô tia, na sua cocada não pode colocar um negocinho? Na minha cocada não, meu bem! Se você põe um negocinho na cocada que vai vender, você cai e o dono do negocio continua na rua. (Deise Benedito, presidente da Fala Preta! entrevista cedida em janeiro de 2009).

Ir para as periferias, organizar mulheres negras para serem agentes de mudança incentivou outras mulheres negras adultas e jovens, que se incorporaram à causa das mulheres negras contra a tripla discriminação de gênero, raça e classe. Graças a sua militância o programa da Fala Preta! se expandiu para diversas regiões de São Paulo, inclusive com meninas que começaram a participar das ações da entidade ainda adolescentes e se tornaram quadros importantes do feminismo negro. Hoje são lideranças negras reconhecidas nacionalmente. De acordo com o depoimento abaixo:

(...) de quinze em quinze dias a gente faz discussão na Fala Preta! que era o ponto e as pessoas passaram a se sentir e você transforma quase numa utopia a ação voluntária das Pessoas em defender as ações vinculadas a Fala Preta! e a gente vive esse processo muito forte (...) A Latoya é fruto desses anos de Fala Preta!. Entrou com quatorze ou quinze anos, eu me lembro era uma menininha tem até fotos, uma gracinha, fora as outras, a Latixa e as outras meninas que permanecem realizando o trabalho. Então é importante você ver o resultado do investimento na formação, na qualificação desse pessoal. (...) As Falas Pretas são terríveis, tem posicionamento muito aguerrido. (Gláucia Matos, Vice-presidenta da Fala Preta - entrevista cedida em novembro de 2008).

Foi com esse posicionamento firme que as Falas Pretas! obtiveram a satisfação de serem propulsoras na recuperação da auto-estima de várias mulheres negras, que passaram a ver sua condição afro-brasileira de maneira positiva, passando a tocar suas vidas de forma diferenciada. Conhecimentos que deveriam ser adquiridos nos bancos escolares, ou através de órgãos públicos de saúde de programas de prevenção e tratamento de doenças de alta incidência na população negra, tais como hipertensão, anemia falciforme e miomas uterinos, diabetes tipo 2, foram matérias que a grande maioria das mulheres conheceram por meio da organização Fala Preta!

Empoderadas desses e outros conhecimentos, passavam a socializar suas experiências e a exigir o direito de ter direitos. Tendo clareza de que direitos se constroem, e para isso, tinham que desconstruir o mito de igualdade. Nesse sentido, era preciso astúcia, tranqüilidade e muita persistência na luta por justiça e equidade social, lembrando por exemplo, que embora o percentual de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza tenha recuado para cinco milhões de 1992 a 2001, entre negros, houve um aumento de quinhentos mil.⁴⁷

As Falas Pretas! fazem parte da memória histórica do Estado de São Paulo e do país. Lideranças jovens e adultas que na maioria das vezes em situação adversa, encontraram nessa ONG, um espaço de aprendizagem, de integridade e amor próprio. Formadas pela Fala Preta, depois passam a militar onde quer que estejam, propagando a entidade em todos os cantos possíveis. As lições da Fala Preta serviram para que muitas negras sentissem o valor da negritude. Como podemos aferir com o depoimento abaixo:

⁴⁷ Dados retirados do “Relatório de Desenvolvimento Humano. Brasil 2005 - racismo, pobreza e violência”.

A Fala Preta me formou, foi aonde eu aprendi a trabalhar, foi aonde eu fui estudar e aprender questões de raça e gênero que na Faculdade, na escola ninguém ensina pra gente. Então a Fala Preta ela me formou, eu sai da universidade e fui pra lá aprendi a trabalhar lá com a Mabel e com a Dida. O grupo de auto-ajuda me ajudou não somente enquanto facilitadora, mas também enquanto mulher negra. Enquanto mulher negra também me transformou, sem dúvida. (Viviane - facilitadora de grupo, entrevista cedida em janeiro de 2008)

Engajada no fortalecimento do movimento negro, desenvolvendo atividades e discussões sobre as questões de gênero/raça e etnia, durante esses dez anos de atuação, vem dando continuidade à luta das mulheres negras desde a diáspora, superando obstáculos, sempre obstinadas na tarefa de construir um mundo melhor para seus descendentes. Para se ter a dimensão do impacto da Fala Preta! na vida das mulheres negras é importante atentar para o que se segue:

O que eu gostaria de falar do fundo do meu coração é que a Fala Preta! fosse pra frente. (...) Têm muitas mulheres dentro de casa sofridas, humilhadas e que esse grupo ajude realmente a mostrar pra mulher o valor dela, mostrar que ela é capaz. Muitas mulheres que ficam dentro de casa entram em depressão, às vezes falta de amigas, assim como apareceu na minha vida. Falta de alguém chegar e falar, porque às vezes a pessoa não tem coragem de falar. Eu fui falar muitas mulheres não tem essa oportunidade, não conseguem falar. (Marlene, 48 anos, negra, auxiliar de enfermagem, entrevista cedida em janeiro de 2009).

Encontrando-se sem atividades regulares, a Fala Preta! espera que sejam criados mecanismos de financiamento e apoio às ONGs, principalmente a de mulheres negras, para que possam por meio de outros projetos politizar e conscientizar mulheres negras, dar-lhes um sentimento de coletividade de modo a estarem preparadas para intervir na luta contra as desigualdades de gênero, raça e classe.

Considerações Finais

Pode ser verdade que é impossível decretar a integração por meio da lei, mas pode-se decretar a não segregação.

Pode ser verdade que é impossível legislar sobre moral, mas o comportamento pode ter regulamento.

Pode ser verdade que a lei não é capaz de fazer com que uma pessoa me ame, mas pode impedi-la de me linchar.

(Martin Luther King Jr.)

Meu interesse ao me debruçar no Projeto de pesquisa Fala Preta!: Mulheres Negras no Espaço Urbano - Origem e Memória originou-se de discussões com militantes do movimento negro, especialmente de mulheres, onde apontávamos para necessidade de historicizar nossa luta cotidiana.

Ao Participar de atividades em torno de discussões das categorias gênero, raça e classe me convenceram da importância de sistematizar um trabalho no campo acadêmico que se aproximasse do realizado pelas negras feministas organizadas em entidades de mulheres negras. A escolha da Fala Preta! Organização de mulheres Negras não se deu de forma aleatória. Ela contemplava minhas inquietudes e parecia conciliar conscientização e politização com o cotidiano das mulheres negras e pobres das periferias de São Paulo, evidenciando assim, o embricamento entre as questões de gênero, raça e classe.

Como anunciei na Introdução, o objetivo foi o de levantar elementos para compreender a atuação da entidade Fala Preta! na tarefa de buscar empoderar e engajar mulheres negras e pobres na luta contra o racismo e o sexismo. Com base nos documentos da entidade, das entrevistas realizadas com mulheres da Direção e envolvidas nos projetos, acredito ter sido possível aproximar os objetivos propostos da realidade vivida por essas mulheres.

Logo de sua fundação, um dos primeiros projetos implementados pela Fala Preta! o Construindo Nossa Cumplicidade – grupos de auto-ajuda – que com temas recorrentes como violência contra a mulher, racismo, desvalorização estética, problemas afetivos, amorosos, emocionais, criou uma relação de cumplicidade entre as mulheres, à medida em que se desconstruía o conjunto de papéis sociais esperados das mulheres negras sob a ótica de gênero, raça e classe.

Com base nos relatos foi possível avaliar que a maioria das mulheres que integravam o grupo portavam um sentimento de inferioridade, muitas vezes causados pelo isolamento. Aconchegadas, iam aos poucos liberando suas emoções, contando suas histórias. No decorrer do processo as pessoas estabeleciam uma relação muito íntima de falar de coisas, sobre as quais nunca tinham falado na vida e num espaço protegido e sigiloso acabavam alcançando um desenvolvimento pessoal muito forte, muito intenso. Como bem ilustra a fala de uma das participantes:

(...) Hoje eu não quero falar, de repente hoje você começa a falar (...) parece que ligaram um negócio em mim, eu comecei a falar eu me senti em casa, pessoas que eu nunca tinha visto antes, eu falei coisas que sinceramente eu achei demais aquele dia, foi lindo, foi muito legal. (Marlene, 48 anos, negra auxiliar de enfermagem, entrevista cedida em janeiro de 2009)

Em suas falas, demonstravam quatro dos fatores que fundamentam as hierarquias sociais no país: o gênero, a cor, a classe e o padrão estético.

Na análise de documentos escritos e orais foi possível perceber que a Fala Preta! priorizou em todos seus projetos o trabalho de auto-estima.. Recuperar a vida pessoal dessas mulheres era o início de um processo de conscientização e de politização. A partir de sua realidade, muitas dessas mulheres negras passaram a fazer diferença no seu cotidiano. Entre as entrevistadas, Rita, ex- presidiária e ex-moradora de rua que participou do curso de formação PIMDHESC, se destacou no trabalho de base, fundou na cidade de São Vicente, no litoral paulista, a ONG “Organização Cultural Negra Cidadã” sendo, atualmente, a presidenta da entidade.

Mesmo nas discussões mais elaboradas sobre temas específicos, como Violência, Saúde Reprodutiva, Sexualidade, Aborto, percebe-se a preocupação da

Fala Preta! em instrumentalizar essas mulheres para que não se tornassem meras espectadoras. Era fundamental sua solidariedade e engajamento nas lutas nacionais pautadas pelo movimento feminista, em particular os negros. Era importante que passassem a elaborar, a propor e se tornassem multiplicadoras de projetos em outros espaços nas periferias das cidades, apesar das inúmeras restrições advindas das dificuldades cotidianas, as quais muitas vezes impediam a expansão e a duração dos mesmos.

(...) gente se afasta, mas não se afasta a gente fica sabendo das coisas, tem momento que a gente está juntas, tem momento que a gente não está, mas criou-se outras lideranças eu acho que isso é importante.

(Regina)

Das inúmeras mulheres que fizeram parte dos projetos da entidade, muitas conseguiram avançar: algumas voltaram a estudar, a adentraram no mercado de trabalho formal, passaram a convocar e acompanhar audiências públicas nas suas cidades, participando de atividades do movimento negro e de mulheres negras. Criaram redes on-line para se comunicar, mantendo o vínculo entre elas. Inclusive algumas entrevistas dessa dissertação só foram possíveis graças à essa rede de comunicação.

Foram as mulheres negras da Fala Preta! da Zona Leste e de bairros periféricos de São Paulo, que abriram as portas para que essa pesquisadora pudesse realizar um trabalho que conseguisse recuperar de maneira mais fiel parte da história e da memória dessa entidade. No entanto, algumas lideranças comunitárias acabaram impossibilitadas de continuar à frente de entidades de combate ao sexismo e racismo, como mães chefes de família, foram obrigadas a participar da luta de maneira mais esporádica. Celina, que a época da entrevista estava desempregada argumentou:

(...) Hoje é muito doloroso, eu hoje vou à comunidade onde eu morava e encontro mulheres que me cobram poxa Celina, você prometeu que ia continuar o grupo e até hoje você não fez. Mas eu tinha que sobreviver de uma certa forma.

Como o demonstrado no decorrer desta pesquisa, é possível afirmar que as participantes dos projetos da Fala Preta! foram empoderadas de alguma maneira, passando a transitar de outra forma pelas relações sociais por elas estabelecidas.

Embora os avanços tenham sido significativos, uma das demandas prioritárias das feministas negras e brancas, se não sofreu resistência a ponto de serem negligenciadas pelas mulheres engajadas nas ações da Fala Preta! encontrou dificuldades por conta de seu caráter polêmico. O tema sobre a descriminalização do aborto não conseguiu adentrar no universo dos projetos. Apesar disso, segundo os documentos da organização e o depoimento de Edna Roland, no Terceiro Capítulo desta dissertação, os entraves que impossibilitaram o aborto de ser tratado como uma questão de direito da mulher, não impediu a Fala Preta! enquanto entidade de mulheres negras de se posicionar publicamente a favor da descriminalização do aborto.

A Fala Preta! esteve com os grupos dos movimentos feministas na defesa da descriminalização do aborto, em todos seus documentos e ratificou seu comprometimento com as ações - não apenas pela não criminalização - mas também por sua legalização. A pesquisa: *O Aborto Numa Perspectiva Étnica e de Gênero*, realizada pela entidade, de acordo com o observado no relatório narrativo do ano de 1999, ganhou espaço para ampliar a discussão.

Com a divulgação do relatório a Fala Preta! estabeleceu parceria com o Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Também foi procurada por pesquisadores negros que vinham em busca de material e treinamento em pesquisa. Em 2002, deu origem ao livro ***Ventres Livres: O Aborto Numa Perspectiva Étnica e de Gênero*** publicado em 2002, pelo que pude observar, o trabalho mais substancial produzido pela Fala Preta! sobre a temática do aborto.

As entrevistas realizadas, tanto com as dirigentes como com as participantes, apresentaram muitas coincidências, uma complementava e referendava a outra.

Foi possível depreender desse estudo que todas as mulheres da Fala Preta! da direção ou não, sofrem do mesmo mal: a discriminação tripla de gênero, raça e classe, portanto, hoje são representantes das negras escravizadas, quilombolas, de

ganho, tabuleiras que lutavam por liberdade. A força e a bravura com que conservaram sua cultura e valores étnicos se refletiram na posteridade, dando condições para que o movimento de mulheres negras, por meio de entidades como a Fala Preta! pudessem dar continuidade na luta contra a discriminação e o racismo.

Nesses dez anos a Fala Preta! mesmo dispondo de muita energia para encaminhar os projetos voltados ao empoderamento de mulheres negras, vem passando por dificuldades financeiras, assim como outras ONGs . Apesar disso, é preciso que encontrem forças para superar as dificuldades, continuando a ser referência para essa e outras tantas gerações de mulheres negras.

Portanto, apesar da ação propositiva da Fala Preta!, a dívida social do Estado para com os negros e negras do país é muito alta. Exigir políticas públicas que garantam os direitos básicos para todos e todas, são bandeiras que também não podem estar ausentes nem do movimento feminista negro com suas especificidades, e nem das reivindicações da sociedade brasileira. A Fala Preta! como diriam os mais velhos, ainda tem muito a labutar. Não pode estar sozinha.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Maria José de Oliveira. *Jornal da Rede Feminista de Saúde* - nº 23 Março, 2001.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS, (AMNB). Dossiê sobre a situação das Mulheres Negras Brasileiras. 2007.

ATENÇÃO, Revista. Artigo: Aborto proibido. Quando a lei mata. Fevereiro, ano 2, nº3. 1996.

BAIROS, Luiza. *Mulher Negra e Feminismo*. Boletim do Centro de Informação da Mulher, nº 11, São Paulo. 1988.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo – Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980.

BENEDITO, Deise. Artigo - As mulheres negras no dia 14 de maio de 1888. amaivos.uol.com.br/amaivos09/.../noticia.asp?...

BERNARDO, Terezinha. *Negras, Mulheres e Mães: Lembranças de Olga de Alaketu*. SP/RJ: EDUC. 2003.

CARLOTO, Cássia Maria. *O Conceito de Gênero e Sua Importância Para a Análise das Relações Sociais*. Disponível em: [HTTP://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm) 03/10/2007. Acesso em 28/07/2008.

CARNEIRO, Fernanda. *Nossos Passos Vem de Longe*. Rio de Janeiro. Pallas: Criola. 2000.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*. Estudos Avançados, vol. 17, nº 49. São Paulo: Set/Dez. 2003.

_____. Gênero e Raça in *Gênero Democracia e Sociedade Brasileira*.

BRUSCHINI, Cristina; **UNBEHAUM**, Sandra G, (orgs) São Paulo. Ed. 34. 2002.

CASTELLS, Manuel, A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política, *in A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política*. Conferencia promovida pelo Presidente da Republica, 4 e 5 de março de 2005 / Centro Cultural de Belém, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought. New York. Routledge, 2000.

CONCEIÇÃO, Fernando. Mídia e Etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo. Livro Pronto. 2005.

COSTA, Albertina de Oliveira e **BRUSCHINI**, Cristina. (Org.) Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992. 39.

COSTA, Ana Maria. Planejamento Familiar no Brasil.

<http://74,125,47,132/search?q=cache:0gRZ6FNcNZMJ:miniweb.com.br/ciencias/Artigos/Planejamento%2520Familia%2520no%2520Brasil.htm+ditadura+militar-+esterelia%C3%A3o-Estados+unidos+da+am%C3%A9rica&cd=17&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

Agende: Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. 10 Anos da Adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Brasília. 2004

DAVIS, Ângela Yvonne. *As Mulheres Negras na Construção de Uma Nova Utopia* Depoimento, Caderno do CEAS nº 210- Março/Abril 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1984.

_____. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano, *in Uma Questão de Gênero*.

FERNANDES, Florestan. *Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Ed. Cortez. 1989.

_____. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ed. Dominus. 1965.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras. 1993.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra, in *Carta 1: falas, reflexões, memórias*, nº 4, Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro. 1994.

_____, **HASENBALG**, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero LTDA. 1982.

GOULART, Mauricio. *A Escravidão Africana no Brasil - Das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Ed. Alfa – Ômega. 1975.

HALL, Stuart. Da Diápora: Notas sobre a desconstrução do popular, *in Identidades e Mediações Culturais*. Pp. 247-264 . Liv Sovik. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.

HOOKS, Bell. Vivendo de Amor *in* O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vem de longe. **WERNECK**, Jurema; **MENDONÇA**, Maisa; **WHITE**, Evelyn C. (ORG.). Rio de Janeiro. Pallas: Criola. 2000.

_____. *Alisando o Nosso Cabelo*. Programa Políticas de Cor. Disponível em:

http://64.233.169.104/search?q=cache:zP44Do7_WqMJ:www.1pp-

ufrj.net/olped/AcoesAfirmativas/exi... Acesso em: 21 novembro de 2005.

_____. De onde partimos. 1ºCapitulo de Feminism is for everybody. Disponível em:

<http://confabulando.naxanta.org/index.php?n=Main.Pol%EDticasFeministas->

[BellHooks](#)

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo. Ed. Hucitec. 1988.

INSTITUTO DE PESQUISA ECÔNOMICA APLICADA, FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER, SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 3ª Ed. Brasília. 2008

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1999

OLIVEIRA, Fátima. Saúde de População Negra: Brasil 2001. Brasília: Organização Pan-Americana. 2003.

_____. Saúde da População Negra. Brasília:Brasil. 2001

PEDRO, Joana Maria. Aborto e Infanticídio: Praticas muito antigas. Florianópolis. Cidade Futura. 2003.

PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher Enquanto Sujeito Político in: **COSTA**, Albertina de Oliveira e **BRUSCHINI**, Cristina. (Org.) Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992.

PINTO, Elizabete Aparecido. Ventres Livres: O ABORTO numa perspectiva étnica e de gênero. São Paulo. 2002.

QUEIROZ JR., Teófilo. Prefácio in Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. Petrópolis. Vozes. 1999.

REIS, Vilma. Mulheres: Pelo Direito de Decidir, *in* O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vem de longe. **WERNECK**, Jurema, **MENDONÇA**, Maisa, **WHITE**, Evelyn C. (ORG.). Rio de Janeiro. Pallas: Criola. 2000.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Bejjin*. Revista de Estudos Feministas. V. 3, n.º 2. Rio de Janeiro. 1995

_____. Relações Raciais nas pesquisas e processos sócias - em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: **VENTURI**, G.; **RECAMAN**, M.; **OLIVEIRA**, S. (orgs.). *A Mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2004.

_____. O poder do macho. São Paulo: Ed. Moderna. 1987.

_____. **ALMEIDA**, S. S. *Violência de Gênero Poder e Impotência*. Rio de Janeiro. 1995.

SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal*. Dissertação de Mestrado. UNCAMP. 2006.

SANTOS, Carlos J. Ferreira. *Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza (1890 - 19150)*. São Paulo. Ed. Annablume. 1998.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Raça Como Negociação – Sobre Teorias Raciais em finais do Século XIX no Brasil, in Brasil Afro-Brasileiro*. **FONSECA**, Maria Nazareth Soares, (Org.) Rio de Janeiro: Autentica. 2001.

SCHUMAHER, Schuma, **BRAZIL**, Érico Vital. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional. 2007.

SILVA, Ana Célia. *A discriminação do Negro no Livro Didático*. Centro Editorial e Didático Universidade Federal da Bahia. 1995.

SILVA, Cristina B. da, **OLIVEITA**, Núcia A. S. de, **KLANOVICZ**, Luciana R. F., **CARVALHO**, Maristela M. de. A Prática do Aborto Sob Falas Autorizadas: seus usos e abusos na mídia impressa brasileira *in* Práticas Proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. **PEDRO**, Joana Maria. (org.). Florianópolis. Cidade Futura. 2003

SILVA. Eliana Borges da. Tecendo o fio, aparando as arestas: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista. 2005. Disponível World Wide Web: http://SRV_LPP/Documentos. Em 11/05/2005. Acesso em 02/08/08.

SILVA. Maria Beatriz Nizza da. Org. *Teoria da História*. São Paulo: Ed. Cultrix Ltda. 1976.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983.

SOARES, Vera. O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil, *in* Tirando a Mascara: Ensaio Sobre o Racismo no Brasil. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

SUAREZ, Mireya, **BANDEIRA**, Lourdes. A politização da Violência Contra a Mulher e o Fortalecimento da Cidadania, *in* Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira.

BRUSCHINI, Cristina, **UNBEHAUM**, Sandra G, (orgs) São Paulo: 2002.

TEORIA E DEBATE, Revista. Sociedade, Mulher Negra e Pobre – A Tripla Discriminação. nº 36, outubro, novembro e dezembro de 1997.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VENTURI, Gustavo, **RECAMAN**, Marisol, **OLIVEIRA**, Suely de. (Orgs). *A Mulher Brasileira Nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2004.

WEEDON, Cris. *Feminism Theory and Politics of Difference*. Wiley – Blackwell. 1999.

ANEXOS

Entrevista com Celina em Janeiro de 2009.

Elza – Eu gostaria de saber quando você conheceu a Fala Preta? Como é que foi isso, você entrar pro projeto Construindo Nossa Cumplicidade?

Celina - Eu vou dizer uma coisa para você, eu não sou mestre em data, eu não consigo dizer pra você foi tal ano, tal mês, entendeu, mas assim ah na verdade eu já tive um contato com a Fala Preta! a mais de oito anos , desde o começo da formação e tal, através de uma amiga que é a Mabel e foi num momento assim que a gente estava, eu particularmente estava passando por um processo todo de separação, conflitos familiar e tal, eu já tinha uma participação como é que se diz, fazendo parte do grupo de auto ajuda aqui na Zona Leste num outro grupo aqui na Zona Leste e aí depois eu me afastei e tal, aí foi quando eu conheci a Mabel e quando a gente começou a participar com um processo que eu estava passando com um sentimento muito grande a ausência de auto estima muito grande e tal e eu comecei a participar do grupo eu e algumas amigas minha e daí nesse período foi um período pra mim foi ótimo foi quando eu comecei a entender o que é auto ajuda, o que é grupo de mulheres negras o que era auto estima . E daí eu participei de várias, várias reuniões e tal e depois eu passei a trabalhar com grupo de auto ajuda na região onde eu trabalhava e onde eu morava também, a gente fazia também reuniões, com mulheres que depois eu passei a trabalhar como agente de saúde e isso nessa época foi super importante a gente tinha contato com as famílias, trabalhava com as famílias fazendo aquelas visitas domiciliares e nessas, nessas visitas a gente acabava descobrindo mulheres com problemas seríssimos de alcoolismo, mulheres que sofreram abuso sexual na infância com o pai, com o amigo do pai, com irmão né e depois na idade adulta essa mulher vivia dramas, como tentativa de suicídio, foi quando eu falei a gente vai ter de fazer alguma coisa aí eu tive que formar um grupo e a Mabel me ajudava e me auxiliava no grupo como integrante da Fala Preta!.

Elza – E essas mulheres eram mulheres negras?

Celina – Mulheres negras.

Elza – Sempre com mulheres negras?

Celina – Sempre com mulheres negras.

Elza – Então quais eram os objetivos desses grupos? Eu sei que você já falou, mas eu gostaria de entender melhor.

Celina – Pra mim o primeiro objetivo era assim, passar o que eu já tinha aprendido, o que eu aprendi nos grupos, o mesmo auxílio que eu tive, era repassar isso. Eu acredito que, você aprende, você tem que repassar e ajudar, e um dos objetivos maiores era fazer com que essas mulheres resgatassem a sua auto estima, resgatassem o prazer de viver e a descoberta de ser mulher e é que é assim, a grande maioria não se conhecia nem sexualmente e nem assim entender a beleza, a questão da baixa estima o meu cabelo é ruim eu sou feia por conta da cor e a gente trabalhava tudo isso, fazia a semana da beleza, levava manicure, cabeleireira fazia o cabelo de uma, presenteava, saia pedindo ajuda no comercio e fazia reunião pra semana da beleza da mulher negra e um dos objetivos era esse mesmo era esse resgate da auto estima , do ser mulher mesmo como mulher negra e como beleza negra.

Elza – E assim você sentiu que elas participavam, como é que eram esses grupos?

Celina – Olha, eu depois eu comecei a trabalhar sozinha, a Mabel se afastou um pouco e eu passei a trabalhar sozinha e a participação era intensa porque ai a gente era um pouco ousada a gente ousava um pouco, um pouco, pouco nada, bastante, dava bastante ousadia, teve um grupo que a gente fez uma das semanas do passeio que a gente fez, foi num sexshop e as mulheres ficaram todas excitadas porque nunca tinham entrado, aquilo era tabu, era feio era muito feio falar, imagina pegar, falar um pênis de borracha, um vibrador e alguns outros materiais de fetiche, aquilo tudo nunca tinha ouvido falar, nunca viu e a gente levou uai, a gente levava, pra entende e isso faz parte do cotidiano que não é absurdo que não é feio era descoberta e não bastava você se descobrir é exteriormente a beleza, passar uma maquiagem e o cabelo, mas entender que tudo faz parte da sexualidade da vida comum uma das é da maior participação foi esse dia porque ate hoje a gente de vez em quando se encontra nos caminhos, “olha a gente podia fazer aquela reunião lá no sexshop, muito legal e isso foi bem ousado porque tinha mulheres que nunca, nunca nem tinham ouvido falar a palavra sexshop, quanto mais entrar ir lá dentro pegar e rir junto, gozação, desejar aquilo, “ ai eu vou comprar uma para mim”, entendeu então isso foi uma das coisas que.

Elza – E elas chegavam como, num primeiro momento, ela já iam falando, como é que era essa descoberta?

Celina – O primeiro momento era o mais complicado, porque a gente tinha... eu, enquanto coordenadora, eu tinha uma responsabilidade de deixar elas a vontade de dizer para elas que, “olha”, e fazer aquele contrato de confiança, de fidelidade, dizer para elas o que olha o que foi falado aqui, aqui vai ficar e deixar isso que não era só no primeiro era no primeiro, no segundo, no terceiro, no quarto encontro e sempre repetindo a mesma coisa até que criasse um vínculo, criasse uma confiança para que elas se abrissem. Não era no primeiro, nem no segundo encontro, no terceiro já começa e vai tudo também da... do acolhimento, do como acolher essas mulheres para que elas se sintam de verdade, que a intenção não era não nem fazer com que elas se sentissem em casa, porque de verdade nem dentro da própria casa muitas vezes a gente se sente bem a vontade, mas que elas estivessem em um ambiente é onde as discussões que ia acontecer ali não era privilégio de uma só, mas que todas estavam passando pelo mesmo processo que todas, cada uma com seu fardo, mas que na verdade o objetivo era o mesmo, de se descobrir, de se encontrar e de se auto ajudar.

Elza – Quais eram os problemas mais recorrentes, assim, que vocês percebiam?

Celina – Primeiro com o marido, desrespeito, a desvalorização com os maridos, a falta do interesse sexual com os maridos, que os maridos já depois do casamento deixa de beijar na boca, deixa de abraçar a mulher e passa a ser apenas a dona de casa, a primeira parte seria essa, era essa, a questão mais íntima com relação a violência, em relação ao sexo, com relação a desvalorização do marido para com ela, o primeiro fator era esse aí depois vinha o desemprego, vinha ah..., os filhos, como conciliar trabalho, filho e uma das coisas que eu sentia muito forte era casamento enquanto obrigação e não como com cumplicidade, com parceria, mas a obrigação, de ser casada, de ser mãe, de ser mulher e isso era muito forte.

Elza – Vocês chegaram a discutir o tema aborto?

Celina – Pouquíssimas vezes, mas assim a gente, cada semana a gente abordava um tema diferente, mas chegamos a discutir sim, só que é complicado falar de aborto.

Elza – Porquê?

Celina – Ah! Porque tinha toda a questão religiosa, do pecado, do pecado do ser, da maldade, enquanto a pratica e é bem complicado falar.

Elza – Você apontaria assim, que avanços você percebeu em você como participante, do processo que você passou e dessas outras mulheres, o que você aponta, o que você viu de avanço?

Celina – Pra mim de avanço, assim eu achei que eu fiquei muito ousada, eu ousei muito, eu me separei, acabei fazendo tudo que eu tinha vontade de fazer e queria fazer, aprendi a dizer não quando eu realmente não queria , aprendi a me respeitar, me valorizar , a me amar mais, não permitir desrespeito, não permitir que as pessoas, que os outros me desrespeitassem enquanto mulher, enquanto mulher negra , a gente acaba passando muito, deixando muito “ah...deixa para lá, não foi porque ele quis ”, e a gente acaba deixando e eu aprendi que não, que foi porque quis sim, tem que respeitar e enquanto as outras eu tenho isso também que eu quero te levar, que é uma pessoa que entrou pro grupo completamente perdida, completamente machucada e aí foi muito lindo que ai ela foi dando passos e passos e passos e passos, e hoje ela tá uma mulher, tem uma mente extremamente ousada, que fez ate tatuagem, ela me tem como exemplo, a pessoa que abriu o caminho pra ela no grupo e como amiga, como mulher, assim de tudo que ela nunca tinha feito na vida ela passou a fazer e ela é muito legal, muito legal, então ela foi uma pessoa que, não só ela, teve outras também, mas eu digo ela porque, foi uma pessoa que, em casa ninguém acreditava no potencial dela o marido falava assim: “você tá acabadinha, imagina tanta ruginha, você não vai conseguir nada”, e ela trabalhou junto comigo, eu consegui encaixar ela no serviço, começou a trabalhar fez curso de enfermagem, começou a trabalhar na área, fez lipoaspiração, ficou loura, passou a fazer na cama o que nunca ela tinha feito antes, o que era pecado anterior passou a ser, agora ela esta fazendo técnico de enfermagem, largou a marido, foi embora de casa, entendeu e foi um avanço assim, apesar de que ela tem algumas regressões aí, porque sempre foi apaixonada pelo cara, mas fazer o quê.

Elza – E tem outras mulheres? E o grupo era onde?

Celina – Era aqui, eu moro em Ermelino Matarazzo e eu tinha, na verdade Santa Inês, Vila Santa Inês, Zona Leste.

Elza – Primeiro você foi de um grupo da Fala Preta!.

Celina – Primeiro participava da Fala Preta! ali na Vergueiro.

Elza – Depois você traz aqui pra cá para a Zona Leste o grupo. E vocês discutiam alguma coisa, por exemplo, quando você fala a questão de mães, mulheres negras, tinha uma discussão, por exemplo, aparecia a questão do problema de drogas?

Celina – Não, na verdade o nosso grupo, nunca abordamos a questão de drogas, até porque a prioridade pra gente naquela fase, naquela época que a gente vivia, que a gente tava passando, era mais a questão mesmo da mulher enquanto referência da auto-estima, mas assim, droga foi um assunto que a gente nunca discutiu.

Elza – Mas, por que eu to te fazendo essa pergunta, porque geralmente essas mulheres, vão com um histórico também de família, onde acaba o filho que tem esse problema e ela acaba se culpando.

Celina – Por incrível que pareça nesse grupo a gente não tinha esse problema, até porque a grande maioria tinha crianças, filhos pequenos, e não tinha esses problemas, aliais tinha a droga que era a questão do alcoolismo do marido , que ai vinha toda a questão da desvalorização, do desrespeito. Porque naquela época, nos tínhamos um grupo com 25 mulheres naquela época e não tinha, a gente não discutia porque na verdade dentro do grupo não tinha mães que tinham filhos nessa de adolescência e tal que tinha essa questão das drogas.

Elza – Celina, você acha que, por exemplo, essa questão quando a gente fala de poder, esses grupos de auto-ajuda, esse projeto “Construindo nossa Cumplicidade”, ele acaba dando poder para a mulherada?

Celina – Nossa, eu não tenho a menor sombra de dúvida.

Elza – E que poder é esse?

Celina – Eu tiro um pouco por mim , é um poder de você decidir a sua própria vida, porque chega um momento que assim, é o marido que diz para ela né, “não você não pode fazer”, eu vou em tal lugar e eu vou pedir para o meu marido, quando elas entram no grupo, que a gente sugere o passeio é aquela coisa assim, “eu vou pedir para ele e ver se ele deixa eu ir”, você não tem que pedir para ele, basta você dizer para ele, “eu vou” , então você esta dando poder para essa mulher pra que ela diga para ele, “olha, eu vou em tal lugar”, ela comunicar e isso acaba exercendo um certo poder, ela acaba tendo e ai não é só o que ela vai fazer, ela vai

trabalhar, a ousadia de ir trabalhar e a ousadia do poder de compra que hoje ela tem, porque antes ela pedia e hoje ela pode comprar, ela trabalha para isso.

Elza – Eu achei muito interessante, essa coisa de se respeitar. É o poder de intervir nos processos de discriminação? Você acredita nisso?

Celina – Com certeza, não tenho a menor sombra de dúvida.

Elza – E assim para terminar, eu queria que você falasse um pouquinho como é que esse grupo de auto ajuda, trabalhando com essas mulheres que são mulheres do cotidiano, do dia a dia do senso comum, como é que esses grupos de auto-ajuda pode trabalhar, pôde avançar na discussão da luta contra a discriminação racial, contra o racismo? Nesse trabalho que vocês desenvolvem e desenvolveram. O que nisso você acredita que ajuda na luta pela eliminação da discriminação e o racismo do ponto de vista das mulheres negras?

Celina – Eu acredito que é assim, é... isso acaba ajudando na questão da nossa auto afirmação enquanto pessoa, enquanto mulher ai já não digo só na questão da mulher negra a questão do ser humano porque a gente veio de uma educação de que a gente é e não e educação não, nos implantaram isso ,que por sermos negros então, somos seres com menor poder, com baixo poder aquisitivo, que a gente tem sempre que baixar a cabeça, a gente foi criado assim e é assim para tudo, você não foi educado para estar de cabeça erguida e isso a gente foi aprendendo nos grupos nas relações com companheiros de projetos sociais, de ONG's, a gente foi aprendendo isso ao longo do tempo . E os grupos de auto-ajuda nos ensina muito essa questão da auto afirmação. “Eu sou Cristina , eu sou uma cidadã, tenho que ser respeitada, quero ser, exijo”, porque você não deveria exigir você deveria ser respeitada , mas como não te respeitam você exige isso e de que forma você exige isso? É nos grupos, é aprendendo, é respeitando o outro , através disso você vai aprendendo que isso é seu direito, não é apenas, você ta recebendo isso por favor, é o seu direito e isso deixa a gente dentro do grupo e te da uma certa confiabilidade na gente de dizer, eu vou até dar um outro exemplo , assim isso ate foge um pouco da tua pergunta, mas isso dentro de casa se reflete , antes de eu participar do grupo uma coisa que eu nunca vou esquecer isso , porque eu fui educada pra casar, ter filhos e nunca dizer não ao marido , então quando eu não queria manter relação com ele eu inventava que eu estava com dor, inventava que eu estava menstruada , porque não podia dizer não pra ele, não eu não quero, eu

não estou com vontade e isso não podia dizer nunca, então era muito melhor que eu inventasse uma dor de cabeça, uma dor na unha, uma cólica, pra não dizer para ele que não queria e quando eu comecei a participar, foi a primeira vez, foi o tema que foi abordado foi, “aprender a dizer não”, que quando você não ta a fim de transar você fala que não quer. E eu nossa eu vou poder fazer isso, eu vou poder dizer isso e foi muito gostoso e o primeiro dia que, a primeira vez que ele veio , depois que eu tava no grupo , eu falei eu não quero, ele olhou para mim assim “como que é”, eu não quero eu não estou com vontade e fiquei esperando assim, fiquei olhando para ele assim, nossa ele não vai falar nada, ele não vai brigar, ai eu falei, eu falei, EU NÃO QUERO, aí pronto, aí eu não queria nunca e foi muito legal, foi uma sensação de liberdade naquele dia, eu me senti completamente livre, naquele momento em que eu disse eu não quero porque eu não estou com vontade eu me senti assim como se eu tivesse assim quebrado correntes, laços, imagina, toda vez que o cara quer você “ai não, eu tô com dor”, pra não dizer não pro infeliz, que você não ta a fim, porque ele não te respeita, ele não aceita que você diga pra ele que não quer, porque você não ta a fim, é muito mais legal pra ele , você dizer que esta sentindo alguma coisa ai então tá bom, quando você melhorar você dá pra mim ta!

Elza – E porque que não ta a fim?

Celina – Porque que não ta a fim né! E ele tinha essa pergunta. Por quê? Porque eu não tô a fim, não to com tesão, “ah, mas isso vem depois”, mas eu não to com vontade que você toque em mim agora não quero, eu não to com desejo, quando eu tiver se eu quiser eu te procuro, ai eu vou atrás, ai eu passei a ousar, ai eu ia nos grupos e comecei a passar isso pra mulherada, era legal que vinha no outro grupo e falava, “oh fulano, veio querendo e eu falei, ah! não quero, quase me bateu, mas eu falei não quero”. Isso é mudança, isso é respeito, isso é tudo mesmo.

Elza – Tem que ter coragem de enfrentar, encarar tudo?

Celina – Claro não é tudo ótimo, não é as maravilhas, mas um avanço que você tem que já vale.

Elza – E hoje o que é você esta fazendo? E essas mulheres o que estão fazendo, dos grupos?

Celina – E isso é complicado, hoje eu me afastei do grupo eu já não estou mais nos grupos e sou cobrada, quer dizer fui muito cobrada, quando encontro com elas, “o Celina porque não montar um grupo de novo e tal”, porque é questão de

sobrevivência , arrimo de família. Eu sou mulher preta tenho que trabalhar, tenho que participar das despesas de dentro de casa e eu tive que buscar outros meios de sobrevivência e acabei saindo, me afastando dos grupos e isso é ruim muitas vezes porque quando você têm várias mulheres que vêm em você um referencial do ser mulher, do eu sou mais eu e quando você sai essas mulheres também a tendência é, ou volta aquele processo de se regredi , de voltar a estaca zero, porque muitas vezes é isso, você acaba sendo meio que a bengala do outro , pra que aquele outro aprenda a caminhar e quando você no meio do caminho você pára, essa pessoa a tendência é voltar .

Elza – Então, por exemplo, quando essas ONG's, como a Fala Preta! sofre um refluxo como esta sofrendo agora, isso e muito prejudicial?

Celina – Com certeza, com certeza, eu não tenho a menor dúvida é prejudicial porque você acaba que, a Fala Preta! é referência, ela é referencial , pras mulheres e quando, eu comecei muitas vezes a discutir isso com o grupo, eu falei olha, eu acho que a Fala Preta! esta muito centrada aqui no centro da cidade e as mulheres que a gente quer atingir, quer trabalhar elas estão aonde? Periferia e pra você tirar as mulheres da periferia, pra você trazer pra o centro é complicado, pra você tirar a mulher de dentro da casa dela pra ir até a ONG que é ali perto já é complicado , então eu dizia assim, eu acho que a Fala Preta! tinha que ter núcleos em toda Zona Leste, Zona Norte, Zona Sul, cada lugar tem que ter um grupo da Fala Preta! implantado porque isso trás benefício à Fala Preta! e aos grupos e aí é assim cada um tem sua sobrevivência, tem que sobreviver, tem que trabalhar e eu vejo isso como um ponto negativo , porque aí ou ela aprendeu de verdade no grupo que dali pra frente ela tem que caminhar sozinha ou ela ainda tem aquela , sabe o filho que saiu de casa, mas toda noite ele ta lá jantando na casa dos pais, todo dia ele ta lá, se afasta mas não se afasta tanto, o grupo é a mesma coisa, mulher do grupo é a mesma coisa, tá caminhando enquanto você esta ali, você pode, você consegue, quando você sai, cadê!? Umas tem aquele segmento, outras já fica ali é mais carente, “olha enquanto você estava era legal, agora que você saiu eu não quero mais”.

Elza – É um trabalho constante e é um trabalho árduo não é?

Celina – É como se diz é um grão de areia, de vinte mulheres quando duas conseguirem deslanchar ir para frente já é um privilégio. E hoje é muito doloroso eu

hoje vou na comunidade aonde eu morava e encontro mulheres que me cobram poxa C, você prometeu que ia continuar o grupo e ate hoje você não fez. Mas eu tinha que sobreviver de uma certa forma, eu trabalho, eu tenho que..., hoje eu estou desempregada , estou desempregada e é uma das coisas que eu gosto de fazer. Quando eu me afastei da Fala Preta! eu passei a tocar o grupo sozinha sem referencial nenhum só que eu acreditava que eu tinha potencial, tinha não tenho potencial e sou influência para muitas mulheres ainda, tenho muita influencia sobre muitas mulheres que vêem em mim um referencial até de conquista de liberdade.

Elza – Mas isso é agora. Você chegou crua na Fala Preta!?

Celina – Não, não eu não cheguei crua na Fala Preta, antes eu tinha feito um curso de formadora na Anzol, na época era com a Matilde, hoje ex-ministra, naquela época a gente participava junto da Anzol aqui em São Miguel , fiz o curso de formação pra trabalhar com mulheres então não cheguei crua na Fala Preta!, já vinha de outros grupos que eu já tinha participado e da Anzol foi que eu participei muito tempo. Na Anzol eu cheguei crua, ai depois eu fiz o curso de formação de coordenadora de grupos e depois comecei a participar, comecei a participar não, comecei a coordenar grupos de mulheres negras na Zona Leste e depois muito tempo depois eu conheci a Mabel, eu já estava em outro processo, eu tinha me afastado da Anzol e eu tava em outro processo particular pessoal meu de sofrimento, pos divórcio, me apaixonei por um outro cafajeste, estava sofrendo a ponto de cometer um suicídio, imagina , o pico que eu tive num momento eu estava como coordenadora de um grupo, e depois tudo que eu apliquei eu estava sofrendo eu estava vivendo ao ponto de cometer suicídio. Ai foi quando eu comecei a participar da Fala Preta!, eu comecei como participante mesmo alguém precisa me ajudar, aí foi quando eu falei não essa vida não é pra mim não, tenho que passar isso pra frente e mostrar pra outras mulheres que a vida continua.

Elza – Tem alguma coisa que você gostaria de dizer que eu não lhe perguntei?

Celina – Não acho que era isso que eu queria falar , a questão do pico que a mulher, assim como eu enquanto coordenadora de um grupo, eu estava ali tentando dizer pras mulheres olha, a vida e por aqui assim, assim assado, de repente parei e fiquei um tempo isolada e comecei a voltar num processo regressivo de me desvalorizar e não me amar e dar importância ao outro e não a mim e a minha auto

estima foi lá em baixo, eu tive um câncer, por conta de tanto sofrimento e foi complicado o negócio foi bastante complicado. E era isso que eu queria dizer mesmo, assim como aconteceu comigo, que entre aspas eu tinha uma formação eu tinha a quem recorrer e a outra mulher que nem isso tem com que essa mulher se resolve, porque é aquela coisa a gente sabe, mas não sabe de tudo, uma hora eu tô aqui, na outra hora eu tô lá e ainda passo até hoje por isso, mas aí eu me baseio. - Não mulher preta, você o que é que há? O que você ta fazendo, sofrendo por quem? E a gente vai levando vai empurrando, mas o que eu gostaria mesmo era de voltar, de participar, mas infelizmente eu tenho que como eu vou fala? E o que eu percebi também muito assim, os grupos assim a grande maioria tinha formação acadêmica e tal, e eu não tenho formação acadêmica, eu tenho 2º Grau e pronto. E isso também foi uma das questões que mais me fez dar um tempo. Eu tinha que sustentar meus filhos, meus quatro filhos, separada e tal, ai não tinha como fazer, faculdade, trabalhar e sustentar a casa e no grupo a maioria era assistente social, pedagoga, só eu que não, aí eu tive essa questão da baixa estima, o que eu to fazendo nesse grupo, ai a Mabel disse não, você ta aqui porque você tem potencial, ela me levantou, não importa você vai montar um grupo sim, vai desenvolver um trabalho em grupo, mas chegou um momento e eu falei não eu tenho que sobreviver, tenho que trabalhar meus filhos estão em casa.

Entrevista com Deise Benedito em Janeiro 2009.

Elza – Deise, quando você entra e começa a militar no Geledés, no movimento das mulheres negras?

Deise – A minha participação no movimento negro começa em 1983, é nessa época eu tava procurando emprego e um dia eu achei um emprego, fui fiz um teste passei pra ser auxiliar administrativo numa empresa e depois quando eu fui lá saber se eu tinha ido bem no teste de datilografia, a senhora que era uma japonesa falou que eu tinha ido muito bem no teste, mas não podia me admitir porque eu era negra e o escritório recebia pessoas de cor, eu fiquei enlouquecida e enfurecida, porque eu vi aquilo como uma discriminação racial muito forte e ai andando pelo meio da rua eu vi um cartaz pregado no poste reunião do movimento negro, semana da consciência negra no MASP, ai era naquele dia mesmo, 20 de novembro de 1983, eu fui a uma reunião e o que eu queria mais naquela reunião era denunciar o que tinha acontecido comigo, que eu tava possessa da vida e ai tava todo mundo falando, eu vi Dulce pereira falando na mesa e mais algumas pessoas, foi quando eu fiz uma intervenção, eu lembro que eu tremi muito na hora e eu disse assim que eu achava que eu tava ali pra dizer que naquele dia eu tinha sofrido uma discriminação racial e eu queria saber o que eu faria pra processa aquela empresa porque eu considerava um absurdo uma pessoa que tinha ido bem num teste e ter sido ridicularizada, porque ela falou aquilo na frente de outras pessoas e ai a Dulce no final veio e me chamou e me convidou para uma reunião de mulheres negras que ia ter na FUNDAP, e ai foi nessa reunião, eu fui participar dessa reunião mais preocupada em resolver, o que eu queria era resolver que aquela empresa fosse punida e ai foi nessa reunião que eu conheci a Sueli, conheci a Edna, conheci a Vera Araújo, Tereza Santos, conheci outras mulheres do movimento negro e ai eu contei a minha experiência, eu era jovem, eu ti só 23 anos então eu não tinha experiência, como as outras pessoas, então eu só ouvia, então eu participava e me convidaram pra uma reunião do MNU, eu fui, quando eu conheci a Edna Rolam, conheci o Miltão do MNU, conheci a Lucia e conheci outras pessoas do movimento, a Marli, eu ia, mas sempre observava muito as reuniões do movimento negro ai sempre as pessoas me convidavam pra reunião e ao mesmo tempo eu preocupada em arrumar trabalho e eu também comecei a me interessar pro essa questão da

discussão racial e um dia as meninas continuaram se reunindo e sempre que se reuniam elas me chamaram, a Suely, a Edna, a Dulce, ai elas continuaram se reunindo, até pra construção do Conselho da Condição Feminina em 84 e ai elas criaram o Núcleo de Mulheres Negras, dentro do Conselho da Condição Feminina, o coletivo de mulheres negras dentro do Conselho Estadual da Condição Feminina. E um dos primeiro trabalhos que eu fiz dentro desse Conselho da Condição Feminina foi exatamente ajudar na elaboração do primeiro dossiê sobre a mulher negra no mercado de trabalho, então todas aquelas informações que constam naquele dossiê que eram recortes de jornais que provavam que precisa-se de moça de boa aparência, que constava a palavra boa aparência, mulheres brancas que vinham escrito na época nos anúncios eu recortei um por um, então foi o primeiro trabalho que eu fiz assim dentro do Conselho da Condição Feminina, dentro do questão racial e ai, sempre que tinha reuniões eu acompanhava, foi criado um bloco e o pessoal me convidou que eram a Suely, a Edna, a Solimara, a Lucia, a Gevanilda, o Flavinho, o Rafael, todas essas pessoas do movimento negro, mas eu sempre mais ouvia do que falava, eu sempre fui uma pessoa muito de observar e ai com os anos fomos continuando as reuniões foi criado o Instituto do Negro INB e depois participando de outras reuniões ai foi surgindo, foi crescendo a idéia, com reuniões na casa da Edna, na casa da Suely , foi fortalecendo a construção da idéia da criação de uma organização de mulheres negras, e quem geralmente tinha a discussão mais elaborada sobre isso era a Suely, a Edna, a Lucia também, a Maria Lucia da Silva, a Silvia, quer dizer eram pessoas que tinham mais condições de estar elaborando, tinha a Teresa Santos, também que era uma pessoa de fundamental importância nesse processo das mulheres negras, da construção do movimento de mulheres negras de São Paulo e muitas vezes as pessoas acabam esquecendo de citar Tereza Santos que foi uma das grandes mulheres desse movimento todo, uma das percussoras do movimento negro em São Paulo e ai muito ligada a cultura e ai dessas reuniões eu fui participando até a criação da Fundação da Geledés, e participei da Fundação do Geledés tudo direitinho, mas a minha atuação sempre muito mais no campo dos Direitos Humanos e conforme ia a discussão da questão racial eu ia me identificando do determinadas questões, quer dizer, eu não entrei no movimento de mulheres já de cara com a questão feminista, não, eu entrei já observando tudo enxergando procurando observar aonde a minha

historia de vida se cruzava com a historia de outras mulheres, por onde passava a questão racial, a questão da historia da escravidão no Brasil, quer dizer eu fui construindo o movimento de mulheres e me construindo, então eu tinha que me construir primeiro como pessoa pra poder entender como que se dava a questão do movimento de mulheres, como é que surge esse movimento de mulheres e porque é que surge e eu fui trabalhando com a minha própria historia de vida, pra poder entender a partir da minha historia de vida como é que era isso e é claro que o fato de eu estar no movimento negro tem tudo a ver com a minha própria historia de vida, a historia de vida dos meus irmãos, da minha família tem tudo a ver, ai é quando eu começo, entrei no Geledés vou pra parte de articulação política, vou pra parte de assessoria na parte de direitos humanos e eu me interesseo muito pela questão da juventude negra que é o meu forte, a questão da juventude negra o extermínio da juventude negra na década de 80 no inicio dos anos 90, os pé de pato, os grupos de extermínio, os assassinatos nos salões de baile era uma coisa que me chamava muito a atenção nos anos de 88 ate 90 e apesar de estar em uma organização de mulheres negras eu ia sempre no sentido de aonde chamava mais atenção, as mulheres preocupadas com a saúde da mulher negra e uma serie de coisas e eu preocupada com os jovens negros morrendo nos anos de 88 à 90 até porque eu era jovem então eu tinha essa preocupação e aia foi quando eu fui me especializando e observando a política criminal e penitenciário também, aonde os jovens negros são inseridos, então a partir do momento que eu fui entendendo a questão de política criminal e penitenciaria até porque eu trabalhava na Vara de Execuções Criminais do Estado de São Paulo e ao mesmo tempo eu via o numero de jovens negros condenados a situação de condenação, o numero de jovens negros que estavam na prisão, na casa de detenção do Estado de São Paulo, as condições a ausência de advogado, ai uma vez eu fui a uma reunião e tive oportunidade uma vez que o SOS Racismo veio ao Brasil, ele fez uma audiência pública na Câmara do Vereadores e teve até o apoio na época do vereador Ítalo Cardoso, pra essa audiência e eu lembro que foi na oportunidade que eu conheci o Padre Chico da Pastoral Carcerária, e o Padre Chico eu comecei a conversar com ele e começou a falar que tinha muitos negros nas prisões e que o movimento negro tinha que fazer alguma coisa porque tinha muitos negros nas casas de detenção e aí me convidou para uma das reuniões na Pastoral carcerária aí eu juntava a questão racial em geledés com a

questão de Direitos humanos com a política criminal e penitenciária e a partir daí eu comecei a discutir, eu fui uma das primeiras mulheres negras em São Paulo a começar a discutir a questão das mulheres presas e com recorte nas mulheres negras nas prisões e aí eu fui convidada a fazer parte da comissão de Direitos Humanos da OAB, da comissão de Política Criminal e Penitenciária e aonde a gente começou, eu e minha amiga Rute que era uma boliviana, começamos a discutir a questão das mulheres negras nas prisões e ela com as mulheres bolivianas e como era essa questão do número elevado de mulheres no tráfico como é que é as mulheres negras ficarem mais tempo presas que as mulheres brancas, como é a forma de tratamento, como é as mulheres mães dentro da prisão, as mulheres que estão grávidas, a falta de tratamento, a falta de assistência médica, na questão das estrangeiras a falta de tradutor interprete no momento em que elas são presas em flagrante e aí foi quando eu comecei também a discutir o direito a visita íntima, isso foi em 1993,1994 quando pouca gente, nem o movimento feminista discutia a questão das mulheres nas prisões e além das mulheres nas prisões também discutia as meninas da FEBEM e aí eu entendi,vai passando o tempo você vai amadurecendo, passa a entender porque as minhas predileções no movimento negro não estavam na pauta do movimento, não eram questões de pauta do movimento negro.Então hoje timidamente está se discutindo as questões das prisões nós estamos no ano de 2009, eu discutia as questões dos negros nas prisões em 1988, já discutia em 1990 em 1992 quer dizer 10 anos se passam e aí que você vê os primeiros ensaios escritos sobre isso. Eu particularmente tenho algumas coisas escritas sobre as mulheres nas prisões, cheguei a escrever um Projeto de Lei que encaminhei para o deputado Renato Simões sobre as mulheres nas prisões, participei de algumas pesquisas sobre o perfil das mulheres presas no Estado de São Paulo, contribui para elaboração da primeira cartilha sobre os Direitos Humanos das mulheres presidiárias em São Paulo, mais assim eu sei das minhas limitações e das limitações do tema no movimento negro.

Elza – Mas isso não era pauta do Geledés, já que tinha dois programas prioritários -Direitos Humanos e Saúde Reprodutiva?

Deise - É eu tava dentro do programa de Direitos Humanos, quer dizer quando eu fazia essa discussão dentro do programa de Direitos Humanos eu trazia na época já essa discussão sobre política criminal e penitenciária, tanto que na

época eu estava no Geledés e o Geledés fez parte da sub-comissão de política criminal e penitenciária da OAB onde a gente ajudou na colaboração da criação do primeiro programa, de política criminal e penitenciária, então nós estávamos, o Geledés tava no primeiro programa de política criminal e penitenciária, que era o programa que saia de São Paulo pro Brasil e que tinha o objetivo da reinserção dos regressos da penitenciária, condições mais dignas nas prisões tanto pra homens quanto pra mulheres e é quando começa a discussão do direito a visita íntima .E é claro eu sei que essas opções pessoais por esses temas entendeu, que não tava na pauta do movimento negro,é pela minha história de vida, então eu sabia que se eu não tivesse tido a oportunidade de ter sido adotada eu poderia ter sido um número no recolhimento provisório de menores numa FEBEM; de uma FEBEM com certeza eu iria pras ruas das ruas pras drogas das drogas pra prostituição; prostituição roubo, roubo prisão então eu seria um prontuário eu poderia ser uma mulher presa(risos) entendeu? Então já que eu não entrei nem pro lado da FEBEM nem pelo lado da prisão, eu passei a entender porque minha preocupação com o jovem, jovens e a morte de jovens até porque a gente sabe como são as famílias negras, eu tenho irmãos que eu não conheço, então daqueles jovens da década de 80 eu não sei se algum não poderia ser meu irmão, meu primo, meu sobrinho que tava morrendo! Então a minha preocupação com a morte dos jovens hoje. Hoje eu me preocupo que poderiam ser meus sobrinhos ou meus primos ou não sei. E a preocupação com as mulheres pretas porque se eu tive a oportunidade de não ser um prontuário uma mulher presa ou estar naquela situação então caberia a mim o compromisso de na medida do possível falar e defender as reivindicações delas, eu poderia ser uma delas, reunia todas as condições pra ter sido uma dessas mulheres. E aí dentro de Geledés eu fiquei sempre desse lado, sempre a minha atuação, tanto que teve, o projeto Rappers que foi idealizado por mim algo que pudesse inserir aqueles jovens na época inicio do movimento Hip-Hop e que foi muito legal a experiência, foi quando saiu a revista Pode Crer que teve um movimento muito grande de jovens, meninos, hoje estão casados uns são sociólogos , pedagogos . Foi uma experiência muito interessante na vida dos meninos e das meninas também, então a minha inserção no movimento passa por uma experiência pessoal, eu passo a entrar no movimento por causa de uma experiência pessoal.

Elza - E isso você leva pra Fala Preta? Como você chega à Fala Preta?

Deise - Olha eu vou pra Fala Preta em 97, 98. Eu fico de 97 pra 98 exercendo algumas atividades junto a Pastoral Carcerária que é a campanha da fraternidade, participando de debates, conferências sobre as questões das prisões e colocando a questão racial nos debates que eu fui, e aí no final de 98, meio de 98 começo a participar de algumas coisas na Fala Preta, tinha a necessidade de se discutir a questão dos Direitos Humanos na Fala Preta e eu achava legal, porque eu sempre gostei de Direitos Humanos nessa área das temáticas das prisões de política criminal e penitenciárias, direitos econômicos, sociais e culturais apesar da Fala Preta ter um recorte totalmente de gênero e eu venho pra Fala Preta com um recorte de Direitos Humanos com foco numa política de gênero e aí eu começo a contribuir a ajudar a participar das reuniões; elaborar, fazer capacitação, fazer palestra e debates, falar da questão racial com recorte em Direitos Humanos, então eu me especializo na questão de Direitos Humanos ao mesmo tempo faço parte do movimento nacional de Direitos Humanos. No tempo de Geledés eu continuei participando do movimento nacional de Direitos Humanos, na Fala Preta continuei no movimento nacional de Direitos Humanos, segui ainda dentro nessa linha da plataforma DHESC - Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, então eu acabei me especializando na área de Direitos Humanos na área de políticas criminais e penitenciárias que é a questão de implementação da execução das leis de execuções penais e com recorte de raça e gênero, continuei e aí fui participando quer dizer, eu dava capacitação em alguns grupos de auto ajuda sobre a questão dos Direitos Humanos, já colocava o que era Direitos Humanos até porque as pessoas não têm uma noção clara do que seja Direitos Humanos ainda têm aquela pecha que Direitos Humanos é defender bandido quando não é e aí eu continuei e fui participando de reuniões, algumas coisas no movimento de mulheres . Minha formação no movimento negro foi em organizações de mulheres, mas não que eu fosse uma pessoa que só discutisse a questão de gênero.

Elza – Pensando por um outro viés sem recorrer à palavra gênero, quando você discute a questão das mulheres que vivem em cárcere você está discutindo a questão da violência.

Deise - Sim, Exatamente.

Elza - Então isso era proposta tanto em Geledés quanto em Fala Preta!?

Deise - Sim o combate da violência contra a mulher, do ponto de vista da violência institucional praticada nas prisões, o racismo institucional praticado nas prisões, como os praticados nos distritos policiais, a falta de tratamento, o tratamento diferenciado, como essas pessoas são descaracterizadas, é uma violência e aí é claro no ponto de vista do combate contra a mulher estava presente tanto em Geledés quanto em Fala Preta!

Elza - E isso fez com que você acabasse inclusive se tornando presidenta da Fala Preta!?

Deise – Acho que meu histórico dentro do movimento negro passa por duas coisas assim, porque eu acredito que hoje eu tenho condições de entender isso melhor, porque com o tempo você vai amadurecendo, você vai enxergando, você vai acompanhado, você vai participando, você vai sendo obrigado a ler, se aperfeiçoar, se capacitar, porque o movimento é uma coisa.. se você não corre atrás de informação você não está acompanhando a discussão que está colocada no mundo. Então você tem que buscar informações, você tem que ousar, você tem que influenciar, porque o ativista, a pessoa que é ativista tem uma responsabilidade, você faz uma opção de vida que é o falar, o colocar, o modificar, trazer a reflexão. Eu sou uma pessoa que ao mesmo tempo que sobe em um caminhão que faz um discurso pra duas mil quatro mil pessoas. Sento em uma mesa e faço uma palestra, vou para dentro de uma cadeia, sento no chão, tomo café com elas numa boa, eu continuo sendo a mesma pessoa. Das atividades que vou e faço não sou eu que ensino, eu que estou aprendendo, porque vou ampliando meus conhecimentos. Eu acho que o fato de eu sempre ser uma pessoa disponível, procuro pensar do ponto de vista coletivo, não do individual. Acho que tem uma série de coisas que você vai acumulando com o tempo, com o anos. Você só se torna uma liderança, você só é respeitado a partir do momento que você respeita os outros. Então eu sempre respeitei, mesmo tendo divergências com algumas pessoas, com alguns companheiros e companheiras do movimento negro, sempre respeitei porque cada um vê de onde está. Eu vejo a coisa do ponto que eu estou, ele vê de outro ponto. E isso não quer dizer que a pessoa seja minha inimiga, eu procuro não ver as pessoas como inimigas, eu acho que o inimigo é o outro, o ponto de ataque que a gente tem que fazer é outro. E claro que eu aprendi muito, não posso negar que o aprendizado que eu tive no Geledés, foi muito importante, com a Sueli, com a Solimar, com a

Nilza, com todo mundo que estava lá, como também o aprendizado que tive com a Dida e com a Edna e com a Gláucia, na Fala Preta! Não posso descaracterizar, não posso jogar tudo fora, porque você esta sempre em fase de crescimento e aprendizagem. Também não posso deixar de levar em consideração o que eu aprendi nas palestras, nas conferencias, nos encontros, nos seminários, nos congressos e nas plenárias. Você é obrigado a se reciclar, e isso fez com que eu graças a Deus, me tornasse uma das referencias para a juventude negra, que sempre me solicita. Eu atuo no movimento de mulheres, construo tudo que posso no movimento de mulheres.

Elza – Você disse que ministrou oficinas nos grupos de auto ajuda. Gostaria que você falasse um pouco sobre isso.

Deise – Esses grupos tinham como objetivo fazer com que as mulheres refletissem a partir dos problemas que elas estavam passando, buscando uma alternativa para sair daqueles problemas. Buscar autoestima, se acharem bonitas, se valorizar enquanto mulheres negras. O meu papel era falar sobre direitos humanos e a partir dos direitos humanos fazer com que elas se entendessem como agente de direitos, de se ver como uma pessoa humana, porque muitas vezes, uma pessoa mora num quarto e cozinha, com banheiro do lado de fora e não entende que ela ta morando num quarto e cozinha com banheiro do lado de fora na beira de um córrego e que ela esta sendo vitima de uma violação dos direitos humanos, que ela tem todo o direito de morar com qualidade de vida digna. Mas como ela é uma mulher, negra, sozinha, mãe de três, quatro filhos, com salário baixo, ela é vitimizada por um processo de discriminação. Então ela é semi analfabeta, ela mora mal, ela tem um histórico de morar mal do pai, da mãe, da família, então ela acaba reproduzindo isso, que são varias violações dos direitos humanos. Então você tem direito a moradia, a salário justo, a uma escola de qualidade. E ai o que justifica uma mulher negra morando com quatro filhos num quarto e cozinha com banheiro do lado de fora. Se você bate o olho já vê uma série de violações de direitos. Porque que essa criança não está em uma creche de qualidade, porque que essa mulher não está em um programa de habitação digno. Ela por ser mãe de família deveria ser a primeira chamada para um programa de habitação popular. Então que dizer, que muitas vezes a condição de miséria e pobreza e violação dos direitos humanos, pela ineficácia da aplicação da Constituição Federal. E essa ineficácia se da também

porque ninguém cobra dos governantes uma postura, quer dizer, passa também pela questão da vontade política. Então você dizer pra essas pessoas que elas tem direito sim, que mesmo morando naquelas condições elas compram leite, pão e estão pagando impostos. Ou então estas pessoas estão reciclando, o pessoal que cata lixo e vai vender - de certa forma não é um grande dinheiro – mas tá circulando dinheiro, gerando impostos. Então eu sempre trabalhei sob a ótica dos direitos humanos, e desse ponto de vista enxergar as relações raciais no Brasil. Como foi o pós abolição! Então quando eu escrevo o texto “14 de Maio – Mulheres Negras Pós Abolição”, eu aponto o que foi a vida dessas mulheres no quatorze de maio, que é ressignificar, que é refazer a vida e refazer numa outra dimensão, agora “livres”. Então eu trago essa coisa também, quer dizer como é a vida dessas mulheres que não estão organizadas, não estão em irmandades, como estão dimensionando suas vidas.

Elza – E o que tudo isso tem haver com o empoderamento?

Deise – O conceito de empoderamento tem que ser entendido não apenas financeiramente. É um empoderamento a partir do momento que você se olha e se vê, eu não estou na Globo, mas eu também sou bonita. Eu acho que isso também é poder, se observar para além da televisão, para além do mito da mulata, da mulata exportação, da mulata é a tal. A gente passa por alguns fenômenos, na década de 1970 eu era adolescente, tinha o mito da Mulatalização. Nos anos 80 você vive a Xuxalização, que é a década da loirisse plena e absoluta, onde todas a mulheres bonitas são loiras, a sexualidade é loira, mas as relações ainda de uso de corpo com a mulheres negras, são as meninas negras do Vale do Jequitinhonha que estão na prostituição, lá do Ceará que estão na prostituição, de Salvador que estão na prostituição, então você ainda tem essas relações do uso do corpo. Então quando a gente quer empoderar a mulheres é para dizer à elas: olha, vocês tem outras alternativas na vida. Quando você parte do momento que você capacita essas pessoas, que você fala dos direitos dela, faz essa mulheres pesarem a partir da história, de como a história das mulheres negras no Brasil, das Africanas negras no Brasil. Você passa a fazer os outros entenderem que tem outros valores que podem ser conquistados e não necessariamente impostos.

Elza – E de transformar a realidade?

Deise – Sim, você pode transformar a sociedade, a partir do momento que você própria se transforma, quando você diz, eu posso morar num quarto e cozinha com o banheiro do lado de fora, que eu não vou ser cooptada pelo narco tráfico. Acabou eu não vou vender cocada – ô tia, na sua cocada não pode colocar um negocinho? – Na minha cocada não meu bem! Se você põe um negocinho na cocada que você vai vender para alguém, você cai e dono do negócio continua na rua. E ai é quando você vê o número de mulheres negras por conta do tráfico, abandonadas pelos seus maridos e filhos. Tiram a cadeia sozinhas, sofrem uma série de privações lá dentro da cadeia, ficam preocupadíssimas, com seus maridos e filhos aqui fora, se comeu se bebeu, se ta trabalhando, se foi para a escola ou não. Quer dizer é desumana a situação da mulheres negras que vivem aprisionadas por uma política de discriminação e racismo, de ausência no acesso a justiça e ai cai num processo de tráfico e fica presa. Isso quando você não vê o ciclo, que é o da mãe que foi para a prisão, depois a filha que tá na FEBEM. E ai hoje o que você encontra nas prisões, a mãe, a vó, a neta, às vezes a tia, a sobrinha, famílias quase inteiras envolvidas ou no tráfico ou no seqüestro. E isso é muito sério, hoje você tem famílias em crescente movimento atrás das grades.

Elza – Gostaria que você falasse um pouco a respeito do PIMDHESC.

Deise – O que me motivou para o PIMDHESC, foi essa minha experiência na área de direitos humanos. De ver sempre que Direitos Humanos, econômicos, sociais e culturais, eram muito discutidos no universo das organizações de Direitos Humanos brancas. O movimento negro não discute os Direitos Humanos, econômicos, sociais e culturais, não se apropria deles, e de repente me preocupava. No curso discutiu-se que o mercado de trabalho pode ser tema dos direitos econômicos, sociais e culturais. A gente discutiu saúde, Direitos Humanos, econômico, social em saúde, educação. O grande mérito desse curso foi o que as pessoas aprenderam sobre direitos econômicos, sociais e culturais e depois iam para suas cidades, convocar, acompanhar uma audiência pública saber o que é uma audiência pública, saber o momento de fazer uma intervenção. Isso era muito legal, e quando elas chegavam de volta ao curso elas contavam o que tinha acontecido. O PIMDESQ foi isso, mas infelizmente acabou o dinheiro, acabou o PIMDHESC. A idéia era fazer o PIMDESQ dois, o três e ir continuando, uma turma formando outra

e criando uma grande rede, mas infelizmente não foi possível, não tem financiamento não tem recursos.

Entrevista com Edna Roland em Janeiro de 2009.

Elza – Gostaria de dialogar sobre o projeto Construindo Nossa Cumplicidade, com enfoque nos grupos de auto ajuda. Quais os objetivos e inquietações?

Edna – Eu acho que seja importante inicialmente dizer como surgiu essa proposta que foi um dos primeiros projetos que a gente desenvolveu no programa de saúde da mulher negra ainda no tempo do Geledés e que a gente continuou a fazer quando o grupo que era o grupo de saúde do Geledés saiu para constituir a Fala Preta!. Esse projeto ele se originou de uma viagem que eu e a Maria Lucia da Silva que hoje é do Instituto AMA, nós fizemos a Atlanta nos Estados Unidos para conhecer o Projeto nacional de Saúde das mulheres negras, uma organização importante que existiu, acho que hoje ela não existe mais lá nos Estados Unidos e que era dirigida por **Billy Eivery** uma militante negra muito importante nesse campo da saúde e nós na época consideramos uma experiência muito interessante e consideramos que valia a pena a gente tentar replicar no Brasil adaptando as nossas condições, circunstâncias e padrões culturais levando em conta essas diferenças e esses grupos eles tinham uma metodologia bastante simples e que não requeria a participação de alguém com formação terapêutica, profissional, especializada, mas apenas uma pessoas acessível, uma pessoa que tivesse capacidade de escuta, que tivesse capacidade de empatia pra poder ouvir os problemas das pessoas como o próprio nome diz facilitar o processo. Então eram algumas regrinhas básicas em que as pessoas se reuniam numa relação de igualdade entre todos o grupo escolhia um assunto para tratar e ai todas as pessoas que faziam parte do grupo falavam sobre aquela questão, sobre aquele problema, não era uma discussão teórica, intelectual, mas daquele problema na sua vida e cada pessoa ia falando, o grupo inteiro falava, não havia nenhum trabalho de interpretação por parte da facilitadora , o máximo que a facilitadora fazia era realmente demonstrar a sua empatia, oferecer apoio emocional pras mulheres e normalmente o que acontecia nesses grupos era experiência que a gente poderia dizer experiência de catarse, muito forte, muito importantes com temas recorrentes como o tema da violência contra a mulher, como o tema do racismo, problemas específicos das mulheres negras, a questão da desvalorização estética das mulheres negras, os problemas afetivos, amorosos, emocionais eram sempre temas

muito recorrentes nesses grupos de auto ajuda e o que acontecia então era que se criava no grupo uma relação de muita cumplicidade como o próprio nome do Projeto já indica, porque as pessoas estabeleciam uma relação muito íntima de falar de coisas que as vezes nunca tinham falado na sua vida pra ninguém e de repente as pessoas num clima de um espaço protegido havia um compromisso de sigilo entre as pessoas no sentido de que o que se falava no grupo não podia sair, era uma coisa que ficava somente entre as próprias integrantes do grupo e isso então promovia um desenvolvimento pessoal muito forte, muito intenso das mulheres. A Mabel mesmo me relatou casos de diversas mulheres que passaram pelo grupo e que tiveram um desenvolvimento pessoal muito interessante, muitas mulheres tiveram um processo de desenvolvimento pessoal muito importante, muitas mulheres que conseguiram fazer os seus cursos superiores e sair de situações de vida muito complicadas, promover muitos processos de mudanças nas suas vidas e essa coisa da manutenção dos laços de amizade, de cumplicidade, sempre foram afetos muito relevantes para esse projeto. Então eu acredito que esse projeto tenha tido uma importância muito grande para a Fala Preta! do ponto de vista justamente de oferecer um espaço seguro para as mulheres que eu acho que uma característica que sempre foi presente no trabalho da Fala Preta!, diferentemente de outros espaços do movimento negro acho que foi essa coisa do espaço de acolhida, dessa possibilidade de um olhar para as pessoas que participavam dos grupos, que participavam das atividades diferentemente de outros espaços especialmente das organizações mistas das experiências mais tradicionais do movimento negro em que os espaços das organizações eram fundamentalmente espaços de disputas políticas, de quem tinha mais poder, quem tinha mais visibilidade. Eu acho que esse projeto era um projeto que tinha essa especificidade: oferecer um espaço de crescimento pessoal e, portanto um espaço em que qualquer mulher poderia participar, todas tinham direito a palavra, todas tinham direito a palavra igualmente uma das regras do grupo era essa: todo mundo fala, todos os membros do grupo fala e o exercitar a palavra em condições de igualdade junto com as suas pares é um processo muito importante e que nem sempre as pessoas podiam ter acesso.

Elza – Nos grupos de auto-ajuda o tema aborto era discutido?

Edna – Normalmente o tema do aborto não era um tema que emergisse nos grupos de auto ajuda, aparentemente não houve espaço para isso, não houve um foco para essa temática para que a coisa emergisse.

Elza – Houve participação da Fala Preta! na luta pela aprovação da lei 1.135/91 que descriminaliza o aborto?

Edna – No caso eu fui representante da Fala Preta! na Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e depois de mim também não sei sucessoriamente a Dida foi vice-presidenta e também membro da Rede Nacional Feminista de Saúde. O aborto sempre foi objeto do trabalho político da Fala Preta!, nem todas as integrantes da Fala Preta! tinha digamos o mesmo comprometimento e tranqüilidade com o tema isso precisa ser reconhecido porque como eu disse a nossa postura em política nunca foi uma postura digamos de características como por exemplo dos partidos ou das organizações que exigisse assim um tipo de centralismo democrático em relação as posições políticas então a gente eventualmente podia ver situações, questões que algumas pessoas da Fala Preta! não se sentissem tão confortáveis e eu sei de pessoas que não se sentiam confortáveis com o tema do aborto, mas quando a organização se pronunciava publicamente de participar de atividades, de apoiar as lutas do movimento feminista nessa questão sempre foi uma organização que esteve junto com os grupos dos movimentos feministas na defesa da descriminalização do aborto. Eu não tenho certeza se no período em que eu estive mais vinculada eu não me lembro de nenhuma grande luta porque eu não tenho clareza do que foi o período do programa de saúde do Geledés ou do que foi o período da Fala Preta! na minha memória as coisas já estão bem misturadas eu não sei te dizer exatamente, por exemplo, teve um período em que a gente lutou contra a PEC, uma PEC do deputado Severino eu não sei se foi o Período de Fala Preta! ou Geledés. Então nesse período em que o movimento feminista derrotou a PEC que propunha excluir todas as possibilidades de aborto legal no Brasil eu era dirigente da Rede Feminista fui membro do Conselho Diretor da Rede Feminista por dois mandatos e justamente quando houve essa luta para derrotar a PEC do Severino Cavalcante eu era a Coordenadora pelo Estado de São Paulo e nós conduzimos a Campanha que o Movimento Feminista fez a nível nacional, pelo Estado de São Paulo então foi uma luta vitoriosa naquele momento, num momento em que ainda não existia e-mail, acho que nem

computador as organizações tinham, tinha pouca coisa sei que a gente se comunicava através de fax que era aquela loucura de ficar mandando as informações na campanha nacional e a dificuldade de passar os fax para as organizações dos outros Estados foi uma luta muito legal e vitoriosa em que a gente acabou derrotando a PEC no Congresso Nacional, mas assim a posição política da organização sempre foi pela descriminalização do aborto.

Elza – Qual o objetivo da Fala Preta! em trabalhar a problemática do aborto sob uma ótica racial e quais os problemas enfrentados?

Edna – Na verdade, quer dizer, nós tivemos uma oportunidade. Nos fomos procuradas por uma Instituição norte Americana nós então estabelecemos uma parceria. Era um projeto então de pesquisa sobre, não lembro se inicialmente a amplitude era saúde reprodutiva de uma forma mais ampla e dentro da questão de saúde reprodutiva com foco acerca do aborto e como a gente tinha um interesse específico nessa questão no cruzamento das questões de saúde reprodutiva com as questões étnico raciais na formatação do projeto nós acabamos introduzindo essa questão de comparar opiniões de mulheres negras e brancas acerca da questão do aborto, como também analisar o papel e a participação ou não dos homens em relação a questão do aborto das suas companheiras então ele é um projeto, portanto que na sua concepção é bastante original, porque acredito que tenha sido talvez um dos primeiros projetos de pesquisa no Brasil que buscou focalizar a questão da opinião dos homens acerca de um tema sempre considerado como sendo um tema das mulheres a questão do aborto e além do mais, quer dizer as mulheres que foram estudadas nessa pesquisa eram todas mulheres de baixa renda então o universo que foi pesquisado é um universo bastante específico mulheres de baixa renda e dentro dessa mostra se comparando mulheres negras e brancas e aí também a participação dos homens negros e brancos. E foi uma pesquisa bastante... demorou bastante tempo tanto para ser realizada, a dificuldade do tema, vários problemas que tivemos, como depois que o trabalho de campo foi feito. É uma pesquisa qualitativa ela utiliza algumas metodologias relativamente novas naquele momento no campo assim da pesquisa social que a gente trabalhou com grupos focais, quer dizer há muitas definições de grupos focais e a gente tentou trabalhar com grupos focais. Naquele momento praticamente acho que se estava introduzindo no campo assim de pesquisas sociais um trabalho com os grupos focais que é uma

metodologia que vem do campo das pesquisas de mercado é uma metodologia que nasce nas pesquisas de opinião, nas pesquisas de mercado e aí acaba migrando para uma técnica qualitativa que pode ser utilizada para você investigar alguns problemas que ainda não se tem muita clareza ou em situações em que você precisa realmente de um método qualitativo pra poder ter acesso as informações. Então você tem relatos muito dramáticos, as histórias que são relatadas pelas mulheres, são história extremamente dramáticas então nós exitamos por muito tempo se a gente publicava ou não publicava os resultados daquela pesquisa, porque foi um momento inclusive em que começou haver uma investida de forças reacionárias, forças contrárias muito forte no Brasil e aí a gente tinha um temor que a publicação dos resultados da pesquisa pudesse vir a ser utilizada contra os interesses das mulheres e que a publicação ao invés de servir para sensibilizar a opinião pública e de promover a mudança da opinião pública a favor da necessidade da descriminalização do aborto ao mostrar o sofrimento intenso daquelas mulheres aquele material todo podia servir para os grupos pró-vida mostrando as condições terríveis em que o aborto estava sendo realizado. Depois de muitas hesitações e tudo a gente apresentou esse material para algumas companheiras do movimento feministas para ouvir a opinião delas, o que elas achavam, se seria positivo e favorável a publicação do livro e aí nós acabamos publicando.

Elza – A partir dos resultados da pesquisa **O Aborto Numa Perspectiva de Gênero e Raça**. Quais encaminhamentos foram realizados no sentido de potencializar a discussão sobre a descriminalização do aborto e políticas públicas de saúde reprodutiva?

Edna - Nós tivemos certas dificuldades institucionais aí em relação a própria organização, não sei se tivemos problemas específicos neste campo na questão do aborto. Eu creio que a dificuldade da Fala Preta! tenha sido mais, digamos a dificuldade de poder dar continuidade, continuar mais trabalhando nesse campo da pesquisa em relação ao aborto eu acho que foram mais questões institucionais mais amplas da própria sustentação e continuidade da organização, mas não creio que tenha sido, não sei, eu não tem uma avaliação de que tenha sido relacionado ao tema do aborto.

Elza – Porque a Fundação Ford não quis dar continuidade ao projeto pensado pela Fala Preta! de políticas pública de atendimento ao aborto e o pós aborto? Podemos considerar que os objetivos da entidade se confrontavam com os da Instituição financiadora?

Edna - Eu não me recordo. O que acontece muitas vezes em relação à questão de financiamentos. No campo de sexualidade e de saúde reprodutiva no Brasil que eu ainda atuo, mas não de forma tão central, mas o que eu me recordo da Comissão de Cidadania e Reprodução, mas este campo de saúde e direitos reprodutivos e talvez se assemelhe as outras áreas, eu não sei é diferente acontecia aquilo que a gente sempre no movimento feminista chamava das Ondas, então a cada momento um determinado tema se transformava no tema do momento das agencias internacionais e ai passa um tempo e aquele tema deixa de ser o tema do momento e vem uma outra onda e um outro tema passa a ser o objeto principal do interesse das agências internacionais. Então eu acredito que se houve alguma coisa desse tipo eu acho que tenha sido muito mais isso que de repente o tema do aborto já não era um tema tão interessante e o tema da sexualidade passa a ser o novo tema. É claro que essa mudança do interesse de uma agência norte americana de um tema para o outro especificamente em relação à questão do aborto isso pode ter coincido com a mudança de orientação dos recursos disponíveis em função dos acontecimentos em relação ao governo Bush, esse tipo de coisa, isso pode ter acontecido, mas eu não tenho conhecimento que tenha sido isso. Você entendeu? Pode ser, mas porque isso acontece também, quer dizer e os recursos de agências norte americanas em relação ao tema do aborto passaram processos de enxugamento muito fortes durante o governo Bush porque esse tema passou a ser um tema excluído da agenda, isso pode ter acontecido, mas eu não tenho conhecimento se foi esse o caso.

Elza – Tem mais alguma coisa que gostaria de dizer?

Edna – Sim, eu estava ainda no Geledés. Foi no governo da prefeita Luiza Erundina, acho que o governo Erundina foi em 1989 e nós fundamos o Geledés em 88 e logo então eu fui convidada pela Mazé Araújo que era do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde para trabalhar com ela e eu trabalhei com ela na assessoria da saúde da mulher. O secretário de saúde na época era Eduardo Jorge, então pouco tempo depois do inicio do governo de Erundina, Eduardo um dia propôs pra gente e

ele ficou sabendo que tinha tido uma tentativa anteriormente em São Paulo de criação de um serviço de aborto legal por parte do governo do Estado e que não tinha prosperado, não tinha ido pra frente e ai ele chegou e propôs pra gente, pra Mazé, e pra mim : - Vamos criar um serviço de aborto legal? E ai pediu que a gente fizesse os estudos necessários para a criação desse serviço. O que foi uma coisa bastante corajosa e surpreendente da parte de Eduardo Jorge porque a base significativa do apoio político dele, Eduardo Jorge foi eleito deputado federal e ai foi para o governo Erundina, ele tinha uma base eleitoral muito forte na pastoral da saúde, na pastoral da Igreja Católica e ele inclusive disse assim: - Eu vou assumir esse negócio. Na hora que a gente preparou a portaria pra criar o serviço ele falou: - Não, eu mesmo vou assinar isso. Não vamos colocar a prefeita nisso não, vamos proteger a Erundina. Assim se arcebispo tiver que bater, ele bate em mim em vez de bater na prefeita. Então ele foi um parceiro muito importante para as mulheres naquele momento. O serviço ainda hoje funciona no Hospital Jabaquara.

Entrevista com Ivone Castilho em Janeiro de 2009.

Elza – O que te levou a participar do curso?

Ivone – Especificamente o curso vinha tratando no sentido de orientar a mulher negra, quais as necessidades que elas teriam, como que nós poderíamos capacitá-las. Então foi isso que me levou até lá.

Elza – Capacitar pra quê?

Ivone – Capacitar pra vida, porque há determinadas mulheres, nem todas, mas há algumas que elas ainda não estão habilitadas pra vida, pro dia a dia de uma vida melhor.

Elza – E no caso das mulheres negras o que é isso?

Ivone – Das mulheres negras, por exemplo, geralmente a mulher negra ela procura muito pouco o médico, pouquíssimo, ela vai em último caso, porque ela vai então se baseando em curandeirismo, ela vai se baseando em coisas práticas da vida e deixando o médico em último lugar. Quando ela procura o médico, geralmente não existe mais como o médico cura-la, sendo que ela é uma peça tão importante na família. Por exemplo, uma mulher tem um mioma ela começa no curandeirismo e vai que vai, não encontra a melhora aí ela vai e passa pro médico, aí quando o médico vai ver aquilo já caminhou barbaridade, daí já não tem mais remédio. Então é a necessidade de preparar a cabeça dela que as coisas todo no início e mais fácil e há necessidade da presença da mulher, porque a maioria das mulheres elas são chefes de família, então tem que alertá-las nesse sentido. A batalha foi em cima disso e é em cima disso e que cada mulher deve ter especificamente a sua profissão ela tem buscar ou na prática ou na área da educação tem que buscar pra ela poder vencer na vida, não de tudo, mas pelo menos um pouco.

Elza – Quais foram os temas trabalhados?

Ivone – Olha foi falado de saúde, violência doméstica, oi falado racismo, inserção de trabalho.

Elza – Na questão do racismo o que vocês discutiam racismo e mulheres negras?

Ivone – Que a mulher ela é justamente usada e ela tem capacidade pra chuchu viu, muita capacidade e eu acho que a mulher negra ela em si precisa se valorizar cada vez mais, ela tem que ter garra na sua valorização.

Elza – Desse trabalho em Rede o que ficou pra você, o que foi proveitoso e o que aconteceu a partir disso?

Ivone – Olha, eu achei o trabalho do pessoal excelente, senti falta porque eu acho que deveria ter mais, certo, a dinâmica delas é fora de sério me enquadrei muito na dinâmica delas, eu achei assim a espontaneidade, então eu achei super bacana, quando a gente via a gente já tava no meio da roda e já tava lá falando, então eu achei aquilo excelente. A questão da auto estima foi trabalhada, o bem querer que deve existir entre a mulher, trabalhou bastante, o querer bem nossa.

Entrevista com Sonia Ribeiro – Investigadora da Delegacia da Mulher em Janeiro de 2009.

Elza – O que te levou a participar desse projeto? O que vocês discutiam? O que trabalhavam?

Sonia - Um pouco de tudo , a participação da mulher na sociedade no geral, falou muito sobre preconceito contra a mulher, contra a mulher negra, englobou todos esses problemas.

Elza – E o que te levou a participar?

Sonia – Meu próprio trabalho, de atendimento ao público, a mulher, foi pelo próprio serviço que a gente teve que participar.

Elza – E como é que você ficou sabendo desse projeto?

Sonia – Chegou até a delegacia na época e eu me propus a fazer o curso, eu e mais uma colega.

Elza – Legal. Então vocês trabalharam a questão do atendimento e controle social das mulheres?

Sonia – Atendimento, controle, o que gente poderia fazer para auxiliar também nos casos de vítimas sexuais, casos de estupro, de atendimento ao menor. Mesmo em Sorocaba o próprio atendimento ao menor como que é feito, pra onde que ele é encaminhado, como que é o atendimento no hospital, os remédios que a criança, a mulher tem que tomar logo após serem vítimas de estupro, onde que ela vai ser atendida para fazer os exames que não é mais no IML, mulher não é mais encaminhada para IML, a criança também não, eles têm todo um atendimento no Hospital Regional médico legista é acionado. A criança é atendida em setor especial no Hospital Regional, a mulher também, é dado medicamento pra ela, ela tem todo um atendimento psicológico. Como que é o encaminhamento de uma vítima de violência sexual; os órgãos de atendimento, não só a delegacia. Agora ela cuida dos processos nos casos da Lei Maria da Penha como também do “Sim Mulher” que abriga essas mulheres que são vítimas de violência doméstica e que não tem pra onde recorrer que é vítima do marido, não tem parentes e não tem ninguém que apoie, então ela é encaminhada e atendida na “Casa Abrigo”, onde ela tem toda Assistência pra ela para os filhos, tem Psicólogo, tem Assistente Social, ela é

encaminhada para advogado e tanto também com o amparo da Lei Maria da Penha né que é tomada medidas preventivas em no máximo 24 horas essa medida é encaminhada para o juiz pra ajudar essa vítima. Fazendo todo procedimento, todo processo para o afastamento do agressor do casa.

Elza – Então vocês trabalhavam toda essa problemática?

Sonia – Continua trabalhando, continua. Esse trabalho ainda é feito.

Elza – Então esse projeto que vocês participaram que é um Projeto da “Fala Preta!” com uma Rede de outras entidades em parceria com as cidades?

Sonia – Davam ciência pra todos os participantes que se trata do procedimento e também de conhecer o outro lado que foi um lado lúdico que envolveu as mulheres de toda essa cultura, da “Mãe Preta”, brincadeiras, jogos.

Elza – O que é isso da “Mãe Preta?”.

Sonia – É uma Entidade essencialmente voltada para as mulheres negras, o valor que elas tem na sociedade, da raça negra toda a sua cultura que envolve... Olha foi muito legal, muito legal. Só que eu não me lembro os nomes dessas pessoas, a chefe do grupo eu não me lembro o nome, mas olha foi muito bonito, muito bonito mesmo.

Elza - Você acha importante trabalhar essa questão da violência contra a mulher com recorte especial para a mulher negra? Foi importante ter esse recorte? Porque me parece que teve um enfoque voltado para a questão da mulher negra. Você entendeu isso enquanto importante? Vocês atendem casos? E grande a demanda de mulheres negras vítimas de violência?

Sonia – Não só mulher negra, mas tudo, mulher de todas as raças são envolvidas nesse processo de violência.

Elza – Mas você me disse que o curso teve uma direção para se trabalhar a questão da mulher negra. Porque?

Sonia – Foi no mês de maio que teve esse curso se eu não me engano. E teve também toda aquela festa da abolição então já aproveitaram pra fazer todo um envolvimento, uma festa então em decorrência do mês já...

Elza – Então você acha que foi por conta do mês que eles fizeram esse recorte?

Sonia – O mês aproveitando-se tudo, porque tudo foi levado em conta a festividade, a questão da mulher.

Elza – Mas tinha um enfoque então voltado para a questão da mulher negra? De que ela por ser mulher negra sofreria uma discriminação maior? Existia isso no curso?

Sonia – Hoje em dia não existe isso de discriminação.

Elza – Mas no curso você sentiu isso?

Sonia – Não discriminação nenhuma.

Elza – Não. No enfoque, deram enfoque a discriminação à mulher negra por conta da sua especificidade de mulher negra?

Sonia - Foi dado enfoque, mas ao mesmo tempo foi dado enfoque da importância da mulher negra, não só dá importância, mas da tradição da mulher negra na sociedade. A mulher negra não tem que ser discriminada numa sociedade e como a mulher negra está evoluindo na sociedade brasileira, como ela está tomando a dianteira, ela está participando de todos os degraus da sociedade brasileira a mulher negra está incluída.

Elza – E você acha que, por exemplo, que esse trabalho com essas Redes ele se consolidou? Quais foram os passos seguintes depois desse curso? O que vocês fazem na cidade? Depois que você participou desse curso que é um curso que fala de “Articulando Redes Integradas ao Atendimento e Controle para Enfrentamento à Violência Contra a Mulher nos Municípios Paulistas”, aqui em Sorocaba foi dado passo com esse curso e hoje como é que vocês trabalham articuladamente com outra entidade de mulheres essa problemática que é a violência contra a mulher? Existe algum trabalho hoje?

Sonia – Olha o trabalho tem que ser feito sempre, sempre divulgado, inclusive semana passada teve uma reunião na II Cia da Polícia Militar com a nossa delegada Dra. Jaqueline, com a Cíntia de Almeida que ela é da ONG “Sim Mulher” do Centro de Integração da mulher, o Coronel da PM, sempre visando o aperfeiçoamento. O que se pode ser melhorado para o atendimento da vítima de violência doméstica.

Elza – É porque ela já chega aqui fragilizada?

Sonia - Sempre eu tenho curso pra ser feito, inclusive no mês passado ou retrasado, teve um curso, eu não pude participar do curso que foi de violência doméstica também voltado para violência sexual da mulher e da criança, duas colegas aqui participaram desse curso eu não pude participar, mas todo ano sempre tem um curso, sempre tem uma reunião específica, reuniões que englobam as

autoridades voltadas ao atendimento da mulher as nossas delegadas, da ONG de Proteção a Mulher sempre, isso continuamente, sempre tem esse tipo de reunião voltado à defesa da mulher.

Elza – Então quer dizer que esta Rede continua existindo?

Sonia – Sempre continua.

Elza – E antes desse curso já existia esse tipo de coisa?

Sonia – Olha eu não sei dizer pra você porque havia pouco tempo que eu estava trabalhando.

Elza – Tinha pouco tempo de investigadora?

Sonia – Não de investigadora não, pouco tempo que eu estava trabalhando aqui na delegacia.

Elza – Vocês chegaram a discutir a questão do aborto, nesse curso enquanto violência? Porque você me diz o seguinte, vítimas de estupro que chegam aqui, essas vítimas de estupro muitas vezes elas podem...

Sonia – Elas podem recorrer judicialmente.

Elza – Como devem proceder as vitimas de estupro?

Sonia – Elas devem entrar em contato imediatamente, fazer a elaboração do boletim de ocorrência, tomar todas as providências. Elas têm que tomar remédios contra HIV. Constata a gravidez ela tem que entrar com processo.

Elza – E vocês discutiam isso no curso sobre aborto das mulheres que são vítimas de violência sexual?

Sonia – Não chegamos a discutir o aborto.

Elza – Não discutia! vocês discutiam mais a questão da violência?

Sonia – Violência doméstica.

Elza - Violência doméstica. Então os casos de violência que você já me disse, como é que vocês encaminham?

Sonia - Casos mais graves são tomadas medidas processivas aqui na delegacia é encaminhado para o Centro de Apoio a Mulher, onde são tomadas todas as providencias para proteger a integridade física da mulher e das crianças dela.

Elza – Vocês só trabalham com violência doméstica?

Sonia – Não, violência contra a mulher em geral, mas o que tem mais é violência domestica. A mulher vítima de briga com o vizinho, mulher com mulher.

Elza – É grande o numero de mulheres negras atendidas nessa delegacia?

Sonia – Pra gente a gente enxerga a mulher no geral, a gente não faz a diferença, você é negra, você é branca, a gente vê a vítima como no geral a gente atende todas as vítimas no geral. A gente atende da mesma maneira, se você é branca se você é negra, você é mulher do mesmo jeito. Chega uma mulher aqui ela é atendida independente da cor.

Elza – Vocês tem estatística da cor das mulheres que procuram a delegacia?

Sonia – Não a gente não faz esse trabalho.

Elza – Porque?

Sonia – Porque mulher é mulher, a gente entende que não pode fazer essa distinção. Pra nós mulher é mulher de maneira geral.

Elza – Mas o curso tinha como prioridade trabalhar as questões das mulheres negras? Foi ou não foi discutido?

Sonia – Esse curso devido à falta de tempo nós não tivemos maiores conhecimentos, não se teve mais nenhum tipo de curso como este curso. O que a gente tem a dizer que a mulher seja ela branca, seja ela negra ela sempre sofreu violência.

Elza - Vocês atendem casos aqui na delegacia de racismo?

Sonia – Entra, olha eu não sei te dizer assim uma estatística, mas ainda existe bastante, infelizmente.

Elza – Mesmo assim a delegacia não tem um tratamento específico para esses casos?

Sonia – O meu trabalho é dar as orientações necessárias. Sobre todos os procedimentos. Quais são os passos que ela tem que tomar para ela punir essa pessoa. Crime de injúria, calúnia e difamação ela tem que recorrer a uma assistência jurídica, protocolar essa queixa crime no fórum e instaurar um processo.

Entrevista Glaucia Matos em novembro de 2008

Elza - Quais foram os primeiros passos da Fala Preta!?

Glaucia - A Fala Preta! inicialmente se fortaleceu a partir do programa da saúde da população negra e depois se ampliou para os direitos das mulheres, juventude negra, questão da sexualidade mais diretamente, das reivindicações das políticas públicas. Começamos elaborar as proposições das políticas públicas, como se dava e nunca deixamos a base e isso foi muito bom porque a Fala Preta! toda a elaboração dela partiu em conjunto com as mulheres da periferia e nós tivemos assim ao mesmo tempo em que nós estávamos aqui dentro de uma coordenação nacional ou internacional nós estávamos, aqui, na Zona Leste, na Zona Sul, na Zona Norte trabalhando, então essa dinamicidade e nas outras cidades também porque eu penso que a Fala Preta! ela superou o conceito de organização ela passou a ser um movimento, uma ação, um movimento em ação pela e para as mulheres negras então as pessoas se sentiam Fala Preta! então nós nos multiplicamos porque não era só a equipe então todas as pessoas que passavam e passam pela Fala Preta!, nós até conseguimos formalizar o ponto preto da Fala Preta!, de quinze em quinze dias a gente faz discussão na Fala Preta! que era o ponto e as pessoas passaram a se sentir e ai você transforma quase numa utopia a ação voluntária das pessoas em defender as ações vinculadas a Fala Preta! e a gente vive esse processo muito forte entre o período da conferencia mundial de Durban a partir de 98 que também a gente começa a trabalhar com quilombos até 2004, 2005 acho que foi a fase áurea ai da organização que hoje você percebe que mesmo a gente não tendo, sendo uma estrutura que não tem financiamento garantido do ponto de vista de garantir o que nós fomos no passado você vê a Fala Preta! esparramada por todo canto ai você identifica o trabalho e as pessoas, não consegue identificar funcionários, porque nós não temos, mas você identifica quadros políticos, lideranças, atores sociais que estão fazendo o trabalho da Fala Preta! e a gente acaba coordenando eu e Deise e Edna e Latoya hoje sendo a referência desse trabalho.

Elza – Pelo que eu percebo então o programa de saúde quando ele sai, ele acaba fazendo uma negociação em que sai de uma certa forma ele sai perdendo. Você coloca que saiu com uma máquina, com uma mesa?

Gláucia – Do ponto de vista estrutural perde, mas do ponto de vista político ganha porque não destrói a imagem da organização da mulher negra como um todo. Apesar de você ter o conhecimento que houve uma ruptura da Fala Preta!, mas ninguém tem uma imagem ruim dessa ruptura ninguém assim, você não pode saber da história total, mas assim para a organização das mulheres negras se perdeu no ponto de vista de você não ter uma organização forte, mas não do ponto de vista da luta, da organização, fortaleceu, agregou um outro valor, ai ficaram duas instituições fortíssimas, inclusive e que é referencia não só no Brasil, mas internacionalmente, então eu penso que nós perdemos financeiramente, mas nós ganhamos do ponto de vista do trabalho político e do compromisso com a sociedade e com as mulheres, principalmente porque a nossa defesa partiu da *“é necessário organizar as mulheres negras em espaço forte com suas bandeiras, com sua identidade, do jeito, do seu olhar, da sua ação”*.E isso foi possível. Então não é dividir uma mesa com mulheres brancas, que inicialmente a gente colocava é agregar a visão da política do que nós queremos as mulheres negras num projeto para a sociedade, contra a discriminação, opressão, xenofobia. Como nós mulheres negras pensamos e como nós queremos. Nisso, eu penso que hoje nós temos um resultado positivo, nesses dez anos poderia dizer ou vinte anos da nossa organizações das mulheres negras tanto do ponto de vista de n’s organizações que hoje se tem, mas da pauta das políticas publicas. Qualquer lugar, se você vai em Ribeirão Preto as meninas estão lá. Você vai no Maranhão eu, Deise, Edna que temos viajado por este país todo, as meninas negras estão lá batalhando, reivindicando, negociando. Você vai no Amazonas, vim de lá do Pará, até trouxe pra você uma intervenção nossa, que nós ganhamos. Foi a única Instituição negra que ganhou presente da Organização Mundial por realizar um projeto com a juventude; lá no Pará, o projeto “Pega o Beco”, ninguém fala é lógico, se fosse uma organização branca uma ONG e tal, mas nós ganhamos um premio de cidadania de trabalhar com Projeto “Pega o Beco”, de trabalhar com a juventude do Pará.

Entrevista com Mabel Assis em Janeiro de 2009.

Elza - Quais os objetivos dos grupos de auto-ajuda, quando atuaram, quem participava?

Mabel - Favorecer crescimento e elevação da auto-estima das mulheres negras através da reconstrução da sua história pessoal, com o objetivo de fortalecer a identidade étnica/racial.

Elza - Quais avanços podem ser apontados?

Mabel - Muitos são os avanços, além do fortalecimento que ficava evidente no enfrentamento às situações de racismo, destaco o aumento na escolaridade de 40% das mulheres do grupo. A grande maioria optou pelo serviço social, por considerarem que esta uma área de ação capaz de promover mudança na vida das mulheres negras.

Elza - O que era trabalhado?

Mabel - Nestes grupos refletíamos sobre o pensamento social e o “lugar” ocupado pela mulher negra na sociedade brasileira. Os temas mais focados eram identidade, auto-estima e auto imagem das mulheres, violência, discriminação e preconceito étnico e de gênero, racismo, sexualidade, mercado de trabalho, família, saúde.

Contudo a maior recorrência estava focada nas violências sofridas ao longo da vida, que na verdade acabou se constituindo como pano de fundo em todas as reflexões.

É importante ressaltar que as violências confidenciais ao grupo jamais haviam sido relatadas em outro espaço.

Elza - Tiveram problemas a durante a implementação e a realização dos projetos?

Mabel - Sim, a ausência de financiamento dificultava a contratação de outras profissionais que pudessem reproduzir a proposta nas comunidades. Assim como não possibilitava criar outros grupos no espaço físico da própria Fala Preta.

Um fator importante que demandava muito atenção refere-se a necessidade permanente reformulação da metodologia dos grupos cujas atividades extrapolavam as paredes da Instituição. Com metodologia adaptada a partir de trabalho desenvolvido com mulheres negras nos EUA, cujo nome não me recordo no

momento, mas a Bete Pinto ou a Edna Roland poderá lhe informar; eu desenvolvi com este grupo uma dinâmica que implicava em passeios culturais, etc. Apesar das dificuldades que enfrentava para realizar essa atividade, ela promovia uma maior adesão e baixíssimo abandono do grupo, fato que chamou a atenção da idealizadora deste nos Estados Unidos, resultando em visita dela à Fala Preta.

A falta de serviços que tivessem incorporado às suas ações a questão étnica de forma a atender as mulheres negras impossibilitava a realização de encaminhamentos.

Outro dificultador ancora-se num aspecto, ou melhor, numa visão que talvez não seja compartilhada pelas demais companheiras; no conjunto das ações desenvolvidas pela Fala Preta, os grupos de auto-ajuda alcançavam o menor *status* e conseqüentemente menor atenção da equipe.

Elza - Tem alguma coisa que considera importante e que não lhe foi perguntado?

Mabel - Sim, a acolhida proporcionada não era aquela do tipo que a mulher busca no momento da agressão. O que se chama de “atendimento” é um processo desenvolvido nos grupos de auto-ajuda. Trata-se de um espaço onde a afetividade entre as mulheres negras é cultivada e valorizada, proporcionando um ambiente onde se sentem a vontade para falar de suas angústias, frustrações, do racismo vivido e da percepção que tem de si, expressando sua baixa ou auto estima e imagem, decorrendo do acolhimento dessas demandas e da convivência a construção de cumplicidade com o grupo e a ressignificação de suas histórias de vidas.

Entrevista com Marlene em Janeiro de 2009.

Elza - Eu gostaria de saber o que te levou para o grupo de auto ajuda?

Marlene - O que me levou a esse grupo, foi a minha amiga Cristina que já vinha tentando me ajudar algum tempo e me fez o convite e eu fui até lá. O grupo é mais uma libertação de humilhação, de sufoco, é uma libertação de pessoas mesmo, do companheiro ali em si que te aflige, te oprime, te humilha e você fica se sentindo pra baixo não consegue se livrar daquela situação. Então foi isso que me levou a ir lá nesse grupo.

Elza – E a partir daí como é que foi? O que você viu nesse grupo?

Marlene - O que eu vi nesse grupo foi algo profundo, algo assim especial, o que não deveria ter acontecido é o grupo acabar é eu me afastar, porque se fosse uma coisa contínua estaria bem melhor porque é auto ajuda mesmo que eu senti, te levanta teu astral, faz você ver que você é gente, que você pode, que você não é feia como eu me sentia feia, gorda, seu cabelo é duro, você não vai pro céu porque seu cabelo vai espetar Jesus Cristo .

Elza – De quem você ouvia isso?

Marlene - Do meu marido. É uma situação assim baixa que você acaba... quando você não tem nenhuma estrutura...,isso te aflige, te deixa pra baixo .Eu não consigo encontrar palavras certo que é bem mais forte do que isso, você sabe é e isso, te adocece ao longo do tempo entendeu! Quando você se assusta você se encontra na situação a qual a nossa amiga Celina me encontrou, sentada no meio fio sem saber o que fazer, e agora eu não sou nada. Como vou conseguir alguma coisa? Porque, preta, feia, nariz chato, gorda e o cabelo duro e “o homem é lindo...ele é lindo..”. “Ele só é moreno queimado do sol, mais é branco, ele têm o cabelo bom e ama várias mulheres, ele arruma várias mulheres”, então isso acaba com a auto estima, acaba com a mulher. Só que às vezes é tanta coisa é tão embaraçoso que você perde o fio da meada, pra onde você vai se safar, como? Não têm como sair porque você não tem estrutura você não tem amigos, que te mostrem que te levantem, que te falem porque você acaba se afastando das pessoas que podem te ajudar, fica presa naquele mundinho ali só ouvindo menção, - ah você arrumou a casa? Não têm problema não, pode entrar meus colegas nós tava lá fazendo massa, mais ela não está fazendo nada mesmo, ela limpa de novo a casa,

aí os colegas que iam na hora do almoço - que eles são pedreiros - eu vou tirar o sapato né, que a casa não tinha cerâmica nem nada mais graças a Deus um dia eu tive aquela força e lavei e fiz tudo então o rapaz olhou pro chão apesar que era um piso grosso mais tava super limpinho com tapetinho e tudo aí o rapaz quis tirar a bota suja de massa e aí ele falou assim: -“Não precisa tirar, pode entrar assim mesmo, porque a mulher não faz nada mesmo ela limpa depois”. Então é coisas assim que você ouve, fica sabendo,isso é porque eu estava desempregada porque mulher pra ele têm que trabalhar pra ajudar no sustento, de qualquer maneira. Eu tava desempregada na época ele chegou e falou assim: - “To cansado viu de sustenta essa muié e esses mi, mininos, então essa palavra essa muié nem mulher ele falava, essa muié e esses mininos é coisas que aconteceu que eu fiquei muito mal, muito mal mesmo e isso me levou a ir nessa reunião da Fala Preta!.

Elza – Chegando lá?

Marlene - Chegando lá, mulheres maravilhosas que te levam pra cima que te orientam que te dá força, que te mostra que você é gente que fala pra você,que você tem um valor que você pode, que você tá viva ,que você é bonita, você tem a sua beleza, você é capaz, você é inteligente. Então mostra isso que está escondido, parece que você não encontra mais. E aquelas mulheres alegres altas pretonas lindas e aquela coisa maravilhosa e você cara, olha, eu posso mesmo eu tenho o meu valor, eu só tinha esquecido, estava escondido, não sei. É isso o Fala Preta que eu achei. Quando a Celina me encontrou eu olhava assim, a Celina passava na rua e eu pensava meu Deus essa mulher é diferente, olha que preta bonita, sei lá ela mora ali na favela mais ela ajuda o povo, mais ela ajuda, conversa, mais não é aquela coisa assim de estar ali misturada nos barzinhos, sentada aquela coisa. Achava ela interessante e aí eu fui na casa dela e disse: - “moça posso falar com você?” Não sei o que aconteceu, eu fui falar com a Celina e a Celina me deu todo o apoio, inclusive eu tava tão pra baixo, a Celina falou têm um serviço aqui, vai abrir um posto de saúde e traz o seu currículo que eu vou levar até amanhã até as quatro horas esse currículo têm que estar na minha mão tá bom. Aí pronto voltei pra casa e comecei a pensar, eu vi o posto de saúde assim, meu Deus um terreno vago ainda iam construir, na minha mente eu via as pessoas limpando ainda, furando o buraco lá pra fazer e eu pensava isso não vai adiantar, não conseguia sair de casa pra fazer o currículo, eu não conseguia pegar meus documentos, eu não tinha 25 centavos

pra comprar a folha pra eu fazer o currículo. Quando eu consegui fazer tudo aquilo com muito sufoco quase na última hora aí eu fiquei, e agora como que eu vou escrever aqui, olhava o papel, vou escrever o quê? Ah! vou na casa de uma colega minha pra ela escrever pra mim. Cheguei lá ela fez o currículo tudo direitinho eu peguei isso já era quase 4 horas e ela tava na correria, só que eu não sabia, me tranquei dentro de casa novamente e agora como vou fazer? Vou levar não. Pra que? Já foi, não vai dar. De repente resolvi levar, ela já tinha ido embora, entreguei pra filha dela, nem o nome eu escrevi no envelope. A Celina falou assim pra mim - Poxa, pelo amor de Deus, você nem pra fazer o currículo? Era pra entregar aqui as 4 horas, nem isso você fez? Eu vou levar mais eu acho que não vai resolver não.

Eu pensei, ah! nada resolve mesmo. E de repente minha filha, esse foi o caminho. O posto eles alugaram uma casa, não era como eu tava pensando, que ia começar lá no terreno, a casa já tava pronta, eles alugaram a casa e eu passei, eles aceitaram meu currículo através dela lá, eu passei na prova! Eu vou olhar prova pra que, que eu vou olhar meu nome lá gente? Lógico que não tá, eu vou passar vergonha, eu não vou não. Ah! vai vamos lá ver, talvez seu nome tá lá, aí cheguei meu nome tava lá, eu disse não acredito, eu passei meu Deus eu não acredito. Depois a dinâmica aquelas etapas aquele sufoco, aquela luta, aquela incredibilidade, que “magina” que eu vou conseguir. Eu? E tudo aconteceu, passei graças a Deus com a ajuda da Celina, passei em tudo e foi indo e trabalhei de agente comunitário de saúde e aí depois veio as humilhações em casa. As pessoas falavam nossa João a Marlene passou, ela vai trabalhar! Que, isso aí não aguenta nada não, que até então a gente nem sabia o que era, eu pensei que ia vender livro, plano de saúde, ai ele imaginou aquela gorda andando na rua, “magina” que ela ia aguentar, aquilo não aguenta nada não. E eu passei. Trabalhando eu encontrei pessoas maravilhosas, a gerente do posto, eu era tão fechada que ela falou: - Se vocês na fizerem alguma coisa por vocês mesmos vocês não vão receber o pagamento. Como que uma pessoa vai segurar o pagamento da outra, mais eu era tão pequenininha que eu e agora se eu não estudar não fizer nada eu não vou receber. Aí eu fui fazer o curso de auxiliar de enfermagem, eu não podia ver sangue mais eu vou. A Celina você vai mesmo, aí eu fui fazer. Fiz e consegui graças a Deus e hoje sou auxiliar de enfermagem e consegui fiz tudo e trabalho no posto de saúde, lá no Itaim como auxiliar de enfermagem. Uma conquista maravilhosa mais que foi muito difícil

mesmo porque, eu tava realmente muito pra baixo quando tudo começou, e a Fala Preta! me ajudou, me levantou, me mostrou que eu não sou burra, que pra mim eu era burra, como que eu vou aprender, eu não consigo aprender. Às vezes eu não conseguia nem falar por telefone com alguém, falava uma palavra um pouco diferente e pensava e agora desenrolava a conversa então a auto ajuda foi muito grande.

Elza - E as outras mulheres do grupo? O que você pode dizer dessas mulheres que estavam lá com você?

Marlene - As mulheres muito alegres se elas forem realmente aquilo ali é maravilhoso. São mulheres pra cima que estudam, têm o seu valor, não deixa ninguém pisar em cima por causa disso ou daquilo, e a conversa em si te deixa muito a vontade, você pode expressar, você pode falar o que você quer de qualquer maneira, errado ou certo você pode chorar, você ri, você para de falar, hoje eu não quero falar, de repente hoje você começa a falar. De repente parece que ligaram um negócio em mim, eu comecei a falar eu me senti em casa, pessoas que eu nunca tinha visto antes, eu falei coisas que sinceramente eu achei demais aquele dia, foi lindo, foi muito legal.

Elza – Você participou desse grupo durante quanto tempo?

Marlene - Uns dois meses.

Elza - Tinha trabalho com o corpo? Como era isso?

Marlene - Tinha, era um momento muito especial de relaxamento, tinha também atividades de pintura, colagem, versos, escrever frases algo que você quer expressar, tipo assim felicidade, atitude, o progresso, frases assim palavras firmes. E depois momento de relaxar, que você se sente completamente leve, com aquela música suave, aquele ambiente bem gostozinho fora os lanchinhos tudo delicado no cantinho preparado.

Elza - Então em suma, quem era a Marlene e quem é a Marlene agora?

Marlene – A Marlene era medrosa, um bichinho dentro de... um caramujo uma coisa fechada e hoje com muito esforço eu já sou bem diferente, hoje eu já falo, tenho algumas atitudes, eu trabalho, eu consigo mais ver as coisas. Falta muito ainda pra mim, mais eu já consegui bastante coisa.

Elza - A Marlene é uma mulher bonita?

Marlene – Bonita, gostozona (risos), põe cabelo, tira cabelo e sou assim graças a Deus. Fiz cirurgia tirei a barriga, tinha uma barriga enorme, fui lá tirei a barriga agora fiz cirurgia das varizes ainda vou usar mini-saia, ainda com 50 e fiz tatuagem na barriga. Eu me vejo hoje, como que eu posso dizer; linda, eu me acho linda sabe o meu nariz é bonito eu tinha um trauma do meu nariz muito grande, todo mundo falava, que eu não morria afogada não, porque meu nariz era chato demais entendeu. Eu sou eu, uma mulher feliz que luta, que pode, que consegue, depende de mim. Isso não existe, da sua cor, do seu cabelo, você é você e o que Deus te fez.

Elza - Então a Marlene hoje é outra pessoa graças ao grupo de auto ajuda?

Marlene - Outra, pessoa com certeza, incrível viu mais foi.

Elza - Qual foi a reação em casa – do se marido - quando você passou a participar dos grupos de auto- ajuda?

Marlene - Foi um terremoto, ele não me agredia passou a agredir fisicamente, que ele não agredia, aliás, ele me ameaçava só com palavras, depois disso ele passou a me agredir fisicamente, falar que eu era dona da favela, que eu era bam bam bam, só porque eu tava trabalhando, achava que ia mandar! Que eu não ia mandar não. Então ele ficou... qualquer coisinha agredia, maltratava minhas colegas dentro de casa entendeu. Depois eu coloquei cabelo, ele me pegou pelo cabelo, graças a Deus ele já tinha crescido um pouco não tava doendo tanto. Me pegou pelo cabelo jogou no chão, a gente ia fazer um trabalho lá em casa com as agentes comunitárias, e foi um terremoto dentro de casa . Eu com aquele aventalzinho azul andando, ele achava que eu era bam bam bam, que eu queria ser mais que todo mundo, só porque eu tinha um salário e isso não era nada que eu não valia nada que pra ele isso não era nada.

Elza – E aí?

Marlene - E aí continuou eu não parei, ele resolveu baixar a bola um pouquinho quando eu comecei a estudar, aí já veio o interesse, vai estudar vai ter uma profissão vai ganhar mais , deixa eu baixar a bola. Aí foi indo, foi indo e eu consegui to trabalhando graças a Deus e ele realmente ficou achando que eu sou a bam bam bam.

Elza – Você está casada?

Marlene - Ainda tô, mas não tô morando junto com ele, tem pouco tempo que eu me separei, mais ele tá na luta ainda. Porque agora ele me quer de novo, ele já falou já bateu o pé, ele me quer de novo de qualquer jeito. Então vamos ver!

Elza - Têm alguma coisa que eu não lhe perguntei e que você gostaria de falar?

Marlene - O que eu gostaria de falar do fundo do meu coração e que a Fala Preta! fosse pra frente, fosse grande, ajudasse mesmo sabe, que ela fizesse assim como você tá fazendo bem mais vezes . Têm muitas mulheres dentro de casa sofridas, humilhadas e que esse grupo ajude realmente a mostrar pra mulher o valor dela, mostrar que ela é capaz. Muitas mulheres que ficam dentro de casa entra em depressão, às vezes falta de amigas, assim como apareceu na minha vida. Falta de alguém chegar e falar, porque às vezes a pessoa não tem coragem de falar. Eu fui falar, muitas mulheres não tem essa oportunidade, não conseguem falar.

Entrevista com Marisa em Janeiro de 2009.

Elza – Como você chegou a Fala Preta!

Marisa – Bom, eu sempre ouvi falar da Fala Preta!, das mulheres, e eu trabalhei no setor público entre 2003/2005, e eu não tinha idéia, não tinha fundamentado que a questão racial estava vinculado a valor mesmo, e só depois que eu passei por um processo, muito difícil de racismo e assédio moral é que eu fui sentir o que era, mas mesmo assim eu não tinha dimensão de que estava acontecendo. Na ocasião, primeiro eu comecei a pesquisar, até tive contato com outras pessoas, e nós tínhamos que fundamentar um projeto que era um consórcio com a juventude e tinha que ter entidades negras e outras entidades. As pessoas que estavam comigo diziam que não existia movimento negro em São Paulo e que algumas determinadas entidades é que representavam, até então tudo bem, mas nesse processo eu fui bastante dizimada, foi um final de governo ruim, eu estava vivendo um processo de racismo e assédio moral, era uma dor que eu sentia na alma. Ai comecei a me envolver mais e querer saber mais, sobre a questão racial. Entrei em contato com algumas entidades que eu não as considero representantes do movimento negro, porque usam muito o negro para ganhar dinheiro e ai tive que começar a caminhar, tatear no escuro. Comecei a busca, me envolver, entrei em listas do movimento negro, mulheres negras. Comecei a pesquisar a questão racial, decorei a lei 10.639/03, de cima pra baixo, de baixo para cima e tudo isso não foi um trabalho planejado eu sentia uma dor que eu precisava entender porque doía, porque eu levava porrada profissionalmente, socialmente, sendo mulher, negra criando filho. Enfim vários enfrentamentos eu acho que chegou num ponto de tanto enfrentamento que ficou limítrofe. A dor era muito grande e eu tentava continuar, não consegui resposta. Comecei a pesquisar mais, participar de curso, de tudo quanto é descobrir-se negro, a gente corre e começa a fuçar e pesquisa um bocado de coisas e fiz uma pesquisa com o professor Florestan Fernandes, entendi até o processo da minha família mesmo, porque minha mãe teve que casar com um homem violento, para vir pra São Paulo porque meu avô achava que não podia vir mulher solteira para São Paulo porque virava puta. Então eu achava um absurdo até então, ai eu fui ler os anais da história e falei a situação era assim mesmo. Fui entendendo a violência, o tipo de comportamento, a forte rejeição que existe no seio

da minha família, de pessoas em relação a mim. Porque a animosidade e a competição entre eu e minhas irmãs, a própria mãe, no meu meio mesmo da periferia de Santo André, na Vila Suíça, bairro violento. Eu fui estudar e trabalhar, tinha que levantar muito cedo, chegava tarde e via muitos assassinatos acontecendo. A gente tinha que fazer um caminho escuro. Nesse ínterim eu lembro que na ocasião eu estava em tudo que era curso, evento, palestras, seminários que tinha sobre a questão racial. Eu me desdobrava e ia fazer. Eu estava desempregada fazendo bicos, porque um dos resultados do assédio moral foi não consegui me inserir no mercado de trabalho, mas eu tinha que sobreviver, com filho, com dor, com um monte de coisas para entender. Foi um processo muito difícil, muito dolorido, não dava para parar de sentir a dor e cada vez que eu tentava continuar doía mais, e eu me sentia impotente. Hoje eu falo, quando a gente fica depressiva, com dor na alma fede a peixe morto, ficam poucas pessoas do lado da gente, só os raros e caros amigos que ficam mesmo. Essa dor que todo mundo fala na academia, do negro, da mulher negra a gente não tem dimensão, não dá para colocar no papel. Eu achava até então que isso era estória, até sentir de fato. Numa das listas, rolou um email que a Fala Preta! ia promover um curso sobre Direitos Humanos, eu botei meu nome na lista, não to nem aí, "vambora". Eu comecei a fazer o curso, achei muito maravilhoso. Eu lembro assim, comparando a dor que eu sentia na alma, não era tão grande. Eu cheguei de rosa e vi todas aquelas mulheres, eram mais de setenta mulheres naquela sala no bairro São Rafael e todas tinham uma característica muito comum, que era todas vestidas de marrom, com roupas escuras e muito, muito assim curvadas, muito pesado e todas assim como tivessem o cabelo o jeito do cabelo, a forma de conversar, muita dor gente, foi muita dor, foi muito intenso porque todo mundo começou a falar o que senti, porque estava ali. Então o que seria uma coisa de quinze minutos durou dois dias, das pessoas falarem porque estavam ali fazendo aquele curso, o que elas estavam fazendo naquele momento, quem eram elas. Ai tinha a Neuma de Araraquara, a Rita de Santos, cada depoimento era um choro eu não tinha dimensão ainda da tamanha violência que aquelas mulheres sofriam. Tinha a Silvana de Ribeirão Preto, lindíssima, com toda a sua dor, mas com toda a sua força. Tinha a Silvana de Piracicaba, toda linda, parecia que todas tinham saído de um pós-guerra. Na ocasião eu levava meu filho, eu não tinha com quem deixar, quando comecei a fazer os cursos procurar as coisas

eu peguei ele e “vambora”, você vai ler gibi enquanto eu faço o curso, então a minha formação e atualização em todas as áreas e assim, deu para levar tô indo.

Quando a gente começou a multiplicar o PIMDHESC eu fui entender que o pouco que se fala e muito para quem não tem nada. O curso da Fala Preta! era um encontro por mês, um encontro de descobertas e era muito prazeroso estar com todas aquela mulheres imbuídas de muito histórico. Tinha acadêmicas, lideranças comunitárias, tinha vários perfis e eu confesso que aprendi muito mais com as lideranças comunitárias eu lembro que tinha a Marlene de Ferraz de Vasconcelos, que coisa maravilhosa, ela fazendo o arroz e o feijão dela ali com a associação e os filhos toda simples e com tanta história para contar. E a Rita então e um vulcão e um fenômeno essa mulher eu falo que quando eu crescer vou ficar como ela. E ai a gente descobria muitas coisa das dores, da vivencias, das histórias e das histórias distorcidas. Numa aula com a Mabel foi a aula mais linda (choro), quando ela mostrou como é que ocorre a violência e que o corpo físico e a ultima instancia e como ela ocorre no dia a dia, qual o caminho, o porque, todas choramos, ou porque tinha passado, ou porque algum parente passou, aquilo estava registrado, então a gente teve que pegar na mão uma da outra pra conseguir terminar aquela aula. Todo o curso do PIMDHESC foi emotivo é um curso de resgate de um pedacinho da nossa alma, eu não sei se muita gente esta utilizando, mas para mim serviu até como bálsamo na dor que estava sentindo. A Deise sempre pegou a gente no colo, mas pegou a gente ali e botou aqui, de igual para igual e quando a gente está com um igual fica mais fácil de falar de nós, da gente, das coisas da gente e dizer que dói e xingar também, brigar também, se sentindo em casa. Mas assim, chegar no PIMDHESC na Fala Preta! num espaço que promove pessoas que estavam vulneráveis, com instabilidade econômica foi importante pois serviu principalmente para a questão de identidade para a gente se juntar, para a gente se olhar, saber ter com quem contar e falar. Ter com quem xingar também, porque ninguém tem que sair amigo de ninguém, ninguém é obrigado a gostar de todo mundo. Mas assim, se tem uma coisa que da para a gente falar é que muitas pessoas acharam seu pares, tem meninas do interior que tem uma articulação independente do que aconteceu. Para mim serviu para ver as coisas de uma maneira mais real, mais principalmente saber que o que eu sentia não era um caso de psicopata, não era um caso de loucura, não era um caso de desequilíbrio emocional, era muito real, só não estava

escrito nos anais da história, da psicologia, da saúde, principalmente entender que não está escrito, porque as pessoas que detêm o poder sobre algumas coisas que envolvem 49% da população brasileira não tem interesse que elas comecem a falar das suas coisas, ficou claríssimo isso para mim.

Elza – Você está ligada a alguma entidade de mulheres?

Marisa – Diretamente não, eu fico sempre a disposição, depois do PIMDHESQ, nós tivemos um projeto de mulheres negras: “Bem Me Quer Mulheres Negras”, a gente fazia palestras e era muito legal, eu não sei como, mas acho que isso seria uma ação que valeria ser retomada. Quando a gente vai no meio da população e tão enriquecedor o que a gente fala para as pessoas.

Elza – Me fale mais sobre esse projeto “Bem Me Quer Mulheres Negras”.

Marisa – Fizemos acho que cinco em Diadema, com a Coordenadoria de Assuntos do Negro de lá, foi muita gente, foi o dia inteiro, teve abertura e cerimonial, foi muito interessante. O meu tema era, A mulher negra no mercado de trabalho, falei da ausência do poder público. O filho dessa mulher negra fica em casa a mercê do traficante, nas regiões mais afastadas e precárias não tem infra-estrutura, nem entidades atuantes, nem creche, ela tem que pagar para uma mulher, metade do salário dela fica para pagar essa pessoa, essa pessoa por sua vez tem um monte de crianças e essas crianças ficam vulneráveis com a violência, quem acaba tomando conta ali é a Igreja Católica e o traficante, quem tá tomando conta da periferia são essas duas entidades, onde o governo não vai. Essa mulher negra sai seis, cinco horas da manhã, pra trabalhar lá na casa do chapéu, ela tem que estar sete horas pra botar o café da manhã da família do patrão dela, mas o dela ela não sabe se tem pão, e aí como fica isso, ninguém discute essas coisas. Então a pauta era mais ou menos falar sobre isso, porque era uma realidade das pessoas, não é fantasia. Em algumas palestras eu falava de comunicação, mídia, tráfico de seres humanos tinham várias palestras, a gente tinha um respaldo muito grande, principalmente da juventude, tinham muitos que iam nessas palestras querendo informações. Outra palestra foi no CEU da Zona Leste e outra que foi maravilhosa no bairro Jabaquara, lá tinha uma galinhada muita comida e a história das pessoas que ia! Aquela entidade ali no Jabaquara, nossa, nós fazíamos a palestra, aquilo enchia de gente. iam pessoas de outros lugares, de outras entidades que queriam que a nós falássemos com eles. Aquilo que começou com um processo de assédio

moral e racismo resultou na minha habilidade para defender, me coloco a disposição para estar mudando essa realidade, não no âmbito assistencialista, nem aquela coisa de socorrer, nem ser Santa Marisa se eu conseguir resolver minha vida já tá bom demais.

Elza – Quem é a Penha hoje?

Marisa – Eu não sou uma mulher negra, eu sou uma mulher negra poderosa, faço jus ao meu nome, soberana nas águas, não tem essa historia, não tenho mais receio eu sou muito boa e vou estar aonde tenho de estar. Então não tem essa história de que aqui não cabe, não está cabendo aqui! tá bom, não estou servindo para você, vou servir para os meus alunos na sala de aula, não estou servindo para meu filho, estou servindo a mim em primeiro lugar. Esse curso foi tudo de bom e tudo de legal.

Elza – Gostaria que você falasse como era tratada a violência no PIMDHESC?

Marisa – Violência no seio familiar, que não é explícita, falamos da violência da porrada, era comum mulheres falarem: meu ex marido me batia, meu marido me bate. Falávamos da violência do dia a dia no trabalho, como que a mulher negra se mantém no trabalho seja nesse trabalho de eira, que a gente apelidou de “eira”; lavadeira, cozinheira, quituteira e arrumadeira, então “eira” tem bastante trabalho né, agora “ologos” e “ologas” fica difícil, mesmo que seja não consegue se inserir no “ologa”, socióloga, fonoaudióloga, psicóloga, pode se “ora”, professora, ainda fica relegada ali. Todas tinham um traço em comum que era essa da alma, física é a última, quando é identificada a física é que a alma esta doendo faz tempo, seja por assédio moral, desvalorização dentro de casa, agressões e desafeto das pessoas também, não só do marido e do companheiro que falamos, mas também da família que não acolhe, que maltrata, que fica falando que você não é capaz.

Na aula da lei Maria da Penha sobre como a violência se manifesta, todo mundo chorou mesmo, ou chorou porque apanhou, ou chorou porque viveu, ou chorou porque viu a mãe apanhando, ou lembrou da avó que passou por essa situação. Varia coisas culminaram ali, acho que foi um chororó geral e principalmente a violência do dia a dia, se você está bem vestida e gostosa, quero trepar com você. O homem negro e branco não necessariamente se dirige a uma

mulher negra com a questão de que ele quer se relacionar é um produto para li dar prazer. Essa questão nos conversamos muito.

Entrevista com Regina em Dezembro de 2009.

Elza – O que a levou a participar desse projeto e que temas eram trabalhados?

Regina – Eu participei desse trabalho porque naquele momento eu estava como presidente do movimento de mulheres negras aqui de Sorocaba. Foi super importante para o nosso crescimento e para avaliação dos objetivos que existiam dentro da nossa entidade. Então foi uma forma da gente repensar como a gente estava trabalhando, como a gente estava abordando o assunto e nesse sentido foi um trabalho não só para as mulheres, mas assim interiormente pra mim, porque foi a partir desse momento que eu comecei avaliar a postura da mulher negra dentro de uma ONG. Então foi um momento de reflexão pra gente também chegar a conclusão de que o trabalho da mulher negra é bem específico, porque ela acaba saindo mais de casa e deixando seus filhos nas mãos de outras pessoas e elas acabam não trabalhando, não tendo a oportunidade de trabalhar as questões das mulheres, porque elas não abandonam seus filhos. Foi ai que a gente começou a pensar em como segurar essa mulher dentro da Ong foi trazendo a família pra dentro da ONG. O que eu achei super interessante foi a visão de Redes e que a gente tem que trabalhar buscando parcerias que sozinha você não consegue desenvolver um trabalho. Quando você está falando de mulheres, você está falando de violência, você tem que estar ligado as delegacias, você tem que estar ligado as empresas, você tem que estar ligado aos hospitais, as clínicas, aos postos de saúde, porque se você não tiver esse trabalho de Redes. Você acaba perdendo tempo e não sabendo como encaminhar essa mulher. Ela chega lá pra você com uma denúncia, você já tem que ter um trabalho em que você saiba pra onde encaminhar tal assunto, às vezes não é nem casos de você encaminhar para uma delegacia, mas para uma assistência social, um hospital. Esse tipo de visão dentro deste trabalho que foi realizado foi perfeito, porque a criação de Redes é o caminho, a Rede é o caminho para que você possa estar inserida dentro do contexto em que você está trabalhando. Se você está trabalhando com mulheres então você tem que estar ligado a tudo que pertença ao assunto.

Elza - Vocês trabalharam as questões das mulheres negras de modo específico?

Regina – Olha, eu achei que o curso foi bastante abrangente, teve um momento que a gente falou de mulheres e de mulheres negras sim, mas eu percebi que a abordagem era mais aberta não era bem específica só para as mulheres negras.

Elza – Não teve um recorte especial só para as mulheres negras?

Regina – Teve. Primeiro que a gente estava num número pequeno de mulheres negras isso também prejudica muito o debate e o entendimento das pessoas, porque às vezes as pessoas não entendem porque que tem que existir esse tipo de recorte e a Mabel foi muito feliz na colocação dela, na explicação das nossas especificidades, da visão da cultura que a sociedade ainda tem da mulher negra como consumo não é, então isso foi muito importante ser colocado nesse momento, porque as próprias doenças, porque existem coisas específicas, a diabete, a anemia falciforme, a hipertensão, então todas essas coisas foram colocadas sim, foram discutidas.

Elza – E em relação à violência?

Regina – Com certeza! Principalmente até por parte dessa visão de consumo. Existe uma violência psíquica que às vezes a gente não percebe é entre linhas aquela coisa de ser sutil, você ser sempre a gostosa que é boa de cama entendeu e essas coisas acabam virando mito e a gente vira objeto de desejo de consumo mesmo e fora a exploração no trabalho o salário menor, a boa aparência que não é voltado para a mulher negra, os trabalhos que a gente ganha menos até que o homem negro dentro da pirâmide nós estamos lá no final. Então isso também foi discutido.

Elza – Vocês chegaram a discutir o aborto?

Regina – Lembro que foi abordado sim, mas não me recordo de nem uma palestra ou discussão específica sobre o assunto.

Elza – Quais eram os casos de violência mais discutidos?

Regina – Agressão física e psicológica dos maridos, esse foi o caso mais freqüente assim tanto que houve até uma polêmica que quando a mulher vai em busca de socorro ela não está pedindo socorro só pra ela, ela está pedindo socorro para aquele homem que a violentou, porque a maioria faz a denúncia e depois de um certo tempo acaba voltando com o cara né. Então essa era a preocupação do grupo ou até de como solucionar esse problema quando ela chega fazendo a queixa

ela quer se separar e ela é encaminhada para uma casa abrigo ela fica lá até que as coisas melhorem só que quando ela volta ela acaba voltando com a mesma pessoa desde aí já fica aquele círculo, ela é agredida ela vai e denuncia de novo, fica aquele vai e volta e se não fosse o caso até de um tratamento pros dois, entendeu e isso foi levantado.

Elza – Na época você era presidenta da uma entidade de mulheres negras aqui em Sorocaba. Como você relaciona o curso com o trabalho desenvolvido pela organização?

Regina – Quando nós começamos a fazer o curso nós nos identificamos demais com muitas mulheres de dentro do nosso movimento, porque algumas passaram por situações que a gente estava escutando lá umas denunciaram outras não denunciaram então essas mulheres elas chegavam pra nós machucadas também e o que salvava muito era o nosso coral , porque o coral levantava a auto-estima, elas tinham que se arrumar, elas tinham que fazer maquiagem, tinham que se produzir e isso foi muito rico pra essas mulheres, era o momento que elas pensavam nelas. Então isso não vai sair da minha cabeça nunca que quando as encontro é uma família, uma coisa muito gostosa de se sentir, porque elas não são as mesmas mulheres elas progrediram, tem mulheres que estão fazendo feira de artesanato, tem mulheres que realmente se tornaram empreendedoras e empreendedoras de suas próprias vidas isso que é o mais importante entendeu. Quando eu vejo uma mulher que foi do coral com o seu batonzinho, com o seu cabelo bem arrumado querendo ser artista mesmo, infelizmente nós perdemos duas amigas do coral em fases diferentes, mas elas viveram momentos conosco que eu nunca vou esquecer. Eu levei as meninas para o cinema que elas nunca tinham ido pro cinema e nos fomos assistir Cazuzza e elas saíram de lá maravilhadas e a gente tinha marcado uma vez por mês a gente ia e pra você vê a simplicidade no outro mês que nós fomos teve uma que levou uma sacolinha já cheinha de pipoca porque eu tinha pago a pipoca pra ela, ela chegou e falou eu não tenho dinheiro pra pagar a pipoca pra você, mas eu vou levar a pipoca de casa e ela levou a pipoca dela da casa e saiu assim encantada, depois nós fomos assistir Olga entendeu, e isso pra mim hoje quando eu penso foi um presente de ver que você pode transferir cultura de uma forma humana pras pessoas, que você pode acolher e as vezes a acolhida não está em você fazer um carinho é escutar a história dessas mulheres que nós

tivemos a oportunidade de fazer um encontro de mulheres, eu escolhi mulheres, só mulheres negras e cada mulher contou um pouco da sua história. Eu escolhi uma mulher do nosso grupo que tinha um filho que usava drogas, eu escolhi uma que de empregada doméstica chegou a bióloga, escolhi uma outra de mãe solteira e professora, independente contando a experiência dela, uma outra que era solteira por opção entendeu, negras e que contaram as suas histórias assim de uma forma tão rica. Então eu acredito que a partir dessa reunião a gente cresceu muito em relação a isso. Esse trabalho que nós fizemos que eu estou te falando foi após essa reunião da Fala Preta. Outro movimento que ficou muito legal foi o que a gente fez o encontro dos políticos negros, candidatos políticos negros da cidade que estavam lá para contar quais eram as políticas públicas que eles tinham. Foi em 2004 pra gente avaliar, pra comunidade avaliar, foi muito rico também esse trabalho. Então a gente dentro do trabalho de mulheres negras desenvolveu bastante coisa em relação...

Elza - E esse movimento continua?

Regina – Continua sim, agora elas estão com uma sede aqui perto da rodoviária de Sorocaba é facinho de encontrar e estão tocando, estão fazendo um trabalho com mulheres da periferia com artesanato, de culinária.

Elza – Então, empoderou?

Regina – Com certeza! E eu acho legal assim, as líderes elas se afastaram, mas não se afastaram a gente se afasta, mas não se afasta a gente fica sabendo das coisas, tem momento que a gente está juntas, tem momento que a gente não está, mas criou-se outras lideranças eu acho que isso é importante. O trabalho ele não pode ficar assim amarrado as pessoas ele tem que vir pra servir a comunidade e quando você vê que está acontecendo isso então você já fez a sua parte, você já pode está longe do trabalho e isso é importante.

Entrevista com Rita em Fevereiro de 2009.

Elza – Rose, eu queria saber como é que você chegou na Fala Preta!?

Rita – O meu primeiro contato com a Fala Preta! foi no 2º Encontro Nacional de Mulheres Negras, eu cheguei lá, eu estava começando a minha militância no movimento negro e eu dei o meu depoimento no encontro, que eu sou ex-presidiária, que eu falei o que era ser uma mulher negra no presídio e a Fala Preta!, não, a Deise Benedito em nome da Fala Preta! naquele dia, quis me conhecer, quis conhecer a minha trajetória e o que eu estava fazendo a nível de trabalho com mulheres e inclusive nessa ocasião ela me indicou ao Premio Nobel da Paz, pelo meu histórico e isso aconteceu em 2002.

Elza – E ai, você foi para o PIMDHESC? Como é que foi?

Rita – Não, de lá pra cá eu continuei trabalhando a questão carcerária, me aprofundei nas questões de políticas publicas para mulheres, então eu comecei participar das conferencias de mulheres, 1º Conferência, 2º Conferência Nacional de Mulheres e também Conferência de Promoção de Igualdade Racial e ai chegou o PIMDHESC, o PIMDHESC foi assim uma porta que se abriu pra mim me qualificar, me preparar mais pra ler nessas questões, tanto nas questões de gênero, como nas questões étnicas.

Elza – O que tinha no PIMDHESC? Me fala um pouquinho do PIMDHESC.

Rita – Olha, o PIMDHESC para mim foi uma grande escola, eu aprendi como a trabalhar as questões de gênero, a questões de violência doméstica eu tive vários seminários e cada seminário com material didático, com palestrantes muito informadas na área, então foi um preparo que eu tive, pra trabalhar as questões dos direitos sociais, culturais e econômicos também, então assim me preparou, que a partir daquele momento eu vi a possibilidade de que criar um projeto especifico que fosse atingir o máximo de mulheres negras, em situação de risco para trazer melhoria na qualidade de vida.

Elza – Você pode apontar os aspectos que você considerou mais importantes nesse curso? E porque que eles foram mais importantes?

Rita – Pra mim foi as questões de legislação, porque se a pessoa não for preparada nessas questões não tem como se organizar, organizar a apresentação dos seus projetos, porque tudo passa pelo crivo das leis, se você tem a informação,

informação é poder, você passa a agir e atuar em torno das informações que você tem, que você possui.

Elza – Um dos eixos do projeto PIMDHESC dizia respeito à violência contra a mulher que você citou inclusive, o que era tratado sobre isso especificamente?

Rita – Especificamente eu estudei a Lei Maria da Penha, inclusive quando eu estava no PIMDHESC, foi nessa época que a Lei foi aprovada e houve um seminário específico sobre a questão de violência doméstica e estudando a Lei Maria da Penha eu me preparei pra tratar desta questão, que também me é de interesse não só pelas questões sociais e culturais, mas também porque eu sou uma vítima de violência doméstica, então eu sinto assim, o que a outra senti e eu sempre tive vontade de ajudar

Elza - Tem alguma coisa que gostaria de acrescentar, mas não lhe foi perguntado?

Rita - Eu sempre tive vontade de fazer alguma coisa pra mudar o meu meio social, pra mudar a situação não só a minha, mas a situação da minha comunidade; e eu não sabia por onde começar, porque eu tinha uma organização de bairro que era amigo dos Direitos Sociais. Não era, Não era específica de mulheres, nem de comunidade negra. Era de Direitos Sociais. Eu achava que Direitos Sociais iam resolver os problemas dos cidadãos. Mas aí, eu entendi que não era só mexer nos Direitos Sociais, porque a questão racial e a questão de gênero, elas permeavam todos os Direitos Sociais e ainda outros direitos e que muitas coisas não aconteciam porque o Estado era racista, porque o Estado era homofóbico, porque o Estado era machista, tinha outros vários problemas no Estado que não deixavam as leis funcionarem. Foi aonde através desse encontro em específico que eu modifiquei minha associação. Ela deixou de ser amigos dos Direitos Sociais pra se transformar na Organização Cultural Negra Cidadã. Foi aonde eu passei a lutar por Direitos Humanos, racial e de gênero .

Elza- Como ex- presidiária, ex-moradora de rua, você poderia resumir quem era e quem é a Rita agora?

Rita - A Rita antes era um dado estatístico. Uma mulher negra, vítima de violência doméstica, ex-moradora de rua, ex-presidiária. Era um dado estatístico, com tudo pra dar errado, pra ser mais uma talvez morta, porque a maioria das mulheres da minha época... só uma amiga que eu tenho viva. E hoje a Rita é uma

liderança comunitária e reconhecida no seu município, estudante de pedagogia, mãe de família. É atuante e tem deixado assim, como é que eu posso dizer, tem feito diferença na comunidade. Hoje em dia já fui convidada por alguns partidos a me candidatar como vereadora, só que por enquanto eu ainda acredito que eu deva continuar trabalhando a nível de políticas públicas e não políticas partidárias. Ainda estou lutando no campo das políticas públicas. Mas é uma diferença muito grande do momento que eu deixei de ser vitimizada e agora ser uma mulher atuante na sociedade.

Elza - E como foi esse despertar?

Rita - Foi quando eu descobri que a tragédia na minha vida não era só minha. Antigamente eu lamentava, eu falava: - Nossa porque eu sofro? Eu ficava me vitimizando. Porque isso acontece comigo? Porque eu apanho? Porque eu tenho tantas marcas no corpo? Porque eu sofro? Aí eu descobri que não era só eu. Eu olhei pra vizinha, a vizinha também apanhava, também tinha marcas no corpo, a filha dela também tava presa, o filho da vizinha foi morto, e aquela situação não era só minha, era de uma comunidade, e de repente eu vi que não era só de uma comunidade. Quando eu me deparei, que eu vi que a minha tragédia não era pessoal e sim era uma tragédia étnica e de gênero, aí eu vi que se eu despertei pra isso, eu tinha que despertar outras mulheres. Eu teria que fazer mudanças, nem que isso talvez despendesse de tempo. Porque o que eu tinha a perder em ajudar? Eu achei que teria a ganhar em ver uma sociedade mais justa.

Entrevista com Viviane em Janeiro de 2009.

Elza – Qual era o objetivo desses grupos e as maiores inquietações?

Viviane - O grupo era voltado pra auto-estima mesmo, assim era um espaço só de mulheres negras pra poder falar das suas angústias, falar do dia a dia, falar de preconceito. Tinha depoimentos muito angustiantes mesmo dessa questão de preconceito diário né, do dia a dia no trabalho, em casa, com a vizinha, na rua, com relação às outras pessoas então a Mabel sempre preparava uma atividade assim lúdica, uma dinâmica de grupo, um exercício, um aquecimento pra desenvolver o trabalho. A gente passava a tarde toda lá. A Fala Preta! preparava uma mesa assim. O grupo era quinzenal começava por volta das 14h00 e não tinha muito hora pra encerrar não às vezes a gente ficava até 8 ou 9h00 da noite era no sábado né. Então a Fala Preta! preparava uma mesa assim com pães, frios, bolos, frutas, então era um encontro assim bem descontraído.

Elza – Isso quando? Em que ano?

Viviane - 2000, 2001, espera ai. Então era isso, era um lugar de encontro para trabalhar sobretudo a auto-estima mesmo assim, para fortalecer as mulheres que era o foco.

Elza – Quais eram os problemas mais recorrentes?

Viviane – Violência e até uma coisa que eu me perguntei depois que fui trabalhar com violência contra a mulher eu pensei um pouco, violência não aparecia, é estranho porque é muito bem provável que algumas daquelas mulheres vivessem em situação de violência, mas não aparecia no grupo não. Aparecia a questão do racismo, do preconceito sobretudo de relação afetiva também, muito de relação afetiva, relação com os filhos. Eram mais essas as queixas assim mais a coisa do racismo cotidiano mesmo era a coisa que pegava. O racismo que elas sofriam no trabalho, na condução com a outra colega, como lidar com o racismo que os filhos sofriam na escola.

Elza – É a questão da sexualidade, da afetividade?

Viviane – A sexualidade e afetividade do corpo, cabelo, assim não estava satisfeita com o cabelo, dos modelos, tinha que desconstruir conceitos.

Elza – Quer dizer que as mulheres mais “comuns” que participavam desses grupos?

Viviane – “Mulheres comuns” , donas de casa, professoras e ai a gente via no decorrer do grupo as transformações assim, de repente ta usando uma roupa mais justa, de aparecer maquiada sabe, de usar o cabelo mais natural, de voltar a estudar, de postura mesmo, a gente tinha essa formação com o grupo mesmo de se gostar.

Elza – E pra você? O que isso mudou na sua história?

Viviane – Eu sai da faculdade, terminei o curso de psicologia em junho de 2000 e ai a Mabel me convidou pra participar do grupo, mais ai sabe aquela ansiedade de quem acabou de sair da faculdade ai ela me convidou pra coordenar com ela o grupo. Então a Fala Preta! me formou, foi aonde eu aprendi a trabalhar, foi aonde eu fui estudar e aprender questões de raça e gênero que na Faculdade, na escola ninguém ensina pra gente. Então a Fala Preta! me formou, eu sai da universidade e fui pra lá, aprendi a trabalhar lá com a Mabel e com a Dida. O grupo de auto-ajuda me ajudou não somente enquanto facilitadora, mas também enquanto mulher negra. Enquanto mulher negra também me transformou, sem duvida.

Entrevista com Jaira J. Harrington, em Julho de 2009.

Elza – Como pesquisadora sobre o tema mulheres negras, qual a sua impressão sobre a condição das mulheres negras brasileiras?

Jaira – Eu acho que aqui no Brasil as meninas de 20 e as mulheres de 50 tem o mesmo problema e eu acho que as mudanças são poucas e eu acho que o futuro do movimento de mulheres negras vai ter mais êxito, porque, eu fui a uma favela e foi muito duro para mim ver a pobreza, ver crianças pelas ruas, as pessoas não tem espaço para fazer nada e eu moro dentro de um bairro chamado Ana Rosa, pertinho da avenida Paulista, com muitas riquezas, com muitas pessoas que tem dinheiro para comprar qualquer coisa e a comparação entre as vidas na mesma cidade, para mim é uma pena grave, e também a relação entre raça e classe, que é muito claro aqui em São Paulo. Na Avenida Paulista pude ver negros e negras limpando ruas, tirando lixos, mas as pessoas que trabalham dentro das lojas não são negras. É uma pena dentro de um país que tem grandes recursos, então eu acho que as mulheres negras têm muito trabalho no futuro, mas as jovens têm uma perspectiva mais favorável, elas também lutam para melhorar a situação para as mulheres negras aqui no Brasil. Eu acho que elas vão mudar o futuro.

Entrevista com Eduardo Jorge em Agosto de 2009.

Elza – Gostaria de saber como foi essa historia de aborto legal, quando o senhor era secretario de saúde?

Eduardo Jorge – Com a eleição da prefeita Luiza Erundina, nós estávamos no período exatamente pós-contituição que foi uma forma democrática e pacífica do Brasil superar a ditadura militar, nós estávamos no período inicial da implantação do SUS, não havia ainda as leis regulamentadoras, essas vieram depois, então o governo da Luiza Erundina, do qual eu era secretario municipal de saúde, iniciou seu governo já com a orientação da constituição, mas sem as leis regulamentadora não havia parâmetros de municipalização, dos repasses de verbas dos governos estaduais e federais para os municípios e principalmente não havia critérios de repasse estaduais e federais para ajudar os municípios que quisessem implantar o Sistema Único de Saúde e aqui em São Paulo o governo estadual que era de um partido que estava em conflito com o partido do governo da prefeitura de São Paulo, o que aconteceu é que a prefeitura de São Paulo não tinha nenhum apoio, nem administrativo, nem financeiro para implantar,tanto que o que a prefeita Luiza Erundina fez foi muito, foi a que mais fez na época, tanto em expansão e em serviços, entregamos 5 hospitais, 0 unidades novas, criamos o principio da descentralização, a criação dos distritos de saúde na cidade e regulamentamos todos os processos de concurso, foi o governo que mais concursos fez, nós tínhamos 85% dos funcionários não concursados e saímos com 90% de funcionários concursados, e isso foi feito com esforço orçamentário da própria prefeitura, no final do governo nos conseguimos alguns recursos do governo federal, que era o então presidente Collor, que foi o único reforço orçamentário que nós tivemos, através do ministro Alcenir Guerra, que era o ministro da saúde do governo Fernando Collor, e Alcenir Guerra era medico pediatra comprometido com o sistema de saúde e ele nos ajudou, mas do governo estadual nós não tivemos ajuda nenhuma , todo o trabalho foi a Luiza Erundina que fez, havia nessa ocasião uma discussão de vários programas, de vários projetos novos, na área da saúde mental, saúde da criança, saúde do trabalhador e no caso da saúde da mulher nos tínhamos uma pessoa muito comprometida com o movimento das mulheres, que é a medica Maria Jose, que aliais você devia conversar com ela, porque ela foi a principal mentora de toda a

discussão da saúde da mulher aqui em São Paulo, no governo da prefeita Luiza Erundina. Então a Maria José foi a pessoa que orientou toda a organização de expansão do programa de saúde da mulher. O programa de saúde da mulher tinha vários elementos, desde a melhoria do atendimento ao PAIMS e a expansão do pré-natal nas unidades básicas do PAIMS, nos hospitais, na maternidade, a recuperação da maternidade da Cachoeirinha, que hoje é uma maternidade exemplar, uma das melhores maternidades do Brasil.

Do programa que Maria José coordenava no Governo de Luiza Erundina na secretaria, era além da expansão do pré-natal de assistência ou PAIMS, era a expansão das possibilidades de acesso ao Planejamento Familiar do homem e da mulher aqui na cidade de São Paulo. No caso específico você me pergunta da questão do aborto, a opção da Secretaria da Saúde nessa época foi viabilizar o tipo de atendimento à necessidade da mulher no caso que já havia uma lei de longa data da década de 1930, que previa a possibilidade do aborto legal, no caso de estupro e que nunca no Brasil havia sido implementado de forma sistemática em nenhum governo. Na ocasião a Maria José localizando esta legislação encaminhou a discussão para a Secretaria de Saúde que consultou a prefeita Erundina. A Luiza Erundina determinou que fizessem os estudos necessários para implementação dessa lei. Como eu disse nunca tinha sido organizada em outro governo, no Brasil. No atendimento em suas determinações eu lembro inclusive que a Luiza Erundina disse: - é uma lei, e uma lei pode organizar o atendimento, mas antes converse com o Dom Paulo Evaristo, Dom Paulo é uma pessoa muito amiga do nosso governo, da nossa cidade é uma autoridade moral no país, é bom você ir conversar com Dom Paulo. Eu fui conversar com Dom Paulo, ele disse: - bom você sabe que a posição da Igreja Católica é contrário é uma posição filosófica, mas agora se você tem uma lei. Foi só isso que ele falou, na verdade não ouvi uma posição da Igreja Católica naquela ocasião a implementação dessa disposição aqui em São Paulo. Bom, então a Maria José com essa orientação da prefeita e minha como secretário tentou viabilizar um hospital uma equipe que tivesse, enfermeiros, assistente sociais, médicos que aceitassem trabalhar com esse serviço, que era uma situação inusitada, porque não tinha no Brasil nenhum serviço fazendo isso no Brasil. Ela teve muitas dificuldades, bateu na porta de praticamente todos os nossos hospitais,

o único hospital onde ela conseguiu uma equipe de médicos, enfermeiros, assistente sociais que se dispuseram a implantar o programa foi o Hospital Jabaquara.

O programa foi estabelecido e começou a funcionar no Hospital Jabaquara e até hoje continua atendendo. De lá pra cá alguns outros hospitais seguindo esse exemplo da cidade de São Paulo da Secretaria Municipal da Saúde começaram a organizar esse tipo de serviço, em Goiás, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e hoje acho que são dezenas de hospitais no Brasil inteiro que dão esse tipo de atendimento a mulher.

Em 1991 quando eu voltei para a Câmara Federal, apresentei um projeto de Lei 20/91 que está tramitando até hoje na Câmara, esse projeto determinava ao sistema de saúde que organizasse em varias cidades do Brasil um serviço desse tipo, esse projeto está até hoje esperando a votação final do plenário do Congresso Federal, ele já passou por diversas comissões. São praticamente mais de dezoito anos de discussão e está pronto para votar, mas nunca livre desses partidos políticos que não tem coragem de botar a lei em votação, criou-se uma polemica muito grande durante anos no Congresso Nacional, em torno desse projeto. Alguns setores da Igreja Católica organizaram um movimento contra esse projeto, fizeram manifestações sistemática no

Congresso Nacional. Alguns deputados de vários partidos PSDB, PT, PMDB, organizaram-se para bloquear o projeto, estão lá organizados na frente, tem gente do PT, PMDB, PSTB, eles sistematicamente impedem que o projeto vá a votação apoiados por alguns setores da Igreja Católica. Alguns setores não todos, a trajetória desse projeto é muito ilustrativo de como as forças políticas e como setores sociais e religiosos se posicionaram com relação a essa causa. No começo em 1991, 1992 eu tive uma certa dificuldade com o Movimento das Mulheres, porque elas achavam que isso deveria partir direto para a descriminalização e algumas delas a legalização. Eu tenho outro projeto que fala sobre a descriminalização também do aborto que está lá registrado no Congresso Nacional, mas eu sempre insisti com o Movimento de Mulheres, e algumas delas não aceitaram, de que era melhor dar um passo como esse da lei de atendimento a uma lei que obriga o sistema de saúde organizar-se no atendimento previsto por lei e que não era cumprido no Brasil, como um passo necessário para enfrentar uma discussão cultural da população e de setores profissionais de saúde, do que tentar o tudo ou nada. No projeto de

finalização algumas delas até hoje não concordam com isso, acham que meu projeto era muito pouco. Então tinha gente que não concordava, porque achava que era demais e outras não concordavam, porque achavam que era muito pouco.

Elza – O sr. concorda que as mulheres negras são as mais prejudicadas com o aborto ilegal?

Eduardo Jorge – Eu acho que isso está ligado ao fato da população negra ser a maioria nos setores mais pobres. Não com o fato de ser negro ou branco é mais uma questão racial que de cor, por uma questão histórica do Brasil a população negra tem um percentual muito maior nas classes populares, mais pobres do que nas classes mais ricas do país. É mais uma questão social que de cor do meu ponto de vista.

Aliais, uma questão que eu acho importante frisar é que desse período todo de debate eu nunca vi ninguém se a favor do aborto, apesar de algumas pessoas acusarem os movimentos feministas de serem a favor do aborto, eu nunca vi. O que existe é o problema de violência social muito grande que impede o casal de levar adiante aquela gravidez. É importante ter essa noção, porque o aborto em si e sempre uma violência contra o casal. Nenhum casal, nenhuma mulher gosta de perder uma criança que gerou, mas às vezes a pessoa, o casal é levado por circunstâncias sociais e econômicas naquele momento e realiza o aborto e isso eu acho importante frisar. Essa é a minha posição também, eu acho que o aborto é uma violência, com relação ao feto, com relação a mulher e com relação ao casal, mas é um fato social e você tem que analisar e dar encaminhamento, porque tanto as reações físicas, como mentas da mulher e do casal são muito sérias, se você não der apoio nesse situação difícil que o casal e que a mulher vive naquele momento. E então é uma obrigação da saúde e do Estado ampará-las naquele momento difícil, o aborto em si é uma violência.

Elza – Era grande o numero de mulheres que procurava o hospital para realizar o aborto?

Eduardo Jorge – Não, era pequena, porque as mulheres também não queriam se expor o preconceito em relação aquele tipo de atendimento, era do médicos, das enfermeiras, da assistentes sociais e também da mulheres. No caso da equipe do Jabaquara, foi a equipe que quis fazer e apoiou o tempo todo e até hoje faz, mas as mulheres também tinham medo, vergonha de aparecer para fazer o aborto de forma

aberta. Embora respaldadas pela lei, tinham sido vítimas de um estupro, tinham sofrido uma violência mesmo assim elas não gostavam, se sentiam expostas de aparecer e fazer um aborto. E também porque elas ficavam expostas a luz do dia porque na verdade os abortos eram feitos de forma clandestina, para fazer em um hospital nosso de forma legal ficava registrado, tinha que fazer boletim de ocorrência provando que ela tinha sido agredida. Então tudo isso era motivo que inibia e deve inibir até hoje porque existe uma resistência muito grande para fazer isso de forma aberta.